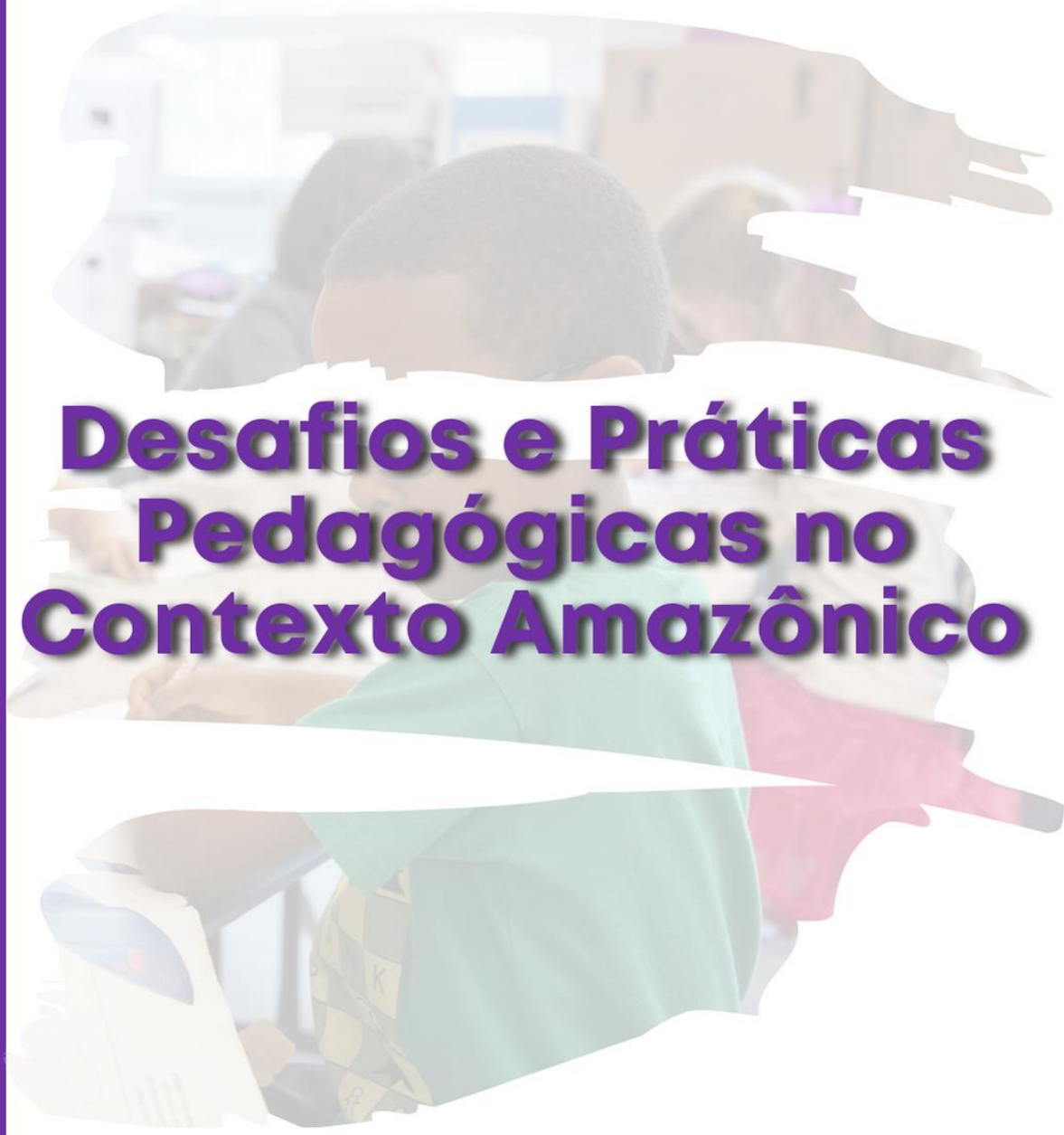
Pedagogia

GRUPO FAMETRO



Desafios e Práticas Pedagógicas no Contexto Amazônico

Organizadores

ELIZANDRO APARECIDO ROCHA DOS SANTOS

KLYSSIANE UCHÔA SOUZA LOPES

JOAO LUIZ NUNES DO NASCIMENTO

Editora Poisson

VOLUME 4

Elizandro Aparecido Rocha dos Santos
Klyssiane Uchôa Souza Lopes
Joao Luiz Nunes do Nascimento
(Organizadores)

Pedagogia
Desafios e Práticas Pedagógicas no Contexto Amazônico

Volume 4

1ª Edição

Belo Horizonte
Poisson
2024

Editor Chefe: Dr. Darly Fernando Andrade

Conselho Editorial
Dr. Antônio Artur de Souza – Universidade Federal de Minas Gerais
Ms. Davilson Eduardo Andrade
Dra. Elizângela de Jesus Oliveira – Universidade Federal do Amazonas
MSc. Fabiane dos Santos
Dr. José Eduardo Ferreira Lopes – Universidade Federal de Uberlândia
Dr. Otaviano Francisco Neves – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Dra. Suelânia Cristina Gonzaga de Figueiredo - FAMETRO
Dr. Luiz Cláudio de Lima – Universidade FUMEC
Dr. Nelson Ferreira Filho – Faculdades Kennedy
Ms. Valdiney Alves de Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia

Comitê Científico
Rosa Eulalia Vital da Silva
Luiza Maristela de Souza Oliva
Maria do Perpetuo Socorro Bandeira Morais
Francilei dos Santos Pessoa
Klyssiane Uchoa Souza Lopes
Erilene Maria Mourao Solart
Maria Rosinete de Oliveira Vital
Pollyane Pinheiro Martins
Yeda dos Santos Santos
Dorvalina de Souza Barreto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P371
Pedagogia - Desafios e Práticas Pedagógicas no Contexto Amazônico – Volume 4/ Organização: Elizandro Aparecido Rocha dos Santos, Klyssiane Uchôa Souza Lopes, Joao Luiz Nunes do Nascimento – Belo Horizonte– MG: Editora Poisson, 2024

Formato: PDF
ISBN: 978-65-5866-379-9
DOI: 10.36229/978-65-5866-379-9
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia

1.Ensino 2.Educação I. Santos, Elizandro Aparecido Rocha dos II. Lopes, Klyssiane Uchôa Souza III. Nascimento, Joao Luiz Nunes do IV.Título

CDD-370

Sônia Márcia Soares de Moura – CRB 6/1896

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

O conteúdo deste livro está licenciado sob a Licença de Atribuição Creative Commons 4.0.
Com ela é permitido compartilhar o livro, devendo ser dado o devido crédito, não podendo ser utilizado para fins comerciais e nem ser alterada.

www.poisson.com.br

Organizadores

ELIZANDRO APARECIDO ROCHA DOS SANTOS

Graduado em Normal Superior pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA e Tecnólogo em Estética, Beleza e Imagem Pessoal pelo Centro Universitário do Norte - UniNorte/Laureate, Especialista em Estética, Beleza e Imagem Pessoal e Metodologia do Ensino Superior. Palestrante em eventos voltados ao ensino profissionalizante no mercado estético, cosmético e pedagógico (metodologias ativas). Gestor e Consultor em técnicas produtivas em empreendimentos de Imagem Pessoal, Estética e Cosmética. Membro atuante de associação de classe. Atuação como professor do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética do Centro Universitário do Norte - UniNorte/Laureate, professor do curso Tecnologia em Estética e Cosmética do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas- CIESA. e professor do curso Tecnologia em Estética, Cosmética e Coordenador do curso de licenciatura em pedagogia do Instituto Metropolitano de Ensino - IME.

KLYSSIANE UCHÔA SOUZA LOPES

Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Nilton Lins. Especialização em Psicopedagogia pelo Centro Universitário Nilton Lins. Especialista em Transtornos de Aprendizagem. Com experiência em Gestão de Processos Pedagógicos, Acadêmicos e Administrativos na educação básica e superior. Atuo com gestão educacional na educação básica em escola privada. Atuo como professora universitária do Instituto Metropolitano de Ensino - IME Possuo mais de 10 anos de atuação como líder de equipes e gerenciamento de conflitos.

JOÃO LUIZ NUNES DO NASCIMENTO

Especialização em Gestão de Pessoas e Coaching pelo Centro Universitário do Norte, Graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas. Com experiência em Gestão de Processos Acadêmicos e Administrativos, Educação a Distância e cursos presenciais em Instituição de Ensino Superior não Pública. Atuação como professor conteudista em IES. Conhecimento e vivência em ambiente profissional certificado e credenciado pelo MEC. Colaboração nas coordenações de curso na análise de Matriz Curricular e PPC visando migração de disciplinas na modalidade EAD. Experiência como Membro de Comitê de Captação e Retenção de Alunos em IES. Possui mais de 16 anos de atuação como líder de equipes e gerenciamento de conflitos. Tem experiência na área de Robótica, Mecatrônica e Automação Industrial. Atua como revisor e redator no projeto EDEC - Educadores pela Democratização dos Conhecimento. Desenvolve trabalhos a área de Consultoria Educacional. Instrutor de Cursos Profissionalizantes (Qualidade & Produção) e preparatórios. Professor e Coordenador de curso do Instituto Metropolitano de Ensino - IME.

Prefácio

É com grande satisfação que apresentamos o quarto volume desta obra significativa, resultado do árduo trabalho e dedicação dos graduandos do curso de Licenciatura em Pedagogia PED201M01 e PED201N01 da FAMETRO, no coração da Amazônia.

Nesta jornada acadêmica, os futuros pedagogos e pedagogas mergulharam profundamente no universo educacional, explorando os desafios e as práticas pedagógicas singulares que moldam o contexto amazônico. Este livro representa a continuidade de um compromisso: contribuir para a formação de cidadãos conscientes e ativos em meio à riqueza e diversidade desta região.

A Pedagogia, ciência que norteia a prática educativa, desempenha um papel vital na formação daqueles que moldam mentes e corações, impactando não apenas os educandos, mas também influenciando outras profissões e a sociedade em sua totalidade.

Nesta jornada educacional, buscamos lapidar mentes brilhantes, inspirando nossos alunos a abraçarem valores intrínsecos à formação humana, a compreenderem a importância do cuidado com o meio ambiente e a enxergarem além dos limites do conhecimento. O compromisso de contribuir para o progresso da Região Norte se reflete em cada ensinamento, em cada discussão em nossas salas de aula, preparando profissionais éticos e conscientes do impacto que podem gerar no desenvolvimento desta rica região.

A interconexão entre Ensino, Pesquisa e Extensão, encarada de maneira holística, revela-se como um alicerce sólido para um aprendizado enriquecedor. Os trabalhos apresentados neste volume refletem a maturidade acadêmica e o compromisso dos autores com uma educação de qualidade e relevante para a região amazônica.

O desafio de compreender e valorizar a singularidade amazônica recai sobre os ombros dos educadores, que se envolvem profundamente no processo de ensinar e aprender. Este ebook representa, assim, um convite à reflexão, à inovação e à descoberta constante no âmbito da formação educacional.

Ao avançarmos para este novo volume, reconhecemos a importância da formação continuada, reiterando que o profissional da Educação é um eterno aprendiz. Os futuros pedagogos e pedagogas que compartilham suas reflexões e pesquisas neste livro estão comprometidos não apenas com o desenvolvimento da infância, mas com a promoção de uma aprendizagem ao longo da vida, reforçando valores éticos e a transformação social.

Que esta obra inspire novas práticas, amplie horizontes e fortaleça o compromisso com uma educação de excelência, enraizada na realidade e na exuberância cultural da Amazônia.

Elizandro Aparecido Rocha dos Santos
Coordenador do Curso de Pedagogia
Grupo Fametro

SUMÁRIO

Capítulo 1: A contribuição da contação de histórias para o aprimoramento da leitura com alunos no processo de alfabetização e letramento durante os anos iniciais 10

Cleide Cristina Marques Moura, Flavia Railla Lopes da Silva, Olga Michelle Quiroz Damas, Lidia Maciel do Nascimento, Klyssiane Uchôa Souza Lopes, Maria do Perpétuo Socorro Morais

DOI: 10.36229/978-65-5866-379-9.CAP.01

Capítulo 2: A importância da música no desenvolvimento da criança na Educação Infantil..... 22

Morgana Cristina Sousa do Nascimento, João Luiz Nunes do Nascimento

DOI: 10.36229/978-65-5866-379-9.CAP.02

Capítulo 3: A importância da Tecnologia da Informação e da Comunicação no processo de alfabetização..... 32

Adria Sabrina Branche de Oliveira, Ana Paula Paiva Gavinho, Caroline Carvalho de Sá, Luana Lopes da Silva, Klyssiane Uchôa Souza Lopes

DOI: 10.36229/978-65-5866-379-9.CAP.03

Capítulo 4: A inclusão do aluno autista no ambiente escolar da Educação Infantil: uma análise comparativa das estratégias didáticas de uma escola particular e uma escola pública 41

Cátia Lucia de Andrade Mendonça, Evelane Miranda Fernandes, Georgerte Deuzarina Raiol Alcântara, Jessica Batista de Sousa, Klyssiane Uchôa Souza Lopes

DOI: 10.36229/978-65-5866-379-9.CAP.04

Capítulo 5: A realidade da inclusão de alunos com TDAH no ambiente escolar 50

Keylla Andresa dos Santos Brito, Natacha Conceição Magno Arruda, Rebekah Sistyne de Freitas Lopes, Klyssiane Uchôa Souza Lopes

DOI: 10.36229/978-65-5866-379-9.CAP.05

Capítulo 6: Alfabetização e letramento na perspectiva da Psicogênese..... 61

Bruna Bezerra da Silva, Luanny Daniel Soares de Souza, Maria Edione Lima de Oliveira, Klyssiane Uchôa Souza Lopes

DOI: 10.36229/978-65-5866-379-9.CAP.06

Capítulo 7: Altas habilidades/superdotação no 1º ano do Ensino Fundamental I..... 71

Anne Geovanna Queiroz Dantas, Gabriela Ferreira de Souza, Lara Andrade Monteiro, Klyssiane Uchôa Souza Lopes, Maria do Perpétuo Socorro Bandeira Morais

DOI: 10.36229/978-65-5866-379-9.CAP.07

Capítulo 8: As artes visuais como metodologia para o auxílio no desenvolvimento cognitivo de alunos com TEA nos anos iniciais do Ensino Fundamental 81

Alessandra Pedro de Sousa Nascimento, Laura da Silva e Silva, Loreane Talita Silva Salles, João Luiz Nunes do Nascimento

DOI: 10.36229/978-65-5866-379-9.CAP.08

SUMÁRIO

Capítulo 9: Autismo na escola: os desafios e estratégias presentes no processo de escolarização de crianças autistas 94

Jessica Gomes de Araújo, João Luiz Nunes do Nascimento

DOI: 10.36229/978-65-5866-379-9.CAP.09

Capítulo 10: Educação de Jovens e Adultos: causas que influenciam os alunos ao abandono escolar em uma escola da rede municipal de ensino da zona norte de Manaus 102

Bianca da Mota Sena, Juliana Martins Maciel, Luana Beatriz Sousa Silva, João Luiz Nunes do Nascimento

DOI: 10.36229/978-65-5866-379-9.CAP.10

Capítulo 11: Formação de professores e o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena. O que falta para a efetivação da lei..... 114

Jeany de Andrade Uchôa, João Luiz Nunes do Nascimento

DOI: 10.36229/978-65-5866-379-9.CAP.11

Capítulo 12: Formação docente e a prática pedagógica: desafios e possibilidades.... 124

Adriana Baiato dos Santos, Erijane Gomes Pequeno, Estherfany Silvia de Brito Viana, Rosely Gomes Pequeno, Klyssiane Uchôa Souza Lopes

DOI: 10.36229/978-65-5866-379-9.CAP.12

Capítulo 13: Musicalidade como estratégia e estímulo emocional no ensino de inglês como língua estrangeira 133

Marcus Vinícius Araújo do Nascimento, João Luiz Nunes do Nascimento

DOI: 10.36229/978-65-5866-379-9.CAP.13

Capítulo 14: O desenvolvimento socioemocional de alunos com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) nos anos iniciais do Ensino Fundamental do 1º ao 3º ano..... 142

Cristiane dos Santos Ferreira, Franciane dos Santos Conceição, Savana Estefani dos Santos Nogueira, Taís Monteiro Barros, João Luiz Nunes do Nascimento

DOI: 10.36229/978-65-5866-379-9.CAP.14

Capítulo 15: O impacto da escola dualista no processo educativo 154

Edna Carolina Felix da Silva Silva, Francyane Rodrigues de Castro, Jéssica Medeiros de Magalhães, Klyssiane Uchôa Souza Lopes, Maria do Perpétuo Socorro Bandeira Morais

DOI: 10.36229/978-65-5866-379-9.CAP.15

SUMÁRIO

Capítulo 16: O processo de ensino aprendizagem da Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental I 165

Núbia de Souza Bernardes, Daiana Almeida Assis, João Luiz Nunes do Nasccimento

DOI: 10.36229/978-65-5866-379-9.CAP.16

Capítulo 17: O professor e o uso das "Tecnologias Digitais" em sala de aula no curso de Pedagogia em uma IES privada na cidade de Manaus 174

Mariane Anveres dos Santos, João Luiz Nunes do Nascimento

DOI: 10.36229/978-65-5866-379-9.CAP.17

Capítulo 18: O transtorno da esquizofrenia: um estudo bibliográfico das possibilidades de escolarização da criança em idade escolar 184

Beatriz da Silva Souza, Fabiola Esquerdo Pinto, Leonam dos Santos Campos, Márcia Valéria Vieira de Freitas, Klyssiane Uchôa Souza Lopes, Maria do Perpétuo Socorro Bandeira Morais

DOI: 10.36229/978-65-5866-379-9.CAP.18

Capítulo 19: O uso da letra cursiva no processo de letramento: a importância da coordenação motora fina aos 6 anos de idade 193

Geovânna Patricia Pantoja da Silva, Jorge Willian Gonçalves Simões, Lucas dos Santos Pessoa, Klysiane Uchôa Souza Lopes

DOI: 10.36229/978-65-5866-379-9.CAP.19

Capítulo 20: O uso de jogos educativos no processo de ensino e aprendizagem na Educação Infantil 202

Amanda Estheffanny Soares Costa, Luana Batista do Nascimento, Rebeca Coelho Pena, Klyssiane Uchôa Souza Lopes

DOI: 10.36229/978-65-5866-379-9.CAP.20

Capítulo 21: Os desafios do processo de inclusão de alunos com TEA no Ensino Superior 212

Sara Cordeiro Rebolças, Thiciane Monteiro de Moraes, Elizandro Aparecido Rocha dos Santos, João Luiz Nunes do Nascimento

DOI: 10.36229/978-65-5866-379-9.CAP.21

Capítulo 22: As dificuldades de aprendizagem dos alunos com depressão no Ensino Fundamental I 224

Flávio Henrique Paiva Lira, Karleane dos Santos Silva, Luana Dias Pena Forte, Thaires da Silva Campos, Klyssiane Uchôa Souza Lopes

DOI: 10.36229/978-65-5866-379-9.CAP.22

Capítulo 1

A contribuição da contação de histórias para o aprimoramento da leitura com alunos no processo de alfabetização e letramento durante os anos iniciais

Cleide Cristina Marques Moura [1]
Flavia Railla Lopes da Silva [2]
Olga Michelle Quiroz Damas [3]
Lidia Maciel do Nascimento [4]
Klyssiane Uchôa Souza Lopes [5]
Maria do Perpetuo Socorro Morais [6]

Resumo: O trabalho de conclusão de curso tem como finalidade apresentar as contribuições da contação de histórias para o aprimoramento da leitura no processo de alfabetização e letramento. Sabe-se que a contação de histórias como recurso pedagógico no processo de alfabetização e letramento tem como função ensinar a ler, escrever e interpretar textos, visto que a contação de histórias atrai, envolve os alunos, motiva, eleva a autoestima, estimula diferentes áreas do cérebro, aumenta a sensibilidade, criatividade, capacidade de concentração e fixação de dados. A mesma é cada vez mais, considerada uma ferramenta de ação pedagógica utilizada para alfabetizar, resgatar a cultura e auxiliar na construção do conhecimento das crianças. Desta forma reconhece-se a importância do processo de alfabetização e letramento através da contação de histórias, visto que os alunos vivenciam as histórias de forma lúdica, sendo expostos a diferentes tipos de textos e estruturas linguísticas, por conseguinte expandem habilidades de decodificação, e compreensão. Pesquisas através de análises de livros, artigos e estudos acadêmicos pré-existentes foram o princípio para a construção deste projeto, para que todas as ideias e teorias estivessem de acordo com o conteúdo.

Palavras-chave: Alfabetização, aprendizagem, contação de histórias, letramento.

[1] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fametro.
[2] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fametro.
[3] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fametro.
[4] Graduanda do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Fametro.
[5] Especialista em Psicopedagogia. Centro Universitário Nilton Lins.
[6] Mestre em Ciências da Educação. Universidade Estadual do Amazonas.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso é de cunho bibliográfico tendo como finalidade apresentar as contribuições da contação de histórias para o processo da alfabetização e letramento. Dando ênfase na Lei 14.407/22, que altera a LDB - Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelecendo no inciso XI - "alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos". A LDB, nos faz refletir sobre o processo de aprendizagem na educação infantil, visto que:

> A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Lei nº 9394/96, art.29).

As abordagens e diretrizes para a prática da contação de histórias são essenciais e podem variar de acordo com as políticas educacionais. A prática da contação de histórias é essencial, porque envolve e encanta o educando, estimulando a sua imaginação e sua criatividade. Além disso, ela transmite valores, cultura e conhecimentos, aprimorando o desenvolvimento da leitura e interpretação das crianças.

Ao vivenciar histórias contadas de maneira lúdica, os alunos são inseridos a diferentes tipos textuais e a estruturas linguísticas, o que amplia habilidades de decodificação e compreensão. Além do que as narrativas proporcionam contextos ricos para melhor aprendizado sobre personagens, enredos e cenários. Ampliando o conhecimento do mundo e a construção do vocábulo.

O processo de alfabetização se concretiza na sociedade, visto que precisa levar em consideração a cultura e o tempo de cada estudante para compreender esses processos, cabe ao professor propor atividades que envolvam as práticas sociais das crianças, buscando assim alfabetizar letrando. Alguns métodos ainda utilizados estão ultrapassados e não despertam nos alunos a magia, o encantamento pelo que ainda não foi descoberto, e a contação de histórias pode contribuir para que as aulas se tornem mais alegres e favoráveis à aprendizagem.

Hoje, os educadores têm a necessidade de ser mais do que bons professores, precisam ser facilitadores do aprendizado, trabalhando com novas técnicas e de maneira ampla, para enxergar o aluno como um ser constituído de inteligência e emoção, visto que, no decorrer da vida acadêmica é possível experiências prática para que ocorra o aprendizado. Pensando neste pressuposto, Andrade (2005), nos faz pensar que:

> É, portanto, o Estágio, uma importante parte integradora do currículo, a parte em que o licenciando vai assumir pela primeira vez a sua identidade profissional e sentir na pele o compromisso com o aluno, com sua família, com sua comunidade com a instituição escolar, que representa sua inclusão civilizatória, com a produção conjunta de significados em sala de aula, com a democracia, com o sentido de profissionalismo que implique competência - fazer bem o que lhe compete. (ANDRADE, 2005, p. 2).

Podemos retratar que o estágio supervisionado surgiu a partir da necessidade das idas e vindas do estágio obrigatório, ou seja, precisamos participar no dia a dia na escola, a partir dessas idas e vindas percebemos as vantagens em se utilizar a contação como

ferramenta pedagógica. Com a praticidade dos dias atuais, ler tem se tornado algo que não interessa o estudante, a leitura se tornou algo banal para ele, mas como educadores precisamos buscar uma mudança nesse quadro.

Dessa forma, sabemos que a leitura e a escrita são habilidades cruciais para o desenvolvimento dos indivíduos em sociedade e melhorar este processo de ensino só tem a trazer benefícios aos alunos e à sociedade em geral, possibilitando a compreensão, conservação e transmissão do conhecimento ao longo das gerações, assim, promovendo a cultura e a histórias.

Quando falamos de leitura imediatamente vem em mente os mesmos métodos, afinal eles "funcionam" com a grande maioria, mas será que queremos apenas formar leitores mecânicos? Pensando nisso, a contação de histórias surge como método para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da leitura, transformando nosso aluno em um ser alfabetizado e letrado.

> Não há quem resista a querer saber o resto da história. Adultos e crianças não se conformam enquanto não conhecem o que viria a seguir. E foi exatamente assim que Sherazade, noite após noite, deixando em suspenso o que viria a acontecer no enredo de sua narrativa, salvou-se da morte a que estava fadada ao casar com o Sultão Shahriar. (Bedran, 2012, p. 20).

Contar uma história pode ir muito além de um passatempo ou um momento de diversão, pode ser o pontapé inicial de uma longa jornada de aprendizado. A curiosidade e a identificação com o que está sendo abordado são ótimas ferramentas para envolver o aluno dentro do mundo da leitura e esse é nosso objetivo envolver o aluno, aproveitar de suas vivências e fazer com que ele adentre o mundo das histórias assim passando a conhecer e se envolver com o mundo da leitura.

Versar sobre a contação de histórias na educação, é uma ferramenta facilitadora no processo de aprendizagem, tornando esse processo mais envolvente. Adicionalmente, as histórias auxiliam na construção do vocabulário e no aprimoramento das habilidades de expressão oral e escrita, além de aguçar a curiosidade e o desejo pela leitura unindo todos os propósitos principais do processo de alfabetização e letramento fomentando assim, como uma grande estratégia para ser utilizada.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC,2018), a alfabetização formal tem início em torno dos seis e sete anos de idade onde o aluno deve estar cursando o 1º e o 2º ano do ensino fundamental. No entanto, desde que nasce é inserida no mundo da linguagem. Na educação infantil, o processo de alfabetização prepara a criança para o aprendizado da leitura e escrita, afinal a alfabetização ocorre através de um processo contínuo e por etapas.

> Nesse processo, é preciso que os estudantes conheçam o alfabeto e a mecânica da escrita/leitura – processos que visam a que alguém (se) torne alfabetizado, ou seja, consiga “codificar e decodificar” os sons da língua (fonemas) em material gráfico (grafemas ou letras), o que envolve

> o desenvolvimento de uma consciência fonológica. (BNCC 2018, p.89 e 90).

Quando se trata de aprendizagem nos primeiros anos de escola, as palavras letramento e alfabetização vêm à tona. Afinal, esses são alguns dos objetivos principais do início da vida escolar. A alfabetização está imbricada na escrita alfabética, ela é ato de ensino que tem como objetivo o domínio do alfabeto, seja na leitura ou na escrita. Dizer que uma pessoa é alfabetizada é afirmar que é capaz de ler e escrever no sistema alfabético vigente.

Soares (1998, p.47) diz que: "o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e escrita, de forma que o indivíduo se torne ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado". O letramento leva em conta o contexto em que sabemos ler, escrever e nos comunicar, mas não somente pelo fato de conhecermos os símbolos do alfabeto, mas a linguagem como um produto social completo. De acordo com o dito por Ferreiro,

> A linguagem é o primeiro contato do ser humano com o mundo. Desde o nascimento, a criança é rodeada por um mundo de ideias; no princípio, representado por sons, gestos, imagens com as quais a criança vai se inteirando, reconhecendo, assimilando as impressões do mundo que a circunda desde que nascem são construtoras do conhecimento. (FERREIRO 1986, p. 188).

Quando falamos de alfabetização e letramento nos anos iniciais estamos falando em compreender que deve ocorrer muito mais do que o ensinar a ler e escrever, mas transformar o indivíduo em um ser letrado, ou seja, que saiba usar esses processos no seu dia a dia, afinal isso será uma grande necessidade diária. Uma habilidade que há pouco tempo tem sido valorizada quando se trata do processo de alfabetização e letramento.

De acordo com Magda Soares (2003), "letrar é mais que alfabetizar, é ensinar a ler e escrever dentro de um contexto onde a escrita e a leitura tenham sentido e faça parte da vivência e do contexto de vida do aluno." Desta forma se faz necessário dessa maneira que o indivíduo tenha contato constante com a leitura,entendendo assim que se a criança não for alfabetizada apresentará dificuldades em seu processo de leitura e escrita.

Nesse sentido, a alfabetização e o letramento são entendidos como processos, onde se espera que o aluno consiga aprender a ler, escrever e interpretar textos com precisão, sendo esses objetivos a serem cumpridos nesse processo. Para que isso ocorra, o processo precisa ser realizado de maneira efetiva, e o discente precisa ter uma boa base desde o início dos estudos e muitos estímulos desde o seu nascimento.

Acreditamos enquanto pesquisadoras que as crianças aprendem a ler e escrever pelas experiências que proporcionamos a elas, a percepção que essa ação nos traz, ocorre além da sala de aula, ou seja, o professor não necessita se prender as quatros paredes de sua sala de aula, deve estar aberto a ir além adicionar uso de metodologias ativas e eficazes, que possam ser um diferencial na vida deste aluno, pois eles aprendem quando o conhecimento se torna significativo para eles.

Desde o princípio os métodos tradicionais prevalecem na educação, o professor é tido como o detentor do conhecimento, assumindo uma metodologia rígida e que nega as

mudanças da sociedade, as inovações tecnológicas são ignoradas e o acesso ao conhecimento será possível através dos professores.

Afirmamos ainda que a realidade histórica é mutável, as tecnologias se modificam e modificam as relações humanas e a compreensão do processo de ensinar e aprender. Quando nos reportamos ao processo de alfabetização sabemos que a Constituição Federal (1988) no seu artigo 205 nos diz que:

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Em 1996 é criada a famosa Lei de Diretrizes e Bases da Educação, mais conhecida como LDB, realizada para garantir direitos e ir além trazendo educação gratuita e de qualidade. Estamos aprendendo em todos os momentos de nossas vidas e precisamos estar aptos para incluir o aprendizado escolar dentro disto, afinal, por que não aprender com o nosso dia a dia e nossas vivências? Podemos ir além do previsível e do tradicional.

2.2. METODOLOGIAS ATIVAS

Não adianta querer que os alunos mostrem resultados iguais, já que nenhum deles é igual, seres humanos não são produzidos em série, como robôs, há diferentes experiências que precisam ser incluídas na rotina e que possibilitam estimular seus interesses, por valorizar o cotidiano de cada um, o lugar de suas histórias e que trazem seus afetos.

Conforme Moran (2015), as metodologias precisam acompanhar os objetivos pretendidos, ou seja, unir as novas experiências com os conhecimentos já existentes, fazer o conhecimento se tornar a experiência educacional mais humana. Ideias como o autor trouxeram o surgimento de novos meios para se planejar e executar o ensino acrescendo ao nosso cotidiano. A BNCC, que veio a se tornar um documento essencial para nós, como mediadores, pois trata-se de um documento que define os objetivos de aprendizagem para todos os educandos brasileiros.

A BNCC abrange diversas áreas do conhecimento e orienta a elaboração dos currículos escolares e ainda orienta os esforços educacionais para garantir uma educação de qualidade justa e alinhada com as necessidades atuais da sociedade. De acordo com este documento:

> [...] por si só não altera o quadro de desigualdade ainda presente na Educação Básica do Brasil, mas é essencial para que a mudança tenha início porque, além dos currículos, influenciar a formação inicial e continuada dos educadores, a produção de materiais didáticos as matrizes de avaliações e os exames nacionais que serão revistos à luz do texto homologado da Base. (BNCC, 2017, p. 7).

Podemos comparar a necessidade de mudanças metodológicas com os telefones hoje em dia; os orelhões antigamente suprir nossa necessidade, mas mesmo assim continuamos buscando um meio mais eficiente de nos comunicarmos até que surgiram os telefones fixos, o telefone móvel, os smartphones e nossa comunicação se tornou mais eficiente e sabemos que essa evolução e eficiência não acabam por aí.

Da mesma maneira, devemos pensar nas metodologias atuais, precisamos evoluir, não é porque o método tradicional funciona que não podemos nos aprimorar. Daí surge a necessidade da utilização das metodologias ativas que são meios de tornar nossos alunos protagonistas do processo de aprendizagem os motivarem a aprender. A utilização das metodologias ativas traz vantagem dentro e fora da sala de aula ao estimular o desenvolvimento de cada aluno como pessoa, cidadão e profissional.

Oferecendo maior liberdade e autonomia para que os estudantes ampliem suas habilidades e percepções sobre o mundo ao seu redor. Trazer diferentes metodologias, ambientes e experiências proporciona novas vivências não só para o aluno, mas para o professor também, seu trabalho se torna mais prazeroso e eficaz apresentando qualidade. O aluno tem um conhecimento prévio e pode ser grandemente utilizado para transformar e desenvolver sua participação refletindo sobre o mundo e sua atuação dentro dele.

São as metodologias ativas que tornam o aluno protagonista central e os professores facilitadores deste processo. Dentro dessa visão as metodologias ativas nos trouxeram grandes estratégias como: A aprendizagem baseada em problemas, baseada em projetos, entre times ou equipes, sala de aula invertida e entre outros. A contação de histórias também pode ser incluída dentro destas estratégias, muitos assuntos conseguem ser assimilados através delas, estimulando a interação, a imaginação, o respeito, o diálogo entre outros benefícios.

2.3. DIFICULDADES NO DESENVOLVIMENTO DA LEITURA

Durante o processo de alfabetização, podem surgir alguns tipos de dificuldades para a prática da leitura, estas podem incluir desafios no reconhecimento das letras e seus sons, na compreensão do significado das palavras, na leitura fluente, na identificação de padrões de sílabas e na dificuldade em relacionar o texto com o contexto. Segundo Fonseca (2000),

> As dificuldades de aprendizagem podem ocorrer de diversas maneiras durante o processo de leitura e escrita, e a aquisição destas é um fator de suma importância para o favorecimento de conhecimentos futuros. A leitura e a escrita são ferramentas essenciais onde serão alicerçadas as figuras aquisições do conhecimento. Ou seja, é com uma leitura e escrita adquirida de forma adequada que o homem consegue entender o mundo e aprender melhor durante toda a sua vida, é o apoio das relações interpessoais, para a comunicação e leitura de mundo tanto interno como externo (FONSECA, 2004, p.58).

Além disso, fatores como a falta de estímulo à leitura e dificuldades cognitivas ou emocionais também podem afetar o processo da alfabetização e a leitura. Identificar essas dificuldades precocemente e fornecer apoio adequado pode ser fundamental para superá-las e garantir um desenvolvimento estável da leitura.

Motivar as crianças para a leitura é primordial para o desenvolvimento saudável de suas mentes. Ao cultivar o hábito da leitura, eles não apenas adquirem conhecimento, mas também fortalecem habilidades cognitivas e linguísticas. Além disso, ao investir tempo e esforço coletivos nesse estímulo, às crianças, enquanto grupo, se tornam aprendizes ávidos e desenvolvem uma apreciação duradoura pela riqueza dos livros.

Vygotsky (1991, p. 115) destaca que o ensino, quando conduzido de maneira sistematizada, desempenha um papel fulcral na formação das crianças. Nesse contexto, a beneficiam não apenas do conteúdo ensinado, como também da estrutura organizada que promove uma compreensão mais profunda. O aprendizado coletivo, dentro desse sistema, permite que as crianças desenvolvam habilidades cognitivas e sociais de maneira mais integrada, preparando-as de maneira abrangente para os desafios futuros.

De acordo com a autora Emília Ferreiro, a concepção da leitura e escrita não é um processo linear e direto de associação de letras a sons, mas sim, um processo de construção gradual onde as crianças passam por diversos estágios de compreensão até alcançarem a compreensão completa.

Segundo Ferreiro (1999) "A alfabetização não é um estado ao qual se chega, mas um processo cujo início é na maioria dos casos anterior à escola é que não termina ao finalizar a escola primária". Sugere que a aquisição da leitura e da escrita não é apenas sobre decodificar letras e palavras, além disso envolve a compreensão de como a linguagem e a comunicação estão interligadas com a experiência e a compreensão do próprio mundo da criança.

2.4. A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS

A contação de histórias é uma arte milenar, desde o princípio o homem conta histórias e essa habilidade vem sendo passada de geração a geração, seja contando sua própria histórias ou a dos fatos acontecidos por gerações, os seres humanos construíram e repassaram os seus conhecimentos e habilidades fazendo muita diferença para nos tornar o que somos hoje.

> Não existe povo algum que não se orgulhe de suas histórias, de suas lendas e de seus contos característicos. É a lenda a expressão mais delicada da literatura popular. O homem, pela estrada atraente dos contos e histórias, procura evadir-se da vulgaridade cotidiana, embelezando a vida com uma sonhada espiritualidade. Decorre daí a importância das histórias. (TAHAN. Apresentação in: GALLAND, 2002, p. 15).

Podemos perceber que independente do povo a que a pessoa pertença, ela entende a importância de sua história, afinal a história de seus antepassados é o que constrói o seu ser, sendo impossível não valorizar, afinal, seria o mesmo que desvalorizar a si mesmo e sua história. Contar histórias vai além de contar, lendas e contos surreais é compartilhar vivências seja de forma oral ou escrita.

Apesar da idade que o indivíduo tenha, com toda certeza ouviu histórias quando crianças, e além disso você viveu e contou suas experiências de vida para seus filhos, amigos entre outras pessoas ao seu redor, o que não é nada além do que contar histórias, no caso nossos antepassados fazem o mesmo desde a pré-história, a arte rupestre são grandes histórias contadas através de desenhos em paredes de cavernas com cerca de 45,5 mil anos e por esse motivo conseguimos compreender os fatos ocorridos naquele período.

No livro a arte de contar histórias no século XXI, segundo Busatto (2006) nos faz refletir como contar histórias não é somente à época a qual as pessoas se reuniam ao redor do fogo ou da cama para repassá-las há uma evolução suas histórias, mas que vai evoluindo para a atualidade. Sejam as histórias clássicas ou as mais atuais em quadrinhos, precisamos enquanto pedagogos estimular nossos alunos no momento da contação de histórias.

Segundo Bedran (2012) "O professor contador de histórias promove em seu cotidiano o fazer artístico das crianças que passam a construir obras criativas a partir da repercussão que as imagens poéticas das narrativas promovem dentro delas." Contar histórias estimula nossos alunos a serem inventivos, a lerem e escrever histórias. Apresentando-se como ferramenta para estimular o interesse na leitura e consequentemente seu desenvolvimento, afinal o ser humano busca aprender e se aprimorar cada vez mais em algo que seja prazeroso e interessante ao seu ver.

Visto que a história desempenha um papel fundamental no cotidiano das pessoas desde a antiguidade, contar histórias oferece diversas vantagens ao ouvinte. Além de transmitir informações, ajuda a melhorar suas habilidades de escuta, visto que somente consegue entender a história quando presta atenção no narrador, a contação também desperta a curiosidade quando o narrador faz uma pausa na história.

Desta forma ao contar histórias, conseguimos aguçar o aprendizado, o crescimento e até mesmo o desenvolvimento cognitivo a escuta e a percepção da criança, e por meio da curiosidade despertamos no ouvinte o interesse pela leitura, o que por sua vez leva à imaginação, mentalização e antecipação, ao aprendizado e ao enriquecimento do vocabulário, outros benefícios, ofertados são o desenvolvimento da inteligência emocional, e a melhora na comunicação pessoal.

Deve-se realçar o benefício que a contação de histórias nos proporciona na compreensão da nossa cultura da história e das tradições, dos nossos antepassados. Cita-se ainda o benefício que essa transferência de informações nos trouxe, ao pararmos para pensar: O que teria acontecido se nossos ancestrais não tivessem nos transmitido suas experiências?

Segundo Neder (2009) "Ouvir histórias estimula a imaginação, educa, instrui e desenvolve as habilidades cognitivas, além de fornecer o ponto de partida para se introduzir o conteúdo programático." A contação de histórias como já citado é uma ferramenta que incentiva a leitura, estimula a imaginação, raciocínio e melhora o vocabulário da criança, a possui vantagem de desenvolver habilidades cognitivas através de atividades lúdicas, com fantoches, desenhos, sombras entre outros recursos.

As rotinas em sala de aula demonstraram que os métodos tradicionais ainda são muito utilizados nas escolas apesar de não apresentarem tanta eficácia para alcançar os objetivos da educação: a construção do cidadão crítico, consciente, preparado para o

mercado de trabalho. Para que isso aconteça é necessário instigar o aluno para que ele se torne corresponsável pela sua aprendizagem, ou seja, seja ativo no processo de aprender.

Motivar o aluno é algo que traz mais resultados do que repassam diversas informações e conteúdo para decorar. A contação de histórias passa a frente as vivências, das religiões, das crenças ou dos costumes dos antepassados, é uma arte criada na mente, passada para o coração e desenvolvida com o corpo.

Dewey (1979, p. 43) afirma: "Aprender é próprio do aluno: só ele aprende, e por si; portanto, a iniciativa lhe cabe. O professor é um guia, um diretor; pilotar a embarcação, mas a energia propulsora deve partir dos que aprendem", sendo assim foi por essa razão que surgiu a ideia de unir o processo de alfabetização com a contação de histórias.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

As pesquisadoras utilizaram a pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico buscando fazer com que o professor consiga contemplar a importância da contação de histórias para o aprimoramento da leitura em alunos no processo de alfabetização. Esse método empírico baseou-se na experiência de estágio supervisionado onde chegamos à conclusão que existe um grande déficit quando falamos em alfabetização e letramento.

Segundo Fonseca (2002, p.32) "a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referenciais teóricos, já analisados, e publicadas por meios físicos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web site". Sendo assim, a pesquisa de cunho bibliográfico oportuniza que sejam apurados dados que serviram como base para a análise. De acordo com Denzin e Lincoln (2006),

> [...]a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

Podemos dizer que a pesquisa qualitativa atribui importância fundamental aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles. Nessa perspectiva, esse tipo de pesquisa preza pela descrição detalhada dos fenômenos e dos elementos que o envolvem.

O projeto fora construído através de análises de livros, artigos e estudos acadêmicos pré-existentes. Os estudos deram-se de modo virtual e físico, na busca dos teóricos que mais se encaixavam na proposta do projeto de pesquisa e foram feitas observações. Desta forma, o projeto passou pelas seguintes etapas:

Inicialmente a escolha da temática se deu a partir da rotina encontrada no ambiente escolar. Sendo uma escolha fulcral para a construção do projeto. Em seguida buscamos trabalhar o estado da arte, onde focamos em desvelar o conteúdo construído baseado nos teóricos estudados, para abordar assunto relacionado a contação de histórias, alfabetização e letramento e como ambos assuntos juntos contribuem para o aprendizado dos alunos.

Traçamos também os objetivos este tópico é consequência do anterior, após a escolha do tema foi preciso especificar o que iriamos abordar especificamente e assim foram decididos os objetivos gerais e específicos que nortearam a pesquisa apresentada.

Logo em seguida buscamos justificar nossas escolhas, e após a definição do tema e seus objetivos, surge a questão "Por que escolhemos enquanto pesquisadoras abordar contação de histórias e alfabetização e letramento?". Este questionamento é de extrema importância, já que define realmente o tema que necessita ser trabalhado.

Fomos então em busca de traçar os caminhos da nossa pesquisa e decidimos utilizar na metodologia a definição de como seria realizada a pesquisa, e neste caso escolhemos trabalhar com a abordagem qualitativa, bem como definimos que nossa pesquisa seria de cunho bibliográfico, com base também na vivência dos estágios supervisionados realizados durante o curso.

Utilizamos como referências teóricas que a partir do estado da arte pudesse nos dar uma base teórica sólida para realizarmos a nossa pesquisa, essa etapa demorada e delicada, pois tivemos que selecionar os autores que melhor se encaixam em nossa proposta e pudessem desvelar a problemática elencada.

Para analisarmos o contexto a partir do referencial teórico se fez necessário realizarmos uma análise minuciosa das obras estudadas, bem como ter um olhar crítico e investigativo para finalmente definirmos em que fontes de fato iriamos nos imbuir para fundamentar nosso trabalho. Assim se deram as etapas para a construção total deste projeto, cujas ideias e teorias pudessem estar alinhadas à problemática proposta. Desse modo obtivemos o resultado final apresentado corretamente, de forma coerente e direta.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em busca de resultados significativos e ascendentes com os alunos, vimos a necessidade de inovar as aulas usando a contação de histórias como recurso pedagógico e os alunos como protagonistas da aprendizagem. Visto que existe muito déficit no processo de alfabetização e letramento a proposta de usar a contação de histórias como um instrumento para que as aulas sejam atrativas. Desta forma quanto mais cedo o aluno for exposto a situações significativas de leitura e escrita trabalhando de forma lúdica, melhor será sua relação com a cultura letrada durante sua escolaridade. Segundo Bedran (2012, p. 15).

> [...]a criança que ouve histórias cotidianamente desperta em si a curiosidade e a imaginação criadora e ao mesmo tempo tem a chance de dialogar com a cultura que a cerca e, portanto, de exercer sua cidadania. Sendo assim contar histórias para as crianças de forma lúdica traz benefícios para seu desenvolvimento na alfabetização e letramento.

Além disto a contação de histórias também poderá ser usada como ferramenta interdisciplinar e estender a leitura para além dos livros tradicionais proporcionando uma formação mais cidadã. Segundo Paulo Freire (1989), quando a criança chega à escola há uma ruptura com a sua leitura de mundo, o que a torna desinteressada pelo ato de ler no ambiente escolar.

A criança não se vê como agente ativo na maioria das situações vividas que envolvem a leitura dentro da escola. Se colocam fora da esfera literária como se as atividades fossem atribuições apenas para os professores ou quaisquer outros adultos dentro do ambiente escolar, fato esse que justifica a ideia de que na contação de histórias, a criança passa a ter o papel de protagonista no seu processo de aprendizagem.

Ou seja, a contação de histórias é uma ferramenta ativa, onde o aluno também se coloca dentro da leitura sendo o personagem principal, ele não apenas entende o conteúdo abordado, mas interage com o mesmo. Criar e recriar histórias traz às discentes vivências do imaginário dentro da aprendizagem, recebendo o poder que outras áreas não dariam de maneira isolada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo é voltado para uso da contação de histórias no processo de alfabetização e letramento, o mesmo possibilita ressignificar os saberes, as reflexões sobre a utilização da contação de histórias como recurso pedagógico ativo, visto que há muita deficiência por parte dos atores que permeiam esse espaço na maneira de retratar e contar essas histórias. Assim, tal experiência possibilitam a articulação entre os conhecimentos teóricos desenvolvidos no espaço acadêmico, quando nos referimos ao processo de graduação, quanto mais inovarmos, mais aprendermos nos possibilitará desenvolver técnicas que possam cada vez mais aguçar a curiosidade de nossos alunos.

As dificuldades no desenvolvimento da leitura representam um obstáculo significativo nas jornadas educacionais. Desta forma é fundamental reconhecer que com intervenção precoce, estratégias pedagógicas adequadas e apoio emocional, essas dificuldades podem ser superadas. O comprometimento das famílias, educadores e profissionais da área da educação desempenha um papel fundamental no auxílio a indivíduos que enfrentam desafios na leitura, proporcionando-lhes as ferramentas e o apoio necessários para alcançar o sucesso na aprendizagem.

Usar a contação de histórias como recurso pedagógico no processo de alfabetização e letramento faz com que a criança coloque em prática a habilidade de capacitação de concentração, criatividade e fixação de dados, pois as mesmas são utilizadas nas suas futuras experiências. Ter o bom senso de utilizá-la como instrumento pedagógico, como um recurso auxiliador da prática e não como única fonte, fazendo dela, posteriormente, uma ação desgastada e já sem prazer.

Em síntese essa abordagem sendo utilizada de forma lúdica e criativa traz para sala de aula um momento de diversão e aprendizagem, consequentemente usar metodologias ativas beneficia o aluno a ser o protagonista do seu processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

[1] ANDRADE, Arnon Mascarenhas de Andrade. O Estágio Supervisionado e a Práxis Docente. In: SILVA, Maria Lucia Santos Ferreira da. (Org.). Estágio Curricular: Contribuições para o Redimensionamento de sua Prática. Natal: EdUFRN, 2005.

[2] BEDRAN, Bia. A arte de cantar e contar histórias. Ed. Nova Fronteira. 2012

[3] BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

[4] BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

[5] BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

[6] BRASÍLIA. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB - Lei n° 14407/22, de 12 julho de 2022.

[7] BUSATTO, Cléo. A arte de contar histórias no século XXI. Ed. Vozes. 2006

[8] DENZIN, N. K e LINCOLN, Y.S (Orgs). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed Porto Alegre: Artmed, 2006.

[9] DEWEY, John. Como pensamos. Tradução: Haydée Camargo Campos. São Paulo: Nacional, 1979 a. Atualidades pedagógicas; vol. 2.

[10] FERREIRO, Emilia. Com Todas as Letras. São Paulo: Cortez, 1999. 47p v.2J.

[11] FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila[2]

[12] FONSECA, V. Dificuldades de aprendizagem, abordagem neuropsicológica e psicopedagógica ao insucesso escolar. 4 ed. Lisboa: Ancora Editores, 2004

[13] FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

[14] FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam. 23.ed. São Paulo. Autores associados: Cortez, 1989.

[15] GALLAND, Antoine. As mil e uma noites. Apresentação de Malba Tahan. Tradução: Alberto Diniz. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

[16] MORAN, J. . Mudando a educação com metodologias ativas, 2015.

[17] NEDER. Divina Lúcia de Souza Medeiros et al. Importância da contação de histórias como prática educativa no cotidiano escolar. Pedagogia em ação, v. 1, n. 1.

[18] SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

[19] SOARES, Magda, Letramento e alfabetização: as muitas facetes. Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita. 2003.

[20] VIEIRA, M. M. F. e ZOUAIN, D. M. Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática. Rio de Janeiro: editora FGV, 2005.

[21] VYGOTSKY, Lev Semenovich. A formação social da mente. 4. ed. p. 115. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Capítulo 2

A importância da música no desenvolvimento da criança na Educação Infantil

Morgana Cristina Sousa do Nascimento[1]
João Luiz Nunes do Nascimento[2]

Resumo: O presente artigo discute sobre a Importância da música para o desenvolvimento da criança na Educação Infantil, tendo como problema o seguinte questionamento: Qual a importância e os benefícios que a música pode proporcionar em sala de aula no desenvolvimento e na aprendizagem de crianças pequenas na Educação Infantil.? E tendo como objetivos específicos: Relatar a importância da música no desenvolvimento da criança, apontar a importância da música para o ensino e aprendizagem de atividades realizadas em sala de aula como um recurso didático, e descrever os benefícios que podem ser proporcionados pela música como o surgimento de habilidades essenciais para o desenvolvimento da criança. E tem como objetivo geral apresentar a importância da música no desenvolvimento global de crianças em fase pré-escolar, bem como os benefícios que ela pode proporcionar em sala de aula como uma importante ferramenta de ensino no ambiente escolar. Este trabalho foi realizado com base em pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Música, Educação Infantil, desenvolvimento, aprendizagem.

[1] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário FAMETRO.
[2] Licenciado em Pedagogia e Especialista em Gestão de Pessoas Coaching.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo mostrar a importância da música para o desenvolvimento da criança na Educação Infantil, cuja a pesquisa é a bibliográfica. A música desempenha um papel muito importante para o aprendizado e desenvolvimento integral da criança, trazendo benefícios que auxiliarão no crescimento e também no surgimento de habilidades cognitivas, afetivas e psicomotoras.

A música também serve de grande ajuda para os educadores em sala de aula, pois por meio da mesma é possível a realização de atividades que auxiliemno aprendizado das crianças, pois a música é um meio de comunicação rica em detalhes com um grande poder de linguagem e memorização, a tornando assim um instrumento e recurso valioso para a aprendizagem.

A música é um dos elementos culturais de grande influência e importânciapara a sociedade, capaz de unir as pessoas por meio de sua linguagem universal,sendo utilizada nos mais diversos lugares e momentos. Aidar (2019) afirma que "a história da música é muito antiga, visto que desde os primórdios os homens produziam diversas formas de sonoridade." Logo, a mesma se constitui de uma poderosa história através de seus sons e melodias.

A utilização da música na Educação Infantil, traz inúmeros benefícios para o desenvolvimento da psicomotricidade por meio da expressão corporal, além de desenvolver também a linguagem, fazendo a mesma um instrumento fundamentalpara o aprendizado, tornando as aulas mais divertidas, dinâmicas e auxiliando também na memorização, concentração, imaginação e na criatividade, contribuindo também para a formação integral da criança, como afirmam Tennroller e Cunha (2012, p.2):

> A música é uma ferramenta que colabora para a formação integral da criança, com ela a criança tem acesso ao mundo lúdico onde a mesma se expressa e cria e o mundo das letras, ensinar utilizando a música como um meio de valorizar uma peça musical, o teatro os concertos, conhecendo assim os vários gêneros musicais, construindo assim uma autonomia, criatividade e a produção de novos conhecimentos.

Um ponto importante que será apresentado, está centrado sobre a importância de introduzir a música no ambiente escolar, com destaque as muitasfuncionalidades que a mesma possa proporcionar como ferramenta pedagógica de ensino em diversas disciplinas e conteúdos, onde o papel do professor é fundamental para a efetivação desse processo, por meio do planejamento das aulas e da ludicidade.

Entender sobre a importância da música na Educação Infantil é um fator importante para a realização dessa pesquisa, tendo como objetivo geral: Apresentar a importância da música no desenvolvimento global de crianças em fase pré-escolar, bem como os benefícios que ela pode proporcionar em sala de aula como uma importante ferramenta de ensino, e tendo como obejtivos específicos: Relatar a importância da música no desenvolvimento psicomotor, emocional e social da criança, apontar a importância da música para o ensino e aprendizagem de atividades realizadas em sala de aula como um recurso didático,e descrever os benefícios que podem ser proporcionados pela música, como o surgimento de habilidades essencias para o desenvolvimento da criança como a memória, a afetividade, etc. E a motivação para a realização da pesquisa e escolha do tema se deu devido devido as minhas experiências em sala de aula durante a

realização do meu estágio, ao qual a partir das observações feitas sobreo modo como as professoras utilizavam a música como ferramenta de ensino emsuas aulas, acabou em me despertar o interesse em aprofundar e estudar mais sobre o assunto.

Quanto a estrutura do texto, os capítulos estão organizados da seguinte forma: No capítulo 1 será abordado sobre a importância da música no contexto escolar, apresentando sobre como a mesma pode contribuir para o desenvolvimento e apredizagem. No capítulo 2 abordaremos sobre a música como facilitadora da aprendizagem, falando sobre seus grandes beneficios para o ensino. E por fim, no capítulo 3 será abordado sobre a música na Educação Infantil, e suas contirbuições para o desenvolvimento das habilidades pscicomotoras e cognitivas, e o papel dos professores na realização das atividades. Em seguida será apresentado os resultados e discussões referentes apesquisa, e por fim as consideracões finais em relação a conclusão do estudo quefora desenvolvido.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NO CONTEXTO ESCOLAR

A música é uma das mais belas artes que existem, pois ela é capaz de proporcionar sentimentos, sensações e a imaginação. E no contexto escolar nãoseria diferente, pois a música pode auxiliar de muitas maneiras para o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos. A música é uma forma de arte unindo sons e ritmos, sendo também um excelente meio de comunicação. Araújo(2019) afirma que:

> Desta forma, no contexto da educação básica é fundamental inserir a arte como um instrumento para a mudança do ser humano em sua integridade, pois desperta sua atenção, sensibilidade, percepção, imaginação, ordena e dá sentido a experiência humana.

Logo, a música como qualquer outra forma de arte quando inserida como componente curricular no meio educacional, é capaz de contribuir para o desenvolvimento integral da criança. E utilizá-la em sala de aula com os alunos, pode contribuir para a descoberta da grande diversidade cultural, ao qual a mesma se faz presente nos mais diversos ritmos, linguagens e contextos. Por isso, é importante que antes de apresentar determinada música, seja feita uma análise rigorosa sobre a canção que será utilizada, sendo necessária uma adaptação e escolha adequada de acordo com a faixa etária e desenvolvimento intelectual dosdiscentes.

A música pode ser uma excelente forma de se trabalhar o desenvolvimento das crianças desde muito cedo, principalmente na Educação Infantil onde são trabalhados importantes aspectos para o desenvolvimento global da criançacomo, a coordenação motora, a cognição, entre outros. E a música se enquadra muito bem para o desenvolvimento desses aspectos, pois quando utilizada de forma educativa e adequada para cada faixa etária, acaba por ajudar no desenvolvimento psicomotor, emocional e social da criança, pois segundo Soarese Rubio (2012), a música:

> Pode contribuir com a aprendizagem, favorecendo o desenvolvimento cognitivo/ linguístico, psicomotor e sócio-afetivo da criança, pois, já que estão todos correlacionados; áreas indissociáveis formam um único ser provido de necessidades, seja social, seja afetiva.

Logo percebe-se que a música, pode ser utilizada como instrumento pedagógico para a formação cognitiva, linguística e social da criança, despertandonela também o lado emocional, pois a música é capaz de transmitir muitas sensações e emoções através de suas melodias e letras, fazendo também com que a criança crie um gosto pela música.

E as habilidades que são adquiridas, são favorecidas através dos benefíciosque são proporcionados pelo uso da música seja em casa ou no ambiente escolar, no qual os professores são fundamentais para que ocorra esse processo, como afirma Figueiredo (2012, p.87):

> O trabalho com o corpo, o uso da voz, a criação musical, a experiência musical a partir de diferentes vivências, são todos elementos trazidos por eminentes educadores que conceberam a educação musical para todos. Tais elementos são perfeitamente aplicáveis nos dias de hoje, desde que devidamente contextualizados para que continuem cumprindo um papel metodológico relevante na formação musical das futuras gerações.

Logo, é importante que a musicalização em sala de aula, bem como os conteúdos que são selecionados pelos educadores, proporcionem que as crianças desenvolvam benefícios e habilidades, que gerem nelas também a capacidade de expressarem e ampliarem seus conhecimentos sobre o mundo.

A utilização da música no ambiente escolar pode contribuir para o aprendizado de muitas habilidades que são importantes para o desenvolvimento,como a linguagem, a memória, a cognição, a imaginação e a criatividade. Criandotambém muitas possibilidades de aprendizagem, com atividades dinâmicas e diversificadas, proporcionando também muitos benefícios. Brasil (2018, p.154) afirma que:

> A música inserida no ambiente escolar ativa também outras funções da criança, como linguagem, criatividade, raciocínio, sendo realizada em sala de aula de forma prazerosa, transformando o ambiente propício para várias aprendizagens, para um melhor desenvolvimento humano.

Diante disso, é de grande importância que a música seja inserida na escola,pois a mesma traz inúmeras possibilidades de ser trabalhada de forma a proporcionar a aprendizagem, e o desenvolvimento de diversas habilidades tão importantes para o desenvolvimento global e integral dos alunos. Pois as crianças gostam e se sentem muito atraídas pela música, e ao aproveitar essa grande satisfação, é possível estimular o convívio social e a potencialização do aprendizado.

2.2. A MÚSICA COMO FACILITADORA DA APRENDIZAGEM

A Música pode ser uma aliada ferramenta de ensino em sala de aula, pois amesma tem um papel importante para o desenvolvimento da criança. Por isso é importante que os professores estejam preparados e utilizem métodos, dinâmicase atividades que possam facilitar a aprendizagem por meio da musicalização, proporcionando um aprendizado significativo e produtivo. Oliveira (2016) afirma que: "a musicalização é um processo de desenvolvimento para um aluno na construção do conhecimento musical com o objetivo de despertar e desenvolver o gosto musical da criança."

A música pode ser utilizada em diversas atividades como cantigas de rodae em atividades de trabalhem a coordenação motora, a comunicação e a interaçãoentre grupos. E é também utilizada em inúmeras áreas do conhecimento, estimulando o desenvolvimento e a melhora da aprendizagem por meio daassimilação de diversos conteúdos, pois a música contribui para a memória, principalmente nos primeiros anos de vida, como afirma Bueno:

> A música é uma grande ferramenta muito importante para a assimilação dos diversos conteúdos na rotina dos alunos, pois transporta para o universo dos mesmos, de forma lúdica, os conceitos científicos dediversas matérias (BUENO, 2012, p, 49).

Nesse sentido também é muito importante que a ludicidade seja trabalhada em conjunto com a música na realização das atividades, despertando a linguagemcriativa e melhorando a concentração, a memória e a criatividade, visando alcançar benefícios na formação integral da criança, além de outros aspectos como a oralidade e a coordenação motora por meio da expressão corporal.

Portanto, é importante que a musicalização seja trabalhada de maneira lúdica e harmoniosa.

A música utilizada em sala de aula é capaz de desenvolver nas crianças muitas habilidades que são essenciais ao seu desenvolvimento, que vão desde osurgimento da fala, da percepção musical, da memória, englobando também o aspecto cognitivo, cultural e social. Fonterrada (2012, p.96) afirma que:

> A música é uma atividade complexa, que requer o uso de muitas capacidades, físicas, mentais, sensíveis, emocionais. Mas, a despeito disso, pode ser, também, extremamente simples; por esse motivo, é acessível a todos que queiram dela se acercar, independentemente de faixa etária e grau de conhecimento formal. Mesmo um bebê muito pequeno já se sente atraído pela música e, ao ouvi-la, expressa-se com movimentos e balbucios, aderindo espontaneamente à prática. Por meioda música, a criança desenvolve suas habilidades corporais, perceptivas, sensíveis, que fazem parte da relação que estabelece coma música.

Portanto, nota-se a importância que a música tem ao ser apresentada a criança desde muito cedo, podendo assim contribuir para o desenvolvimento dashabilidades corporais, cognitivas e perceptivas, por meio da sua relação com a mesma.

A música na Educação Infantil pode ser trabalhada de diversas maneiras, e o professor poderá utilizá-la para o aprendizado de diversos assuntos como por exemplo com cantigas sobre as vogais, as cores e a higiene corporal, explorandoos sons e os objetos. Logo, são muitas as possibilidades de criação e utilização da música para a aprendizagem, de forma a contribuir para o desenvolvimento dediversas habilidades que contribuam para a formação integral da criança. Sobre essa perspectiva, Brasil (2018, p.41) pontua que:

> Portanto, a Educação Infantil precisa promover a participação das crianças em tempos e espaços para a produção, manifestação e apreciação artística, de modo a favorecer o desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade e da expressão pessoal das crianças, permitindo que se apropriem e reconfigurem, permanentemente, a cultura e potencializem suas singularidades, ao ampliar repertórios e interpretar suas experiências e vivências artísticas.

Um dos grandes benefícios que a música pode proporcionar é a criatividadedas crianças pois, por meio das canções, dinâmicas, brincadeiras e histórias, a criança acaba adquirindo essa importante habilidade. E também quando a mesmaentra em contato com algum instrumento musical é possível o desenvolvimento emelhora da concentração e da coordenação motora. Valendo ressaltar também que além de contribuir para a aprendizagem em sala de aula, a música também contribui para a melhora do desempenho escolar, principalmente em disciplinas que demandem um grande raciocínio lógico como a Matemática. Visto que, a mesma também pode contribuir para tornar as aulas mais dinâmicas e divertidas facilitando até na fixação dos conteúdos, por isso é importante que os educadoresinsiram a música na realização de suas aulas e atividades, pois são muitos os benefícios e habilidades que podem surgir a partir dela.

2.3. A MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A música na Educação Infantil é de extrema importância pois, ajuda na formação integral da criança além de contribuir para o desenvolvimento dahabilidade cognitiva, sensorial e psicomotora. Desde muito cedo a música está presente no cotidiano da criança, seja através das cantigas de ninar cantadas pelamãe ou na escola por meio das atividades realizadas pela professora em sala deaula. Por isso, a musicalização na Educação Infantil se torna tão eficaz no ensinode crianças pequenas que ainda se encontram na fase de grandes descobertas, sendo a música uma grande auxiliadora no processo de desenvolvimento. Sobre essa perspectiva Ferreira, Gentil e Fantacini (2017, p.70) enfatizam que:

> [...] na Educação Infantil, a criança está em um universo dedescobrimento, no qual a ânsia de aprender é mais presente, e vê na música uma forma de expressão de sentimentos, emoções, expressõescorporais. Por isso, a Educação Infantil deve ser um espaço integrador e prazeroso, que possibilite à criança seu desenvolvimento integral, considerando suas particularidades, sendo capaz de desenvolver suas atividades e estimular suas múltiplas habilidades.

Logo, a música se torna uma linguagem essencial a ser utilizada na Educação Infantil. E aprender com música possibilita que a criança expresse seus sentimentos,

trabalhando o lado cognitivo e também auxiliando na construção da oralidade que é essencial para o desenvolvimento pessoal.

A música na Educação Infantil pode ser utilizada em muitas atividades como por exemplo ao utilizar sons de animais e pedir para que as crianças os reconheçam, desenvolvendo assim a memorização e a fala. E também emcantigas de rodas onde os pequenos poderão dançar e se movimentar, e dessa forma trabalhar a coordenação motora e a lateralidade. Moreira, Santos e Coelho(2014, p.48) afirmam que:

> Além da possibilidade do uso da música na forma mais simplificada, através de um simples aparelho reprodutor e o cd (mídia), acompanhado da letra e um comentário previamente elaborado, a música permite que se utilize jogos ou brincadeiras como ponto de partida para outras atividades. Jogos com etapas marcadas pela música, ou então a utilização da música com letra modificada numa espécie de paródia podem ser usados para auxiliar na fixação de conteúdo.

Logo, observa-se que dessa forma a música quando utilizada em sala de aula, gera bons resultados como técnica de ensino e aprendizagem na realização de diversas atividades.

A iniciação musical na Educação infantil ajudar a estimular as áreas do cérebro da criança, e assim auxiliar no desenvolvimento da linguagem, como a escrita e a oral. E durante a primeira infância, a criança possui uma maior capacidade de aprender, e por trazer inúmeros benefícios é que a música pode ser uma grande aliada para a aprendizagem. Como por exemplo na utilização decantigas infantis de forma lúdica com o propósito de desenvolver determinadas habilidades essenciais, para o desenvolvimento integral como a coordenação motora ao utilizar um instrumento ou ao dançar, rodar e bater palmas ao ouvir umacantiga, portanto a música é capaz de provocar inúmeras reações motoras e sentimentos de alegria que auxiliarão de forma positiva no desenvolvimento e aprendizagem das crianças. Sugaha (2016, p. 30) afirma que:

> Quando a criança canta, movimenta-se, mostrando em sua expressão o que sente e como sente. A Música provoca reações motoras que se traduzem por mudanças no tônus muscular do rosto expressando as emoções, por isso, a expressão da criança se modifica ao escutar Música. Então, o sentimento de alegria produzido pela Música, pode serpercebido graças à expressão tônica da emoção, assim como é possívelperceber a presença dos três níveis de deslocamento corporal, presentes na ação de cantar e dançar: deslocamento de equilíbrio, de locomoção e de reações corporais.

O trabalho do professor em sala de aula é essencial para o aprendizado dosalunos, e trabalhar utilizando a música se torna crucial para o desenvolvimento global das crianças, e são muitas as atividades que podem ser planejadas e executadas, e as musiquinhas infantis são riquíssimas para o aprendizado, pois são capazes de despertar nas crianças o conhecimento, a expressão e a socialização além de muitos outros benefícios. Por isso, o papel do educador é fundamental para tornar a musicalização na educação Infantil uma rica ferramentapara a aprendizagem, favorecendo descobertas que facilitam o processo de formação e desenvolvimento infantil.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O procedimento utilizado para a realização desse referido artigo, se deu a partir do tipo de pesquisa escolhido que foi a Bibliográfica, e com isso os principaisinstrumentos a serem utilizados foram as pesquisas na internet de artigos, vídeos,sites e obras literárias que abordassem sobre o tema escolhido para a realizaçãoda pesquisa. Severino (2000, p.106) afirma que a pesquisa Bibliográfica:

> é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizasse de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

Logo entende- se que, a pesquisa bibliográfica é de grande importância nomeio acadêmico para a produção de diversos trabalhos científicos, auxiliando os estudantes na pesquisa em diversas fontes, que muito contribuem para o desenvolvimento da mesma.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a realização dessa pesquisa, foi possível compreender de fato que a música pode proporcionar muitos benefícios para o desenvolvimento da criança na Educação Infantil, a tornando um instrumento fundamental para o aprendizadoe trazendo inúmeros benefícios para o desenvolvimento da psicomotricidade por meio da expressão corporal, além de desenvolver também a linguagem. E por meio dos apontamentos dos eixos importantes acerca de seu uso para a aprendizagem, sua importância no ambiente escolar e seus mais diversos usos na Educação Infantil. como aponta Bueno (2012, p.82):

> [...] as experiências rítmico-musicais que permitem uma participação ativa (vendo, ouvindo e tocando) favorecem o desenvolvimento dos sentidos das crianças. Ao trabalhar com os sons, ela desenvolve sua acuidade auditiva, ao acompanhar gestos ou dançar ela está trabalhando a coordenação motora e a atenção, ao cantar ou imitar sons, ela está descobrindo suas capacidades e estabelecendo relações com oambiente em que vive.

Observou-se a importância do uso correto da música em sala de aula, de forma a tornar a aprendizagem significativa e estimulante, e assim desenvolver nas crianças habilidades psicomotoras, sociais, afetivas e de raciocínio. Levandoem destaque o papel dos professores no ambiente escolar, para a elaboração e planejamento de aulas dinâmicas e prazerosas e assim, por meio damusicalização alcançar um desenvolvimento necessário para a formação integraldos discentes. Por isso vale destacar que os docentes estejam cientes do bom uso da música em sala de aula e de que a mesma, pode ser uma grande aliada para a aprendizagem e para o desenvolvimento integral da criança em sua plenitude, e que pode ser usada de forma lúdica em diversas disciplinas e atividades. Bueno (2012, p.89) acentua que:

> A participação em atividades musicais aumenta a habilidade da criança para aprender Matemática básica e Leitura. Também desenvolve

> habilidades cruciais para ter uma vida bem sucedida, como por exemplo,a auto disciplina, trabalho em grupo e habilidades para a resolução de problemas.

Notou-se também a grande influência que a música pode exercer quando inserida no ambiente escolar, favorecendo a socialização, a sensibilidade e a aprendizagem, pois a música sendo uma linguagem universal tem o poder de enriquecer culturalmente, trazendo reflexões acerca de questões filosóficas importantes para o desenvolvimento humano. Logo, a música também se torna um excelente instrumento para a aprendizagem e ensino nas mais diversas disciplinas e etapas da Educação Básica como na Educação Infantil, sendo esta uma fase importante para o desenvolvimento da criança.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da realização desse trabalho, foi concluído que a música é uma excelente arte capaz de proporcionar o desenvolvimento das habilidades individuais e coletivas das crianças no ambiente escolar, e que seu uso muito pode contribuir para a percepção musical dos alunos em relação as habilidades cognitivas, motoras e principalmente no desenvolvimento da linguagem.

Além de que ao ser utilizada na Educação Infantil, tem a capacidade de potencializar as habilidades do cérebro que foram ou ainda serão desenvolvidas.Por isso, a música é tão importante para ser usada no ambiente escolar, e é necessário que os professores, pedagogos e pais estejam cientes da sua grande importância e de seus benefícios.

A música por ser uma linguagem universal, merece ser valorizada como uma excelente ferramenta pedagógica para a realização das atividades em sala de aula, a fim de promover o aprendizado. E diante desse cenário se torna necessário que o professor tenha conhecimento da música e de suas contribuições para a assimilação de diversos conteúdos, criando estratégias de ensino de modo em que a ludicidade, e a musicalização trabalhem juntas com o objetivo de proporcionar benefícios para a aprendizagem das crianças, e assim desenvolve-las em sua integridade.

Valendo ressaltar também, que os professores ampliem suas práticas pedagógicas, alinhando novos conhecimentos e revendo seus métodos e estratégias de ensino por meio da formação continuada, esta que é de grande importância para a formação de professores, e com isso melhorar o processo de ensino e aprendizagem, e mesmo que o docente em sala de aula não seja formado em música, é possível que o mesmo faça um curso de especialização em Educação Musical, e dessa forma agregar conhecimentos em relação a música e suas práticas no ambiente escolar, como uma ferramenta didática para o ensino e aprendizagem.

Portanto, é de suma importância que a música seja inserida nas escolas, poisseus benefícios para o desenvolvimento global e para a aprendizagem são muitoimportantes para a formação da criança, resultando em experiências de aprendizado enriquecedoras.

REFERÊNCIAS

[1] AIDAR, Laura. **História da Música**. Disponível em: https://*www.todamateria.com.br/historia-da-musica*. Acessado em 03/11/2023

[2] ARAÚJO, keniaKerlley Saraiva. **A Contribuição da Música para o desenvolvimento e aprendizagem da Criança.** Brasil escola, pedagogia.

[3] BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular. Educação é a Base.** Brasília, MEC, 2018.

[4] BUENO, ROBERTO. **Pedagogia da Música-Volume 2.** Jundiaí, Keyboard, 2012.

[5] FERREIRA. Luiza Evangelista da Silva, GENTIL. Maria Laura, FANTACINI. Renata Andrea Fernandes. **As contribuições da Educação Musical para o desenvolvimento infantil.** Educação, Batatais, v. 7, n. 3, p. 63-80, jan./jun. 2017.

[6] FIGUEIREDO, Sérgio Luiz Ferreira de. **A educação musical do século XX:os métodos tradicionais.**p.85-87. In: JORDÃO, Gisele; MOLINA, Sérgio; TEHAHATA, Adriana Miritello. A música na escola. Allucci & Associados comunicações. São Paulo. 2012

[7] FONTERRADA, MarisaTrench de O. **Educação musical: propostas criativas.** p. 96-100. In: JORDÃO, Gisele; MOLINA, Sérgio; TEHAHATA, Adriana Miritello. **A música na escola.** Allucci & Associados comunicações. São Paulo. 2012

[8] MOREIRA, A. C.; SANTOS, H.; COELHO, I. S. **A música na sala de aula - a música como recurso didático.** Unisanta Humanitas, v. 3, n. 1, p. 41-61, 2014.

[9] OLIVEIRA, Lucas Simões de. **A importância da música na educação infantil.** 2016.

[10] SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Cortez, 2000.

[11] SOARES, M. A.; RUBIO, J. A. S. **A Utilização da Música no Processo de Alfabetização.** Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 3, nº 1,São Roque, 2012.

[12] SUGAHA, Leila. **Contribuições da teoria de desenvolvimento de Henri Wallon para pensar a educação musical.** Revista eletrônica Thesis, São Paulo, ano XII, nº 26, p. 24-42, 2º semestre, 2016.

[13] TENNROLLER, D. C.; CUNHA, M. M. **Música e educação: a música no processo ensino/aprendizagem.** Eventos Pedagógicos, v. 3, n. 3, p. 33-43, 2012.

Capítulo 3

A importância da Tecnologia da Informação e da Comunicação no processo de alfabetização

Adria Sabrina Branche de Oliveira[1]
Ana Paula Paiva Gavinho[2]
Caroline Carvalho de Sá[3]
Luana Lopes da Silva[4]
Klyssiane Uchôa Souza Lopes[5]

Resumo: Atualmente com o avanço da tecnologia da informação e comunicação, a qual foi inserida na sociedade e consequentemente no cotidiano dos indivíduos, a escola não ficou de fora desta imersão. Sendo assim, o presente artigo tem como propósito pesquisar a importância das tecnologias da informação na educação, delimitado quanto no processo de alfabetização. O principal problema apresentado é de que modo utilizar as tecnologias como ferramentas de ensino. Como objetivo geral definiu-se a importância da utilização das novas tecnologias em sala de aula. A metodologia da pesquisa foi a qualitativa, visto que aborda ideias e não quantidades relacionadas ao tema, além de uma pesquisa bibliográfica; estudiosos, cientistas e pesquisadores foram utilizados como referencial teórico. Como resultado foi observado que a utilização das TIC no processo de alfabetização é de suma importância uma vez que já estão inseridas no meio familiar do aluno. Em síntese, a investigação confirma que o uso da tecnologia como método pedagógico é um desafio tanto para os alunos quanto para os professores, os quais terão que recorrer aos métodos mais tecnológicos, como uso de computadores e *internet*.

Palavras-chave: Tecnologia, Educação, Alfabetização, Professor.

[1] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fametro.
[2] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fametro.
[3] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fametro.
[4] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fametro.
[5] Especialista em Psicopedagogia. Centro Universitário Nilton Lins.

1. INTRODUÇÃO

A tecnologia, especialmente em celulares e tablets, é agora uma fonte comum de informação, assim como as mídias sociais. Sua presença generalizada e acessibilidade a tornaram uma integrante em vários setores, incluindo a educação. A popularização dessas tecnologias em diversas camadas sociais, incluindo as crianças, sugere que a integração, junto a recursos pedagógicos modernos, pode contribuir significativamente para o processo de ensino-aprendizagem em sala de aula.

De acordo com Moran (2000), cabe à escola ensinar o aluno a lidar com a informação e não a consumi-la apenas. Por isso é necessário que os meios técnicos de informação estejam à disposição da escola; que a ciência e a tecnologia façam parte de seu cotidiano reflexivo (p.25). Visto que a escola é o espaço e meio que o aluno desenvolve seu senso crítico diante dos conhecimentos.

Kenski (2011), destaca que a tecnologia utiliza diversos instrumentos e técnicas para resolver problemas, possibilitando a interação com diferentes áreas do conhecimento, baseando-se na aplicação de conhecimentos específicos.

O estudo sobre a importância das tecnologias da informação e comunicação no processo de alfabetização é justificado pela necessidade de compreender como utilizar essas ferramentas de ensino. A alfabetização tecnológica é essencial devido à imersão das crianças nesse ambiente, tornando métodos tradicionais obsoletos. Moran (2000), destaca a importância de inserir novas técnicas no processo de ensino-aprendizagem. A reflexão sobre o papel da tecnologia na alfabetização, sua influência na educação e a discussão sobre o uso de computadores em sala de aula são cruciais, como aponta Kenski (2011), pois provocam mudanças na abordagem do professor e na compreensão do aluno, exigindo uma evolução no comportamento dos professores.

O estudo visa discutir a importância das novas tecnologias em sala de aula, com objetivos específicos de destacar seu uso na aprendizagem, descrever a relação professor com essas tecnologias e apontar sua importância no processo de alfabetização. O artigo será dividido em tópicos, abrangendo tecnologias digitais, a relação professor/tecnologia no processo de alfabetização e a importância dessas tecnologias nesse contexto. A conclusão destaca a importância da inserção dessas tecnologias pelos professores no processo de alfabetização.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO

As mídias digitais são atualmente muito utilizadas no ambiente acadêmico e no corporativo como estratégia, ganhando e crescendo com um público mais envolvido com a tecnologia, trazendo às instituições mais opções de recursos didáticos de maneira a oportunizar respostas individualizadas e às múltiplas versões de aprendizagem.

As escolas, apesar de todo o avanço, ainda são locais de pouca utilização deste recurso, em especial pelos docentes na prática educacional. Conforme relata Daniel (2003, p. 54) “em todas as partes do mundo a tecnologia em evolução é a principal força que está transformando a sociedade”. A tecnologia ainda é vista pela educação como um grande obstáculo que gera questionamentos e indagações, em vista disto Daniel (2003, p. 54) aponta as seguintes perguntas como não respondidas: Por que se deve usar as mídias digitais na educação? Como usá-la? Quais mídias utilizar?

Buscando responder a essas dúvidas, a tecnologia não tem somente pontos perfeitos diante dos objetivos e vantagens, fazendo com que os autores questionem quanto a facilidade oferecida dos avanços tecnológicos na educação. Diante destes questionamentos, Saviani (2007), ressalta que "considerando-se que a educação visa à promoção do homem, são as necessidades humanas que irão determinar os objetivos educacionais"; logo, o processo de desenvolvimento humano tem como base a educação, está já vem sendo discutida há diversos anos por acadêmicos, educadores, estudiosos, cientistas, entre outros. Existem grandes desafios enfrentados na educação, seja na reflexão do ensino-aprendizagem, seja na capacitação dos educadores, os quais esforçam-se em adaptar as novas tecnologias como uso, metodologia e estratégia de ensino.

Conforme o autor Castells (2005), está ocorrendo "uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação que está remodelando a base material da sociedade em ritmo acelerado." Os autores Freitas e Almeida (2012), ressaltam que uma nova pedagogia que insira metodologias de ensino utilizando as Tecnologias da Informação e Comunicação, proporciona uma facilidade e dá qualidade nas informações, tornando disponíveis diversas possibilidades para o processo de aprendizado construtivo e interativo, contribuindo para a autonomia intelectual do aluno.

2.2. ALFABETIZAÇÃO COM USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS

Ao ser observado o atual contexto histórico, a escola não é mais a principal fonte de conhecimento, uma vez que, hoje em dia divide espaço com outros meios de informações e comunicação. O autor Demo (2009), reflete sobre essa mudança, chamando-a de "informatização do conhecimento", no entanto, destaca a necessidade de o aluno assumir o papel de construtor de conhecimentos, enfatizando que, nesse sentido, o professor volta à cena com maior vigor e propriedade.

A participação do docente na educação contemporâneo exige especialização para desenvolver habilidades alinhadas ao contexto do aluno, conforme destacado por Toaldo e Fruet (2010, p.02), que afirmam: "... A integração das ferramentas tecnológicas, no ensino aprendizagem, requer novas habilidades dos professores, ou seja, estratégicas e dinâmicas para ensinar em sala de aula."

Este artigo aborda a alfabetização de crianças, ressaltando integração da leitura e escrita. O papel do professor como ser sócio-histórico é crucial, sendo sua função intermediaria na introdução das linguagens da leitura com a tecnologia. Vygotshy (2011), destaca, na perspectiva histórico-cultural, que é importante o indivíduo se reconhecer como sujeito, enfatizando que a internalização dos sistemas de signos culturais promove transformações comportamentais e estabelece um elo entre as formas iniciais e tardias do desenvolvimento individual.

Já as autoras Ferreiro e Teberosky (1999), indicam o papel da criança como sujeito ativo na aprendizagem, tornando-a como "sujeito que produz seu próprio conhecimento". A escola também tem a responsabilidade de reconhecer as transformações estruturais da tecnologia e da cibercultura, para contribuir com o desenvolvimento de diversas habilidades.

O autor Iesen (2019), enfatiza o papel da contemporaneidade na ressignificação da escola no processo educativo, apesar dos padrões culturalmente enraizados. O autor ainda defende a necessidade de redefinir atividades pedagógicas e curriculares,

considerando as concepções atuais de tempo e espaço, para favorecer o desenvolvimento do aluno em formação.

Diante do impacto da cultura digital na sociedade contemporânea, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), vem orientar de forma legal como deve ser o uso das tecnologias no que tange o processo de ensino aprendizagem. A BNCC (Brasil, 2017), legaliza a utilização de tecnologias digitais de comunicação e informação como partes das competências gerais, as quais devem mobilizar habilidades, conhecimentos, atitudes e valores integrados ao currículo de redes.

A utilização de tecnologias como instrumento de conhecimentos convencionais na alfabetização, impulsiona a evolução da criança no letramento. A pensadora Magda Soares (2004), ressalta interdependentes e indissociabilidade entre alfabetização e letramento, enfatizando a necessidade de ir além das metodologias tradicionais para possibilitar que as crianças a percebam diversos meios linguísticos relacionados à leitura e escrita.

Os autores Junior, Menez e Wunsch (2018), abordaram recentemente, os estudos que apontam a possibilidade do uso de aplicativos móveis no auxílio da alfabetização e letramento, os mesmos defendem que "quando a criança faz uso de recurso tecnológico ela poderá ser atraída pelo design, ludicidade e interatividade nos jogos, na qual podem ter autonomia para o jogo... também a oportunidade de se apropriarem do letramento."

A priori, o estudo não busca tornar a inserção da tecnologia na alfabetização, uma relação dependente, mas sim, um recurso adicional para auxiliar no processo de ensino aprendizagem. Porém, diante das novas tecnologias inseridas na sociedade, é o seu o uso no processo de alfabetização, chegam à escola como uma soma aos antigos instrumentos, sendo ferramentas que tiram o professor de sua zona de conforto didático.

2.3. RELAÇÃO PROFESSOR/TECNOLOGIA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

O Programa Nacional de Informação na Educação (Proinfo), criado em 1997, teve como objetivo promover a inserção do computador no processo de aprendizagem dos conteúdos curriculares em todos os níveis e modalidade de educação. O programa implantou mais de 119 Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE) em diferentes estados e capacitou multiplicadores para atuarem nesses NTEs.

Ao pensar no computador como ferramenta inovadora, sabendo que contribui para o avanço tecnológico qualitativo para o processo de aprendizagem, visto que constitui como um ótimo recurso pedagógico aos professores, que vai além de livros, quadro. Contudo, há diversos aplicativos que auxiliam tanto o aluno, quanto o professor, entre eles pode-se citar os programas de processamento de texto, planilhas, gráficos, confecção de banco de dados, calculadores numéricos. Estes aplicativos são fontes de mudanças no processo de ensino aprendizagem, fazendo com que os professores utilizem modalidades de softwares educativos que computadorizam o ensino tradicional. (VALENTE,1997).

Ainda conforme o autor Valente (1997, p2), o mesmo afirma que "[...] informática na educação refere-se à inserção do computador no processo de aprendizagem dos conteúdos curriculares de todos os níveis e modalidades de educação". Então, podemos afirmar que o computador passa a ser uma ferramenta que auxilia o professor a promover não só aprendizagem, mas também criatividade e autonomia dos alunos. O autor ressalta ainda que o professor é o responsável ao assumir o papel de mediador entre a tecnologia

e o aluno, é mais que responsável, o mesmo deve ter domínio e conhecimento do que aplica.

Autor Almeida (2012), também defende que a tecnologia pode estar aliada a educação, pois possibilita que seja transmitido e aperfeiçoado o conhecimento, já que no sistema educacional podemos utilizar diversas ferramentas como: televisão, fotografia, cinema, rádio, internet, ensino à distância, vídeos, teleconferência, lousa digital, pen drive, impressoras, data show, entre outras, e que somadas as tecnologias tradicionais como livros, cadernos, giz e carteiras escolares.

Com este avanço tecnológico os professores precisam se atualizar, descobrirem a forma correta da utilização das TICS como mecanismos de auxílios aos alunos na alfabetização. A internet e o computador assumem uma importância, pois se trata de ferramentas que promovam o conhecimento, não somente em sala de aula, mas também em casa.

Portanto, a escola e os professores devem atentar-se na utilização de forma correta das tecnologias como prática didática, tornando-a um objeto de ensino aprendizagem, enfatizando a necessidade de investimento na capacitação dos professores frente às novas tecnologias, sendo os mesmos capazes de efetivar a introdução na sua prática pedagógica.

2.4. IMPORTÂNCIA DA TECNOLOGIA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

As tecnologias têm suas importâncias como foi relatado anteriormente. Onde a ferramentas que facilitam para chamar a atenção das crianças na busca de conhecimento e aprendizagem, facilitando este conhecimento, além de auxiliar na inserção do meio social e na compreensão da realidade, além do desenvolvimento das aptidões que serão base para a prática dos direitos e da cidadania.

No entanto, desenvolver estes conhecimentos, parcerias de educação e tecnologia, são de vital importância, principalmente nos primeiros anos escolares. Levando o desenvolvimento de uma prática educativa ativa e adaptável com recursos tecnológicos e lúdicos na alfabetização, colaborando também na formação de sujeitos críticos, que assim como Freire (2005), afirma, onde ajuda na leitura do mundo que precede após as leituras da palavra na escolarização.

É importante que a escola proponha a realizar a parceria tecnologia/conhecimento, a fim de atender as especificidades das faixas etárias infantis, ou seja, ter o cuidado e atenções básicas é essencial aos conhecimentos específicos provenientes das variadas áreas de conhecimento.

A prática educativa deve aprimorar as habilidades e potencialidades das crianças (Brasil 1998), para desenvolvimento de escrita e leitura. É importante um ambiente seguro e adequado para as crianças de aprendizado e é a escola que deve proporcionar às crianças atividades pedagógicas que possam potencializar a alfabetização, dentro e fora de sala de aula, com atividades linguísticas, dinâmicas e prazerosas para as crianças.

A Tecnologia da Informação como instrumento na alfabetização é importante já que ao iniciarem a vida escolar, as crianças, em sua maioria, já possuem contato com a tecnologia em suas casas como músicas, celular, televisão, ou seja, as crianças já tem acesso a recursos tecnológicos fora do ambiente escolar, os quais de alguma forma interferem no desenvolvimento das crianças, e, portanto, a escola deve ser também um meio que a utiliza, visando inovar as aulas.

Com o processo de utilização da tecnologia, ocorre a inovação no período da alfabetização, fazendo com que haja interação das crianças com jogos educativos, musicalidade, criação e contação de histórias e entre outras dinâmicas que fazem existir a interação entre os alunos e professores, tornando o aprendizado mais divertido e interessante com o uso de tecnologias lúdicas, sempre a visão de atingir o desenvolvimento da leitura, escrita e oralidade. Segundo (BRASIL, 1998), para que se atinja este objetivo, como já mencionado neste estudo, é necessária uma formação profissional focada também nesta prática didática, que possa ser mantido um diálogo constante com a comunidade e família, com a visão de oferecer um ensino de qualidade as crianças.

Ao refletir da importância do uso de Tecnologias da Informação, nota-se que o principal objetivo desta inserção na prática didática da alfabetização, que é promover e resgatar o interesse, o entusiasmo do aprendizado das crianças, de forma que o professor obtenha sucesso no desenvolvimento das habilidades dos alunos, além de promover o autoconhecimento no processo de aprendizagem e na vida.

É o docente que será o mediador do uso das tecnologias com as crianças, assumindo o papel de facilitador. A utilização de tablets, computadores, acesso à internet, proporciona até a diminuição da evasão escolar, destacando-se mais um ponto de importância, atingindo mais crianças, que por algum motivo, estão desanimadas com o aprendizado, dificultando sua presença na escola.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa realizada neste estudo foi qualitativa, a qual tem como objetivo principal observar e interpretar um fenômeno, o tema escolhido foi a tecnologia na inserção do ensino aprendizagem da alfabetização. Sobre este tipo de pesquisa Godoy (1995) define:

> A pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo. (GODOY, 1995, p. 57).

Para contextualizar o tema proposto, utilizou-se metodologia baseada em observações, pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa exploratória, definida por Gil (2007, p.10), "pode ser a continuação de outra descritiva, posto que a identificação de fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descritivo e detalhado."

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A inserção de tecnologia no processo de alfabetização já é presente no meio fora da escola e a sua inserção dentro da escola como metodologia pedagógica é de extrema

importância. Há dificuldades encontradas para a implantação de Tecnologias de Informação no processo de alfabetização.

A escola precisa adequar o espaço e a estrutura para aplicar os métodos pedagógicos com TIC, utilizando dos meios que possam ser usados pelos professores, estes devem ampliar seus conhecimentos e como inserir em seus métodos pedagógicos de alfabetização como Toaldo e Fruet (2010) compartilham da ideia: "...A integração das ferramentas tecnológicas, no ensino aprendizagem, requer novas habilidades dos professores, ou seja, estratégicas e dinâmicas para ensinar em sala de aula."

Pode-se chegar à conclusão que, inserir a Tecnologia da Informação e Comunicação na alfabetização de crianças vai além de acesso ao computador, exigir uma reconstrução que vai desde a escola ao professor e agrega no aluno. Essa descoberta foi de maneira abrupta, pois a Tecnologia inserida na sociedade, entrou na escola sem que mesmo houvesse tempo de preparação e de identificação dos benefícios e malefícios que a mesma trazia consigo. Os demais estudiosos citados neste artigo, como, por exemplo, Lajolo (2005), que afirma que há também a escola da vida: "Ninguém nasce sabendo ler, aprende-se a ler à medida que se vive".

Propõem-se como estudo futuro uma minuciosa pesquisa de como a tecnologia se inseriu na educação com o intuito de criar procedimentos padrões de utilização de métodos minuciosos para aplicação das tecnologias no processo de alfabetização. Observou-se a limitação de detalhamento de quais Tecnologias de Informação e Comunicação especificamente podem ser utilizadas no ensino, o que foi encontrado de resultado mostra somente o uso de forma genérica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após estudos de autores que tratam do tema proposto, bem como o objetivo geral deste estudo, conclui-se que há a necessidade de construção de um ambiente escolar mais envolvente, divertido e dinâmico para as crianças conforme a visão delas, de maneira que o educador consiga prender e despertar a atenção para o processo de ensino aprendizagem da linguagem, escrita e leitura, afinal antes mesmo de frequentarem o ambiente escolar as crianças já estão inseridas e participam das atividades sociais de linguagens; envolvendo jogos lúdicos, didáticos, músicas, televisão, ou seja, utiliza as Tecnologias de Comunicação e Informação, que resultam no início da caminhada para a consolidação da leitura e escrita.

Observou-se ao longo dos estudos a necessidade que a equipe pedagógica e os professores necessitam na escolha dos tipos e quais tecnologias podem introduzir em sala de aula, de forma que sejam educativas e não só prazerosas para conseguirem atingir o principal objetivo que é o aprimoramento da linguagem oral e escrita. Ou seja, a utilização dessas tecnologias no meio prático educativo é importante, haja vista que torna o ambiente e o ensino mais flexível e interessante aos olhos das crianças, colaborando de maneira responsável a prática e utilização, além de promover um ensino e um conhecimento que ajude no desenvolvimento do senso crítico de utilização destas tecnologias, formando sujeito que contribuam para a sociedade na totalidade.

Estudos já realizados por diversos autores quanto à utilização das ferramentas pedagógicas no processo de alfabetização facilitou a compreensão da temática, uma vez que há uma enorme revisão literária que aborda o tema, apontando a frequência e finalidade que a tecnologia emerge no ambiente escolar para o professor e o aluno.

Conclui-se que as ferramentas tecnológicas potencializaram e abriram um "leque", maior que as tradicionais, como recurso metodológico para a sua prática educativa, do professor, colaborando assim, para a promoção do conhecimento e melhorá-la no processo de desenvolvimento da alfabetização.

REFERÊNCIAS

[1] BRASIL, Ministério da Educação. (2017). Governo Federal. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME. Acesso em: 26 de set 2023.

[2] BRASIL. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF.1998.

[3] CASTELLS, M.; CARDOSO, G. DEBATE: A Sociedade em rede do conhecimento à ação política. 2005, Centro Cultura de Belém. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/a_sociedade_em_rede_-_do_conhecimento_a_acao_politica.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023

[4] DANIEL, J. Educação e tecnologia num mundo globalizado. Brasília: UNESCO, 2003.

[5] DEMO, Pedro. Aprendizagens e Novas Tecnologias. Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física – ISSN 2175-8093 – Vol. 1, n. 1, p.53-75, agosto/2009. Disponível em: http://www.pucrs.br /ciencias/viali/doutorado/ptic/textos/80-388-1-PB.pdf. Acesso em: 23 set 2023.

[6] FERREIRO, E & Teberoksy, A. (1999). Psicogênese da Língua Escrita. Trad. Diana Myriam Lichtenstein, Liana Di Marco e Mário Corso. Artes Médicas Sul, Porto Alegre/RS.

[7] FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completem. 46ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

[8] F REITAS, M. C. D., ALMEIDA, M. G. Docentes e discentes na sociedade da informação (A escola no Século XXI; v.2). Rio de Janeiro: Brasport, 2012.

[9] GIL, António Carlos. (2007). Como Elaborar Projetos De Pesquisa. São Paulo: Editora Atlas S.A. Disponível em:< http://www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/4mostra/pdfs/563.pdf> Acessado em

[10] KENSKI, Vani Moreira. Educação e Tecnologias o Novo Ritmo da Informação. 7ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2011

[11] GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo: EDUSP, v.35, n.2, p.57-63, mar./abr., 1995.

[12] IESEN, Juarez da Silva. Tempos e espaços na organização curricular: uma reflexão sobre a dinâmica dos processos escolares. Educ. rev. vol 27 no.1 Research, Society and Development, 2019, vol. 8, núm. 8. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.p hp?script=sci_arttext&pid=S0102-46982011000100011. Acesso em: 25 de set 2023.

[13] JUNIOR, J.B.T; Sá Menez, M. R. C; Wunsch, L.P P. (2018, dezembro). Aplicativos móveis para a alfabetização e letramento no contexto do ensino fundamental. Revista tempos e espaços na educação, v. 11, n. 01, p. 37-56. Disponível em: https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/ 9812/pdf. Acesso em: 28 de set 2023.

[14] LAJOLO, Marisa. Do mundo da leitura para a leitura do mundo. 6ed. São Paulo: Ática, 2005.

[15] MORAN, José Manuel. Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica. 6ª Ed. Campinas: Papirus, 2000.

[16] SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

[17] SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. caminhos e descaminhos. Revista Pátio – Revista Pedagógica de 29 de fevereiro de 2004, Artmed Editora, UNESP. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/bitstream/12345 6789/40142/1/01d16t07.pdf. Acesso em: 17 de set 2023.

[18] TOALDO, T.; Fruet, F.S.O. (2010). Atividades lúdicas no processo de alfabetização e letramento: jogos educacionais disponíveis na internet. 15f. Artigo. (Especialização em Mídias na Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

[19] VALENTE, José Armando. O uso inteligente do computador na educação. 1997. Disponível em: Texto publicado na: Pátio - revista pedagógica. Editora Artes Médicas Sul. Ano 1, Nº 1. Acesso em: 22 de setembro de 2023.

[20] VYGOTSKY, L.S. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins. 2011

Capítulo 4

A inclusão do aluno autista no ambiente escolar da Educação Infantil: uma análise comparativa das estratégias didáticas de uma escola particular e uma escola pública

Cátia Lucia de Andrade Mendonça[1]
Evelane Miranda Fernandes[2]
Georgerte Deuzarina Raiol Alcântara[3]
Jessica Batista de Sousa[4]
Klyssiane Uchôa Souza Lopes [5]

Resumo: O tema abordado fora o da inclusão de alunos com autistas no ambiente escolar no espaço da educação infantil: buscamos fazer uma análise comparativa das estratégias didáticas usadas por uma escola pública e uma escola privada. Os teóricos analisados neste estudo foram: SACRISTAN, (2002); POCHAMNN, (2004); COSTA, (1999); FREIRE, (2012) e COOL, (2003). O objetivo do estudo em questão fora o de analisar a inclusão de alunos autistas no ambiente escolar no espaço da Ed. Infantil: buscaremos enquanto pesquisadores fazer uma análise comparativa das estratégias didáticas usadas em uma escola pública e uma escola privada quando nos referimentos as estratégias pedagógicas que possam ser usadas para trabalhamos com crianças que apresentam o transtorno do espectro autista (TEA). A abordagem que utilizaremos nesta pesquisa e a abordagem qualitativa, o tipo de pesquisa utilizado neste estudo fora a bibliográfica. O público-alvo foram Professores e alunos autista no espaço da Educação Infantil. A coleta de dados fora por meio de leitura e fichamento. Os principais resultados sobre a inclusão do aluno autista no ambiente escolar foram: a) a inclusão dos alunos autistas o envolvimento ativo da escola, comunidade e família. B) estratégia fundamental é adaptar o currículo escolar, tendo uma comunicação alternativa, tais como o uso de imagens, símbolos ou dispositivos de comunicação assistiva; em um ambiente inclusivo, que considere as necessidades proeminentes de alunos que apresentam o autismo.

Palavras-chave: Inclusão, autismo, necessidades especiais, educação.

[1] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fametro.
[2] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fametro.
[3] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fametro.
[4] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fametro.
[5] Professora Especialista em Educação do Centro Universitário Fametro.

1. INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos autistas no ambiente escolar é um tema de extrema importância e relevância no contexto educacional atual. A educação inclusiva busca garantir que todos os estudantes, independentemente de suas habilidades ou necessidades específicas, tenham acesso a uma educação de qualidade e sejam plenamente inseridos no ambiente escolar, principalmente os alunos que são objeto do nosso estudo que são os alunos com TEA.

O processo de inclusão do aluno autista se faz de extrema relevância e complexidade, garantir a essas crianças o acesso à educação de qualidade para todas independentes de suas habilidades ou necessidades se faz necessário no contexto educacional brasileiro. No entanto, a implementação efetiva desses princípios tem se mostrado desafiador, especialmente quando se trata da inclusão de crianças com autismo.

Diante desse contexto, a pesquisa propõe uma análise comparativa das estratégias didáticas adotadas por uma escola particular e uma escola pública no processo de inclusão de alunos autistas no espaço da educação infantil. A escolha dessas instituições busca explorar as diferentes realidades e recursos disponíveis em cada contexto, a fim de compreendermos as abordagens utilizadas e identificar possíveis lacunas ou pontos de melhoria que possam ser implementadas e executadas no ambiente da escola.

A problemática central desta pesquisa reside na busca por respostas para as seguintes perguntas: de que maneira ocorre a inclusão do aluno autista no ambiente escolar no espaço da educação infantil, como fazer o comparativo das estratégias didáticas de uma escola particular e uma escola pública na cidade de Manaus.

Ao analisar essas questões e comparar as estratégias didáticas de uma escola particular e uma escola pública, esperamos podermos contribuir para o aprimoramento das práticas pedagógicas voltadas à inclusão de alunos autistas no espaço da educação infantil. Além disso, buscaremos fornecer informações relevantes para gestores educacionais, professores e demais profissionais envolvidos neste contexto, buscamos dessa forma promover um ambiente escolar mais inclusivo na escola, onde buscaremos através de estratégias diversificadas entender como incluir os alunos autista no ambiente da escola.

O objetivo geral deste trabalho busca analisar a inclusão do aluno autista no ambiente escolar no espaço da educação infantil: buscaremos fazer uma análise comparativa das estratégias didáticas de uma escola particular e uma escola pública. Buscaremos assim identificar as estratégias didáticas utilizadas por uma escola pública para promover a inclusão de alunos autistas no ambiente escolar no espaço da educação infantil; buscaremos detalhar a inclusão do aluno autista no ambiente escolar da educação infantil; realizaremos uma análise comparativa das estratégias didáticas utilizadas em uma escola pública, a fim de promover a inclusão de alunos autistas no ambiente escolar nestes espaços.

A justificativa é demonstrar que a inclusão do aluno autista no ambiente escolar da educação infantil é um tema de extrema relevância no campo da educação inclusiva. A compreensão das estratégias didáticas adotadas por escolas particulares e públicas são fundamentais para promovermos uma educação de qualidade.

Ao identificar as estratégias didáticas utilizadas por uma escola pública para promover a inclusão de alunos autistas, será possível compreender como as instituições de ensino público estão enfrentando os desafios da inclusão e quais abordagens estão

sendo adotadas. Essa compreensão contribuirá para o desenvolvimento de políticas educacionais mais eficazes e para a disseminação das melhores práticas, visando a inclusão plena dos alunos autistas no ambiente escolar.

Além disso, buscaremos detalhar a inclusão do aluno autista no ambiente escolar no espaço da Educação Infantil buscando permitir uma análise minuciosa dos aspectos que afetam a participação, aprendizado e bem-estar desses alunos. Compreender quais são as necessidades específicas dos alunos autistas e as estratégias eficazes para atenderem essas necessidades, se faz essencial para garantirmos uma educação inclusiva e de qualidade.

Portanto, buscaremos contribuir para o avanço do conhecimento sobre a inclusão no ambiente escolar, por meio de uma análise comparativa das estratégias didáticas adotadas por uma escola particular e uma escola pública. Os resultados e as conclusões do estudo poderão fornecer subsídios importantes para aprimorar as práticas educacionais e promovermos uma inclusão efetiva dos alunos autistas, visando seu desenvolvimento acadêmico, social e emocional.

2. DIREITO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ESCOLA PARTICULAR X ESCOLA PÚBLICA

A questão da inclusão no ambiente escolar em um contexto amplo fragmentado, implicamos em considerar em primeira instância o que vem a ser a exclusão, ou seja, a não garantia daquilo que se reivindica, de modo que só se pode incluir aquilo que está excluído. Nesse sentido o autor Menezes (2022, p. 92) nos diz que: “a inclusão escolar é um conceito que está relacionado com o acesso e permanência dos cidadãos nas escolas”. Para o autor mostrar que a inclusão, por sua vez, envolve a garantia de igualdade de oportunidades, direitos e acesso para todas as pessoas, independentemente de suas características ou condições. A inclusão visa criar uma sociedade que acolhe e valoriza a diversidade, oferecendo suporte e recursos necessários para que todas as pessoas possam participar plenamente a vida social, educacional e profissional.

Segundo Costa (1999, p. 25), “a educação inclusiva pode ser entendida como o direito que todas as crianças têm de frequentarem independentemente dos problemas ou deficiência que possuam as escolas de sua zona de residência”. De acordo com autor, que explica:

> A educação inclusiva reconhece e respeita todas as diferenças existentes, reconhece as limitações e conhece as necessidades específicas de cada aluno. Essa educação é pautada no atendimento às necessidades dos educandos, fazendo-se necessário que se rompa com velhos paradigmas, de maneira que seja efetivada uma “revolução” na inclusão que se propõe. (FREIRE, 2012, p. 4).

De acordo com o exposto, podemos salientar que o pensamento do autor destaca a importância da educação inclusiva, que reconhece e valoriza todas as diferenças existentes entre os alunos. A educação inclusiva busca atender às necessidades específicas de cada aluno, levando em consideração suas limitações e proporcionando um ambiente educacional que respeite e promove o aprendizado de todos.

Inclusão de interesses e paixões: Incorporar os interesses e paixões da criança autista nas atividades escolares pode aumentar sua motivação e engajamento. Ao

relacionar os conteúdos curriculares com temas que sejam significativos para a criança, é possível estimular sua participação ativa e promover sua autonomia.

Parceria com a família: É fundamental envolver a família no processo educacional, compartilhando informações, trocando experiências e estabelecendo estratégias conjuntas. A colaboração entre a escola e a família fortalece o apoio à criança autista, garantindo uma abordagem consistente e coerente tanto em casa quanto na escola.

Desenvolvimento de habilidades sociais e de autogestão: Incluir atividades que visem o desenvolvimento de habilidades sociais, como interação com os colegas, comunicação e resolução de conflitos, é importante para promover a autonomia e a inclusão da criança autista. Além disso, o desenvolvimento de habilidades de autogestão, como autorregulação emocional, organização pessoal e tomada de decisões, também contribui para sua independência.

2.1. APRESENTAR POSSIBILIDADES DE ESTRATÉGIAS PARA A AMPLIAÇÃO DA AUTONOMIA DA CRIANÇA AUTISTA EM SALA DE AULA

Ao contrário do que vemos na prática de algumas escolas, o currículo ainda é associado à matéria não levando em consideração o meio em que o aluno vive e a bagagem que ele já traz de casa, já que a adaptação curricular é feita para o aluno, e não o contrário que muitas vezes é presenciado o profissional tentando fazer com que o aluno com TEA se adapte a um currículo já pronto, sem levar em conta suas particularidades.

Desta forma, Gimeno (2002, p. 67), "evidencia que currículo é a expressão da função socializadora da escola", sendo uma ferramenta que nos auxilia a compreender a prática pedagógica, estando intrinsecamente relacionada com a formação do professor.

Já o autor fala das adaptações curriculares como:

> Ao refletirmos sobre as Adaptações curriculares, precisamos ter claro que o currículo é a ponte entre a teoria educacional e a prática pedagógica, que necessita de um planejamento, proporcionando informações concretas sobre o que ensinar, como ensinar, quando ensinar, como e quando avaliar. (COOL apud CARVALHO, 2004, p. 89).

Na concepção do autor que deixa claro que a importância das adaptações curriculares na conexão entre a teoria educacional e a prática pedagógica. O currículo desempenha um papel fundamental na educação, pois fornece um plano estruturado que orienta o que será ensinado, como será ensinado, quando será ensinado, além de como e quando será avaliado.

De acordo com autor, mostra que:

> Essas adaptações são propostas usadas para estimular uma aprendizagem sem erros, para isso é necessário assegurar que sejam seguidas certas normas como: assegurar a motivação, apresentar as atividades somente quando a criança atende, e de forma clara; apresentar trabalhos cujos requisitos já foram realizados antes e que se adaptam bem ao nível evolutivo e às capacidades da criança, aplicar expressões de ajuda e adaptar reuniões visando um vínculo entre todos os envolvidos na turma (COLL et , 1995, p. 89).

Para o autor que destaca as adaptações curriculares são estratégias utilizadas para promover uma aprendizagem sem erros. Para garantir sua efetividade, é importante seguir certas normas. Essas normas incluem assegurar a motivação dos alunos, apresentar as atividades de forma clara e somente quando a criança está pronta, selecionar trabalhos que se adequem ao nível evolutivo e às capacidades individuais, utilizar expressões de ajuda e adaptar reuniões para promover um vínculo entre todos os envolvidos na turma.

2.2. DEMONSTRAR POSSIBILIDADES DE RECURSOS PEDAGÓGICOS INCLUSIVO QUE POSSAM ATENDER AS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DAS CRIANÇAS

O preparo do corpo docente é essencial para essa contribuição, para a sala de aula principalmente na hora de receber as crianças, e as tem que ter TEA. As adaptações curriculares consistem no planejamento e proposição de atividades e procedimentos didático-pedagógicos como práticas alternativas necessárias ao processo ensino aprendizagem dos alunos, com a previsão de disponibilidade para o trabalho individualizado, mas não isolado.

Na perspectiva do autor, onde coloca que:

> Uma educação pautada da autonomia, desenvolvida na ética, no respeito à dignidade, validando a capacidade do educando em se desenvolver, se faz válida ao ser construído em dimensão social da formação humana, defendendo que o formar vai muito além do treino do educando, onde educador deve estar consciente sobre a responsabilidade de se mover - se do mundo para transformá-lo , assumindo que o sujeito é também capaz de produzir seu saber , onde o ensinar não existe sempre o aprender do conjunto (FREIRE, 1996, p.123).

O autor destaca a importância de uma educação baseada na autonomia, ética e respeito à dignidade dos educandos. Essa abordagem reconhece e valida a capacidade dos alunos em se desenvolverem, valorizando sua participação ativa na construção do conhecimento. Além disso, ressalta a dimensão social da formação humana, enfatizando que a educação vai além do mero treinamento, e que o papel do educador é o de facilitar a transformação do mundo.

Na perspectiva do autor, onde explica que:

> [...] própria estratégia de Estado que irá promover outras condições de vida, de participação, de trabalho, de saúde e de aprendizagem para 'todos' que tiverem 'força de vontade' de produzir e de lutar para serem diferentes e para participarem de outras formas de uma 'outra' vida. Insisto: terem outra vida e não a mesma vida que outros (LOPES, 2015, p. 299).

O autor destaca a ideia de que é necessária uma estratégia estatal para promover condições de vida, participação, trabalho, saúde e aprendizagem que sejam diferentes daquelas atualmente disponíveis. Essa estratégia visa atender a todos aqueles que tenham a "força de vontade" de produzir e lutar para serem diferentes e participarem de uma vida distinta daquela que outros vivem.

2.3. OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL AUXILIAM A CRIANÇA AUTISTA NO AMBIENTE ESCOLAR

O autismo é um transtorno do desenvolvimento que afeta principalmente a socialização, comunicação e imaginação de uma pessoa. Manifesta-se geralmente até os três anos de idade e é mais comum em meninos do que em meninas.

Embora as causas exatas do autismo não sejam conhecidas, sabe-se que o transtorno não tem uma única causa definida. O autismo é considerado um espectro, o que significa que os sintomas e características podem variar amplamente de uma pessoa para outra. No entanto, pessoas com autismo geralmente apresentam atrasos no desenvolvimento infantil e podem demonstrar dificuldades na interação social, comunicação e comportamento. (MENEZES, 2012, p. 37).

Segundo Gauderer (2011, p. 87), "as crianças com autismo, em geral, apresentam dificuldade em aprender a utilizar corretamente as palavras, mas quando participam de um programa intenso de aulas parecem ocorrer mudanças positivas nas habilidades de linguagem, motoras, interação social e a aprendizagem". O tratamento e suporte para pessoas com autismo são baseados em abordagens individualizadas, levando em consideração as necessidades específicas de cada pessoa. O objetivo é ajudar a pessoa com autismo a desenvolver habilidades de comunicação, interação social e comportamento, de modo a promover sua qualidade de vida e bem-estar geral.

De acordo com autor, destaca que:

> Cabe ao psicopedagogo, impulsionar e facilitar o desenvolvimento cognitivo da pessoa com TEA. Ele consegue por meio de diversas técnicas contribuir para que o autista entenda melhor as regras sociais e melhorar a sua convivência com as pessoas da sociedade. (OLIVEIRA, 2020, p. 234).

Os professores precisam da continuidade da sua formação, que deve ser um objetivo de aprimoramento de toda professora, porque o educador deve acompanhar a evolução global. Colocando o educando passo a passo no contexto da modernidade, principalmente se reinventando, através de cursos de aperfeiçoamentos, para saber lidar com a criança que tem TEA em sala de aula.

De acordo com o autor afirma que:

> Não é dificuldade que a criança tem que a define, mas o modo como é vista, a escola para o aluno com TEA, é fundamental, uma vez que ele depende desta para o seu desenvolvimento, isto é, das condições concretas de aprendizagem. (VIGOTSKI, 1997, p. 120).

Portanto, é essencial que as escolas estejam preparadas para receber e apoiar alunos com TEA, reconhecendo suas necessidades individuais e adaptando suas práticas educacionais para garantir que esses alunos tenham acesso a uma educação de qualidade e inclusiva.

3. PROCEDIMENTO METODOLOGICO

Trata-se de uma pesquisa bibliográfico cujo estudo busca literaturas que possam dar subsídios teóricos e metodológicos para o objeto pesquisado de obras. A pesquisa bibliográfica possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto (GIL, 1994, p. 102).

A presente pesquisa deu-se no município de Manaus em uma Escola particular e uma escola pública. O público-alvo foram os Professores, alunos autistas no espaço da Educação Infantil.

As publicações nacionais e internacionais relacionadas a essa área do conhecimento foram percorridas por meio da leitura de artigos e textos sobre o tema. Os critérios de seleção foram publicações e trabalhos julgados pelo meio acadêmico de 2002 a 2023, e os autores são autores nacionais e internacionais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base na investigação sobre as estratégias didáticas utilizadas por uma escola pública para promover a inclusão de alunos autistas na educação infantil, foram identificadas diversas informações relevantes.

Constatamos que a importância da participação ativa da escola, família e comunidade no processo de inclusão, visando criar um ambiente acolhedor e adaptado às necessidades dos alunos autistas. Com base nas propostas de Costa (2015, p. 67), verificou-se que a participação ativa de todos os envolvidos no processo de inclusão - escola, comunidade e família - é fundamental para promover uma educação inclusiva e acolhedora.

A participação dos pais foi ressaltada como fundamental, uma vez que eles possuem um conhecimento mais profundo sobre o aluno autista e suas necessidades. A colaboração entre pais, escola e profissionais é essencial para o desenvolvimento de um plano individualizado de educação, que inclua metas e estratégias personalizadas para cada aluno.

Segundo Oliveira (2020, p. 84), em sua proposta o autor destaca que a inclusão vai além da simples presença da criança na sala de aula. Ela deve visar, principalmente, o aprendizado e o desenvolvimento das habilidades e potencialidades da criança, superando as dificuldades.

A interação social e a inclusão com os colegas foram apontadas como aspectos cruciais da inclusão. A criação de oportunidades para interações entre os alunos, por meio de atividades em grupo, jogos cooperativos e projetos colaborativos, pode promover a compreensão, a empatia e a amizade entre as crianças. Nesta investigação sobre a análise comparativa das estratégias didáticas utilizadas em uma escola pública para promover a inclusão de alunos autistas na educação infantil, foram encontrados alguns pontos importantes.

A análise comparativa das estratégias didáticas utilizadas em uma escola pública evidenciou a importância de se respeitar os limites impostos pelo transtorno do espectro

autista (TEA) e de adotar recursos e estratégias específicas para atender às necessidades dos alunos autistas. Foi ressaltada a necessidade de conscientização, aceitação das diferenças e convivência com a diversidade para uma inclusão efetiva.

Esses resultados corroboram estudos anteriores, reforçando a importância de uma abordagem abrangente e holística da inclusão, que vai além da simples matrícula do aluno. Eles ressaltam a necessidade de parceria entre escola, família e comunidade, bem como a importância de se adaptar as estratégias didáticas de acordo com as necessidades individuais dos alunos autistas.

No entanto, é importante ressaltar que cada aluno autista é único, e as estratégias devem ser adaptadas para atender às suas necessidades individuais. A colaboração contínua entre todos os envolvidos no processo de inclusão é fundamental para garantir um ambiente educacional acolhedor, inclusivo e favorável ao desenvolvimento e aprendizado dos alunos autistas na educação infantil.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na investigação sobre as estratégias didáticas utilizadas por uma escola pública para promover a inclusão de alunos autistas na educação infantil, podemos concluir que a participação ativa da escola, família e comunidade desempenha um papel fundamental nesse processo. A colaboração entre esses atores é essencial para criar um ambiente acolhedor e adaptado às necessidades dos alunos autistas, proporcionando-lhes uma educação inclusiva e de qualidade.

A participação dos pais é de extrema importância, pois eles possuem um conhecimento profundo sobre o aluno autista e suas necessidades. A colaboração entre pais, escola e profissionais especializados é essencial para o desenvolvimento de um plano individualizado de educação, que leve em consideração as metas e estratégias personalizadas para cada aluno.

A adaptação do ambiente físico e visual também se mostrou uma estratégia relevante. Organizar a sala de aula de forma adequada, reduzindo estímulos sensoriais excessivos e utilizando recursos visuais, contribui para que os alunos autistas compreendam e se adaptem ao ambiente escolar de maneira mais efetiva.

Espera-se que os resultados desta pesquisa possam contribuir para o aprimoramento das práticas educacionais voltadas à inclusão de alunos autistas na educação infantil e inspirem outras instituições a adotarem abordagens inclusivas, acolhedoras e adaptadas a essa população. A inclusão é um direito fundamental de todos os alunos, e é dever da sociedade proporcionar as condições adequadas para que possam desenvolver seu potencial máximo. Através da colaboração e do respeito à diversidade, podemos construir uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

REFERÊNCIAS

[1] COLL, César; PALÁCIOS, Jesus; MARCHESI, Álvaro. **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. Trad. Marcos A. G. Domingues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995, vol. 2 e 3.

[2] COSTA, V.B.; GONÇALVES-JUNIOR, L. **Inclusão, educação e diversidade:** múltiplos olhares, 2011. Disponível em: http://www.eventos.unifacef.com.br›simpedu›files›Li Acesso em: 13 mar. 2021.

[3] FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** Paz e Terra. 1996.

[4] FREIRE, Paulo **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura) ISBN 85-219-0243-3. 2012. Disponível em: http://www.chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf. Acessado em: 17 de out. de 2023

[5] GAUDERER, Claudia et al. **Colaboração pedagógica na ação inclusiva nas escolas regulares.** Rev. Psicopedagia., São Paulo, v. 34, n. 104, p. 158-168, 2011 .

[6] GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1994.

[7] GIMENO, Sacristán, J. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

[8] LOPES, Maura Corcini. **Inclusão como estratégia e imperativo de Estado: a educação e a escola na produção de sujeitos capazes de incluir**. In.: RESENDE, Aroldo de. (Org.). **Michel Foucault:** o governo da infância. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p.291-303. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/293175367_Michel_Foucault_o_governo_da_infancia . Acesso em:09 abr. 2023.

[9] MENEZES, Pedro. **O que é Inclusão Escolar: conceito e desafios.** São Paulo: Toda Matéria 2012. Disponível em: https://www.todamateria.com.br/inclusao-escolar-conceito-desafios/. Acessado em: 18 de set. de 2023.

[10] OLIVEIRA, Claudia Cibeli Silveira. **Os desafios aos professores no ensino dos alunos com autista*:*** descobrindo caminhos para o desenvolvimento da leitura e escrita, 2020. Disponível em: http://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/2829/1/TCC%20Claudia%20Oliveira%202017.pdf. Acesso em: 24 mar. 2023.

[11] VYGOTSKI. L. S**. A Formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

Capítulo 5

A realidade da inclusão de alunos com TDAH no ambiente escolar

Keylla Andresa dos Santos Brito [1]
Natacha Conceição Magno Arruda [2]
Rebekah Sistyne de Freitas Lopes [3]
Klyssiane Uchôa Souza Lopes [4]

Resumo: O Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade é um bloqueio neurobiológico, que surge de causas genéticas, e aparece na própria infância e constantemente acompanha o cidadão por toda a sua vida. Trata-se de um tema frequente nas escolas, pois é nessa fase que exige das crianças maior nível de concentração. Muito se discute sobre o TDAH nos dias atuais, contudo não se é falado sobre como os alunos se portam, são abordados e são trabalhados para serem incluídos na sala de aula. E como é a ação e a visão do professor que tem o aluno com a demanda, para assim conscientizar os educadores sobre a existência do problema e as consequências em sala de aula. O estudo tem como objetivo apresentar a realidade da inclusão, especificando o TDAH na visão do aluno e dos professores fazendo uma analogia da educação entre o passado e o presente. O processo da pesquisa foi desenvolvido através de pesquisas, estudos e investigação sobre o tema.

Palavras-chave: TDAH, formação, inclusão, educação.

[1] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fametro.
[2] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fametro
[3] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fametro.
[4].Especialista em Psicopedagogia. Centro Universitário Nilton Lins

1. INTRODUÇÃO

Sabemos que a ideia da inclusão nas escolas é diferente da situação real, as dificuldades passadas tanto pelo professor quanto pelo próprio aluno de inclusão. Nesse caso o educando com TDAH passa por situações complicadas e peculiares dependendo do caso, pois cada um tem sua individualidade de problemas dentro do ambiente escolar. A necessidade de se ver os problemas com olhar do professor e do aluno faz-se necessário para a compreensão de ambas as partes. O transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade tem como fatos neurobiológicos causas genéticas, que aparecem na Infância e frequentemente acompanham os indivíduos por toda a sua vida! Tal distúrbio se caracteriza por sintomas de distração, inquietação e ansiedade. Estudos Nacionais e Internacionais indicam que cerca de 3% a 8% dos estudantes apresentam Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade. Em geral, crianças com TDAH não conseguem focar nos estudos por muito tempo, se distraindo facilmente, os sinais e sintomas podem se caracterizar pela falta de atenção nos detalhes. Esses sintomas podem ser facilmente detectados a partir de 3 pontos específicos:

Desatenção: Se caracteriza pela falta de atenção nos detalhes. Hiperatividade: Se caracteriza pela dificuldade em ficar parado no mesmo lugar por muito tempo. Combinado: Se caracteriza pela junção dos sintomas, desatenção, hiperatividade e impulsividade.

Com isso, em todas as faixas etárias, pessoas com transtornos estão sujeitas a desenvolver comorbidades e no contexto escolar, com o passar das décadas, o índice de crianças com TDAH vem aumentando. A comparação de alguns anos atrás com o atual mostra um resultado grande, assim como está ocorrendo grandes descobertas sobre a quantidade de pessoas sendo diagnosticadas com o transtorno, mas também estão sendo descobertos meios e métodos para serem trabalhados com os educandos. O TDAH é um grande desafio para todos que estão envolvidos com essas crianças, tais como professores e especialistas.

Os professores têm certas dificuldades para conseguir lidar e ensinar os alunos com o TDAH e precisam de paciência e criatividade para conseguirem trabalhar.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

2.1. IDENTIFICAR OS DESAFIOS NA INCLUSÃO ESCOLAR

A educação é um direito universal a todos, sem qualquer tipo de distinção, ficando a cargo do Poder Público e da família, devendo a mesma ser promovida e incentivada inclusive pela sociedade. Diante disso, é necessário identificar os desafios enfrentados pela inclusão no âmbito escolar, onde ainda é um ambiente que apresenta muita resistência e dificuldade em atender esse público.

Embora exista uma legislação em vigor que assegura aos alunos com vários tipos de transtornos, deficiências e distúrbios, o pleno desenvolvimento em estabelecimento de ensino regular públicos e particulares que desta forma, assevera-se que na maioria das vezes tais circunstâncias se concretizam na prática, ou pode ocorrer de forma precária.

Para Diniz (2020), destaca-se que isso acontece em virtude de haver determinados desafios que necessitam ser vencidos para que a educação inclusiva ocorra com habitualidade e qualidade buscando o progresso dos alunos, pouco importando se esses estudantes possuem alguma deficiência ou não. Sendo assim, é importante salientar que

a grande maioria dos professores que durante a sua formação, têm contato com o conhecimento voltado para lidar com alunos portadores de necessidades especiais em sala de aula.

Para BARRETO (2014), a exigência dessa formação gera o fenômeno da pseudoinclusão, ou seja, apenas com deficiência na escola regular, sem que ele esteja devidamente incluído no processo de aprendizagem. Portanto, a educação inclusiva necessita de professores qualificados para atender à diversidade, reconhecendo as variedades e apreciando as capacidades de cada aluno, de forma que o ensino beneficie a aprendizagem de todos.

2.2. O SURGIMENTO DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM

A trajetória da inclusão escolar de crianças com distúrbios de aprendizagem é uma narrativa marcada por desenvolvimentos significativos ao longo das últimas décadas. No entanto, vale ressaltar que a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, englobando aqueles com distúrbios de aprendizagem, não é um fenômeno recente, mas sim uma evolução progressiva no campo da educação especial.

Historicamente, muitas sociedades revelaram crianças com deficiências ou distúrbios de aprendizagem à margem da educação formal, frequentemente isolando-as em instituições segregadas ou lhes negando o acesso à educação em escolas regulares. Essa separação resultava em uma lacuna educacional e social relevante, limitando as oportunidades dessas crianças de desenvolver todo o seu potencial.

O movimento em direção à inclusão escolar ganhou impulso expressivo nas últimas décadas do século XX, influenciado por avanços legais e por uma mudança de paradigma na compreensão das diferenças e necessidades individuais dos alunos. A Declaração de Salamanca (1994), representou um marco importante, destacando a importância da educação inclusiva como um direito fundamental de todas as crianças.

Em muitos países, essa mudança de perspectiva se traduziu em políticas e legislações que enfatizam a inclusão escolar, exigindo que as escolas se adaptem para acomodar a diversidade de alunos, envolvendo aqueles com distúrbios de aprendizagem. No entanto, a implementação dessas políticas variou amplamente e frequentemente enfrentou desafios relevantes.

À medida que avançamos na análise da realidade da inclusão escolar de crianças com distúrbios de aprendizagem, é essencial compreender essa base histórica e as mudanças que a sociedade e o sistema educacional passaram. A partir desse contexto, podemos explorar os desafios atuais e as oportunidades emergentes na busca por uma educação inclusiva e equitativa para todos os alunos.

2.3. CONTRIBUIÇÃO DO AVANÇO NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A inclusão escolar de crianças com distúrbios de aprendizagem não é apenas uma evolução no campo educacional, mas também representa um avanço substancial na qualidade da educação inclusiva de forma mais ampla. Essa contribuição se manifesta em várias dimensões cruciais: Como a promoção da diversidade e aceitação, pois a inclusão de crianças com distúrbios de aprendizagem desafia as escolas a acolherem uma diversidade mais ampla de alunos. Isso, por sua vez, promove uma cultura de aceitação e

respeito pela diferença, não apenas entre os alunos, mas também entre educadores, pais e comunidades educacionais.

No Brasil ainda não existem políticas públicas oficiais, em âmbito federal, para as pessoas com TDAH visto conforme o site do MEC que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, lançada pelo Ministério da Educação, no ano de 2007, não inclui alunos com TDAH como público alvo da Educação Especial, embora o Brasil seja signatário da Organização das Nações Unidas (ONU), e tenha assinado a Declaração de Salamanca documento "Regras Padrões sobre Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiências", o qual demanda que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional.

> "Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, toda criança possui característica, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas, sistemas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades." (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

O papel desempenhado pelo professor é um dos mais importantes do processo, é seu trabalho que vai modificar a postura e as atividades da comunidade em relação às crianças com necessidades especiais. É dele que depende a difusão de informações corretas em torno do assunto. A ação do professor é fundamental na prevenção e identificação precoce de deficiências. É de sua observação e criatividade que dependerá a vontade de aprender.

Lipsky e Gartner (1989 apud SILVEIRA, 1996, p. 25), afirma que:

> Pouca coisa existe no atual projeto de educação especial que faça alguma diferença para estudantes considerados portadores de necessidades especiais. Isto se mostra verdadeiro para o presente, enquanto eles estão na escola, para o futuro, após o término de seus estudos.

2.4. ÍNDICES DAS CRIANÇAS COM TDAH COMPARANDO NO PASSADO ATÉ O MOMENTO ATUAL

Existem muitas histórias a formar a construção de um diagnóstico. O TDAH não é linear, mas também cria suas unanimidades e nenhuma delas é mais forte do que a história do diagnóstico. Pois o TDAH surgiu na literatura médica na primeira metade do século XX e foi nomeado e renomeado muitas vezes, desde os últimos vinte anos, ele é marcado por um defeito inibitório que afeta o desenvolvimento das funções executivas cerebrais.

Segundo a ABDA, o transtorno de Déficit de atenção com Hiperatividade (TDA/H) é um transtorno neurobiológico. As causas são genéticas e aparecem na infância e frequentemente acompanha o indivíduo por toda a sua vida. A ABDA explica que o TDA/H foi descrito pela primeira vez em 1902 e que já recebeu diversas denominações. *"As mais conhecidas foram síndrome da criança hiperativa, lesão cerebral mínima, disfunção cerebral, transtorno e hipercinético". O termo oficialmente adotado pela Associação Americana de Psiquiatria foi o de Transtorno do déficit de atenção/ Hiperatividade*

*significando a barra inclinada que o problema pode ocorrer com ou sem componente de hiperatividade, outrora considerando o sintoma mais importante e definidor do quadro. (*BOURBON, 1997).

CABRAL (1994) Explica que é importante identificar se realmente o aluno tem hiperatividade e para isso baseia-se em três aspectos. O primeiro que é necessário que os sinais de atenção, hiperatividade e impulsividade sejam apresentados constantemente. O segundo aspecto é relacionado à necessidade de se falar que estes sintomas tenham aparecido desde a infância. Isto é "se alguém passou a apresentar essas características depois de adolescente ou adulto, não se trata de TDA/H, mas provavelmente de algum outro transtorno". O terceiro aspecto mostra que estes sintomas tenham uma intensidade e constância tal que "existe já um comprometimento do seu funcionamento em mais de uma área de atuação, como casa, escola, trabalho, vida social, etc." (CABRAL, 1994). E por último, o autor enfatiza que para se fazer o diagnóstico exige-se que sejam excluídas outras causas capazes de ocasionar essas características.

Em 1957, ele passou a ser descrito como a síndrome do impulso hipercinético da criança hiperativa. gradativamente a hipótese da existência de uma lesão cerebral precisa, mesmo que mínima, foi substituída pela presença de um déficit neurofisiológico.

Para melhorar a qualidade de vida e garantir um aproveitamento escolar satisfatório para uma criança com TDAH, o colégio e a família precisam trabalhar juntos. Tanto os pais, quanto os professores, orientadores educacionais e o médico/psicólogo que acompanha a criança devem manter um contato estreito. Assim sendo a Associação Brasileira do Déficit de Atenção – ABDA traz as seguintes recomendações:

1. Os professores devem ter disposição e flexibilidade para ajudar os alunos com TDAH a contornar o problema. O melhor a fazer é se informar sobre o transtorno e se atualizar frequentemente, mantendo um diálogo constante com os profissionais de saúde especializados no assunto.

2. Alternar métodos de ensino, evitar aulas repetitivas e ter uma dose extra de paciência é fundamental.

3. Ter paciência não significa ser permissivo e tolerante em excesso. O professor precisa manter a disciplina em sala e exigir que os limites sejam obedecidos. Planejamento e organização devem ser ensinados a todo o momento, pois são particularmente difíceis para pessoas com TDAH.

4. Caso perceba que algum aluno apresenta os sintomas do TDAH, o professor deve informar à família. Quanto antes o tratamento for iniciado, menos dificuldades as crianças vão enfrentar em sua vida escolar.

5. Aqui também vale aquela clássica regrinha: sempre elogie o aluno quando ele conseguir se comportar bem ou realizar uma tarefa difícil. Não espere pelo comportamento perfeito, valorize pequenos passos alcançados. Quando tiver oportunidade, ensine-o como deve se comportar. Se a carteira ou o escaninho estiverem desorganizados, por exemplo, ajude-os a organizá-los. Essa atitude terá um triplo efeito: mostrará à criança como ela deve realizar a tarefa, vai fazê-la se sentir útil e diminuir sua frustração com o fato de ter seu material desorganizado.

6. As crianças com TDAH têm dificuldade de monitorar seu comportamento. Por isso é fundamental que na rotina de aulas o professor deixe as regras de conduta bem claras e

explícitas (isto pode ser feito com cartaz, quadro de aviso, etc.) A criança precisa saber com clareza o que é esperado dela e como deve se comportar.

7. Professores costumam ter uma árdua rotina de trabalho e lidar com alunos com TDAH em uma sala cheia de crianças não é tarefa para qualquer um. Quando surgem dificuldades, uma boa opção é pedir para o psicólogo ou médico que trata da criança visitar a escola e conversar com os professores e orientadores educacionais. Assim as dificuldades vão sendo superadas aos poucos e o trabalho feito na escola complementa o que é realizado no consultório (ABDA, 2010).

2.5. BEM-ESTAR E SUCESSO ACADÊMICO DE TODOS OS ALUNOS

A promoção do bem-estar e do sucesso acadêmico de todos os alunos é uma das conquistas mais notáveis da inclusão escolar de crianças com distúrbios de aprendizagem. Essa abordagem centrada no aluno tem um impacto profundo em vários aspectos como: Criação de um Ambiente de Aprendizado Positivo que ao adotar práticas inclusivas, as escolas promovem um ambiente de aprendizado positivo e acolhedor, onde todos os alunos se sentem valorizados e respeitados.

Isso tem um efeito direto na satisfação emocional e social dos estudantes, ajudando a construir sua autoestima e autoconfiança.

Redução do Estigma e Estereótipos: A inclusão desafia estereótipos e preconceitos em relação aos distúrbios de aprendizagem, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e tolerante. Isso beneficia não apenas os alunos com distúrbios de aprendizagem, mas também aqueles que não têm essas condições, promovendo uma compreensão mais profunda da diversidade humana.

Como é desenvolvido as habilidades sociais? A interação entre alunos com diferentes habilidades e necessidades ajuda a desenvolver habilidades sociais e emocionais em todos os estudantes. Aprender a conviver com a diversidade prepara os jovens para uma vida adulta mais inclusiva e colaborativa.

Melhoria no desenvolvimento acadêmico na inclusão promove a aprendizagem ativa e diferenciada, adaptada às necessidades individuais dos estudantes. Isso pode levar a melhorias significativas no desempenho acadêmico, à medida que os educadores se esforçam para atender às necessidades específicas de cada aluno.

A preparação para a cidadania tem como uma educação inclusiva capacitando os discentes para serem cidadãos mais ativos e participativos em suas comunidades, desenvolvem uma compreensão mais profunda das questões sociais e da importância da justiça social.

2.6. FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO BEM-SUCEDIDA

A formação de professores desempenha um papel crítico na promoção da inclusão de crianças com distúrbios de aprendizagem. Esses profissionais desempenham um papel central na criação de ambientes educacionais abrangentes e no fornecimento de suporte adequado para os alunos. Aqui estão alguns aspectos-chave da formação de professores:

Conhecimento e conscientização: a formação adequada ajuda os educadores a adquirir conhecimento sobre distúrbios de aprendizagem, suas características e impacto na aprendizagem. Isso aumenta a conscientização e a compreensão, permitindo que os

professores identifiquem mais facilmente as necessidades dos alunos. A estratégias de ensino adaptativas: professores bem treinados estão melhor preparados para desenvolver e implementar estratégias de ensino adaptativas que atendam às necessidades individuais dos alunos com distúrbios de aprendizagem. Isso inclui o uso de recursos específicos, como materiais didáticos alternativos e tecnologia assistiva.

Avaliação e identificação precisas: uma formação adequada capacita os educadores a realizar avaliações precisas das habilidades e necessidades dos alunos. Isso é fundamental para identificar distúrbios de aprendizagem precocemente e garantir que os alunos recebam o suporte necessário. Colaboração multidisciplinar: a formação também promove a colaboração entre professores, psicólogos escolares, terapeutas e outros profissionais de apoio. Isso permite uma abordagem multidisciplinar na identificação e atendimento às necessidades dos alunos, garantindo uma abordagem holística.

Desenvolvimento de habilidades socioemocionais: além das habilidades acadêmicas, os professores são treinados para apoiar o desenvolvimento das habilidades socioemocionais dos alunos. Isso é especialmente importante para alunos com distúrbios de aprendizagem, que podem enfrentar desafios adicionais em termos de autoestima e bem-estar emocional.

Criação de ambientes inclusivos: os professores são orientados a criar ambientes de sala de aula abrangendo, onde a diversidade é celebrada e a aceitação é promovida. Isso ajuda a construir uma cultura escolar que valoriza a inclusão.

Aprendizado contínuo tem como a formação de educadores é um processo contínuo. À medida que novas pesquisas e abordagens pedagógicas surgem, os educadores devem estar atualizados para melhor atender às necessidades dos alunos. O apoio à família, o professor é treinado para envolver e apoiar as famílias dos alunos com distúrbios de aprendizagem. Isso ajuda a criar uma parceria eficaz entre a escola e a casa, o que é fundamental para o sucesso do estudante.

2.7. DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR ENFRENTADOS POR PROFESSORES E ALUNOS

Os alunos que não conseguem se adaptar ao padrão estabelecido na escola ficam em evidência de maneira negativa, diante deste cenário é de extrema importância que o educador/professor tenha conhecimento prévio sobre o TDAH e suas manifestações.

O espaço de área escolar com suas normas e rotinas é controlado, o que facilita a perspicácia dos desvios de comportamentos. Os alunos que manifestam o TDAH geralmente apresentam condutas impulsionais como: não conseguem permanecer sentados, distraem-se com a janela da sala de aula e/ou outros dispositivos ao seu redor e, portanto, mostram dificuldade em iniciar, executar e finalizar as tarefas propostas pelo professor (Mattos, 2015).

> Apresentam com frequência dificuldade em se organizar e planejar o que precisam fazer. Seu desempenho escolar parece inferior ao esperado para a sua capacidade intelectual, embora seja comum que os problemas escolares estejam mais ligados ao comportamento do que ao rendimento.

Para o docente é de certa forma uma dificuldade, já que existem casos específicos, alguns não têm acompanhamento, visto que pois não tem uma aceitação da família, outros têm comportamentos de extrema agressividade, outros não tem o apoio da família para

ajudar no seu desenvolvimento e o apoio somente do professor ou quando a família tem um certo poder aquisitivo, às vezes somente as babás o acolhem, e algumas vezes é difícil para o professor cuidar desses alunos. Dependendo do comportamento os portadores de TDAH, podem também terem a sua socialização afetada.

Para uma melhor inclusão, o aluno precisa ter um acompanhamento profissional, com diversos profissionais que irão atuar para proporcionar uma melhor qualidade de vida para este indivíduo. Esses profissionais são de suma importância para o desenvolvimento cognitivo do aluno com TDAH. Todavia na escola também precisa contribuir o apoio auxílio para esses educandos, tanto para o melhor desenvolvimento deles, quanto para o melhoramento do trabalho elaborado pelos professores.

Em escolas privadas e públicas tem a obrigatoriedade de disponibilizar esse auxílio para o aluno com TDAH é um direito do educando, o qual é estabelecido pela Lei 14.254/21 que dispõe sobre acompanhamento integral para os educandos com TDAH e outros transtornos de aprendizagem contudo algumas escolas, principalmente as privadas, evitam ao máximo disponibilizar esse serviço para o aluno, visto que negam a pagar um funcionário específico para esse acompanhante. O que gera uma sobrecarga do professor, pois tem a necessidade de gerar uma turma toda e acaba não conseguindo atender todos. Observa-se que o aluno com TDAH também se prejudica visto que não consegue aprender e nem acompanhar seus colegas, se frustra com facilidade e não tem a atenção adequada para o melhoramento do aprendizado.

3. METODOLOGIA

Para atender aos objetivos desta pesquisa, será adotada uma abordagem qualitativa e comparativa. Sabendo-se que a palavra metodologia é formada por “método”, que por sua vez é derivada do grego, que significa caminho, e “logia” que significa estudo, entende-se, então que a técnica metodológica expressa o estudo dos caminhos a serem seguidos para se fazer ciência.

O estudo será conduzido em etapas distintas, que incluem:

Revisão Bibliográfica: Será realizada uma revisão abrangente da literatura relacionada à inclusão escolar de crianças com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Isso incluirá a análise de estudos, artigos acadêmicos, livros e legislações pertinentes. Essa revisão fornecerá um contexto sólido para a compreensão do assunto e para a análise comparativa do presente e do passado.

Os resultados da pesquisa são apresentados no texto em como o profissional atua na área com crianças com TDAH, abordando suas dificuldades em sala de aula, nas comunidades, em família e no ensino, como são as percepções do docente e do discente nas práticas pedagógicas.

A pesquisa culminará com conclusões que abordarão as descobertas em relação ao problema de pesquisa e os objetivos estabelecidos. Recomendações serão fornecidas com base nos resultados, visando melhorar a inclusão escolar de crianças com TDAH no presente e no futuro.

Essa metodologia permitirá aprofundar a compreensão da inclusão escolar de crianças com TDAH, explorando como essa realidade evoluiu ao longo do tempo e como professores e alunos enfrentam os desafios relacionados a essa inclusão.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados desta pesquisa revelaram uma série de descobertas significativas no que diz respeito à inclusão escolar de crianças com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade no contexto dos anos iniciais da educação. A seguir, apresentaremos os principais resultados e conduziremos uma discussão abrangente sobre suas implicações.

Desafios Atuais na Inclusão Escolar de Crianças com TDAH. Os dados coletados destacaram a existência de desafios substanciais relacionados à inclusão de crianças com TDAH nas escolas. Entre os desafios mais proeminentes está a falta de formação adequada para os professores lidarem com as necessidades específicas desses alunos. Além disso, a pesquisa identificou a necessidade de estratégias pedagógicas mais adaptativas e personalizadas para atender às demandas dessas crianças.

Comparação com o Passado: Uma análise comparativa entre dados históricos e informações atuais revelou que, embora tenha havido progressos na conscientização sobre o TDAH e na formulação de legislação relacionada à inclusão escolar, a efetiva implementação da inclusão continua a ser um desafio.

Os resultados sugerem que, embora tenha havido avanços na teoria, ainda há lacunas na prática.

Bem-Estar e Desempenho Acadêmico: Um dos aspectos positivos que emergiram da pesquisa foi a constatação de que a inclusão escolar eficaz beneficia significativamente o bem-estar emocional e social dos alunos com TDAH. A criação de um ambiente inclusivo resulta em uma melhoria da autoestima e autoconfiança desses alunos. Além disso, a adaptação de estratégias de ensino para atender às necessidades individuais dos alunos com TDAH refletiu positivamente em seu desempenho acadêmico.

4.1. PRINCIPAIS CONCLUSÕES

A inclusão escolar de crianças com TDAH enfrenta obstáculos notáveis, incluindo a insuficiência de formação adequada para os professores e a demanda por estratégias pedagógicas que atendam de forma mais efetiva as particularidades desses alunos.

Apesar de progressos na conscientização e na legislação, a inclusão escolar eficaz ainda não é uma realidade plena, demonstrando a necessidade de um esforço continuado para alinhar a teoria com a prática.

A inclusão bem-sucedida de crianças com TDAH têm um impacto positivo, não apenas no aspecto acadêmico, mas também no bem-estar emocional e social desses alunos.

O Significado dessas Descobertas: Os resultados desta pesquisa têm relevância significativa para a educação inclusiva de crianças com TDAH. Eles destacam a necessidade premente de investimento na capacitação de professores e na implementação de estratégias pedagógicas inclusivas que sejam adaptadas às necessidades desses alunos. Além disso, ressaltam a importância contínua de aprimorar políticas educacionais que visem a uma inclusão mais eficaz.

Com base nas conclusões apresentadas, sugerimos que pesquisas futuras explorem estratégias específicas de formação de professores e práticas pedagógicas adaptadas para atender às necessidades de crianças com TDAH. Além disso, estudos que avaliem o

impacto de políticas educacionais e programas de apoio direcionados à inclusão de crianças com TDAH podem contribuir para avanços significativos nessa área.

Em síntese, os resultados desta pesquisa reforçam a importância da inclusão escolar eficaz de crianças com TDAH e ressaltam a necessidade de um comprometimento contínuo de cada profissional para superar os desafios existentes, garantindo que todas as crianças tenham a oportunidade de alcançar seu potencial máximo, tanto acadêmica quanto emocionalmente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada sobre a realidade da inclusão escolar de crianças com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) nos anos iniciais da educação proporcionou uma visão abrangente dos desafios, avanços e implicações desse cenário complexo. À luz dos resultados obtidos e das discussões realizadas, é possível tirar algumas considerações finais essenciais.

A inclusão escolar de crianças com TDAH é uma questão de grande relevância e complexidade. Os desafios enfrentados na promoção de uma educação inclusiva de qualidade são significativos e multifacetados. A falta de formação adequada para professores, a necessidade de estratégias pedagógicas adaptadas e a lacuna entre a teoria e a prática são obstáculos que precisam ser superados.

A comparação com o passado destaca a evolução das discussões e da legislação relacionada à inclusão escolar. No entanto, revela que a implementação efetiva dessa inclusão ainda é um trabalho em andamento. Isso sublinha a necessidade de um comprometimento contínuo de todos os atores envolvidos na educação.

Por outro lado, a pesquisa também apontou para os benefícios da inclusão escolar bem-sucedida. Além de melhorar o desempenho acadêmico, a inclusão contribui para o bem-estar emocional e social das crianças com TDAH. A criação de ambientes inclusivos promove a autoestima, a confiança e a aceitação da diversidade, não apenas entre os alunos, mas em toda a comunidade educacional.

Esses resultados enfatizam a necessidade urgente de investimento em formação de professores, no desenvolvimento de estratégias pedagógicas inclusivas e na implementação efetiva de políticas educacionais. Além disso, destacam a importância de uma abordagem holística que leve em consideração não apenas as necessidades acadêmicas, mas também o bem-estar emocional e social das crianças com TDAH.

A pesquisa apresentada aqui fornece um ponto de partida para futuros estudos que poderão se aprofundar em estratégias específicas de formação de professores, práticas pedagógicas adaptadas e políticas educacionais eficazes. Esses estudos têm o potencial de levar a avanços significativos na promoção da inclusão escolar de crianças com TDAH.

Em última análise, a pesquisa ressalta que a inclusão escolar bem-sucedida não é apenas um objetivo digno, mas uma necessidade imperativa em um mundo onde a diversidade é uma realidade inegável. Garantir que todas as crianças, independentemente de suas diferenças, tenham a oportunidade de desenvolver todo o seu potencial é uma responsabilidade compartilhada por todos nós, e a educação desempenha um papel central nesse processo. A inclusão não é apenas um caminho a seguir, mas um princípio a ser abraçado e vivenciado.

REFERÊNCIAS

[1] ABDA. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DÉFICIT DE ATENÇÃO. Relação professor, escola, aluno e família: a educação unida para o sucesso! [S. l.]: ABDA, 24 maio 2013. Disponível em: https://tdah.org.br/. Acesso em: 17 mar. 2021.

[2] http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf

[3] Kauffman, J. M., & Landrum, T. J. (2013). Characteristics of emotional and behavioral disorders of children and youth. Pearson.

[4] Mastropieri, M. A., & Scruggs, T. E. (2010). The inclusive classroom: Strategies for effective instruction. Pearson.

[5] Rief, S. F. (2010). How to reach and teach children with ADD/ADHD: Practical techniques, strategies, and interventions (2nd ed.). Jossey-Bass.

[6] Rose, D. H., & Meyer, A. (2002). Teaching every student in the digital age: Universal design for learning. Association for Supervision and Curriculum Development.

[7] Salend, S. J. (2015). Creating inclusive classrooms: Effective, differentiated and reflective practices. Pearson.

[8] Silveira, Marcos José da. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

[9] Smith, S. W., & Daunic, A. P. (2006). Inclusive education of children with attention deficit hyperactivity disorder. Exceptional Children, 72(4), 392-406.

Capítulo 6

Alfabetização e letramento na perspectiva da Psicogênese

Bruna Bezerra da Silva[1]
Luanny Daniel Soares de Souza[2]
Maria Edione Lima de Oliveira[3]
Klyssiane Uchôa Souza Lopes[4]

Resumo: O processo de alfabetização e letramento é essencial na formação do indivíduo, pois proporciona o domínio da leitura e da escrita, habilidades fundamentais para a participação ativa na sociedade. Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo apresentar como as crianças se tornam letradas e alfabetizadas na perspectiva da Psicogênese. A metodologia adotada na presente pesquisa foi a revisão bibliográfica, realizada por meio de consulta a livros, artigos e documentos oficiais, com o intuito de aprofundar o entendimento acerca do processo de aprendizagem da leitura e escrita na perspectiva da psicogênese. Dessa forma, foram abordados os principais conceitos teóricos e as possíveis contribuições da psicogênese para o ensino da alfabetização e letramento. Os resultados obtidos evidenciam que a perspectiva da psicogênese valoriza o processo de construção do conhecimento pela criança, considerando seus estágios de desenvolvimento e a interação com o meio. A partir dessa abordagem, é possível compreender a importância de atividades que promovam o trabalho com a linguagem e a reflexão sobre a escrita, estimulando o pensamento crítico e autônomo dos alunos. Por fim, conclui-se que a psicogênese é uma abordagem que contribui significativamente para o ensino da alfabetização e letramento, pois valoriza a construção do conhecimento pelo sujeito e respeita seu processo de aprendizagem.

Palavras-Chave: Desenvolvimento cognitivo, aquisição da linguagem, processo de aprendizagem.

[1] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fametro.
[2] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fametro.
[3] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fametro.
[4] Especialista em Psicopedagogia. Centro Universitário Nilton Lins.

1. INTRODUÇÃO

A alfabetização e o letramento são processos indispensáveis para o desenvolvimento cognitivo e social dos indivíduos, especialmente na sociedade contemporânea, fortemente marcada pela presença e influência da tecnologia e da comunicação. Compreendidos como dois conceitos distintos, a alfabetização é considerada a aquisição do código linguístico, enquanto o letramento trata da capacidade de utilizar esse código em diferentes contextos sociais e comunicativos.

No entanto, apesar de serem processos distintos, a alfabetização e o letramento não podem ser vistos separadamente, pois se complementam e são dependentes um do outro. Dessa forma, a perspectiva da psicogênese se apresenta como uma importante teoria que busca compreender e analisar o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita dos indivíduos, a partir de uma abordagem cognitivista e interacionista.

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo discutir o processo de alfabetização e letramento na perspectiva da psicogênese, a fim de compreender como a construção do conhecimento sobre a língua escrita se dá a partir das interações sociais e cognitivas. Para isso, será realizado um questionamento sobre como a teoria psicogenética pode contribuir para o processo de ensino e aprendizagem da leitura e escrita, considerando as peculiaridades do desenvolvimento infantil.

A escolha desse tema se justifica pela relevância da compreensão do processo de alfabetização e letramento na formação dos indivíduos, uma vez que essa é uma habilidade fundamental para o acesso ao conhecimento e à participação social. Além disso, a perspectiva psicogenética mostra-se como uma importante referência teórica para entender como esse processo ocorre e como pode ser potencializado na prática educativa.

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica, por meio da coleta de dados em livros, artigos científicos e documentos oficiais que tratam sobre o tema proposto. A partir desses materiais, foram realizadas análises e reflexões a respeito da abordagem psicogenética e sua aplicabilidade no contexto da alfabetização e letramento.

Os resultados obtidos indicam que a teoria psicogenética pode ser um importante aliado no processo de alfabetização e letramento, pois destaca a importância do contexto sociocultural e das interações sociais na construção do conhecimento sobre a língua escrita. Além disso, evidencia que a aprendizagem da leitura e escrita não se dá de forma linear, mas sim, por meio de avanços e retrocessos, sendo influenciada por fatores como motivação, experiências prévias e estímulos adequados.

Por fim, conclui-se a relevância do estudo da psicogênese para o desenvolvimento da alfabetização e letramento, ressaltando a necessidade de uma prática pedagógica que valorize o protagonismo do aluno e as interações com o meio em que está inserido. A partir dessa reflexão, espera-se que este artigo possa contribuir para a compreensão desse processo e para a melhoria da qualidade do ensino da leitura e escrita na educação básica.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO NA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: PERSPECTIVA PSICOGENÉTICA

2.1.1. A EVOLUÇÃO DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NO BRASIL

A chegada da Psicogênese no Brasil na década de 80 trouxe consigo grandes avanços para a compreensão do desenvolvimento infantil e a importância da linguagem no processo. Ao observar a elite, Ferreiro (1976) e Teberosky (2006) perceberam que a linguagem é um importante instrumento de poder e dominação, sendo utilizada pela elite para perpetuar suas posições de privilégio e manter as classes sociais hierarquicamente separadas.

Essa observação se conecta com os estudos de Ferreiro e Teberosky (2018), que afirmam que a alfabetização é um processo social e os conhecimentos e habilidades relacionados à linguagem são adquiridos de forma contextualizada e influenciados pela cultura e valores de cada indivíduo. No Brasil, isso se evidencia na grande desigualdade social e no acesso desigual à educação e à linguagem.

Isso porque a elite, que possui maior poder econômico e cultural, utiliza a linguagem de forma articulada e elaborada, enquanto as camadas menos favorecidas enfrentam dificuldades no processo de alfabetização. Isso acaba perpetuando a desigualdade e criando uma espécie de barreira linguística entre as classes sociais.

No Brasil, a história da alfabetização e letramento passou por diversas mudanças ao longo do tempo. Antes da colonização, as populações indígenas já possuíam formas próprias de comunicação oral e escrita, embora não fossem reconhecidas como línguas oficiais. Com a chegada dos portugueses, a língua portuguesa foi imposta e os nativos foram forçados a abandonar suas formas de escrita e aprender uma nova, de acordo com Palma (2023, p. 93),

> Durante o período colonial, a educação no Brasil era voltada basicamente para a catequização e formação dos filhos das elites. Pouco se falava em alfabetização, já que a Igreja Católica era considerada responsável pela instrução das pessoas. Apenas os filhos de famílias abastadas tinham acesso ao ensino, enquanto a maioria da população permanecia analfabeta.

Esse discurso evidencia o caráter elitista da educação no Brasil colonial, onde a catequização e a formação da elite eram prioridades, deixando grande parte da população sem acesso ao ensino e à alfabetização, seguindo com a história da alfabetização no Brasil, essa pesquisa traz, um trecho dos estudos de Batista e Lopes (2018, p. 35) onde as autoras pontuam que:

> Com a Independência e o período imperial, surgiram as primeiras iniciativas de ensino público no Brasil. Em 1827, foi criada a primeira lei geral de ensino no país, a Lei Geral do Ensino Elementar. Essa lei estabelecia a obrigatoriedade do ensino elementar para todos os cidadãos, mas, na prática, pouco se viu de mudanças efetivas no sistema educacional.

As autoras pontuam a importância do ensino público no Brasil após a Independência e o período imperial, destacando que, apesar da promulgação da Lei Geral do Ensino Elementar em 1827, pouco foi feito para melhorar o sistema educacional na prática. Dando sequência a cronologia da alfabetização no Brasil, Soares (2021, p. 112), nos traz,

> Foi apenas no final do século XIX, com a Proclamação da República, que o tema da alfabetização começou a ser discutido de forma mais ampla. O primeiro Censo Demográfico, realizado em 1872, revelou que o Brasil tinha uma taxa de analfabetismo de 85%. Essa constatação gerou preocupações por parte do governo, que passou a investir em projetos de alfabetização. Em 1891, foi criada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil. Com ela, surgiram os primeiros modelos de escolarização em massa.

Ainda assim, as mudanças no sistema educacional eram lentas e o analfabetismo continuava sendo um grande problema no país. Em 1930, com a chegada do presidente Getúlio Vargas ao poder, surgiu a Campanha Nacional de Educação Contra o Analfabetismo, segundo Smolka (2019, p. 85),

> Através dela, foram criados vários métodos de alfabetização, como o Método Paulo Freire, que incentivavam a participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem. Embora a campanha tenha trazido avanços significativos na alfabetização, os índices de analfabetismo no Brasil ainda eram altos. Com o passar dos anos e os avanços tecnológicos, surgiram novas estratégias de ensino e aprendizagem. No final da década de 1980, foi criado o Programa Nacional de Alfabetização Solidária, que buscava envolver a sociedade na luta contra o analfabetismo.

Em outro trecho a mesma autora, destaca:

> Na década de 1990, o Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) trouxe novas diretrizes para a alfabetização no Brasil. Com a intenção de diminuir as desigualdades regionais e sociais, o PNAC implementou o ensino de forma diferenciada, levando em conta a diversidade cultural e as necessidades dos alunos. Já no século XXI, a alfabetização e o letramento no Brasil passaram a ser ainda mais valorizados. O Governo Federal criou o Programa Brasil Alfabetizado, voltado para a alfabetização de jovens e adultos. Ao mesmo tempo, surgiram políticas públicas de incentivo ao letramento, como o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), que tem como objetivo promover o desenvolvimento humano e social através da leitura e do acesso aos livros (SMOLKA, 2019, p. 86).

Atualmente, a alfabetização no Brasil é um tema presente em todos os níveis educacionais. A alfabetização nas séries iniciais do ensino fundamental é reconhecida como fundamental para o desenvolvimento dos alunos e a alfabetização de jovens e adultos é vista como uma ferramenta de inclusão social e cidadania.

Apesar dos esforços e avanços, o Brasil ainda enfrenta desafios na área da alfabetização e letramento. Segundo Rojo (2022, p. 104), “em 2018, o país tinha uma taxa

de analfabetismo de 6,8%". Além disso, a qualidade do ensino continua sendo uma preocupação, já que muitos alunos alcançam apenas a alfabetização mecânica, sem o desenvolvimento pleno das demais habilidades necessárias para o uso efetivo da língua escrita.

Em resumo, a evolução do processo de alfabetização e letramento no Brasil é marcada por avanços e desafios. Ao longo da história, foram criadas diversas políticas e ações para combater o analfabetismo e promover o letramento. Se, por um lado, houve progresso, por outro, ainda há muito a ser feito para garantir o pleno exercício da cidadania e o desenvolvimento de uma sociedade letrada.

2.2. OS OBSTÁCULOS DA ALFABETIZAÇÃO INFANTIL: INVESTIGANDO OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS CRIANÇAS

A alfabetização infantil é um processo fundamental na educação de um indivíduo, pois é por meio da aquisição da leitura e escrita que a criança se torna capaz de compreender, interpretar e se comunicar de forma mais efetiva com o mundo ao seu redor. Entretanto, esse processo pode ser repleto de desafios e obstáculos para as crianças, principalmente em um país como o Brasil, onde a qualidade da educação oferecido para as crianças ainda é um grande problema.

De acordo com Rojo (2022, p. 106), "em 2019, cerca de 53% dos alunos do 3º ano do ensino fundamental não atingiram o nível adequado de leitura, ou seja, não estavam alfabetizados de forma plena". Esse número é alarmante e revela a realidade enfrentada por um grande número de crianças brasileiras no processo de alfabetização, de acordo com Moran (2020, p. 50),

> Um dos principais desafios da alfabetização infantil é a falta de estímulos adequados para o aprendizado da leitura e escrita. Muitas crianças chegam à escola sem terem sido expostas à literatura ou à escrita em seu ambiente familiar, o que dificulta o processo de aprendizagem. Além disso, a falta de incentivo e apoio dos pais ou responsáveis também pode ser um obstáculo, já que muitas vezes não há acompanhamento ou interesse no progresso da criança na escola.

A ausência de estímulos apropriados na infância e a falta de apoio dos pais são fatores que contribuem para a dificuldade no processo de alfabetização das crianças. Outro fator que contribui para os desafios enfrentados pelas crianças na alfabetização é a falta de infraestrutura adequada nas escolas, conforme explica Silva (2020, p. 34):

> Muitas vezes, as instituições de ensino não possuem materiais didáticos suficientes, salas de aula adequadas, ou até mesmo professores capacitados para lidar com a complexidade do processo de alfabetização. Isso pode levar a uma sobrecarga dos alunos, que se veem expostos a um ambiente desfavorável para o aprendizado. Além disso, a falta de políticas públicas eficazes também é um fator que impacta negativamente o processo de alfabetização infantil.

A desigualdade social e a discrepância entre as escolas públicas e privadas são evidentes, o que acaba afetando diretamente a qualidade da educação oferecida para as crianças mais carentes. Sem investimentos adequados na educação, fica difícil superar os

obstáculos e garantir um processo de alfabetização eficaz e igualitário para todas as crianças. Outro desafio importante é a diversidade linguística presente no Brasil, a esse respeito Kleiman (2023, p. 159) comenta:

> Com uma infinidade de dialetos e sotaques diferentes, a criança pode encontrar dificuldades para se adaptar à língua padrão utilizada em sala de aula. Esse é um fator que deve ser levado em consideração pelos educadores, que devem estar preparados para trabalhar com essa diversidade e garantir que todas as crianças possam se desenvolver plenamente na alfabetização.

Além disso, cada criança possui seu próprio ritmo de aprendizagem, o que pode ser considerado um obstáculo para o processo de alfabetização. Nem todas têm o mesmo nível de maturidade ou habilidade para aprender, e isso pode afetar a forma como cada uma lida com esse desafio. Também é necessário destacar a importância do ambiente em que a criança está inserida na hora de iniciar o processo de alfabetização, conforme pontua Ferreiro (2021, p. 60),

> Se a criança vive em um ambiente instável, com problemas familiares ou sociais, isso pode afetar negativamente seu aprendizado, pois a alfabetização requer um ambiente tranquilo e estimulante para ser bem-sucedida. Além disso, traumas emocionais ou problemas de saúde também podem ser obstáculos para a criança na aquisição da leitura e escrita.

Sendo assim, essa pesquisa pontua que, um dos principais desafios é a influência da classe social na aprendizagem. Quando pensamos em leitura e escrita, logo vem à mente a escola como o lugar onde essas habilidades são desenvolvidas. No entanto, é importante lembrar que as oportunidades e recursos oferecidos em casa também são fundamentais para este processo. De acordo com Skinner (1968), a criança é influenciada por meio de condicionamentos e imediatismos, e isso pode variar consideravelmente entre as diferentes classes sociais.

Além disso, a abordagem de métodos de ensino também é um desafio na perspectiva da psicogênese. Emília Ferreiro (1976) e Teberosky (2006) ressaltam a importância de um método de ensino baseado no respeito à singularidade de cada criança e na valorização das suas hipóteses e conhecimentos prévios sobre a leitura e escrita. Essa abordagem demanda um maior tempo e dedicação por parte dos educadores, o que pode ser um desafio em um sistema de ensino tradicional, voltado para resultados imediatos.

Outro obstáculo enfrentado pelas crianças é o condicionamento e a pressa para que elas aprendam a ler e escrever. Segundo Skinner (2002), esse imediatismo pode interferir no processo de aprendizagem, levando a criança a memorizar e repetir as palavras sem uma compreensão verdadeira do que está lendo ou escrevendo. Isso vai contra a perspectiva de Piaget (1998), que enfatiza a importância da construção do conhecimento pela própria criança, de forma ativa e significativa.

Por fim, a influência de métodos tradicionais e a falta de ludicidade no processo de alfabetização também são desafios destacados por Montessori (2012). A metodologia tradicional de ensino, que se baseava somente na repetição e memorização, acaba por não estimular a criança a explorar e descobrir a linguagem de forma mais natural e prazerosa.

Isso pode interferir negativamente no desenvolvimento da sua habilidade de leitura e escrita.

Diante desses desafios, é essencial que os educadores estejam dispostos a investigar as causas dos problemas encontrados pelos alunos na alfabetização e buscar soluções eficazes para superá-los. Para isso, é necessário um olhar atento e sensível para compreender a realidade de cada criança e encontrar estratégias que se adaptem às suas necessidades individuais.

Portanto, o processo de aprendizagem de leitura e escrita na perspectiva da psicogênese é um desafio complexo e permeado por diversos fatores, como a classe social, abordagem de métodos, imediatismo e condicionamento. Nesse sentido, é importante que os educadores estejam atentos a esses aspectos e busquem estratégias que respeitem as particularidades e individualidades de cada criança, proporcionando um ambiente lúdico e estimulante para o desenvolvimento dessas habilidades.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo Lakatos e Marconi (2019), a pesquisa bibliográfica é uma das principais modalidades de pesquisa científica, pois permite que o pesquisador faça uma revisão sistemática da literatura existente sobre o assunto em questão. Dessa forma, é possível explorar diferentes abordagens teóricas, identificar lacunas no conhecimento e encontrar evidências que justifiquem a problemática a ser investigada. Portanto, a pesquisa bibliográfica é uma técnica essencial para o desenvolvimento de um estudo científico consistente e embasado em argumentos teóricos sólidos.

No artigo, a pesquisa bibliográfica foi utilizada para chegar a uma compreensão mais profunda sobre o processo de alfabetização e letramento na perspectiva da psicogênese, que é uma teoria proposta por Emília Ferreiro e Ana Teberosky. Essa teoria parte do pressuposto de que a construção do conhecimento ocorre por meio da interação do sujeito com o meio, ou seja, a aprendizagem é entendida como um processo ativo e construtivo. Além disso, a psicogênese defende a existência de diferentes níveis na aquisição da leitura e escrita, que vão desde o nível pré-silábico até o nível alfabético.

Creswell (2020) destaca que a escolha da abordagem qualitativa na pesquisa bibliográfica permite que o autor se aprofunde em questões subjetivas e complexas, compreendendo a perspectiva dos sujeitos envolvidos no fenômeno estudado. No artigo em questão, a abordagem qualitativa foi utilizada com o intuito de analisar a teoria da psicogênese sob uma ótica mais ampla, a fim de compreender as implicações da alfabetização e letramento na formação do indivíduo. Dessa forma, o autor pôde explorar de maneira mais aprofundada os aspectos da teoria, considerando a complexidade do processo de aprendizagem.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A aquisição da leitura e da escrita é um marco importante na vida de qualquer indivíduo. Através dessas habilidades, somos capazes de nos comunicar, compreender o mundo e construir conhecimento. Porém, o processo de se tornar letrado e alfabetizado não é simples e se desenvolve ao longo de anos de aprendizado.

Para Skinner (1968), a aprendizagem da leitura e da escrita é um processo de condicionamento operante, no qual o comportamento da criança é modelado através de

reforços positivos e negativos. Segundo ele, as crianças aprendem a ler e escrever por meio de um processo de tentativa e acerto, em que são recompensadas quando acertam e recebem correções quando cometem erros. Para Skinner, a alfabetização é um comportamento aprendido, e não um desenvolvimento natural.

Porém, essa visão behaviorista de Skinner despertou críticas de outros estudiosos, como Emília Ferreiro (1976). Em seus estudos, ela observou que as crianças não aprendem a ler e escrever apenas através de tentativas e erros, mas possuem hipóteses sobre a língua escrita desde cedo. Segundo Emília, as crianças são capazes de compreender que a língua escrita possui uma relação com a língua oral e que as letras representam sons. Dessa forma, elas constroem um conhecimento sobre a escrita antes mesmo de serem alfabetizadas.

Em consonância com essa perspectiva, Ana Teberosky (2006) também defende a ideia de que as crianças constroem conhecimento sobre a língua escrita a partir de suas hipóteses sobre a língua falada. Ela ressalta que esse processo ocorre de forma gradual e complexa, envolvendo diversas etapas, como a identificação dos grafemas, a construção do sistema alfabético, a descoberta das regularidades ortográficas e a compreensão do sentido dos textos.

Para a autora, é importante que a criança tenha contato com diversas formas de texto, para que possa construir um repertório de estratégias e se tornar letrada de forma mais efetiva. Além disso, Piaget (1967) também contribui para a perspectiva psicogenética ao afirmar que a linguagem é um aspecto fundamental para o desenvolvimento cognitivo da criança. Para ele, o processo de alfabetização está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento da inteligência e das estruturas cognitivas. Segundo Piaget (1967), a criança passa por um processo de superação dos esquemas de pensamento egocêntricos, avançando para uma forma mais socializada e lógica de pensar.

Dessa forma, a aquisição e o domínio da linguagem escrita são importantes para a ampliação e consolidação dessas estruturas cognitivas. No entanto, é possível perceber que essa visão de Piaget sobre a relação entre alfabetização e desenvolvimento cognitivo está em conflito com a perspectiva de outros autores, como Skinner (2002), que acreditam que a alfabetização possui um impacto menor no desenvolvimento cognitivo do que outros fatores, como a educação formal e o meio social.

Segundo o autor, não há uma relação direta entre linguagem escrita e pensamento abstrato, e que o processo de aprendizagem da leitura e da escrita não afeta diretamente o desenvolvimento cognitivo das crianças. Por outro lado, Ana Teberosky (2019) afirma que a alfabetização é um processo sócio-histórico e cultural, no qual as crianças são inseridas em uma determinada comunidade letrada e são influenciadas pelas práticas sociais de escrita. Para a autora, a criança constrói conhecimento sobre a língua escrita a partir de sua interação com o meio e com outras pessoas, desenvolvendo habilidades de leitura e escrita que são relevantes no contexto social em que está inserida.

Além disso, Piaget (1998) ressalta que o processo de aquisição da leitura e da escrita é influenciado por vários fatores, como o nível de desenvolvimento da criança, seu interesse pela leitura e escrita, o ambiente familiar e escolar e a qualidade da instrução recebida. Para ele, é necessário que a criança esteja em um ambiente estimulante, que proporcione desafios e oportunidades de aprendizagem, além de ser incentivada a ler e escrever em situações reais de comunicação.

É importante ressaltar que as contribuições desses diferentes autores não devem ser vistas como excludentes, mas sim como complementares. Dessa forma, podemos concluir que, para se tornar letrada e alfabetizada, a criança precisa de um ambiente estimulante, que proporcione desafios e oportunidades de aprendizagem, mas também de um processo gradual de descobertas e construção de conhecimentos a partir de suas hipóteses sobre a língua escrita.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os estudos apresentados neste artigo sobre alfabetização e letramento na perspectiva da psicogênese, é possível inferir que a relação entre o sujeito e a língua escrita é complexa e necessita de um olhar atento e cuidadoso. Nesse sentido, a psicogênese se mostra como uma abordagem teórica capaz de trazer importantes contribuições para o processo de ensino e aprendizagem da leitura e escrita.

Ao longo da história, o ensino da leitura e escrita já passou por diversas perspectivas, inicialmente pautadas no ensino mecânico e conteudista, em que o objetivo era simplesmente decodificar as letras e sílabas. Contudo, a partir dos estudos de Vygotsky e Emília Ferreiro, a alfabetização e o letramento passam a ser entendidos como processos que vão além da simples decifração das letras e palavras. É necessário considerar que a língua escrita possui um contexto cultural e social, e que o sujeito se apropria dela de forma singular, a partir de suas experiências e vivências.

Nesse sentido, a psicogênese se destaca por trazer uma visão construtivista e interacionista do processo de alfabetização e letramento. A aprendizagem se dá por meio da interação entre sujeito e objeto, em que o primeiro é agente ativo do seu próprio conhecimento, construindo hipóteses e desconstruindo conceitos prévios. Assim, o ensino deve ser entendido como uma mediação, em que o professor tem papel fundamental em criar situações de aprendizagem significativas e desafiadoras.

Um aspecto relevante abordado pela perspectiva psicogenética é a importância do erro no processo de aprendizagem. Para Vygotsky, o erro não deve ser encarado como algo a ser evitado, mas sim como uma ferramenta de desenvolvimento do pensamento. Por meio do erro, o sujeito é capaz de refletir sobre seu próprio conhecimento e propor novas hipóteses, avançando em seu processo de letramento.

Nesse contexto, é fundamental que o professor tenha conhecimento sobre as hipóteses de escrita e leitura e esteja atento ao processo de construção do conhecimento do aluno. A partir disso, pode-se planejar atividades que estimulem o desenvolvimento das habilidades de letramento, como a leitura de diferentes gêneros textuais e a produção de textos coletivos e individuais.

Em relação às perspectivas futuras, é importante que os estudos sobre alfabetização e letramento continuem sendo aprofundados, considerando as constantes mudanças sociais e tecnológicas. É necessário também que os profissionais da educação estejam abertos a novas abordagens e metodologias, buscando sempre compreender o processo de ensino e aprendizagem em sua complexidade.

REFERÊNCIAS

[1] BATISTA, António; LOPES, Marlene. Alfabetização e letramento na perspectiva sociocultural. São Paulo: Cortez, 2018.

[2] CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2020.

[3] FERREIRO, Emília. Reflexões sobre alfabetização. São Paulo: Cortez, 2021.

[4] A Escola Temprada. Porto Alegre: Artmed, 1998.

[5] Influências de Piaget na Educação. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.

[6] FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artmed, 2018.

[7] FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2023.

[8] KLEIMAN, Ângela. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 28, n. 8, p. 153-166, 2023.

[9] LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

[10] LERNER, Delia. Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário. São Paulo: Artmed, 2022.

[11] MORAN, José Manuel. Além da alfabetização: letramento digital na era da informação. São Paulo: Papirus, 2020.

[12] MONTESSORI, Maria. *Psychogeometrie: das Studium der Geometrie basierend auf der Psychologie des Kindes*. Trad. Comentada por Harald Ludwig e Martin Winter. Freiburg, Basel e Wien, Herder, 2012.

[13] PALMA, Maria Isabel da Cunha. Alfabetização e letramento na perspectiva da psicogênese. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2023.

[14] PIAGET, Jean. Construção do Real na Criança. São Paulo: Editora Ática, 1998.

[15] A Formação do Símbolo na Criança. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

[16] ROJO, Roxane. Alfabetização e letramento na era digital. São Paulo: Parábola Editorial, 2022.

[17] SILVA, Simone Micarello da. Alfabetização e letramento: teoria e prática. São Paulo: Cortez, 2020.

[18] SKINNER, Burrhus Frederic. *Beyond Freedom and Dignity*. Hackett Publishing Company, 2002.

[19] *The Technology of Teaching*. Harvard University Press, 1968.

[20] SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. Psicogênese e alfabetização: análise de processos cognitivos na aquisição da escrita. Campinas, SP: Autores Associados, 2019.

[21] SOARES, Magda. Alfabetização e letramento: a questão dos gêneros textuais. São Paulo: Contexto, 2021.

[22] SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

[23] TEBEROSKY, Ana. *Piaget's Theory of Cognitive Development: An Introduction for Educators*. Routledge, 2019.

[24] *Early Childhood Education: Theory and Practice from Emilia to Piaget*. New York: Teachers College, Columbia University, 2006.

[25] WALLON, Henri. *The role of motor activity in the development of intelligence*. Geneva: International Bureau of Education, 1958.

[26] *The origin of intelligence in the child: the motor, sensory, and affective foundations of mental development*. Paris: Flammarion, 1941.

Capítulo 7

Altas habilidades/superdotação no 1º ano do Ensino Fundamental I

Anne Geovanna Queiroz Dantas[1]
Gabriela Ferreira de Souza[2]
Lara Andrade Monteiro[3]
Klyssiane Uchôa Souza Lopes[4]
Maria do Perpétuo Socorro Bandeira Morais[5]

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar como ocorre o processo de ensino e aprendizagem de alunos com altas habilidades/superdotação no 1º ano do ensino fundamental I, assim como, apresentar elementos históricos e conceituais relativos às Altas Habilidades/Superdotação, investigando os desafios da inclusão desses alunos, através do estudo de diferentes autores, conceitos, definições, características e procedimentos. Como método, optou-se por uma abordagem qualitativa a partir da pesquisa bibliográfica, traçaremos assim uma visão sobre os alunos observados durante os períodos de estágios realizados no decorrer do curso de Licenciatura em Pedagogia. O resultado aponta que crianças com altas habilidades e/ou superdotação passam por inúmeros desafios, além das já existentes, pois esses alunos precisam também passar por um processo de inclusão nas escolas, está que precisar estar preparada para colher estes alunos e suas famílias.

Palavras-chaves: Altas habilidades, superdotação, inclusão, desafios.

[1] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fametro.
[2] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fametro.
[3] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fametro.
[4] Especialista em Psicopedagogia. Centro Universitário Nilton Lins.
[5] Mestre em Ciências da Educação. Universidade Estadual do Amazonas.

1. INTRODUÇÃO

As metodologias voltadas a inclusão de alunos com altas habilidades/superdotação (AH/SD) nos remete a analisarmos os temas de debates que abordam o preparo tanto do professor, quanto da instituição escolar, no direcionamento e na busca para desenvolver abordagens de trabalhos pedagógicos que tornem o contexto escolar em um ambiente preparado para que essas crianças possam desenvolver suas habilidades cognitivas conforme as especificidades exigidas por sua potencialidade e possibilidades de aprendizagem.

Nesse sentido este trabalho fora desenvolvido partindo do pressuposto de verificar os conceitos referenciais sobre as Altas Habilidades/Superdotação, e os desafios que nascem no contexto docente a partir dos desafios que emanam do planejamento didático voltado aos alunos do 1º ano do ensino fundamental I ressaltando a importância da educação inclusiva no processo de ensino aprendizagem.

A motivação para a pesquisa em questão é fruto de experiências vivenciadas em espaços escolares durante os estágios realizados no curso de Licenciatura em Pedagogia, acompanhando as dificuldades e desafios enfrentados por alunos com AH/SD, bem como da convivência com os professores, profissionais e famílias.

Salientamos que essa análise nos permitiu refletirmos sobre a construção deste trabalho por meio da identificação das dificuldades de alguns profissionais e familiares em lidarem com alunos e filhos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), bem como vivenciar as práticas e as dificuldades presentes no processo de inclusão.

Outro fator que nos levou a construção deste trabalho fora a nítida falta de trabalhos voltados a temática em questão é que buscam analisar o problema em voga, visto que a temática do AH/SD é um tema ainda pouco explorado pelos pesquisadores da educação em nosso país.

A realização dessa pesquisa é importante e relevante, pois buscaremos através deste objeto desvelar questões importantes para a vida acadêmica que, tem por função contribuir para a construção de um arcabouço teórico sobre o tema buscando assim desvelar fatores importantes em relação ao contexto pesquisado. A questão visa traçar uma análise de como está acontecendo a inclusão de estudantes com AH/SD no 1º ano do ensino fundamental I.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. CONTEXTO HISTÓRICO: INFLUÊNCIAS NO BRASIL E O QUE VEM SER ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

Ao longo da história, pessoas com deficiências foram excluídas da sociedade. Podendo ser por falta de compreensão, preconceito e ou estigmatização. Nesse sentido, historicamente, as pessoas com deficiência saíram da obscuridade à qual estavam "condenadas" secularmente e, aos poucos, vem buscando direitos sociais por meio de lutas, ocupando espaços e imprimindo novas possibilidades de inserção através do reconhecimento da alteridade (RONDINE & REIS, 2021, p.1).

De acordo a revista Educação Especial (FAVERI; HEINZLE 2019, p.3):

> Ao nos deportar e falar sobre altas habilidades/superdotação, os Estados Unidos tiveram uma grande influência na educação, no qual tiveram seus estudos iniciados no século XIX. A partir disso, em Massachusetts foi criada a primeira escola especial para superdotados. Logo em seguida, no ano de 1905 psicólogos franceses como Alfred Binet e Théodore Simon iniciaram seus estudos nesta área e elaboraram escalas de avaliação, dando espaço para os primeiros testes de inteligência, em 1911.

Segundo Gama (2006), atualmente, nos Estados Unidos, há uma diversidade no que diz respeito a programas de atendimento, incluindo programas de enriquecimento e aceleração nas escolas, salas de recursos, programas ligados às universidades, escolas para estudantes superdotados em diferentes áreas, programas de fim de semana, programas de férias, entre outros. Podemos dizer então, que a contribuição dos Estados Unidos, teve um impacto global, despertando assim, o interesse em grande parte de inúmeros outros países, os estudos sendo que foram e estão sendo desenvolvidos tem sido de grande contribuição para uma melhor compreensão desta especificidade.

No Brasil, os estudos sobre AH/SD tiveram início no ano de 1929 por meio de pesquisas vindo da psicóloga e educadora russa, Helena Antipoff. Suas pesquisas tiveram destaques no ano de 1938, quando chamou atenção para os estudantes que se destacavam mais que os outros, chamados na época de bem-dotados. Embora o reconhecimento e o atendimento das altas habilidades/superdotação no Brasil tenham avançado nas últimas décadas, ainda há desafios a serem superados.

Em 1961 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, disponibilizou o direito à educação dos e das "excepcionais" incentivando a inclusão, em 1971, através da Lei n. 5.692, de Diretrizes e Bases da Educação, pessoas com Altas habilidades/superdotação foram incluídas no Artigo 9.02, do Capítulo I, como sujeitos de direito a receber um olhar e um atendimento diferenciado (ROEDER, 2020, p.4).

No que diz respeito ao termo Altas Habilidades/Superdotação, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, p. 15) estabelece que “demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse”.

As altas habilidades/superdotação é o termo usado quando crianças são compreendidas com uma capacidade acima da média, em uma ou mais áreas específicas combinadas com um quociente de inteligência (QI) entre 40 e 70. Essas crianças são descritas como superdotadas, e são provenientes de habilidades que demonstram um avançado potencial quando outras que estão na mesma faixa etária, levando em consideração fatores como experiência e ambiente.

Apesar dessa especificação citada acima, vale ressaltar que uma pessoa com Altas Habilidades/superdotação não demonstra alto conhecimento em apenas uma área específica, podendo se estender para diversas outras habilidades, como liderança, criatividade, competências psicomotoras e artísticas. Essa compreensão enriquece ainda mais a abordagem educacional inclusiva (VIRGOLIM, 2014). Dessa forma, AH/SD se refere

a habilidades e conhecimentos que abrangem diversas áreas, indo além do desempenho acadêmico.

Promover a inclusão escolar é um direito de todos os alunos e uma obrigação das escolas. Ela significa promover a equidade e o respeito à diversidade, garantindo que todos tenham acesso à mesma qualidade de ensino (BRASIL, 2008). Sendo a adaptação escolar um passo importante nos desafios enfrentados por esses estudantes, podendo assim, contribuir de maneira significativa para a sociedade.

Como cita Marques e Costa (2018, p.45) de acordo com o MEC indivíduos com Altas Habilidades e Superdotação são: os (as) educandos (as) que apresentam notável desempenho e/ou elevado potencial em qualquer uma das seguintes características, isoladas ou combinadas:

Parafraseando os autores podemos dizer que:

1. **Tipo Intelectual**- consegue fazer associações, tem fluência e flexibilidade no momento de articular o pensamento abstrato, consegue raciocinar, compreender e memoriza de forma elevada, tem uma capacidade excepcional em articular pensamentos críticos e resolver situações problemas.

2. **Tipo acadêmico**- tem uma atenção inigualável, apresenta aptidão acadêmica, aprendem com rapidez, tem uma excelente memória, de acordo com sua área de interesse tem uma capacidade de aprendizado fantástica, sabe avaliar, sintetizar e articular os conhecimentos de uma maneira incomparável, desta forma tem uma imensa facilidade em produzir o conhecimento acadêmico.

3. **Tipo criativo**- é um indivíduo quem tem grande imaginação, capacidade de solucionar problemas, suas soluções são quase sempre inovadoras, e original, tem uma grande sensibilidade principalmente para problemas ambientais, tem uma fluência inigualável e é extremamente flexível.

4. **Tipo Social**- é um líder nato, tem atitude cooperativa, é sociável, expressivo, apresenta uma sensibilidade interpessoal fantástica, sabe trabalhar em grupo, independente da circunstância resolve problemas complexos, com muita facilidade é persuasivo e tem grande influência em tudo que faz.

5. **Tipo Talento Especial**- se destaca principalmente nas artes plásticas, na música, artes dramáticas, enfim é uma pessoa que consegue interagir em qualquer área que a ele se apresente com grande interesse.

6. **Talento Psicomotor**- tem uma coordenação incrível, apresenta inúmeras habilidades, tem um grande desempenho motor e psicomotor, apresenta agilidade, força e movimento, tem resistência e um controle e coordenação motora muito aguçada.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Nº. 9.394/96 dispõe em seu artigo 58º que a Educação Especial é “a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência,

transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Apesar de ser imprescindível, ainda estamos distantes de identificar adequadamente e em grande escala aqueles que possuem habilidades superiores e requerem adequações educacionais (Martins, 2013, p.41).

2.2. OS DESAFIOS E O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

A inclusão de alunos com AH/SD se caracteriza por ser um fator permeado de desafios, em virtude da falta de adaptação das escolas à promoção de uma oferta de educação adequada às necessidades dos alunos, o processo de educação acaba por se tornar um cenário onde se impera a falta de acessibilidade e a exclusão se torna um elemento que compromete um desenvolvimento pleno das habilidades dessas crianças.

De acordo com Gonzalez (2007), é de extrema importância que nenhuma sociedade moderna negligencie seus talentos, uma vez que esses indivíduos têm potencial para oferecer contribuições significativas à humanidade. Dessa forma, os estudantes terão consciência das oportunidades de contribuição que podem oferecer à sociedade. Seguindo essa mesma perspectiva, Silva (2006 apud GOMES; SAMPAIO 2014) compartilha da mesma compreensão ao afirmar que:

> Quando o aluno é capaz de relacionar, de forma não arbitrária e substancial, a nova informação com os conhecimentos e experiência prévias e familiares que possui em sua estrutura de conhecimentos; quando tem a disposição de aprender significativamente; quando os materiais e conteúdo de aprendizagem têm significado potencial lógico; quando há disposição (motivação e atitude) do aluno para aprender; quando existem materiais, assim como uma adequada organização de tipos específicos de atividades e de estratégias de ensino oferecidas (Silva, 2006 apud GOMES; SAMPAIO 2014).

A Proposta de Educação Inclusiva (1996) recomenda que todos os indivíduos com necessidades especiais sejam matriculados em turma regular, baseando-se no princípio de educação para todos. Nesse contexto, Renzulli (2004) identifica duas formas de AH/SD: acadêmica e produtivo-criativa. O autor destaca que a superdotação acadêmica é facilmente mensurada por meio de testes padronizados de habilidade, tornando-se o critério mais conveniente para a seleção de alunos em programas especiais (RENZULLI, 2004, p. 82).

Conforme Mader (1997, p.13), é necessário construir uma política de igualdade com seriedade e responsabilidade, possibilitando ações significativas e de qualidade na prática de educação inclusiva. Portanto, mais do que a construção de uma legislação, é necessário que o Estado esteja comprometido em efetivar ações voltadas a capacitar professores e equipar as escolas para que o público da educação especial seja atendido por meio de ações adequadas a cada especificidade dentro desse processo. Segundo Mantoan (2003, p.20):

> Reconstruir os fundamentos de escola de qualidade para todos, remete-se em questões específicas relacionadas ao conhecimento e a aprendizagem, ou seja, consideram-se que o ato de educar supõe intenções, representações que temos do papel da escola, do professor, do aluno, conforme os paradigmas que os sustentam. A escola inclusiva exige

> mudanças de paradigmas, que podem ser definidos como modelos, exemplos abstratos que se materializam de modo imperfeito no mundo concreto. Possa também ser entendida, segundo uma concepção moderna, como um conjunto de regras, normas, crenças, valores, princípios que são partilhados em um grupo em um dado momento histórico e que norteiam o nosso comportamento, até estarem em crise, porque não nos satisfazem mais, não nos dão mais conta dos problemas que temos para solucionar (MANTOAN, 2003, p.20).

Tratar a aprendizagem dessas crianças em uma perspectiva inclusiva é nada mais do que tornar o ambiente escolar capaz de identificar e trabalhar as suas devidas potencialidades, de uma forma que o aluno não se sinta excluído dos demais colegas, prezando acima de tudo por seus direitos sociais e culturais.

2.3. UM NOVO OLHAR NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM ALTAS HABILIDADE/SUPERDOTAÇÃO

Um novo olhar na perspectiva da inclusão de alunos com altas habilidades/superdotação representa uma mudança fundamental na abordagem educacional. Muito ainda tem o que se dizer e fazer em relação aos alunos com AH/SD, onde estes são lócus de estudo e pesquisa pouco explorado e pouco conhecido e cabe aos professores e pesquisadores, trabalharem e abordarem esse assunto cada vez mais (BRANCHER & FREITAS, 2017, p 21).

Esse tipo de inclusão não se trata apenas de oferecer um currículo mais avançado a esses alunos, mas também de criar um ambiente que promova seu desenvolvimento pleno. Assim, a inclusão e o currículo estão diretamente relacionados, pois o que se almeja é um currículo escolar que reconheça e incentive os alunos com altas habilidades/superdotação e não um currículo que reprima, camufle e silencie estes alunos dentro de um currículo padronizado (NEGRINI, 2015, p. 271). E para que isso aconteça, os professores têm um papel importante nesse processo, pois são responsáveis por apoiar e nutrir o potencial desses alunos.

Os professores e as estruturas de diversas escolas ao redor do Brasil, não estão preparados para trabalhar com a diversidade. (RANGNI et al., 2023, p.227) cita que a formação continuada dos professores não deve ser aleatória ou desvinculadas de suas necessidades, mas que constitua um programa de formação que garanta a [...] articulação das exigências institucionais das escolas e necessidades subjetivas e particularidades individuais dos professores na busca de sua superação profissional.

São necessárias modificações importantes e imediatas no sistema de ensino, não só na rede regular, mas também nas instituições de ensino superior que preparam os professores para atuar em sala de aula (BRANCHER & FREITAS, 2017, p 30). Fazendo-se necessário além da qualificação continuada, que escolas, universidades façam seminários, eventos e grupos de estudos, para dar a atenção devida para esse assunto, assim como despertar interesses nos mais diversos profissionais.

Segundo Fleith (2007), para os alunos superdotados, são indicadas mudanças pedagógicas que ofereçam programas de enriquecimento escolar e de aprofundamento de estudos, cuja finalidade é de ajustar o ensino ao nível do desenvolvimento real dos alunos. Essas abordagens visam não somente desafiar intelectualmente esses estudantes,

mas também promover o crescimento holístico, abrangendo os aspectos cognitivos, sociais e emocionais.

Embora exista grande variação nos fatores afetivos e de personalidade entre pessoas criativas, elas são vistas como abertas a novas experiências, perseverantes, não conformistas, independentes tanto emocional quanto intelectualmente, propensas a pensar e agir com originalidade e imaginação (NEIHART; OLENCHACK, 2002). Portanto é salutar que as escolas tenham plenas condições de identificar e trabalhar as potencialidades de seus alunos com AH/SD, devendo assim atribuir ao seu processo de planejamento pedagógico e construção do currículo práticas pedagógicas que visem a consolidação das potencialidades dessas crianças.

Brancher e Freitas (2017, p 21) falam também que não basta que saibamos o que as AH/SD são uma temática e uma área de estudo que têm favorecido na modernidade e que inúmeros trabalhos e pesquisas estão sendo realizados buscando uma melhoria no atendimento e no "aproveitamento" dessas inteligências. Mas é essencial expandir o conhecimento e a conscientização sobre as características e necessidades específicas desses alunos.

Diante disso, o professor como mediador precisa estar disposto a enfrentar barreiras e construir possibilidades, ampliando sua percepção e compreensão dos conhecimentos. Ou seja, não devem ser procuradas apenas por abordagens pedagógicas mais inclusivas, mas também nutrir uma mentalidade aberta e acolhedora, que valorize as habilidades e necessidades de cada aluno.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa em questão está embasada na abordagem qualitativa, utilizamos como aporte os teóricos que falam da Superdotação e Inclusão, bem como a observação por meio do estágio supervisionado obrigatório, fizemos o estado da arte da pesquisa bibliográfica a partir de vários autores, traçando assim uma visão sobre os alunos observados durante os períodos de estágio realizados no percurso acadêmico, afim de identificarmos as características dos métodos utilizados em sala de aula e das relações pedagógicas professor/aluno analisadas no decorrer dos estágios, resultando na construção deste artigo científico.

Segundo Minayo (p.16, 2001) ''Da forma como tratamos neste trabalho, a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador.'' Como cita a autora, a presente pesquisa busca realizar essa conexão entre teoria e realidade.

Ao realizarmos essa pesquisa, buscamos respostas para um problema relevante, todas as etapas da pesquisa, têm o intuito de resolver o problema em questão que é a norteadora deste trabalho: Qual a importância da inclusão de alunos com altas habilidades/superdotação no processo de ensino e aprendizagem no 1º ano do ensino fundamental I e quais são os desafios enfrentados pelos mesmos? Nesse sentido, a coleta de informações se dá a partir de fontes secundárias como livros, artigos científicos e produções acadêmicas.

Isto posto, a presente pesquisa tem como principal objetivo analisar e descrever os princípios e fundamentos que caracterizam o desenvolvimento de uma Pesquisa

Bibliográfica. O texto é apresentado na perspectiva de diferentes autores, conceitos, definições, características e procedimentos que possibilitam a adequada compreensão de uma pesquisa que se estrutura e se desenvolve a partir da produção teórica de outros autores.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nessa seção, iremos apresentar a discussão dos resultados obtidos no estudo, o qual teve como objetivo principal analisar como acontece esse processo de ensino e aprendizagem de alunos com altas habilidades/superdotação no 1º ano do ensino fundamental I. O nosso primeiro interesse, de acordo com os objetivos desse trabalho, era saber qual a importância da inclusão de alunos com altas habilidades/superdotação no processo de ensino aprendizagem no 1° ano do ensino fundamental I e quais seriam os desafios enfrentados pelos mesmos.

Consequentemente, chegamos ao resultado esperado, porém é necessário ressaltar que no início deste trabalho não se tinha conhecimento do que iria ser encontrado nas publicações a respeito das AH/SD no cenário de ensino e aprendizagem. Entretanto, com os resultados, conseguimos evidenciar que no âmbito de ensino, apesar de ainda precisar de mais pesquisas que explorem alguns fatores, existem artigos que se empregaram a investigar o ensino voltado para estudantes com altas habilidade e superdotação.

Em razão de diversos artigos que foram analisados, constatamos que foram realizadas pesquisas com professores e outros profissionais que estão ligados ao ensino. Tal como: revisões bibliográficas, programas de atendimento, formação de professores, concepções de AH/SD, documentos oficiais, inclusão escolar, modelos de enriquecimento escolar. Em contrapartida, no campo da aprendizagem fora possível percebermos que é pouco explorada, como discutido, destaca-se mais uma vez a necessidade do desenvolvimento de pesquisas futuras que realizem estudos com alunos com altas habilidade/superdotação e investiguem as questões relacionadas à aprendizagem desses estudantes.

Nesse sentido, transcrevemos os aspectos relevantes em razão das características do AH/S, ou seja, curiosidade, elevado grau de criatividade, facilidade e rapidez e sobre os desafios enfrentados por esses alunos. Nessa linha de raciocínio compreendemos que a inclusão de alunos com AH/SD enfrentaremos grandes desafios relacionados à identificação, adaptação curricular, formação de professores e apoio socioemocional.

Superar esses desafios é crucial para garantir que esses alunos tenham uma experiência educacional enriquecedora e que promovam o aprimoramento de suas potencialidades.

Portanto o presente trabalho revelou que o atendimento especial a alunos com altas habilidades/superdotação é necessário e deve ser realizado na perspectiva da educação inclusiva. Constatou-se também que os docentes, em maioria, embora desconhecessem orientações pedagógicas sobre como realizar a prática educacional na referida área.

O estudo também constatou a necessidade de investimentos brasileiros na formação desses professores, bem como faz um chamamento às instituições de ensino superior que, até o presente momento não oferecem cursos de extensão, graduação e

especialização sobre altas habilidades/superdotação, para reavaliarem e ampliarem sua proposta curricular.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na conclusão deste trabalho nos fora possível compreender a importância de como ocorre o processo de ensino e aprendizagem de alunos com altas habilidades/superdotação no 1º ano do ensino fundamental I, pois este possibilitou ressignificar os saberes, as reflexões sobre a prática e a construção de identidade de cada criança com suas particularidades, sempre respeitando seu tempo e espaço.

Sabendo que os alunos com AH/SD possuem potenciais excepcionais que, se identificados e atendidos adequadamente, podem trazer benefícios não apenas para eles, mas também para a sociedade como um todo. A importância de reconhecer e apoiar os alunos com altas habilidades e superdotação é incontestável. No entanto, para que isso aconteça, é fundamental que as escolas e os educadores estejam preparados para atender às suas necessidades específicas.

Salientamos que envolve a identificação precoce, a adaptação do currículo, o fornecimento de desafios intelectuais adequados e o apoio emocional e social. Ou seja, é necessário que os professores estejam bem-informados sobre as características desses alunos e que, elaborem estratégias pedagógicas que os apoiem de maneira eficiente, promovendo uma cultura escolar inclusiva que valorize e celebre a diversidade de talentos e habilidades.

A educação inclusiva não deve ser vista como uma opção, mas como um compromisso fundamental para a construção de um mundo melhor. Em suma, abordar sobre altas habilidades e superdotação no ensino fundamental se faz necessário, pois envolve a identificação e o desenvolvimento do potencial de crianças que podem realizar contribuições significativas para a sociedade. Espera-se assim, diante desse estudo que futuros acadêmicos possam prosseguir na temática, dando ainda mais visibilidade para essas crianças com AH/SD, bem como os professores que lidam com a dificuldade de encontrar didáticas diferenciadas e atrativas para todos em sala de aula, pois a interação entre eles é fundamental.

REFERÊNCIAS

[1] BRANCHER, Vantoir. FREITAS, Soraia. Altas habilidades/ superdotação: conversas e Ensaios acadêmicos. Editora Paco, 2017.

[2] BRASIL. Política Nacional de Educação Especial. Brasília – DF. 1994.

[3] BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/Seesp, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf. Acesso em: 16 set. 2023.

[4] BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.

[5] FAVERI & HEINZLE, Fanny & Marcia. Altas Habilidades/Superdotação: políticas visíveis na educação dos invisíveis. Revista Educação Especial 2019. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/3131/313158902119/313158902119.pdf Acesso em: 16 set. 2023.

[6] FLEITH, D.S. A Construção de Práticas Educacionais para Alunos com Altas Habilidades/ Superdotação. Volume 3: O Aluno e a Família. Brasília, DF: Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial, 2007.

[7] FREITAS, S. N. (2014). Altas Habilidades/ Superdotação em Pesquisa: Um olhar dirigido. Em S. Omote, A. A. S. Oliveira, & M. C. M. Chacon (Orgs.), Ciência e Conhecimento em Educação Especial. São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE. 2014.

[8] GAMA, Maria Clara Sodré S. Educação de superdotados: teoria e prática. São Paulo: EPU, 2006.

[9] GOMES, Hilda Teixeira; SAMPAIO, Vilma Gomes. Recursos de tecnologias para o ensino do aluno com deficiência visual. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INCLUSÃO ESCOLAR: PRÁTICAS EM DIÁLOGO. 2014.

[10] GONZALEZ, E. et al. (Org.) Necessidades Educacionais Específicas. Porto Alegre: Artmed, 2007.

[11] MACHADO, Cristina Lopes; STOLTZ, Tânia. Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) e Inclusão Escolar: Um olhar para a formação de professores. Reunião Científica Regional de ANPED. Educação, movimentos sociais e políticas governamentais. 24 a 27 de julho de 2016. UFPR- Curitiba/ Paraná.

[12] MADER, Gabrielle. Integração da pessoa portadora de deficiência: a vivência de um novo paradigma. São Paulo, Memnon, 1997.

[13] MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

[14] MARTINS, B. A. (2013, p.41). Alunos precoces com indicadores de altas habilidades/superdotação no ensino fundamental I: identificação e situações (des)favorecedoras em sala de aula. Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília. São Paulo – 2013.

[15] MARQUES & COSTA, Danitiele, Maria. Altas habilidades/superdotação: a intervenção educacional na precocidade a partir da teoria das inteligências múltiplas. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. 288p.

[16] MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

[17] NEGRINI, T. Problematizações e perspectivas acerca de um currículo na educação de alunos com altas habilidades/superdotação. 2015. 326 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015. Disponível em: http://repositorio.ufsm.br/handle/1/3485. Acesso em: 25 set de 2023.

[18] NEIHART, Maureen; OLENCHACK, F. Richard. Crianças criativamente dotadas. Em: NEIHART, Maureen et al. (org.). O desenvolvimento social e emocional dos superdotadoscrianças: O que sabemos? Washington, DC: Associação Nacional para Superdotados Crianças, 2002. p. 165-175.

[19] RANGNI, Rosemeire; PEREIRA, Josilene; KOGA, Fabiana. Altas habilidades/superdotação: Diálogos interdisciplinares. Editora De castro. São Carlos/SP, 2023.

[20] RENZULLI, Joseph S. O que é esta coisa chamada superdotação, e como a desenvolvemos? Uma retrospectiva de vinte e cinco anos. In: Revista Educação. Porto Alegre/RS. PUCRS, ano 27, v. 1, n. 52, p. 75–131, jan./abr. 2004.

[21] ROEDER, Iliane. Altas Habilidades: Um Olhar Psicopedagógico para Além da Prática. Editora Appris, 2020.

[22] RONDINE & REIS, Carina & Verônica. Altas habilidades/Superdotação: Instrumentais para identificação e atendimento do estudante dentro e fora da sala de aula comum. Editora: CRV, 2021.

[23] VIRGOLIM, Ângela Magda Rodrigues. A contribuição dos instrumentos de investigação de Joseph Renzulli para a identificação de estudantes com Altas Habilidades/Superdotação. Revista Educação Especial, v. 27, n. 50, set./dez. 2014. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/14281.. Acesso em 16. set. 2023.

Capítulo 8

As artes visuais como metodologia para o auxílio no desenvolvimento cognitivo de alunos com TEA nos anos iniciais do Ensino Fundamental

Alessandra Pedro de Sousa Nascimento[1]
Laura da Silva e Silva[2]
Loreane Talita Silva Salles[3]
João Luiz Nunes do Nascimento[4]

Resumo: O presente artigo visa analisar as contribuições das artes visuais como metodologia para auxílio no desenvolvimento cognitivo de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos anos iniciais do ensino fundamental. O objetivo do artigo consiste em explorar como as artes visuais irão auxiliar no desenvolvimento do aluno com TEA e a importância da inclusão destes alunos no processo de ensino e aprendizagem. O referencial teórico traz definições e conceitos a respeito do Transtorno do Espectro Autista sustentado por autores como ORRU (2012), KANNER (1943), ASPERGER (2015), dentre outros destacando-se especialmente a importância das artes e a sua contribuição para a aprendizagem dos alunos com autismo, aperfeiçoando o seu desempenho, interação e inclusão nas respetivas áreas do conhecimento. A metodologia é de abordagem qualitativa, pois atende aos objetivos da pesquisa, uma vez que busca analisar aspectos subjetivos os quais não podem ser analisados pela abordagem quantitativa. Com a pesquisa, percebemos a possibilidade em se buscar a construção de uma escola que possa ser inclusiva em todos os aspectos propostos para o pleno desenvolvimento do aluno da educação inclusiva, visando a sua integração na sociedade.

Palavras-chave: Artes visuais, desenvolvimento cognitivo, autismo, educação, inclusão.

[1] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário FAMETRO.
[2] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário FAMETRO.
[3] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário FAMETRO.
[4] Licenciado em Pedagogia e Especialista em Gestão de Pessoas e Coaching.

1. INTRODUÇÃO

A temática da inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), está em grande evidência na contemporaneidade, sendo alvo de pesquisas, investigações, debates e ações para que a inclusão de pessoas com TEA seja de fato efetivada, primordialmente no âmbito educacional.

Tornar um aluno com TEA realmente incluso em uma sala de aula é um desafio diário, devido à falta de suporte para o professor que têm que enfrentar uma sala de aula com o número de alunos além de sua capacidade e fazer com que o aluno autista tenha a possibilidade de estar participando de forma ativa de todas as atividades propostas pelo professor, se torna uma árdua tarefa. Portanto, promover a educação inclusiva é garantir a igualdade de direitos proporcionando aos alunos com TEA uma educação de qualidade para que tenham a oportunidade de se desenvolverem cognitivamente e socialmente.

A busca e a construção pela inclusão oferecem direitos aos cidadãos com necessidades educativas especiais, visando uma democratização de oportunidades educacionais e sociais. Anteriormente, o que se falava de educação no contexto educacional, estava ligado apenas a ser efetivada a matrícula do aluno com deficiência na rede regular de ensino, sendo considerado exemplo de inclusão colocá- los em uma sala de aula sem que fossem desenvolvidas metodologias educacionais próprias para fazer com que o aprendizado deste aluno não fosse meramente em teoria, mas sim algo efetivado.

Tendo a educação como mediadora destas mudanças para alcançar a inclusão, cabe inicialmente aos professores abordar a diversidade dentro de sala de aula, mesmo que sua sala não possua naquele momento um aluno em inclusão, visto que todos os discentes possuem singularidades e precisam de metodologias distintas para que o processo de ensino e aprendizagem seja de fato favorável, e ainda é possível fazer com que estes alunos que não estão em inclusão possam estar abertos a compreender e a ajudar quando se depararem com um colega de classe com alguma necessidade educativa.

Assim, oportunidades para que estes alunos desenvolvam ao máximo suas potencialidades está fortemente atrelado ao preparo da sala de aula que vai recebê- lo. Necessitando contar com um ambiente com estruturas que os permitam explorar seu desenvolvimento e metodologias de ensino e aprendizagem que aperfeiçoem suas habilidades e conhecimentos.

Desde os anos iniciais da educação infantil a criança com Transtorno do Espectro Autista, bem como as outras, necessitam receber estímulos de sua motricidade e sensoriais, como o toque, o gosto, o cheiro, a visão e suas habilidades sonoras.

É preciso intervenções e estimulações que desenvolvam suas habilidades psicossociais e cognitivas, buscando tornar a criança detentora de suas habilidades corporais motoras e autonomia. Para que em seguida a mesma possa também adquirir habilidades acadêmicas, por meio de recursos psicopedagógicos.

Crianças com TEA necessitam das mesmas ações pedagógicas das crianças ditas como normais, como brincar com materiais diversos, jogos e brincadeiras, literatura infantil, música, teatro, modelagem e jogos de construção, para o desenvolvimento de habilidades espaciais, com materiais diversos, tridimensionais etc.

O objetivo deste artigo é reconhecer a contribuição das artes visuais para o desenvolvimento da aprendizagem e inclusão de crianças com transtorno do espectro do

autista, ajudando assim a melhorar a sua qualidade de vida, uma vez que estas crianças têm dificuldades de comunicação e a arte pode desempenhar esse papel de mediador.

Assim, o papel da inclusão, no contexto escolar, tem como cenário de diversidade, o processo educativo como um projeto político pedagógico, que busca oportunidades para todos os alunos desenvolverem seu potencial de aprendizagem, sendo assim um caminho para a inclusão social.

2. AS ARTES VISUAIS COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA PARA O AUXÍLIO DO DESENVOLVIMENTO DO ALUNO COM TEA

2.1. O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) E SUAS DEFINIÇÕES E CONCEITOS

"Autismo" do grego "autós" ou "de si mesmo", se trata de um termo inicialmente utilizado na psiquiatria, fazendo referência a uma determinada conduta humana onde o indivíduo detém comportamentos que se voltem para si próprio (ORRU, 2012, p.17).

O psiquiatra ucraniano Leo Kanner aparece como o primeiro a apontar o termo "Autismo" como um transtorno em 1943, por meio de estudos baseados na análise de comportamentos de crianças com idade de 0 à 3 anos, verificando traços de delimitações alimentares, movimentos constantes, rotinas seguidas rigidamente, comunicação e contato com objetos no lugar de pessoas, linguagem singular e erros no uso da linguagem. Primeiramente determinados como distúrbios autísticos de contato afetivo e, posteriormente, como autismo infantil precoce por Kanner. (KANNER, 1943, p. 217-250).

Simultaneamente aos estudos de Kanner, Hans Aspeger investigou crianças, com uma síndrome intitulada como Psicopatia Autística Infantil, na mesma faixa etária que Kanner e que apresentavam características semelhantes. A síndrome da Psicopatia Autística Infantil era designada como a dificuldade no convívio social e na possível carência de sentimentos, porém que não apresentavam um nível inferior de inteligência ou de desenvolvimento da linguagem, apresentando até mesmo um desenvolvimento precoce da fala. (ASPERGER, 2015, p. 314-338).

Em seguida as designações elaboradas pelos autores citados anteriormente as discussões quanto ao termo Autismo passaram a ser salientadas. Em especial, em 1980, cita-se o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM III, onde decorreu do termo possuir uma definição psiquiátrica.

O Manual Diagnóstico e Estatísticos de Transtornos Mentais, em sua quarta edição, fragmentou o autismo em transtornos com especificidades previamente estudadas, onde evidencia-se o autismo infantil precoce, transtorno global do desenvolvimento, e incluindo, o transtorno de Asperger e o autismo de Kanner. (APA, 2014).

Subsequente, na quinta edição da Classificação Internacional de Doenças (DSM – V, 2014), sancionada pela legislação brasileira (padrão adotado pela OMS – Organização Mundial da Saúde), o autismo, o transtorno desintegrativo da infância e a síndrome de Asperger passaram a ser englobados em um diagnóstico único, sendo denominado como Transtorno do Espectro Autista - TEA.

Deste modo, o Transtorno do Espectro Autista é definido como um transtorno do neurodesenvolvimento e reúne todas as definições antecedentemente investigadas separadamente por autores distintos. O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos

Mentais - DSM V determina o transtorno do espectro autista como:

> [...] déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos. Além dos déficits na comunicação social, o diagnóstico do transtorno do espectro autista requer a presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. (APA, 2014, p. 108).

Ao discorrer quanto aos Transtornos do Neurodesenvolvimento, investiga-se juntamente os déficits que traem dificuldades pessoais, sociais e acadêmicas, para estas pessoas.

Por meio da designação do Transtorno do Espectro Autista presente no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM V, nota-se um segmento de comportamentos, os quais através da observação auxiliam no andamento de um diagnóstico de TEA, habitualmente sendo acompanhados por exames laboratoriais e de imagem, a fim de investigar se essas características comportamentais estão sendo acarretadas por outras deficiências ou apenas em decorrência do TEA. (MONTENEGRO; CELERI; CASELLA, 2018).

De acordo com a ONU, os prognósticos de casos do Transtorno do Espectro Autista alcançaram 1% da população mundial, o que equivale a 70 milhões de indivíduos. Não se possui dados oficiais no Brasil quanto ao número exato de pessoas com TEA, no entanto, no ano de 2010 houve uma estimativa de 2 milhões de casos, sendo assim superior aos casos de crianças com câncer, diabetes e AIDS juntamente (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2011).

Destaca-se que, desde as definições de Kanner até a atualidade, deve-se observar com cautela os possíveis sinais que a criança possa apresentar e que estejam vinculados ao Transtorno do Espectro Autista. O diagnóstico, quanto antes efetivado, traz maiores chances de conceder a criança meios de viver uma vida plena em todos os contextos, pessoais, sociais e escolares, por meio do acompanhamento (MONTENEGRO; CELERI; CASELLA, 2018).

2.2. A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

A Organização Mundial da Saúde – OMS, caracteriza o Transtorno do Espectro Autista – TEA, como uma condição neurológica que acomete as crianças durante a primeira infância, tratando-se de uma síndrome definida por uma disfunção neurológica, que atinge o desenvolvimento humano, comprometendo seus aspectos cognitivos, sociais, orais, dentre outros, não havendo um padrão para manifestação de sintomas.

Compreender esta condição é um percalço enfrentado por muitos pesquisadores que buscam respostas ainda não encontradas. De modo geral cabe ressaltar algumas características marcantes, como:

> Tendência ao isolamento, ausência de movimento antecipatório, dificuldades na comunicação, alterações na linguagem, com ecolalia e inversão pronominal, problemas comportamentais com atividades e

> movimentos repetitivos, resistência à mudanças e limitação de atividade espontânea. Bom potencial cognitivo, embora não demonstrassem. Capacidade de memorizar grande quantidade de material sem sentido ou efeito prático. Dificuldade motora global e problemas com a alimentação. (KANNER, apud MENEZES, 2012, p. 37).

Em consideração ao exposto, nota-se que o autista necessita ser atendido em suas especificidades e ser considerado como um indivíduo capaz de desenvolver habilidades mediante estratégias e condições de aprendizado adequadas.

Conforme os critérios diagnósticos do DSM-5 (APA, 2013), as primeiras manifestações do TEA devem aparecer antes dos 36 meses de idade. Portanto o diagnóstico precoce é muito significativo para o desenvolvimento da criança, visto que, minimiza as consideráveis lesões provocadas pela patologia, podendo ofertar uma qualidade de vida que respeite seus anseios e limites.

Santos (2008) afirma que a escola tem papel importante na investigação diagnóstica, uma vez que é o primeiro lugar de interação social da criança separada de seus familiares. Assim sendo, pode-se dizer que, ela possui direito a educação, assim como qualquer outra criança no ensino regular, sendo a escola a instituição com dever de acolher a criança autista independente da sua condição.

Segundo Parolin (2006), "o princípio da inclusão escolar é a certeza de que todos têm o direito de pertencer, de que necessitamos compreender e aceitar as diferenças". Desta forma, cabe afirmar que a base do processo de inclusão se dar por meio da aceitação do outro e de suas dificuldades.

Reconhecidamente a inclusão é um movimento que tem como finalidade construir uma sociedade para todos. Logo, reconhecer e respeitar as diferenças que cada criança apresenta torna-se fundamental neste processo de inclusão, que deve partir de um posicionamento crítico-reflexivo dos professores.

O primeiro contato da criança autista com o meio escolar ocorre na educação infantil, desse modo, o educador deve incentivá-la ao processo de ensino e aprendizagem, proporcionando-a diferentes estratégias de ensino com o propósito de incluí-la com os demais.

De acordo com Cunha (2016): "ensino e aprendizagem são dois movimentos que se ligam na construção do conhecimento. É uma construção dialógica e não interpretativa; expressão imanente da nossa humanidade, que abarca também o aprendente com autismo". Portanto, o aluno com TEA aprende, visto que, o conhecimento é uma caraterística humana.

Tendo em vista que, o discente com autismo se depara com uma série de adversidades ao ingressar na escola regular, uma forma de aprimorar a adaptação e, consequentemente, obter a diminuição dessa dificuldade trazida pela criança e promover sua aprendizagem é adaptar o currículo. Valle e Maia (2010, p. 23), descrevem a adaptação curricular como "o conjunto de modificações que se realizam nos objetivos, conteúdos, critérios e procedimentos de avaliação, atividades e metodologia para atender as diferenças individuais dos alunos".

Portanto flexibilizar o currículo atua como uma maneira de instituir um vínculo entre alunos e educadores, para que, no espaço escolar, ocorra a inclusão deste aluno,

atendendo-o dentro de suas diferenças e limitações. Essa alteração estrutural acontece através do manejo do currículo frente aos desafios enfrentados com a vinda da criança com autismo à escola regular.

2.3. AS ARTES VISUAIS COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA PARA O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DO ALUNO COM TEA

O tipo de arte ao qual tem sobretudo a visão como principal fonte de observação e estima é denominada como artes visuais. São classificadas como artes visuais o cinema, desenhos, gravuras e pinturas, conjuntamente as esculturas, arquitetura, moda, paisagismo e adjacentes. A função primordial da arte visual é apresentar a criatividade diante a beleza estática, desenvolvendo expressões em formas visuais, que fascinassem os olhos de quem os observasse, despertando sensações destes.

Nas artes visuais a percepção era o sentido natural pelo qual as ideias de uma obra são absorvidas, para que cada prática singular atingisse o mundo por meio de um órgão individual, e é partindo deste órgão que a percepção descobrirá o fluxo para agir em cada uma de suas sensações, causada especificamente pela obra de arte, a qual é "a maior realização intelectual da história da humanidade" (DEWEY, 2010, p. 93). O autor relata que:

> A obra de arte provoca e acentua essa característica de ser um todo e de pertencer ao todo maior e abrangente que é o universo em que vivemos. Essa é, a meu ver, a explicação da sensação de requintada inteligibilidade e clareza que temos na presença de um objeto vivenciado com intensidade estética. (DEWEY, 2010, p. 351).

Seguindo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o ensino de artes nas escolas, "São conteúdos específicos da linguagem de artes visuais: expressão e comunicação na prática dos alunos em artes visuais; as artes visuais como objeto de apreciação significativa e produto cultural e histórico" (BRASIL, 1998, p. 62).

O ato de inserir como conteúdo obrigatório em diversas etapas da educação básica está atrelada a múltiplas causas, entre estas a implementação e ampliação de cursos de graduação e pós graduação, a criação de um campo de pesquisa focado no ensino da arte, o fortalecimento das associações de arte e de educação e a promulgação em 1996 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Nas escolas o currículo de artes se refere a arte educação ou educação artística, sendo algo que não pode se resumir apenas a lápis e pincéis, conforme defende Melo (2013, p. 49). A arte educação se subdivide em múltiplos parâmetros, como pinturas, danças, músicas, teatro e até mesmo a ludicidade, se tratando do brincar. A brincadeira instiga a imaginação quando se é trabalhado tais atividades lúdicas e prazerosas. O autor Santos nos faz refletir sobre,

> Ao pensar na palavra arte, o aluno precisa compreender o significado que esta palavra expressa. Para aprender o significado, precisa saber relacionar outras informações mais simples. Quando for capaz de dizer o que é arte usando o seu repertório simbólico é sinal de que foi capaz de perceber um conjunto de aspectos de sua estrutura que, reunidos e interligados, deram a ideia do que constituí uma obra de arte. Neste caso, o aluno ficou de posse de um conjunto significativo de informações

> interrelacionadas que ajudam a entender quando alguém fala sobre arte ou quando se expressa através dela (SANTOS, 2006, p. 21).

Deste modo compreender a arte é um processo contínuo, se trata de um desenvolvimento do indivíduo, onde este passa por fases de aperfeiçoamento de suas percepções, críticas e sensações, tomando consciência daquele objeto pesquisado e assim apreendendo o que este perpetua e deseja transmitir.

A arte detém de uma visão mais ampla e sensível quanto as diversidades, sobretudo as particularidades educacionais que determinados alunos possam ter, bem como o Transtorno do Espectro Autista, deste modo, ela vem sendo agente na inclusão, com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento destes alunos. A Arte e a Educação possuem a habilidade de ampliar a imaginação e clarear os sentidos que podem significar mudanças importantes em suas visões, a caminho de novas percepções quanto ao mundo que está inserido. (FERNANDES, 2010, p. 78).

Fernandes (2010), ainda defende que apreender e saber se comunicar com as diversidades é primordial para uma educação mais crítica.

Atualmente as Artes Visuais possuem métodos flexíveis que nos levam a criar novas propostas pedagógicas para o seu ensino, visando utilizar dos diversos meios de produzir tais artes e avaliar as diversas concepções que denotam a arte como um fator de importância significativa na vida humana (FREITAS, 2007).

As artes e os seus benefícios são amplamente investigados e definidos por múltiplos autores de renome, e ao tratar da temática atrelada a pessoas com Transtorno do Espectro Autista ainda há muito a ser investigado. Sabe-se, entretanto, que a as oportunidades do desenvolvimento sensorial em criações e manifestações artísticas podem auxiliar na inclusão do aluno com TEA, ofertando estímulos cerebrais capazes que fazer com que este aluno possa utilizar sua percepção quando ao mundo que o cerca.

Devido a barreira verbal encontrada para com pessoas com TEA, é pesquisado múltiplos métodos alternativos para a comunicação e expressão de sentimentos destes indivíduos, deste modo, sem a utilização de palavras, através da arte é possível que o aluno autista possa utilizar também uma comunicação singular, pensando em suas particularidades e especificidades e dando a devida importância aos seus modos exteriorizar o que gostaria.

As Artes Visuais servem como agente para esta finalidade quando no seu desenvolvimento de criações fazem o uso de materiais como: tinta, areia, massa, cola, papel e numerosos estímulos táteis e visuais. Esta metodologia lúdica se torna mágica pois o resultado é imediato e compartilhado pelo grupo. (FERNANDES, 2010).

O desenvolvimento e a criação das artes visuais para alunos com TEA se baseiam na liberdade de expressão, não é determinado um resultado fixo a ser alcançado, a arte vai nascer dos experimentos deste aluno, sem se atrelar muito ao resultado final, o que predomina é o tato, gestos espontâneos e o olhar.

Assim, a arte irá ofertar um desenrolar de experiências significativas, estas que ocasionam o desenvolvimento de novas percepções do mundo em que este individuo está inserido, de modo sensível e criativo, visando um progresso social para uma sociedade que detenha deste olhar sensível. Desta forma, também proporcionando aos docentes a possibilidade de inovar em metodologias e instrumentos que auxiliem no processo de

ensino e aprendizagem.

Fernandes (2010, p. 78), discorre quanto a alunos com TEA.

> Que a prática pedagógica de atividades no Ensino de Arte, que essas atividades estejam alicerçadas no aspecto sensorial e perceptivo e devem ser realizadas por meio da exploração de diversos materiais. Dessa maneira, haverá conciliação de temas direcionados para o entendimento e a simbologia das expressões afetivas, da imagem pessoal e do mundo ao redor para a interação dos alunos com TEA.

Em suma, a arte para o aluno com TEA pode vir a agir como método de comunicação única ou como auxílio, deste modo, a arte irá promover no âmbito escolar uma via de comunicação e interação do aluno Autista, alcançando então a integração entre o aluno, a escola e seus elementos que compõem.

2.4. A PERCEPÇÃO

A percepção, do latim *perceptione*, se refere a habilidade de se perceber algo. "A percepção é o processo de organizar e interpretar os dados sensoriais recebidos para desenvolver a consciência de si mesmo e do ambiente" (DAVIDOFF, 1983).

Dividida em diversos nichos a percepção aborda uma noção visual, se caracterizando sobre uma perspectiva provocada por encorajamentos visuais, a percepção social, atrelada as interações sociais e a disposição de interpretar essas relações, a percepção musical, sendo a habilidade se reconhecer ritmos e melodias, bem como suas composições, outrossim percepções relacionadas aos sentidos humanos, como a percepção auditiva, táctil, olfativa e gustativa.

Quando se trata de pessoas que detém o Transtorno do Espectro Autista (TEA), que em sua maioria, dispõem complexidades no processar e no organizar das informações recebidas e percebidas dentro do ambiente, seja pela deficiência de sensibilidade para alguns estímulos ou pela sobrecarga sensorial (Hebert, 2003).

Reconhece-se, deste modo, que estas percepções particulares que afetam de modo direto às atividades do dia a dia das pessoas com TEA, inclusive na realização de funções de rotina e pedagógicas.

Assim, entende-se que para se ter acessibilidade e inclusão de modo efetivo, é necessário levar em consideração a neurodiversidade, isto é, as alterações que o cérebro humano detém em relação às funções cognitivas, de sociabilização, aprendizagem, atenção e humor, de forma a facilitar a interação social e a apreciação dos ambientes públicos, proporcionando assim o bem-estar (Schaaf, 2011).

"Tomada de conhecimento sensorial de objetos ou de fatos exteriores que tenham dado origem a sensações mais ou menos numerosas e complexas. Toda percepção é uma gnosia. Fornece um percepto (fr. e ingl. percept, a1. Wahrnehmungsinhalt) muitas vezes também denominada percepção. A resposta perceptiva, manifestada no comportamento, consequente a uma estimulação –e que produz uma sensação –possui caráter primitivo. V. sensação" (PIÉRON, 1977, p. 326).

Deste modo a percepção é comumente definida e abordada como a interpretação de dados sensoriais, bem como a organização dessas sensações, fazendo

com que o indivíduo desenvolva consciência de si e do ambiente que o cerca.

Blackburn aborda que,

> Frisa-se que as percepções não são como as sensações, precisamente porque têm um conteúdo, ou uma natureza que remete para fora. Perceber é estar consciente do mundo como algo que é desta ou daquela maneira, e não sofrer uma mera modificação nas sensações. No entanto, este realismo direto tem de poder ser sustentado face aos fatores (neurofisiológicos e outros) indiscutivelmente pessoais que determinam o modo como percebemos (BLACKBURN, 1997, p. 294).

Em virtude disto, reitera-se que a percepção vai para além das sensações, independentemente da notória interferência destas no modo com que o indivíduo vai perceber o objeto de pesquisa, entretanto um importante fator para a percepção é a noção do mundo que o cerca e uma visão da realidade observada, para só então, destes fatores, derivar a percepção do sujeito.

Evidencia-se a interpretação como item de extrema relevância ao se tratar de percepção, visto que a percepção se refere a uma representação dos objetos externos. "Para a psicologia, é o ato pelo qual o espírito organiza suas sensações e reconhece um objeto exterior. Designa também o resultado desse ato" (DUROZOI; ROUSSEL, 1996, p. 359). Assim, a percepção vai enfatizar a forma com que o indivíduo compreende, julga e procede em relação ao objeto de pesquisa.

"Percepção é uma função psicológica que possibilita ao organismo (mediante disposições especiais: órgãos do sentido) receber e processar informação sobre estado e modificações do meio ambiente. [...] sob influência da psicologia da Gestalt, logo se verificou que a percepção de uma situação total não poderia ser interpretada como simples soma dos elementos isolados, mas que a percepção de totalidades ('formas', Gestalten) seguia leis especiais gestálticas.

Esta distinção entre psicologia dos elementos e psicologia da Gestalt está atualmente superada, quando os princípios de análise sistêmica e a cibernética já permitem considerar um 'todo' ou 'totalidade' como 'sistema de partes organizadas entre si'.

As pesquisas recentes caracterizam-se pela abordagem "perspectivista", em que, condições básicas, propriedades específicas, realização e mecanismos de percepção, assim como desenvolvimento e capacidade de aprendizagem do indivíduo, precisam ser conceituados como em interação permanente, mas são em geral estudados separadamente e considerados em relação a outras funções do organismo" (ARNOLD; EYSENCK; MEILI, 1982, p.37).

Em conclusão o pesquisador sempre está analisando o objeto de pesquisa de acordo com sua percepção, com influência das sensações, dos conhecimentos prévios e das suas perspectivas, de forma simultânea e comumente.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O tipo de pesquisa utilizado no presente projeto de pesquisa se caracteriza pela pesquisa bibliográfica. Assim, é considerado pesquisa bibliográfica aquelas que se baseiam em examinar obras cientificas, previamente publicadas, quanto ao tema objeto

da pesquisa almejada, esse estudo de verificação de obras é denominado de levantamento bibliográfico e é realizado, em sua maioria, em livros, artigos de jornais, websites de artigos científicos e outras fontes derivadas. Bem como abordado por BOCCATO (2006, p. 266):

> A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação.

Logo entende-se que a pesquisa bibliográfica é uma etapa de suma importância para a investigação científica e para alcançar um objeto final proveitoso no projeto de pesquisa. Deste modo, para o projeto em questão foram pesquisados e estudados, em diversas fontes, autores de renome em publicações cientificas, estes os quais abordavam os temas propostos pela pesquisa, como a coordenação motora fina, a percepção e as artes visuais, assim fazendo com que o processo de fundamentação deste fosse um processo rigoroso o qual necessitou de dedicação e tempo para um melhor desempenho.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O ensino da Arte no Ensino Fundamental, presente no currículo da Educação Básica pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tem as Artes Visuais como uma de suas quatro linguagens do componente curricular, esta que utiliza a expressão visual como elemento de comunicação, promovendo aos alunos se conectar com múltiplas culturas visuais, conhecer e respeitar as diferenças e outros espaços e possibilidades de criar e se expressar. Barbosa discorre que (2004, apud FERNANDES, 2010, p. 46),

> "a arte para nos permite a tolerância à ambiguidade e à exploração de múltiplos sentidos e significações. [...] esta dubiedade da Arte a torna valiosa na Educação. Arte não tem certo e nem errado; tem o mais ou menos adequado, o mais ou menos significativo, o mais ou menos inventivo".

Deste modo, a arte transmite que é possível alterar de forma continuada a existência humana, sendo necessário transformar as referências com o passar do tempo, de modo a ser flexível. Desta forma, criar e conhecer são inesperáveis e a flexibilidade é condição fundamental para apreender.

Assim é possível afirmar que a Arte possui um olhar para a diversidade. Sendo alvo de pesquisa o fato de que muitas crianças se expressam por meio do desenho, principalmente crianças com Transtorno do Espectro Autista que encontram no desenho um modo de se comunicar que não conseguem, em alguns casos, de forma verbal.

Observa-se assim que através da arte a criança consegue se soltar de uma forma única. Acredita-se deste modo que a partir do momento em que se possibilite novas vertente a Arte pode eliminar barreiras de sociabilidade e assim construir uma

comunicação e integração com o aluno com TEA.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, propusemo-nos a analisar as Artes Visuais como ferramenta pedagógica para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com Transtorno do Espectro Autista, para apreender a respeito de suas particularidades juntamente as metodologias de ensino dentre dessas Artes que possam colaborar para a inclusão destes alunos.

Em vista dos argumentos apresentados, pode-se observar que o autista devido, sua patologia clínica, pouco se socializa preferindo muitas das vezes se isolar, automaticamente se excluindo dos momentos sociais que ocorrem em sala de aula ou no ambiente escolar.

Trabalhar a inclusão deste aluno vai muito além de alfabetiza-lo ou da aquisição de conhecimentos teóricos, incluir a crianças com autismo diz muito a respeito de se adaptar as especificidades deste aluno, afim de proporcionar ao mesmo boas condições de aprendizado e socialização.

Assim, as Artes Visuais podem ser analisadas, não apenas como sendo uma disciplina do currículo escolar formal, mas como objeto de estudo a ser desenvolvido dentro e fora dos muros escolares.

Com o crescimento do ser humano passamos a desenvolver habilidades motoras, como a coordenação motora fina, sendo a última a evoluir plenamente, necessitando de movimentos precisos e específicos.

Ao passo que esta evolução motora ocorre, o indivíduo enquanto aluno também passa a evoluir suas habilidades perceptivas, começando a entender as Artes Visuais como um contexto escrito, buscando sentido para as obras, sendo esses com base em suas emoções e conhecimentos. Aperfeiçoando, deste modo, a sua percepção até que se tornem seres capazes de analisar criticamente o objeto observado.

Apesar de constatarmos no currículo uma matéria obrigatória, muitas vezes a Arte é algo visto pela sociedade como algo a ser deixado de lado, e infelizmente não é dada a mesma devida importância, tendo como prova a sua pequena carga horária obrigatória.

Desta forma, mudar este pensamento está diretamente conectado ao próprio docente entender aquele material a ser estudado como algo essencial para a formação de seus alunos, perpetuando a importância de trabalhar este conhecimento para o corpo da escola, pais e alunos.

Frisa-se, que se faz necessária a ação do docente para a promoção da compreensão e do respeito às diferenças, através de atividades que possam criar oportunidades para que os alunos venham a desenvolver uma percepção quanto aos outros a partir de um ponto de vista que relativize as diferenças (GRINKER, 2010, p. 22 - 24).

Em conclusão, é possível buscar a construção de uma escola que possa ser inclusiva em todos os aspectos propostos para o pleno desenvolvimento do aluno da educação inclusiva.

Refletir como uma criança com transtorno do espectro autista constrói seu conhecimento, nos mostra diversas questões que percorrem o meio social e o modo como enxerga o mundo. Não se pode excluí-la por suas características e sim considerar uma

criança que apenas quer ser vista como um indivíduo qualquer, introduzido em meio a uma sociedade que menospreza a diversidade, afinal a educação é um direito de todos, sem exceção.

Defende-se que não basta a inclusão do aluno dentro da folha de matriculados nas escolas, mas é preciso também que as metodologias e estratégias didáticas aplicadas em sala de aula se apropriem de modificações que possam abraçar as diferenças, oferecendo um ensino adequado e desenvolvimento pleno a todos os alunos.

Desta forma, cabe ressaltar a importância de uma formação docente engajada em promover mudanças educacionais, em especial, uma formação que prepare o profissional para a promoção da inclusão educacional, bem como a valorização e incentivo à educação continuada, o que auxilia o docente a se tornar mais apto, frente as dificuldades do cotidiano escolar, a fim de se construir uma figura docente que vise a integração de todos os alunos na sociedade.

REFERÊNCIAS

[1] American Psychiatric Association (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais:** DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

[2] ARNOLD, W.; EYSENCK, J.; MEILI, B. **Dicionário de Psicologia**. São Paulo: Loyola, 1982.

[3] ASPERGER, Hans. Os "psicopatas autistas" na idade infantil (parte 1). **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental,** v. 18, p. 314-338, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rlpf/a/mh94bMFj6d8gQBxZFbWzSCz/?lang=pt. Acesso em: 20 de agosto de 2023.

[4] BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação**. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

[5] BLACKBURN, S. **Dicionário Oxford de Filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. BRASIL.

[6] CUNHA, Gracielle Rodrigues da; BORDINI, Daniela; CAETANO, Sheila Cavalcante. **Autismo, transtornos do espectro do autismo**. In: CAETANO, Sheila Cavalcante; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; PAULA, Fraulein Vidigal de; RESENDE, Briseida Dôgo de; MÓDOLO, Marcelo (Orgs.). *Autismo, linguagem e cognição*. Jundiaí: Paco, 2015.

[7] CHIZZOTTI A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

[8] DAVIDOFF, L. L. **Introdução à Psicologia**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983. DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Cartilha Direito das Pessoas com Autismo**. São Paulo, 2011.

[9] DEWEY, John. **Arte como experiência**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

[10] DUROZOI, G.; ROUSSEL, A. **Dicionário de Filosofia**. Campinas: Papirus, 1996.

[11] FERNANDES, Lorena Barolo. **Ensino de Arte no universo Autista**: um relato de extensão da Faculdade de Artes do Paraná. Dissertação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba: PR. 2010. Disponível em: http://tede.utp.br/tde_arquivos/1/TDE20121119T142458Z325/Publico/ENSINO%20DE%20ARTE%20NO%20UNIVERSO%20AUTISTA.pdf. Acesso em: 26 de agosto de 2023.

[12] GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação a pesquisa científica**. Campinas: Alinea, 2001. 67 p.

[13] KANNER, L. apud. KELMAM, C. A. [et al]. ALBUQUERQUE, D. e BARBATO, S. – Organizadoras. **Desenvolvimento Humano, educação e inclusão escolar**. Brasília, Editora UnB, 2010.

[14] KANNER, Leo. Trastornos autistas del contacto afectivo. **Revista española de discapacidadintelectual Siglo Cero**, v. 36, 1943. Disponível em: http://bloguamx.byethost10.com/wpcontent/uploads/2015/04/trastornos- autismokanner1.pdf. Acesso em: 20 de agosto de 2023.

[15] MELO, Rogério Barata. **A arte do brincar:** metodologias para a arte educação. Maiêutica. Ano 1, n. 1, janeiro 2013.

[16] MONTENEGRO, Maria Austa.; CELERI, Eloisa Helena R V.; CASELLA, Erasmo B. **Transtorno do Espectro Autista - TEA:** Manual Prático de Diagnóstico e Tratamento. Brasil: Thieme Brazil, 2018. E-book. ISBN 9788554650827. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788554650827/. Acesso em: 20 de agosto de 2023.

[17] ORRÚ, Sílvia Ester. **Autismo, linguagem e educação:** interação social no cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

[18] PIÉRON, H. **Dicionário de Psicologia**. Porto Alegre: Globo, 1977.

[19] PAROLIN, Isabel Cristina Hierro. **Aprendendo a incluir e incluindo para aprender**. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2006.

[20] SANTOS, Aline Steinmetz; ZINGANO, Ester. Alfabetização Visual. **Revista Maiêutica,** Indaial, v. 3, n. 1, p. 37-44, 2015.

[21] VALLE, T. G. M.; MAIA, A. C. B. **Aprendizagem e comportamento humano**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

Capítulo 9

Autismo na escola: os desafios e estratégias presentes no processo de escolarização de crianças autistas

Jessica Gomes de Araújo[1]
João Luiz Nunes do Nascimento[2]

Resumo: O trabalho tem como problemática, de que forma as estratégias pedagogicas podem influenciar na inclusão ao aluno autista na interação escolar? O objetivo geral do trabalho é descrever sobre os desafios e estratégias presentes no processo de escolarzação de crianças autistas. Na metodologia será definido conforme o tipo de pesquisa e serão apresentados de forma bibliográfica de caráter qualitativo e quanto aos fins de forma exploratória e os critérios abordados foram de forma de elegibilidade e inelegibilidade. Os Resultados foram possível identificar que as intervenções e estratégias do suporte de uma equipe pedagógica capacitada e treinada pode contribuir para a escolarização de forma permanente dos autistas nas escolas regulares. A importância das estratégias e técnicas profissionais que o professor pode utilizar, como uma avaliação funcional que envolve vários componentes, que podem ser realizados em uma série de etapas. Dessa forma, um conjunto de dificuldades que a criança com autismo passa no ambiente escolar. No entanto, a escolarização e participação dessa criança no ensino educacional é importante para promover a aquisição de habilidades e conhecimento para que uma criança possa desenvolver independência até a idade adulta, compreendendo não só a aprendizagem escolar, mas também social, habilidades adaptativas e de comunicação.

Palavras-chave: Práticas pedagógicas, inclusão, tea, escola, regular.

[1] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário FAMETRO.
[2] Licenciado em Pedagogia e Especialista em Gestão de Pessoas Coaching.

1. INTRODUÇÃO

O transtorno do espectro do autismo (TEA) é uma deficiência de desenvolvimento neurológico que pode causar desafios sociais, de comunicação e comportamentais significativos. Segundo Sanches e Penderiva (2016, p.2) a inclusão de crianças com TEA concentra-se na implementação de melhores práticas e suporte universal na sala de aula regular, dando a oportunidade de interagir e aprender com os colegas da mesma idade, essa prática faz com que essas crianças com necessidades especiais façam parte do fluxo regular e sejam tratadas como tal.

De acordo com a Lei nº12.764 de 2012 é direito da pessoa com transtorno do espectro autista o acesso à educação e ao ensino profissionalizante. No entanto, segundo Oliveira et al., (2020) ainda há muitos ambientes escolares de ensino regular que ainda não estão preparados para realizar a inclusão de crianças com espectro autista e muitas escolas ainda apresentam dificuldade para enfrentar os desafios. Por isso, a delimitação do tema aborda o contexto das estratégias pedagógicas nessa problemática, tendo como delimitação "as práticas pedagógicas de inclusão de crianças com transtorno do espectro do autismo (TEA) no âmbito escolar regular".

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo geral descrever sobre os desafios e estratégias presentes no processo de escolarzação de crianças autistas. Tendo como objetivos específicos: Relacionar a vivência da criança com autismo na sociedade e no ensino educacional regular; apresentar os aspectos e desafios enfrentados no processo de inclusão escolar de crianças autistas e descrever as contribuições das práticas pedagógicas nos desafios enfrentados na inclusão do autista no ensino educacional regular.

A justificativa para o desenvolvimento desta pesquisa se baseia na importância da compreensão desse mecanismo se dá devido ao impacto que isto gera no desenvolvimento do autista, a inclusão pode reduzir o estigma, permitir a aprendizagem social, aumentar a aceitação social e melhorar a posição social dos alunos com TEA. No entanto, para algumas dessas crianças, as experiências sociais são negativas, por isso, a presença de estratégias pedagógicas adequadas ao contexto o ambiente escolar se torna fundamental, para possíveis intervenções e estratégias.

O sistema regular de ensino é responsável por promover a aquisição de habilidades e conhecimento para que uma criança possa desenvolver independência até a idade adulta, compreendendo não só a aprendizagem acadêmica, mas também social, habilidades adaptativas e de comunicação. O que torna relevante a temática aborda neste estudo, é que nesses requisitos também estão inclusas as crianças portadoras de deficiências e transtornos como o autismo. Por isso, é levante que mais estratégias pedagógicas sejam disseminas na área, para que cada vez mais os profissionais responsáveis por esse contexto estejam qualificados e possuam competências para atender essa demanda.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. ETIOLOGIA E FISIOPATOLOGIA DO TEA

Segundo Zanon et al., (2014) o transtorno do espectro autista é uma condição que tem início precoce e cujas dificuldades tendem a comprometer o desenvolvimento do indivíduo, ao longo de sua vida, ocorrendo uma grande variabilidade na intensidade e

forma de expressão da sintomatologia, nas áreas que definem o seu diagnóstico. O autismo é entendido como uma síndrome que afeta o comportamento de forma complexa e possui várias etiologias, combinando fatores genéticos e ambientais.

Nesse contexto, a etiologia do autismo é considerada uma causalidade com múltiplos fatores para o desenvolvimento. Esse distúrbio pode ser considerado sindrômico ou não sindrômico. O autismo sindrômico é frequentemente associado a anormalidades genéticas. Ao contrário do TEA sindrômico, a etiologia do autismo não sindrômico ainda é relativamente indefinida devido à heterogeneidade genética. É provável que esteja relacionado a mutações de novo e fatores ambientais pré-natais e pós-natais desempenhe um papel.

No entanto, o autismo no geral é considerado com etiologia genética, fatores ambientais ou pode ser a combinação desses dois fatores causais. Para alguns indivíduos, o TEA é causado exclusivamente pela presença de mutação genética. A exposição a um determinado ambiente pode causar o autismo dependente da herança genética em alguns indivíduos. Na maioria dos casos, a genética de um indivíduo, em associação com a exposição a fatores ambientais, determinará o risco de desenvolvimento do autismo.

Como o autismo é considerado um distúrbio genético complexo com alta herança genética, alguns estudos epidemiológicos analisados, foram realizados com gêmeos e os resultados mostraram ligação prevalente com fatores do componente genético do TEA. De acordo com Reis e Pinto (2021) em 20-25% das crianças ou adultos com TEA, as causas genéticas podem ser identificadas na forma de mutações de novo, variações genéticas comuns e raras.

2.2. A CRIANÇA COM AUTISMO E A SOCIEDADE

É compreendido que o transtorno do espectro do autismo (TEA) é uma deficiência de desenvolvimento que pode causar desafios sociais, de comunicação ecomportamentais significativos. A inclusão de crianças com TEA concentra-se na implementação de melhores práticas e suporte universal na sala de aula regular, dando a oportunidade de interagir e aprender com os colegas da mesma idade, essa prática faz com que essas crianças com necessidades especiais façam parte do fluxoregular e sejam tratadas como tal.

Segundo Teixeira (2016) o autismo é uma condição do neurodesenvolvimentoque afeta a interação social, o comportamento e a comunicação. Indivíduos autistas variam muito em seus pontos fortes e necessidade de apoio. Por esse motivo, as pessoas geralmente se referem ao autismo como transtorno do espectro autista (TEA). As características do autismo geralmente aparecem nos primeiros anos. O autismo não é uma doença, mas a intervenção precoce pode equipar as crianças paralidar com alguns dos desafios específicos que podem enfrentar no mundo em geral.

O TEA é um termo abrangente que inclui uma série de características do neurodesenvolvimento, que afetam em grau a vida em sociedade. O autismo não é uma doença, mas pode ter um impacto significativo na vida de uma pessoa dentro de uma sociedade. Seus efeitos podem variar amplamente, porém algumas pessoas podem precisar de apoio ao longo da vida, enquanto outras podem viver e trabalhar de forma independente. Em alguns casos, as características da condição podem estar presentes desde a infância. Em outros, os sinais podem se tornar mais óbvios à medida que o indivíduo envelhece.

Segundo Onzi e Figueiredo (2015) os transtornos do espectro do autismo (TEA) compreendem um grupo de anormalidades do neurodesenvolvimento que começam na primeira infância e são caracterizadas por comprometimento da comunicação social e problemas comportamentais, incluindo interesses restritos e comportamentosrepetitivos, que afeta de certa forma o convívio em grupo e social. Vários genes têm sido implicados na patogênese do TEA, a maioria deles está envolvida na sinaptogênese neuronal. Vários fatores ambientais e condições associadas, como anormalidades gastrointestinais (GI) e desequilíbrio imunológico, estão associados àfisiopatologia do TEA, porém de qualquer forma em um determinado momento da vidaas especificidades do autismo irão ser identificadas no convívio em sociedade, em determinado grau de cada indivíduo.

É importante apontar que cada pessoa afetada apresenta sinais específicos com diferentes graus de gravidade, passando por desafios muito diferentes e desenvolvendo habilidades específicas. Consequentemente, a maneira como aspessoas afetadas pelo TEA pensam, aprendem ou resolvem problemas pode variar de relativa facilidade a um desafio severo em alguns casos. Algumas pessoas com TEA apresentam inteligência acima da média, enquanto outras apresentam dificuldades de aprendizagem.

2.3. A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DA CRIANÇA AUTISTA NO ENSINO EDUCACIONAL

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), regulamentam a inclusão de pessoas com deficiências ou Necessidades Educativas Especiais (NEE) e o direito delas ao ensino educacional, com fundamentos de igualdade e acessibilidade como os demais alunos.

GraciolI e Bianchi (2014) a educação deve ser oferecida inicialmente na rede regular de ensino e deverão ser garantidos aos educandos: currículo, métodos, técnicas, recursos educativos específicos e tecnologias adequadas de forma a atender às suas necessidades em todos os níveis de ensino e ao longo de toda a vida. No entanto, a inclusão dessas crianças não pode ser feita de forma simples, com essa inserção devem ser desenvolvidos métodos para que elas consigam obter acesso aos conteúdos de educacionais de forma abrangente que não seja limitada a suas deficiências.

De acordo com a Lei nº12.764 é direito da pessoa com transtorno do espectro autista o acesso à educação e ao ensino profissionalizante. No entanto, ainda há muitos ambientes escolares de ensino regular que ainda não estão preparados para realizar a inclusão de crianças com espectro autista e muitas escolas ainda apresentam dificuldade para enfrentar os desafios.

Uma definição que descreve melhor segundo Melo et al., (2016) é de um sistema unificado de educação pública que incorpora todas as crianças e jovens como ativos, membros plenamente participantes da comunidade escolar; que vê a diversidade como a norma; e isso garante uma educação de alta qualidade para cada aluno, proporcionando currículo, ensino eficaz e suportes necessários para cada aluno.

É entendido que o sistema regular de ensino é responsável por promover a aquisição de habilidades e conhecimento para que uma criança possa desenvolver independência até a idade adulta, compreendendo não só a aprendizagem acadêmica, mas também social, habilidades adaptativas e de comunicação. Nesses requisitos também estão inclusas as crianças portadoras de deficiências e transtornos como o autismo.

Para Cunha (2020) a prática da inclusão baseia-se na proteção do acesso das crianças à educação e no aproveitamento dessa prática. Para aqueles com TEA, os benefícios propostos geralmente se concentram em uma melhor aceitação social e melhor comunicação social, e os pares desempenham um papel crítico nesses resultados. Por exemplo, a inclusão pode reduzir o estigma, permitir a aprendizagem social, aumentar a aceitação social e melhorar a posição social dos alunos com autismo. No entanto, para alguns alunos com TEA, as experiências sociais são negativas, com os alunos relatando se sentirem solitários, socialmente excluídos e intimidados.

Visto isso, é interessante ressaltar que crianças com autismo têm maior incidência de outros atrasos médicos, físicos e /ou adaptativos, condição ou sintomas que requerem consulta de especialidade e cuidado. Há também um alto grau de comorbidade com outros transtornos do desenvolvimento, comportamento desafios orais e / ou sintomas ou distúrbios psiquiátricos.

Existem muitos benefícios em uma sala de aula inclusiva, como Gracioli e Bianchi (2014) descrevem que em primeiro lugar, a inclusão resulta em ganhos de desenvolvimento social porque os alunos melhoram muito mais nesta área de competência social. Quando os alunos com deficiência são colocados em ambientes restritivos, eles tendem a interagir com os professores em vez de seus colegas.

Foi identificado que alguns aspectos do ensino regular que são considerados melhores práticas não são sempre adequados para alunos com TEA. Isso inclui os ambientes altamente estimulantes com cartazes e trabalhos de arte dos alunos por todo o lado e ensino baseado em conversas. No entanto, apesar das inúmeras dificuldades e desafios enfrentados, existem muitas maneiras pelas quais os alunos com TEA podem efetivamente ser incluídos.

Há muitos fatores envolvidos no processo de inclusão, Melo et al., (2016) aborda que a educação inclusiva requer uma “abordagem individualizada com base nas necessidades”. Isso significa que os professores devem adaptar suas aulas para atender às necessidades de cada estudante. Todos os alunos têm necessidades variadas que devem ser atendidas e apoios de que podem precisar empara poder realmente aprender em qualquer tipo de sala de aula.

Apesar de sua dificuldade de aprendizado, é necessário tentar ajudar a criança a internalizar a regra. É importante estabelecer a relação da criança com seus pais, mediada pelo professor, bem como o desejo da criança de aprender material acadêmico e habilidades sociais. Quem convive ou trabalha com alunos autistas deve trabalhar constantemente em seu desenvolvimento global, pois é válido.

Todos os alunos com necessidades educacionais excepcionais devem se matricular nas aulas regulares a partir de 2008, conforme a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Apesar de muitos profissionais terem desistido de trabalhar com determinados alunos, há alunos que superaram as expectativas. Portanto, não é suficiente aceitar uma criança com TEA na sala de aula sem oferecer um trabalho educacional de alta qualidade.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A presente pesquisa trata-se de uma revisão de bibliográfica de caráter qualitativo, que que possibilitou a seleção de materiais já elaborados, como livros, artigos científicos, publicações de órgãos oficiais. Conjugado com fins de pesquisas exploratórias, pois esse método permitiu que fosse possível alcançar maior compreensão sobre o contexto analisado, sendo possível o conhecimento de informações apresentadas em estudos existentes.

Os dados presentes nesse estudo foram coletados através de pesquisas realizadas em bases de dados eletrônicas: Scielo (Scientific Electronic Library Online) e Periódicos CAPES do Ministério da Saúde. Além disso, também foram utilizadas publicações de órgãos oficiais, diretrizes e livros de pedagogia. Para uma melhor filtragem dos estudos selecionados foram utilizados critérios de elegibilidade para inclusão, sendo: estudos com data de publicação mínima no ano de 2013, exceto legislações e diretrizes institucionais; estudos com idioma português e inglês e os disponíveis de forma gratuita e integral.

As pesquisas selecionadas foram avaliadas com base nos critérios de elegibilidade e inelegibilidade, com a análise inicial dos títulos e posteriormente foram analisados os resultados de cada pesquisa. Por último, foi feita a leitura integral das pesquisas selecionadas, sendo realizada a coleta de informações para composição do estudo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi possível analisar que a escolarização das crianças com TEA deve ser priorizada e não descartada, é importante estimular a capacidade de conhecimento das crianças e explorar com a utilização de estratégias pedagógicas. Como por exemplo, as atividades gamificadas e lúdicas para que a realidade da educação mude a forma de ensinar, pois para muitos educadores a criança com TEA é uma criança que nunca irá aprender, e por esses educadores terem essa forma de pensar, as crianças acabam não sendo estimulados e incentivadas ao progresso no processo de aprendizagem.

A eficiência na escolarização fornece o fortalecimento na evolução da criança com TEA, pois dessa forma ela pode descobrir suas dificuldades para que a correção de atividades pelo o educador permita o entendimento sobre os pontos fortes de cada aluno e permite que direcione os conteúdos que possa desenvolver com eles. O que foi confirmado pelo estudo de Carvalho (2016) mostrou que mostrou que os jogos são uma ferramenta para desenvolver conhecimento e habilidade tecnológicas e analógicas, mas a maioria dos professores não utilizam as ferramentas de gamificação e sempre permanece no mesmo ciclo de padrão de ensino.

Também foi observado que a participação e ajuda dos pais em relação às atividades em casa são importantes para que o desenvolvimento seja positivo na escolarização, alcançando assim o intuito proposto pelos educadores, pois de acordo com a pesquisa Lemos et al., (2016) esse contexto auxilia as atividades junto às crianças e promove valorização do processo de escolarização.

Foi verificado que para que escolarização da criança autista seja eficaz e permanente deve haver a presença de profissionais capacitados no ambiente escolar. Pois, o estudo de Silva e Balbino (2015) mostrou que a presença de um profissional capacitado ao acolhimento adequado nesse ambiente se torna essencial, as habilidades profissionais e especificas na assistência ao autista podem servir para intervenções e

planos de ações preventivas com os professores e demais profissionais da escola.

Além disso, também foi possível identificar que as intervenções e estratégias do suporte de uma equipe pedagógica capacitada e treinada pode contribuir para a escolarização de forma permanente dos autistas nas escolas regulares. A importância das estratégias e técnicas profissionais que o professor pode utilizar, como uma avaliação funcional que envolve vários componentes, que podem ser realizados em uma série de etapas.

É importante que os profissionais do corpo pedagógico estejam capacitados e possuam conhecimento sobre as estratégia e métodos adequados a serem utilizados para escolarização do aluno com autismo. O estudo de Nunes e Santos (2015) mostrou que usar estratégias comportamentais (por exemplo, ignorar o acesso de raiva e mudar reforçador), o professor capacitado pode ensinar ao aluno mais comportamentos de substituição aceitável, como pedir uma pausa (ou sinalizar para o professor não verbalmente que ela precisa de uma pausa). Tal intervenção é uma medida em que permite que a criança atenda às suas necessidades / desejos por meio de comportamentos mais aceitáveis (ou seja, a função do comportamento não muda). Muitos recursos úteis na condução e avaliações funcionais estão disponíveis.

Nesse contexto, entende-se que com a contribuição do profissional capacitado e com a utilização de suas habilidades e conhecimento de estratégias pedagógicas, as escolas podem possuir pelo menos um suporte emergente na promoção de sucesso da escolarização de alunos com TEA. Com o continua presença desenvolvimento de ações interventistas e preventivas, os profissionais escolares podem fornecer valiosa consulta para o ensino regular.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi compreendido que o TEA é um termo abrangente que inclui uma série de características do neurodesenvolvimento. O autismo não é uma doença, mas pode ter um impacto significativo na vida de uma pessoa. Seus efeitos podem variar amplamente, porém algumas pessoas podem precisar de apoio ao longo da vida, enquanto outras podem viver e trabalhar de forma independente. Em alguns casos, as características da condição podem estar presentes desde a infância, o que pode afetar o convívio e o desenvolvimento em ambiente escolar.

Diante desse contexto, foram identificadas um conjunto de dificuldades que a criança com autismo passa no ambiente escolar. No entanto, a escolarização e participação dessa criança no ensino educacional é importante para promover a aquisição de habilidades e conhecimento para que uma criança possa desenvolver independência até a idade adulta, compreendendo não só a aprendizagem escolar, mas também social, habilidades adaptativas e de comunicação.

A importância da compreensão desse mecanismo se dá devido ao impacto que isto gera no desenvolvimento do autista, a inclusão escolar pode reduzir o estigma, permitir a aprendizagem social, aumentar a aceitação social e melhorar a posição social dos alunos com TEA. No entanto, para algumas dessas crianças, as experiências sociais são negativas, por isso, a presença de um profissional capacitado aos cuidados com a criança autista no ambiente escolar se torna fundamental, para possíveis intervenções e implantação de estratégias pedagógicas.

REFERÊNCIAS

[1] BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dez. de 1996. BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.

[2] BRASIL, **Lei n°12.764 de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011- 2014/2012/lei/l12764.htm> Acesso em: 12 de Nov. de 2023.

[3] BRASIL, **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm> Acesso em: 12 de Nov. de 2023.

[4] BRASIL, MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL. Coordenadoria Nacional Para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: MAS/ CORDE, 1994.

[5] CARVALHO, Odila Maria Ferreira. **Do uso de jogos digitais com criança autista**: Estudo de caso. Autismo: Vivências e caminhos, p. 77, 2016.

[6] CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão**: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. Digitaliza Conteudo, 2020.

[7] GRACIOLI, Maria Madalena; BIANCHI, Rafaela Cristina**. Educação do autista no ensino regular**: um desafio à prática pedagógica. Nucleus, v. 11, n. 2, p. 125-138, 2014.

[8] LEMOS, Emellyne Lima de Medeiros Dias et al. Concepções de pais e professores sobre a inclusão de crianças autistas. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 28, p. 351- 361, 2016.

[9] MELO, Stéfanie et al. **Escolarização de alunos com autismo**. Revista Brasileira de Educação Especial, 2016.

[10] NUNES, Débora Regina de Paula; SANTOS, L.B. Mesclando Práticas em comunicação alternativa: caso de uma criança com autismo. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Volume 19, 2015.

[11] OLIVEIRA DEFENTE, Eliane Cristina et al. O AUTISMO E A APRENDIZAGEM ESCOLAR: UMA RELAÇÃO ENTRE AMBIENTES. **Revista Faculdades do Saber**, v. 5, n. 11, p. 757-767, 2020.

[12] ONZI, Franciele Zanella; DE FIGUEIREDO GOMES, Roberta. Transtorno do Espectro Autista: a importância do diagnóstico e reabilitação. **Revista Caderno Pedagógico**, v. 12, n. 3, 2015.

[13] REIS, Raysa Damasceno Cortes; PINTO, Isabella Silvestre Barreto. **A relação do transtorno espectro autismo com a genética**. Biológica-Caderno do Curso de Ciências Biológicas, v. 4, n. 1, 2021.

[14] SILVA, Mirelly Karlla; BALBINO, Elizete Santos. **A importância da formação do professor frente ao transtorno do espectro autista–TEA**: estratégias educativas adaptadas. [TESTE] Encontro Alagoano de Educação Inclusiva, v. 1, n. 1, 2015.

[15] TEIXEIRA, Gustavo. **Manual do autismo**. Editora Best Seller, 2016.

[16] ZANON, R. B.; BACKES, B.; BOSA, C. A**. Identificação dos Primeiros Sintomas do Autismo pelos Pais**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 30, nº1, p. 25-33. 2014.

Capítulo 10

Educação de Jovens e Adultos: causas que influenciam os alunos ao abandono escolar em uma escola da rede municipal de ensino da zona norte de Manaus

Bianca da Mota Sena[1]
Juliana Martins Maciel[2]
Luana Beatriz Sousa Silva[3]
João Luiz Nunes do Nascimento[4]

Resumo: O presente artigo traz uma questão bem relevante que é a EJA- Educação de Jovens e Adultos visando abordar as causas que influenciam os alunos ao abandono escolar em uma escola na zona norte de Manaus. Tem como objetivo elucidar a problemática que impede os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de se manterem na escola. Com uma pesquisa descritiva que buscou expor características dessa população e as grandes dificuldades que ocorrem no sistema que estes alunos estão inseridos. Vale ressaltar no que diz respeito à educação de qualidade são fatores que já é um direito assegurado na Resolução N°01/2021 de 25 de maio de 2021 e deve ser cumprido para o pleno desenvolvimento educacional desses alunos. Como resultado desta pesquisa foi analisado que o abandono da sala de aula em meio ao desenvolvimento de formação do indivíduo é uma realidade que muitos enfrentam por diversos motivos e causas, já as soluções precisam ser encontradas, pois essa modalidade de ensino é muito importante, se cada um fizer a sua parte em prol do ensino terá uma educação de qualidade.

Palavras-chave: Educação, escola, abandono, EJA.

[1] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário FAMETRO.
[2] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário FAMETRO.
[3] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário FAMETRO.
[4] Licenciado em Pedagogia e Especialista em Gestão de Pessoas e Coaching.

1. INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) possui uma história rica e complexa no contexto educacional brasileiro, remontando aos tempos coloniais e passando por diversas transformações ao longo dos séculos. Desde o período imperial até os dias atuais, a EJA enfrentou desafios e recebeu diferentes abordagens por meio de programas governamentais e políticas públicas que não eram aplicadas diretamente a ela, mas afetando indiretamente o meio.

A expulsão dos jesuítas em 1759 marcou uma mudança significativa na condução da EJA, passando a servir aos interesses do Estado. A abertura de escolas noturnas durante o império foi um marco, buscando reorganizar a sociedade brasileira. Contudo, restrições quanto ao acesso eram evidentes, refletindo as condições da época.

O século XX trouxe avanços e desafios para a EJA. Em 1930, esse tipo de educação começou a ganhar destaque na história brasileira, evoluindo durante a década seguinte como um movimento nacional de massas. O reconhecimento formal veio em 1934, com o Plano Nacional de Educação incluindo normas específicas para a EJA.

O período de 1960 viu a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) durante a ditadura militar, buscando combater o analfabetismo. No entanto, na década de 90 enfrentou desafios, perdendo relevância até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, que reforçou o compromisso com a EJA.

A visão de Paulo Freire sobre a educação como um ato político influenciou os programas de alfabetização. No entanto, o período da ditadura interrompeu seu programa nacional. O MOBRAL, criado como alternativa apresentou resultados significativos nos primeiros anos, mas a década de 80 trouxe uma queda de relevância.

A atualidade destaca que a EJA vai além da alfabetização básica, englobando a aquisição de competências profissionais e o acesso ao ensino superior. A legislação vigente reconhece a significância da EJA, proporcionando oportunidades educacionais adequadas às características do público-alvo.

O conceito de educação, segundo René Hubert, destaca a moldagem do indivíduo para funções relevantes na sociedade. A família, embora ainda influente, perdeu parte de suas funções pedagógicas no decorrer do tempo. Na EJA, a compreensão do passado dos alunos é crucial, especialmente para aqueles que, por razões como trabalho precoce, tornam-se leigos aos conhecimentos educacionais básicos.

A EJA é crucial e indiscutível, indo além do resgate de alunos fora da escola. Atualmente, ela prepara os alunos para o ambiente profissional, contribuindo para a inclusão social, a redução da desigualdade e o desenvolvimento pessoal e profissional.

Os motivos do abandono escolar na EJA são multifacetados, envolvendo o desenvolvimento de estratégias para obtenção de uma boa relação entre a instituição de ensino, a família e o aprendiz. A falta de priorização da educação pelas famílias, desafios como trabalho e responsabilidades diárias, além de perigos nas ruas, são fatores significativos.

Os desafios e obstáculos específicos incluem questões de infraestrutura escolar, segurança na comunidade e a falta de apoio. A criação de uma equipe comprometida, incluindo gestores, professores e pedagogos, é uma via essencial para superar esses obstáculos.

As intervenções e políticas públicas desempenham um papel crucial na EJA. Programas como o Brasil Alfabetizado e o ProJovem visam erradicar o analfabetismo e reintegrar os jovens ao processo educacional. O Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (PEJA) busca ampliar a oferta de vagas e promover a inclusão.

O procedimento metodológico adotado envolveu pesquisa bibliográfica e de campo, com um questionário aplicado a alunos da EJA. A abordagem qualitativa permitiu uma análise mais profunda dos aspectos que influenciam o abandono escolar.

Os resultados e discussões evidenciam a necessidade de ações integradas para melhorar a qualidade e a atratividade da EJA. Políticas públicas devem abranger desde a infraestrutura escolar até aspectos sociais, promovendo parcerias e investindo em programas de apoio psicossocial.

Em considerações finais, destaca-se a importância de ações governamentais abrangentes que considerem as particularidades da EJA. Incentivar a flexibilidade, investir em programas de apoio psicossocial, promover parcerias são passos importantes para enfrentar os desafios enfrentados pelos alunos e garantir a continuidade no processo educacional.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A educação de jovens e adultos tem uma história que remonta há séculos. Durante muito tempo, apenas uma pequena parcela da sociedade tinha acesso à educação formal, deixando a maioria das pessoas sem oportunidades educacionais.

A EJA teve início no Pau-Brasil durante o período colonial, por volta de 1549, quando a educação era responsabilidade da igreja e não do Estado. Os jesuítas educaram os índios a ler e escrever, para que além de servir à igreja pudessem realizar trabalhos manuais.

> A educação de adultos teve início com a chegada dos jesuítas em 1549. Essa educação esteve, durante séculos, em poder dos jesuítas que fundaram colégios nos quais era desenvolvida uma educação cujo objetivo inicial era formar uma elite religiosa (MOURA 2004, apud SANTANA p.26).

A educação de Jovens e Adultos não é nova e remonta aos tempos coloniais. A educação de jesuíta no Brasil durou até que o Marquês de Pombal os expulsou do Brasil em 1759. Com a expulsão dos jesuítas, a EJA no Brasil sofreu uma grande divisão e passou a servir aos interesses da nação e não da Igreja.

A expulsão dos jesuítas desorganizou a estrutura educacional até então existente. Somente no período imperial que o ensino de jovens e adultos volta a ter novas iniciativas, através da abertura de escolas noturnas. Com a chegada do império busca-se uma reorganização da sociedade brasileira e para isso, entendia-se que fosse necessário que o conhecimento letrado alcance a toda população, porém não eram todos que tinham o direito de frequentar as escolas, como se percebe nos artigos 4º e 5º do decreto 7.031 de 6 de setembro de 1878.

> Art. 4º Os cursos noturnos das escolas urbanas começarão a funcionar desde já. Os das escolas suburbanas serão abertos quando o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império determinar, tendo em consideração as circunstâncias locais.
>
> Art. 5º Nos cursos noturnos poderão matricular-se, em qualquer tempo, todas as pessoas do sexo masculino, livres ou libertos, maiores de 14 anos. As matrículas serão feitas pelos Professores dos cursos em vista de guias passadas pelos respectivos Delegados, os quais farão nelas as declarações da naturalidade, filiação, idade, profissão e residência dos matriculados. (Brasil, 1878 p.18).

Dessa forma o principal ponto a se destacar no que diz respeito à educação de adultos no império foi à edificação de escolas noturnas para aqueles que eram analfabetos, homens, com idade maior que 14 anos e livres, estes vistos como dependentes e incapazes.

Desde 1930, a EJA (Educação de Jovens e Adultos) começou a se firmar na história da educação brasileira. Durante a década seguinte, conforme o sistema educacional básico ia expandindo, este ensino assumiu o formato de um movimento nacional de massas, um padrão que continua no século XXI (HADDAD; DI PIERRO, 2000 p.110).

Em 1934 o Plano Nacional de Educação de responsabilidade da União previsto na Constituição incluía entre suas normas a educação integral gratuita e de frequência obrigatória estendendo-se a jovens e adultos. A EJA pela primeira vez era reconhecida e recebia um tratamento particular (HADDAD; DI PIERRO, 2000 p.110).

Paulo Freire no ano de 1963 foi encarregado de desenvolver um programa nacional de alfabetização de jovens e adultos que foi interrompido no ano de 1964, devido à ditadura e golpe militar. A partir deste momento um novo regime comanda o Brasil e novos programas de alfabetização de jovens e adultos começam a ser criados, no entanto, longe de um caráter crítico e reflexivo como propunha Paulo Freire.

No Brasil, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), criado na década de 1960 durante a ditadura militar, teve como objetivo combater o analfabetismo no país. O MOBRAL oferecia cursos de alfabetização e educação básica para jovens e adultos, através de material didático específico e ações de mobilização comunitária.

Nos primeiros quatro anos de implementação, o programa conseguiu uma redução na taxa de analfabetismo no país, de 5% a 10% (COELHO, 2011).

Houve diversos progressos na área da Educação de Jovens e Adultos (EJA) durante a década de 80. No entanto, nos anos 90, com a chegada do governo Collor, o ensino para adultos perdeu sua relevância e foi posteriormente recuperado com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96). Essa legislação estabelece que:

> Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.
>
> § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características

> do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (BRASIL, 1996 p.20).

Atualmente, a educação de jovens e adultos vai além da alfabetização básica, abrangendo também o foco no aprimoramento profissional e o ensino superior. Diversos países têm programas e iniciativas específicas para promover a educação de jovens e adultos, buscando a inclusão social, a redução da pobreza e o treinamento para o desenvolvimento de competências técnicas para o meio profissional.

2.2. CONCEITO DA EDUCAÇÃO LIGADO AO ABANDONO ESCOLAR NA EJA

Segundo as palavras do filósofo e teórico em pedagogia René Hubert, a educação consiste em um globo de iniciativas e impactos deliberadamente promovidos por um indivíduo em outro, frequentemente envolvendo um adulto orientando um jovem. Essas iniciativas têm como objetivo específico moldar o indivíduo de forma a capacitá-lo a desempenhar funções relevantes nos diversos âmbitos sociais, econômicos, culturais e políticos de uma sociedade.

A educação representa o contínuo do fortalecimento das estruturas físicas, intelectuais e éticas de um indivíduo, com o propósito de facilitar sua integração eficaz na sociedade ou em seu próprio círculo social. Uma educação de qualidade requer colaboração de todos, isso por ser um fator de extrema importância para o desenvolvimento do cidadão.

> Por muito tempo, a família desempenhou o papel principal no processo de educação. À medida que o tempo passa, porém, embora continue exercendo grande influência na formação das crianças e dos jovens como grande agência de socialização, ela vem perdendo bastante das suas funções pedagógicas. (Oliveira, 2005, p. 65).

Em uma turma da EJA precisa ser planejada cautelosamente levando em conta o passado desses indivíduos, pois vários alunos têm uma carga que talvez por esses motivos deixasse a sala de aula com pensamento de voltar os estudos em outra ocasião, alguns antes dos 30 anos e outros depois, o fato é que o tempo é um grande aliado neste momento já que a idade traz consigo cansaço, ideias de que é incapaz e outras responsabilidades do dia a dia. Segundo Souza e Alberto (2008, p. 716):

> No caso dos trabalhadores precoces, a rotina de trabalho, que lhes causa cansaço físico (dores no corpo, na cabeça), sobrecarga de responsabilidades e desânimo, priva-os da brincadeira, e não raro, de estudar, passando a se tornar a referência primeira em termos de conhecimentos, ao invés das vivências escolares. Enquanto alunos, eles se atêm prevalentemente ao conhecimento do senso comum e das experiências cotidianas, o que contribui para que se tornem leigos no domínio dos conhecimentos científicos e no capital cultural requerido nas sociedades escolarizadas. Assim, tendem a fracassar na escola, pois nesta são exigidas habilidades pautadas em parâmetros que somente a educação formal poderá oferecer, entre as quais: raciocínio lógico, pensamento abstrato, linguagem conceitual, conceitos aritméticos e algébricos, entre outros.

Portanto um dos motivos que fazem alguns alunos retornarem antes dos 30 é o preconceito que a sociedade acaba impondo com julgamentos e defeitos, até mesmo para o mercado de trabalho. No entanto, os jovens têm de ter maturidade para suportar e saber lidar com tais atitudes que são encontradas na sociedade.

2.3. IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A EJA originou-se com o objetivo de resgatar os alunos que se encontravam fora da escola e promover a alfabetização dos jovens e adultos. Com o passar do tempo, essa proposta se renovou e atualmente busca também preparar o aluno para o mercado de trabalho. Entretanto, ainda que a proposta tenha um papel social importante, a desistência escolar constitui uma ameaça para a sustentabilidade da modalidade.

Portanto, a educação de jovens e adultos é crucial para promover a inclusão social, reduzir a desigualdade e proporcionar oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional a indivíduos que não tiveram acesso à educação formal na idade convencional. Além disso, desenvolve a construção de uma sociedade mais informada e capacitada.

Paulo Freire precursor da educação de jovens e adultos defende que o conhecimento através da educação é instrumento do homem sobre o mundo, toda essa ação produz mudança, portanto não é um ato neutro, mas o ato de educar é um ato político.

2.4. MOTIVOS DO ABANDONO ESCOLAR NA EJA

No âmbito educacional a família é um alicerce para que esses alunos tenham uma jornada de sucesso, porém sabemos que em meio à sociedade que vivemos e as políticas públicas, as famílias acabam por não priorizar a educação de seus filhos.

> Uma ligação estreita e contínua entre os professores e os pais leva, pois a muita coisa que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades [...] (Piaget, 2007, p.50).

Com o passar do tempo, alguns alunos por não conseguirem acompanhar ou por preferirem buscar o mercado de trabalho para de alguma forma ajudar a manter a casa, os mesmos acabam se afastando da sala de aula, e encontram na EJA um caminho para resgatar sua escolarização.

> A educação de adultos, dentro desse contexto, torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI; é tanto consequência [sic.] do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de ser um requisito fundamental para a construção de um

> mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça. A educação de adultos pode modelar a identidade do cidadão e dar um significado à sua vida (Declaração de Hamburgo como citado em Brasil, 2007, p. 37).

O aluno que ingressa na sala de aula do ensino básico na modalidade da EJA está buscando terminar seus estudos, muitos vão do trabalho para aula, outros sendo incentivados pelo patrão em busca de sua qualificação, alunos esses que veem apenas como uma etapa obrigatória para obter uma melhoria em sua remuneração salarial sem se dar conta na importância para seu cotidiano.

> ...reconhecer que suas identidades e valores de trabalhadores vêm da família, da classe. As identidades aprendidas como membros de família de trabalhadores e aprendidas desde a infância-adolescência, sobrevivendo do trabalho, exigem ser trabalhadas nos processos de sua educação. O estudo, a compreensão desses delicados processos de formação, de construção das identidades de trabalhadores/as que levam às escolas e à EJA exige ser central nos currículos de formação dos seus educadores. Dessas vivências vêm os processos mais marcantes de sua formação.(Arroyo, 2017, p.47).

Sendo assim, as disponibilidades de matrículas para os discentes são grandes, pois a procura é pouca em algumas regiões, e em outras iniciam com um bom número de matriculados, porém, ao chegar no final do ano já ocorreu bastante desistências.

2.5. DESAFIOS E OBSTÁCULOS ESPECÍFICOS:

Um dos grandes desafios que fora citado por alunos da EJA na escola da zona norte foi à infraestrutura da instituição educacional e a comunidade marginalizada, sem iluminação, em uma entrevista feita 6% das entrevistadas declararam ter medo de ir ou vim à escola, e 5% relataram ter sido assaltadas no caminho da escola, grande obstáculo para os alunos dar com amigos de classe que são marginalizados.

É de suma importância observar as vivências do aluno que está frequentando a escola e como bom gestor busca melhorias para aquela realidade, com a entrevista feita na zona de norte de Manaus confirmou o que já vinha sendo muito expostos em jornais, canais de televisão e mídias sociais. O perigo nas ruas no horário da noite, a demora dos ônibus, a falta de iluminação nas paradas de ônibus e rua. Tudo que se juntarmos acaba virando grandes obstáculos para a permanência dos alunos EJA na escola.

Para superar os obstáculos precisaria ter uma equipe de gestores, professores, pedagogos e outros funcionários que estão comprometidos na construção do caminho da educação, para alcançar os melhores resultados na rede de ensino. Em entrevista buscamos saber o que os alunos gostariam que melhorasse na sala de aula e na escola; a respostas sempre associada ao perigo que encontraram no caminho de ida e volta para a escola e infraestrutura da mesma.

Contudo é fundamental a união dos colaboradores do meio educacional, que com auxílio cooperam para um bom funcionamento da instituição e o principal permanência dos alunos na mesma, pois um ambiente bem harmonioso, receptivo aumenta e fortalece a vontade que os discentes tem de enfrentar o caminho para o alcance de seus objetivos

escolares.

2.6. INTERVENÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS

Desde a fundação da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, diversas intervenções têm sido implementadas por meio de programas e políticas públicas. Essas ações têm como principais objetivos a erradicação do analfabetismo, a preparação dos alunos para o meio profissional e, sobretudo, a manutenção de sua permanência na escola.

Quanto ao reflexo da necessidade de escolarização do público-alvo, a implementação das políticas públicas têm enfrentado grandes desafios nesse segmento. No entanto, o foco está em aprimorar a qualidade, promover a inclusão e fortalecer os aspectos afetivos dessa modalidade.

Disponibilizado no portal do Governo Federal, todas as informações sobre os programas aplicados na Educação de Jovens e Adultos (EJA), atualmente existem quatro programas ativos, um deles é Programa Brasil Alfabetizado (PBA), é um dos programas realizado em todo o território nacional, dando prioridade aos municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo.

O Art.1º do decreto Nº 10.959, de 8 de fevereiro de 2022 estabelece que:

> Dispõe sobre o Programa Brasil Alfabetizado, por meio do qual a União poderá prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com vistas à universalização da alfabetização da população com idade igual ou superior a quinze anos, a fim de promover a cidadania e contribuir para o desenvolvimento social e econômico do País. (Art.1º do decreto Nº 10.959, de 8 de fevereiro de 2022).

Sendo assim, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) tem sido implementado nas escolas das diversas regiões brasileiras, proporcionando oportunidades de aprendizado da leitura e escrita. O objetivo do programa é atingir as metas fundamentadas para a diminuição do analfabetismo no país.

O Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (PEJA) é fundamentado no Art. 3º da LEI Nº 10.880, de 9 de junho de 2004. Instituindo que:

> O Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, no âmbito do Ministério da Educação, a ser executado pelo FNDE, com o objetivo de ampliar a oferta de vagas na educação fundamental pública de jovens e adultos, em cursos presenciais com avaliação no processo, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos sistemas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal. (Art. 3º da LEI Nº 10.880, de 9 de junho de 2004).

Ele traz consigo a proposta de flexibilidade curricular, reconhecendo a diversidade de perfis de estudantes na EJA. Além disso, estabelece parcerias e articulações entre diferentes setores governamentais, sociedade civil e instituições educacionais. Sendo uma diretiva promovendo ações e intervenções para o público-alvo. A PEJA apoia o conjunto educacional para agilidade na formação de professores, elaboração de materiais didáticos

específicos e estratégia pedagógica, promovendo a inclusão e a democratização do acesso à educação.

O Projovem - Programa Nacional de Inclusão de Jovens atende um grupo de jovens com quatro modalidades, objetivando integrá-los a escolarização, promovendo sua formação e qualificação profissional partindo para a realização de curso ofertada pelo governo com duração de dezoito meses. No Art. 2º da de Nº 11.692, de 10 de junho dispõe que:

> O Projovem, destinado a jovens de 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) anos, com o objetivo de promover sua reintegração ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano, será desenvolvido por meio das seguintes modalidades:
>
> I - Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo;
>
> II - Projovem Urbano;
>
> III - Projovem Campo - Saberes da Terra; e
>
> IV - Projovem Trabalhador.
>
> (Art. 2º dá de Nº 11.692, de 10 de junho).

Portanto, os seguintes programas reforçam as demandas que objetivam a continuação dos discentes no processo educacional. Entretanto, há outros fatores que impedem os discentes de prosseguirem no meio educacional. A realidade plena e vivenciada está nas ações de quem promove e realiza a boa gestão do desenvolvimento da capacidade de enfrentar os diversos desafios que dentro da Educação de Jovens e Adultos (EJA) se encontram.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa bibliográfica neste projeto juntamente com a pesquisa de campo foi feita através de uma análise e questionário para buscar entender os motivos pelos quais os alunos da Educação de Jovens e Adultos abandonam seus objetivos escolares.

Segundo Gonsalves (2001, p.67) a pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...].

Trabalhamos com a abordagem qualitativa para auxiliar e dar mais embasamento ao nosso projeto. Marconi e Lakatos (2010) explicam que a abordagem qualitativa se trata de uma pesquisa que tem como premissa, analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano e ainda fornecendo análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências de comportamento. Assim, o que percebemos é que a ênfase da pesquisa qualitativa é nos processos e nos significados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente pesquisa aponta um tema importante, com aprofundamento acerca da educação de jovens e adultos, o desenvolvimento desses alunos em meio à comunidade escolar que ele faz parte, separados em pontos no qual fizemos um desenvolvimento do assunto com histórico e características que levam estes alunos ao abandono da sala de aula, sendo exposto o papel do professor e dos alunos neste processo, levando em conta ambiente e sociedade, buscando entender a importância desse modelo de ensino os motivos e desafios pelo que se tem resultado de abandono, para que nossas autoridades tentem melhorar a qualidade de ensino e alcançar resultados positivos e diminuir os índices de analfabetismo.

Com o intuito de entender os motivos que levam os alunos da EJA ao abandono escolar, foi feito um levantamento através de um questionário em uma escola na zona norte de Manaus. O questionário foi aplicado com duas alunas que nos responderam e relataram suas motivações, desafios e sugestões de melhorias.

A primeira relatou que sua motivação para voltar a ingressar na EJA era o tempo que havia perdido, e que considerou abandonar por conta da gravidez e a falta de apoio da família; a segunda relatou que chegou a abandonar os estudos porque engravidou também devido à falta de apoio da família. Os desafios enfrentados pelas mesmas são a falta de apoio, distância da escola, os perigos nas ruas. O que as motiva é poder se especializar e ao mesmo tempo se encaixar num trabalho mais elevado, para que assim consigam ter um futuro melhor.

Foi relatado também a falta de uma estrutura melhor, de recursos e materiais na escola como também que existem professores bons, mas que ainda há uma grande evasão na parte de professores para essa modalidade. Suas sugestões de melhoria foram que pudessem oferecer cursos profissionalizantes para melhorar como profissional e ajudar no desenvolvimento escolar.

Como podemos observar na entrevista os casos relatados por elas que influenciam para o abandono do ensino e educação de jovens e adultos (EJA) se dá por motivos pessoais: estar em um relacionamento, ter tido filho (a), ter emprego ou achar vergonha o tipo de modalidade.

Ainda assim há aqueles que não relataram nenhum problema pessoal e encontram problema na instituição de ensino e na sociedade que participam, relatando relaxamento por parte da direção da escola juntamente com a infraestrutura do prédio e métodos pedagógicos defasados sem uso de mecanismo eletrônico e atividades vistas como “infantis”. Acarretando assim o desentendimento em meio à vontade de se formar e buscar melhorias pessoais e profissionais.

Diante dessas experiências, seria fundamental implementar políticas públicas que abordem as necessidades específicas dos alunos da EJA. Isso poderia incluir investimentos em infraestrutura escolar, garantindo recursos e materiais adequados para o ensino. Além disso, promover programas de apoio psicossocial para confrontar com desafios pessoais, como gravidez na adolescência, e estabelecer parcerias com organizações locais para mitigar os perigos nas ruas.

Apesar de haver um grande contexto em torno dessa modalidade, acaba-se não levando em conta a importância de termos uma opinião dos alunos que vivem com as suas lutas diárias, professores com práxis voltadas ao EJA e adentrando conhecimentos participando da sua realidade.

Para combater a evasão de professores na modalidade EJA, seria crucial oferecer incentivos, capacitação e suporte profissional específico. A criação de políticas que favoreçam a flexibilidade nos horários de aulas e a implementação de métodos pedagógicos mais adequados a esse público também são passos relevantes.

Passando para a introdução de programas de orientação profissional desde cedo e a expansão de cursos profissionalizantes direcionados à EJA poderiam fortalecer a motivação dos alunos, preparando-os para um mercado de trabalho mais competitivo. Dessa forma, as políticas públicas devem ser holísticas, abrangendo desde o ambiente escolar até iniciativas que promovam o desenvolvimento integral dos estudantes da EJA.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as vivências e desafios relatados pelos alunos da EJA, é evidente a necessidade de ações integradas para melhorar a qualidade e a atratividade dessa modalidade de ensino. Políticas públicas devem focar não apenas na estrutura escolar, mas também em aspectos sociais, como apoio familiar e segurança nas comunidades.

Incentivar a flexibilidade de horários, investir em programas de apoio psicossocial e promover parcerias com organizações locais são passos importantes. Além disso, a valorização da relação aluno/professor, a oferta de cursos profissionalizantes pode ser uma chave de motivação para os alunos e o melhor prepara para o mercado de trabalho.

Sendo crucial que as políticas públicas considerem as particularidades da EJA, garantindo uma abordagem abrangente que vá além do ensino tradicional, visando à inclusão social e o desenvolvimento integral dos alunos.

REFERÊNCIAS

[1] ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação.** São Paulo, SP: Atlas, 2010.

[2] ARROYO, M. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA. Itinerários pelo direito a uma vida justa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017

[3] BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. In: **Sinopse Estatística da Educação Básica**: Senso Escolar, 2006. 2008. Disponível em: http://www.publicacoes.inep.gov.br/detalhes.asp?pub=4336#. Acesso em 06/09/2023.

[4] BRASIL. Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas_suplementares/eja>. Acesso em 22 de Novembro de 2023.

[5] BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília: 1996. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 19 de Novembro de 2023.

[6] BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 19 de Novembro de 2023.

[7] COELHO, L. R. **(Re)Configurando e analisando o mobral em Patos de Minas/MG.** (1970-1980). 2011.

[8] DECLARAÇÃO DE HAMBURGO (2007). **Educação de Jovens e Adultos: uma memória contemporânea, 1996-2004.** Org. PAIVA, Jane; MACHADO, Maria Margarida; IRELAND, Timothy. Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos – Brasília: Secretaria de Educação Continuada,

Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

[9] Educação de Jovens e Adultos (EJA): **uma visão sobre o abandono escolar:** Disponível em file:///D:/TCC/2014_Val%C3%A9riadaSilvaMoreira.pdf>. Acesso em 19 de Novembro de 2023.

[10] Educação de Jovens e adultos EJA, na visão de Paulo Freire: Disponível em http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/20898. Acesso em 9 de novembro de 2023.

[11] GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica.** Campinas, SP> Alinea, 2001.

[12] HADDAD. S; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, ago. 2000.

[13] LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

[14] MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia cientifica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

[15] SANTANA, Daniela Cordeiro. **Beja: breve análise da trajetória histórica e tendências de Formação do educador de jovens e adultos**. Editora Realize. Disponível em: < http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/28e93eb53881513e51959a43ae232800_1862.pdf>. Acesso em 19 de Novembro de 2023.

[16] **O abandono de estudos de jovens e adultos (EJA) no ensino fundamental da escola municipal de Balbina Amazonas:** Disponível em file:///D:/TCC/1307-4416-1-PB.pdf. Acesso em 12 de Novembro de 2023.

[17] OLIVEIRA, P. S. de. (2005). **Introdução à Sociologia da Educação.** (3a ed.), Ática.

[18] RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas,1989.PIAGET, J. (2007). Para onde vai à educação? José Olímpio.

[19] SCORTEGAGNA, P. A. OLIVEIRA, R. de C. da. S. O. **Educação de jovens e adultos no Brasil: uma análise histórico-crítica.** Revista Eletrônica de Ciências da Educação. Campo Largo, v. 5, n 2, Nov. 2006.

Capítulo 11

Formação de professores e o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena. O que falta para a efetivação da lei...

Jeany de Andrade Uchôa[1]
João Luiz Nunes do Nascimento[2]

Resumo: Reconhecer os avanços alcançados ao longo desses vinte anos pela promulgação histórica da Lei 10.639/03 alterada posteriormente pela Lei 11.645/08 é uma forma de dizer a sociedade que a História e Cultura desses povos não pode ser invisibilizada, a referida lei que alterou a Carta Magna da Educação Brasileira LDBEN (9394/96) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, traz para o centro dos debates a relevância de se trabalhar a História e a Cultura Afro brasileira e Indígena nos diversos espaços educacionais de nosso país, como uma forma de reparar décadas de negação e ausência de narrativas negras e indígenas nos currículos escolares da educação básica. O artigo aqui desenvolvido visa analisar como está se concebendo a formação de professores para o ensino da cultura e história afro brasileira e indígena e se propõe a analisar como a formação do professor é importante para que se trabalhe de forma emancipadora estes conteúdos no chão da escola, considerando assim que a necessidade de uma formação continuada para que se alcancem os objetivos propostos é inegavelmente necessária, pois o compromisso de se transmitir conhecimentos históricos aos educandos deve partir de um educador que se preocupa com sua prática pedagógica.

Palavras chave: Educação, preconceito, história, cultura.

[1] Graduanda em Pedagogia. Centro Universitário Fametro.
[2] Especialista em Gestão de Pessoas e Coaching. Centro Universitário Fametro.

1. INTRODUÇÃO

O presente texto tem o desígnio de explanar sobre a Lei 10639/03 no que tangea formação de professores para a prática pedagógica do Ensino da História e CulturaAfro Brasileira e Indígena, tendo em vista que após 20 anos de sua implementação observa-se que ainda há resistência de alguns educadores e profissionais da educação em geral em abordar essa temática no contexto de sala de aula.

A indagação a respeito deste assunto está em compreender o porquê de tanta resistência de alguns educadores em executar nas salas de aula da Educação Básica o conteúdo que a Lei vigente determina, o que falta aos educadores para que eles efetivem de fato esses conhecimentos históricos de nossa sociedade.

Se faz necessário o entendimento adequado do tema por esses profissionais pois se trata do conhecimento sobre a História de um povo que muito contribuiu para o desenvolvimento das diversas manifestações culturais, sociais, econômicas de nossa sociedade.

A luta dos Movimentos Negros pelo reconhecimento e valorização dos povos que constituíram a identidade cultural de nosso país vem de longa data, a busca constante para que o negro e o indígena fossem vistos como protagonistas na construção histórica e cultural de nossa sociedade se deu através de pessoasengajadas em romper um silenciamento que vinha acontecendo a vários anos.

> Segundo a Professora Petronilha da Silva em uma de suas falas “Todos os brasileiros têm que conhecer a história dos africanos que foram escravizados, a história de seus descendestes, a história dos povos indígenas e as históriasde todos os povos que vem a constituir a nação brasileira.”

Diante da negação ou ausência de conteúdos escolares que pudessem ensinarde forma plausível crianças, jovens e adultos sobre cultura negra e indígena para queestes pudessem compreender de forma significativa a importância destes povos em nossa sociedade, pois a história do povo negro e indígena só era retratada na perspectiva da escravidão como se somente o trabalho braçal, domestico, escravo fosse ou constituíssem esses povos.

Segundo Santos (2021) “em meados da década de 90, as questões étnico- raciais se tornaram as principais preocupações na área da educação, onde aspolíticas de reparação e a procura de reconhecimento ergueram diversos programasde ações que contribuíram para corrigir as desigualdades raciais e sociais, pois se tornou visível que o conteúdo histórico do negro e sua contribuição para a formação do povo foi abordado de forma inadequada nos materiais didáticos que constitui o currículo, bem como no próprio ambiente escolar da educação básica” (SANTOS,2021,p.449).

Sendo assim observou-se a relevância da criação de uma lei que abordasse na sala de aula da educação básica conteúdos referentes a História da Cultura Africana, Afro brasileira e Indígena, para que se formasse cidadãos cientes de como se constituiu nossa nação, o processo que culminou na implantação da Lei 10.639/03 foi uma luta árdua travada por militantes dos movimentos negros, que viram a necessidade de fazer uma reparação nos currículos escolares para que o ensino destas culturas fosse além do contexto escravocrata que deixava essas populações sempre a margem da sociedade.

> De acordo com Santos "diante de uma sociedade cuja as heranças de um currículo é marcada pelo reducionismo do protagonismo negro, a escola ganha nos dias atuais uma função de suscitar uma rotina de momentos de reflexão sobre a escravidão, sensibilizando a todos para o tema, de maneira que possam reconhecer essa visão distorcida e as atitudes negativas em relação aos negros" (SANTOS, p.450).

A aprovação da Lei 10639 de 09 de Janeiro de 2003 foi uma grande conquistapara o povo negro e afrodescendente que sempre lutou para ter sua história e culturadifundida de forma significativa, pois a função social da escola como um ambiente detransmissão de saberes deve abordar de forma coerente todos os aspectos da históriadestes povos para que seja eliminado esse pensamento de que o negro só serviu como mão de obra escrava, a referida Lei trouxe a obrigatoriedade de se trabalhar conteúdos e a valorização dos mesmos com o objetivo de desmistificar pensamentos,falas racistas e preconceituosas que sempre rodearam os ambientes educacionais, sociais e familiares onde estamos inseridos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A IDEALIZAÇÃO DAS LEIS 10.639/03 E 11.645/08

Descrever o cenário atual em que se encontra o ensino da História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena é um desafio, porém para se entender o presente contexto das Leis que foram estabelecidas há vinte anos atrás devemos levar em consideração o que culminou na necessidade de se criar uma lei na qual tornasse estes estudos obrigatórios nas salas de aula da Educação Básica.

Conforme descrito por Santos:

> "Valorizar a educação antirracista é uma dívida histórica e que precisa ser uma luta não só dos gestores, professores, pesquisadores, secretarias municipais e estaduais, essa deve ser um projeto de nação, em que toda sociedade civil esteja engajada na propagação do ensino da história da cultura negra" SANTOS (p.454).

Para entender melhor todo esse processo de criação e implantação dasdevidas Leis, se faz necessário uma investigação coerente sobre estes povos, que tanto contribuíram para a formação desse país multicultural chamado Brasil. O período de escravidão perdurou por muitos anos deixando assim suas marcas de violência e desumanização registrados em cada corpo, mente e coração de homens, mulheres, crianças negras que foram retirados e em muitos casos raptados de seu país de origem com o intuito de serem utilizados como mão de obra escrava para os seus algozes colonizadores.

De acordo com Santos (p.451) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96) que regulamentou o sistema educacional do país, desde a educação básica ao ensino superior (do nível público ao privado), e o Plano Nacionalde Educação (PNE) nº10.172-2001, referenciais educacionais que orientam as práticas pedagógicas do corpo docente nas escolas, não havia preocupação nenhuma nestes documentos em trabalhar as questões raciais no Brasil.

Diante deste cenário se observou a grande necessidade de criação e aprovação de uma lei que de forma justa trabalhasse nas salas de aula conteúdos coerentes sobre a Cultura Africana, Afro brasileira e Indígena para que se formassem cidadãos críticos e reflexivos sobre como se deu o processo de formação e construçãohistórica e cultural de nossa nação. A Lei 10.639/03 foi aprovada em 09 de janeiro de2003, tornando assim obrigatório que se inclui-se nos currículos da educação básica o estudo e ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira para além do contexto de escravidão ao qual durante anos perdurou na sala de aula, mas para a valorização da diversidade cultural brasileira existente.

De acordo com o Diário Oficial da União:

> "A obrigatoriedade de inclusão de história e Cultura Afro Brasileira e Africananos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com estamedida, reconhecesse que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, a sua identidadee a seus direitos" (BRASIL,2004, p.17).

A compreensão que se fazia necessário uma atitude plausível da sociedade educacional em abordar conteúdos coerentes sobre a História e Cultura Africana e Afro brasileira nas salas de aula partiu de pessoas engajadas com os movimentos sociais que sempre lutaram para a valorização das histórias não somente a partir do contexto da escravidão, mas de reconhecimento sobre a contribuição histórica e cultural que as civilizações africanas tiveram na construção da identidade de nosso país.

Segundo Santos (p.452), "a Lei tenta reparar uma dívida histórica em torno da educação e do protagonismo dos negros no Brasil. Além disso, as legislações possibilitaram problematizar o racismo pedagógico, e a necessidade da construção epistemológica de uma escola antirracista e emancipadora". A criação da Lei 10.639/03 foi um passo muito importante e uma vitória para os movimentos sociais daépoca por se tratar de um avanço significativo para as políticas públicas educacionais brasileiras, a referida Lei alterou a Carta Magna da educação brasileira LDBEN 9394/96 para que se abordasse nas escolas conteúdos sobre a cultura negra,valorizando assim a história de um povo que aqui chegou escravizado pelos colonizadores e foi fundamental para a construção deste país, mais tarde, nos anos seguintes se observou que os povos originários também mereciam ter sua trajetória valorizada nos currículos escolares sendo assim a LDBEN 9394/96 sofre uma nova alteração agora com a Lei 11.645 de 10 de Março de 2008 para incluir no currículo oficial do Tema História e Cultura Afro Brasileira e Indígena reconhecendo assim queem o nosso país já existiam e viviam os povos indígenas originários desta terra e que também foram escravizados e tiveram seus direitos desconsiderados, trazendo a importância de falar sobre a cultura indígena, tradições e suas maneiras de ser e viver neste território.

2.2. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO PROCESSO DE EFETIVAÇÃO DAS LEIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA REALIDADE OU UTOPIA?

Ao analisar o cenário atual no que diz respeito a implementação das Leis 10.639/08 e 11.645/08 observa-se que muito contribuiu ao longo desses vinte anos para que uma grande parcela da sociedade compreendesse a relevância de se trabalhar conteúdo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas salas de aula do ensino básico, é óbvio que não deve ter sido um processo fácil de se realizar pois muitos educadores não tiveram em suas formações a oportunidade de debater essastemáticas por se tratar durante muitos anos de um tema irrelevante para o sistema educacional de nosso país que só dava ênfase nos feitos dos até então descobridorese colonizadores do Brasil.

Durante um longo período o ensino a respeito da História do povo negro girou em torno do processo de escravidão e os livros didáticos abordavam questões apenassobre uma possível Abolição da Escravatura e faziam alusão a Zumbi dos Palmares,nada além disso, deixando de lado todo um acervo e uma bagagem cultural que muitoacrescentou no desenvolvimento de nosso país, as tradições culturais, gastronômicas, linguísticas e religiosas desenharam nos diversos espaços do país uma identidade única e marcante, diante disso é impossível não abordar a história e a cultura para que se conheça, valorize, respeite e promova a reparação devida aos povos que deram origem as diversas características étnicas brasileiras.

A questão atual é identificar quais os avanços na formação de professores paraque se trabalhe os conteúdos necessários, como é abordado estes conteúdos nos cursos de graduação em História e Pedagogia para que se forme educadores comprometidos com o trabalho pedagógico e que sejam capazes de formar alunos para uma sociedade antirracista e contra qualquer tipo de discriminação étnico racial.

Conforme Santos (p.455) “nos últimos anos diversas pesquisas vêm revelandoque o tema “cultura e protagonismo negro” ainda não é abordado nas escolas públicas e privadas do Brasil, como deveriam ser. Mesmo sendo uma Lei, o tema ainda traz muitas resistência e polêmicas”. De acordo com a autora mesmo que os conteúdos sobre a cultura negra e indígena estejam explícitos nos livros didáticos este fato não dá garantia nenhuma de que esses conteúdos serão trabalhados em sala de aula pelos professores, pois muitos profissionais ainda possuem uma mentalidade arraigada pelo preconceito que os torna resistentes ao abordar as diversas manifestações culturais trazidas por estes povos.

A relevância em tratar essas questões tem como objetivo descobrir quais motivos plausíveis justificariam ou não a negação ao ensino destes conteúdos, o quefalta aos educadores? material didático e de apoio? Capacitação sobre os temas, ou a libertação de qualquer preconceito já formado e enraizado sobre os temas, pois muitos professores por terem tido uma educação colonizadora e racista não conseguem trabalhar e seguir o que está na Lei em questão.

> “É de extrema importância que todas estas questões estejam implementadasno currículo de forma sólida, não somente como um tema transversal que pode ou não ser abordado, dependendo da vontade do professor, mas sim criar políticas públicas que incentivem cada vez mais a discussão dos temascitados anteriormente, de forma contínua em todas as disciplinas”. SANTOS(p.456).

Santos (p.458), aborda que “A história ensinada deve agir contra a ideia de que somos um país formado com uma harmônica mistura de raças. Somos, na verdade, um país que se empenhou em manter laços com a Europa e explorar ao máximo os povos ameríndios e africanos. Nosso país tem a presença de diferentes povos africanos que vêm sendo massacrados e silenciados, mas seguem resistindo”, sendoassim não se deve velar o ensino da História e cultura Afro Brasileira e Indígena para tornar “bonitinho” os conteúdos, mas instigar os alunos a pesquisa para que entendamque esses povos foram a base para a construção da história de nossa sociedade contribuindo e muito em diversos setores através de seus trabalhos braçais, das suastradições e culturas e mesmo assim foram violentados nos seus direitos de ser e viver dignamente.

Verifica-se que vinte anos é muito tempo para a implementação de uma lei, masao mesmo tempo é pouco levando em consideração os séculos de negação sobre a história dos povos que constituíram nossa sociedade, portanto analisar a atuação dosprofessores sobre o ensino desses conteúdos e se esses profissionais tem uma formação ou conhecimentos adequados para abordar essas temáticas em sala de aula é uma pauta que deve ser parte da formação continuada dos professores.

3. O QUE AINDA FALTA PARA A REAL EFETIVAÇÃO DAS LEIS APÓS 20 ANOS DE SUA IMPLANTAÇÃO

Ao analisar a real situação dos processos que contribuíram para a efetivação das leis observou-se que tivemos grandes avanços em relação a disseminação da leie sua obrigatoriedade nos currículos da educação básica, porém isso não quer dizer que todos os professores abordem os conteúdos de forma interdisciplinar como determina a lei.

A relevância dos educadores em entender os processos históricos sobre o ensino de tais conteúdos de acordo com Cavalcanti (2019) consiste em,

> O ensino de história não deve atuar como atividade compensatória de reparações e práticas discriminatórias de povos outrora subjugados. Não deve, por conseguinte, interver o ângulo de percepção para interpretar as populações negras, alçando certos personagens ou eventos ao lugar do herói. Ou seja, não é trocando o herói branco pelo negro da história africana,que será resolvida a questão. Precisamos, digamos a exaustão, compreender os processos históricos dos fenômenos, das relações, dos personagens e dosmonumentos arquitetônicos (CAVALCANTI, 2019, p. 12).

Entende-se assim que o ensino destes conteúdos deve valorizar de forma positiva o protagonismo negro e indígena de forma benéfica, considera-se que apesardos avanços significativos ao longo desses vinte anos no que se refere ao ensino da história e cultura afro brasileira e indígena no chão de sala de aula é necessário analisar a pratica docente desde a educação infantil para que se eduque as crianças desde a infância sobre a diversidade de povos que contribuíram na formação de nosso país.

A invisibilidade dos povos que constituíram a formação da identidade brasileira ainda existe, mesmo com toda a evolução pela qual nossa sociedade já percorreu, cabe aos educadores que estão atuantes na sala de aula se autoavaliar sobre sua própria formação para o ensino e práticas educacionais que abordem os conteúdos adequados sobre as origens do nosso país.

> "Temos, pois pedagogias de combate ao racismo a se criar. As universidadesatravés de seus cursos de licenciaturas, precisam assumir o papel, neste momento histórico, ajudando na formação de novos professores que atuem com competência nesta nova temática da educação" (BORGES, p. 76, 2010).

Destaca-se a relevância que a lei 10639/03 alterada pela lei 11645/08 possui para contribuir no combate ao racismo, preconceito e discriminação na sala de aula, pois muitas vezes é na sala de aula que situações desse tipo acontecem e cabe ao professor agir no combate a essas mazelas que estão enraizadas nos diversos setores de nossa sociedade.

Compreende-se que é prioridade formar professores comprometidos com o atode ensinar entendendo que a função social da escola perpassa por quem está atuantena sala de aula e que tem junto com todos que convivem no ambiente escolar o deverde promover aos alunos uma educação que valorize e reconheça a diversidade cultural que compõem o cotidiano educacional. É fato que a lei em questão já conseguiu conquistar vários espaços, abriu portas para diálogos e criação de conteúdos excelentes que possibilitam ao educador criar ou desenvolver práticas pedagógicas significativas.

> Borges (2010, p.74) afirma que "Sem dúvidas, assumir essas responsabilidades implica compromisso com o entorno socio cultural da escola, da comunidade onde se encontra e à qual serve. Implica ainda compromisso com a formação de cidadãos atuantes e democráticas capazesde compreender as relações sociais e étnicos raciais das quais participam e que ajudam a manter ou reelaborar".

A cultura afro brasileira e indígena possui uma riqueza grandiosa no que tangea linguagem, brincadeiras, musicas, danças e culinária marcante que teve grandes influências em diversas regiões do Brasil e essa riqueza de conteúdo não pode ser perdida cabe ao professor como mediador de saberes ao utilizar das tradições e diversas manifestações culturais para ensinar e reafirmar que não existe futuro sem passado, e que a história é construída e reconstruída todos os dias. Observou-se que em vinte anos se produziu materiais educacionais de grande relevância, como livros, revistas, artigos, palestras e seminários que tratam da temática com grande compromisso pois sabem da importância histórica que esses estudos possuem para desmistificar ideias errôneas sobre a população negra e indígena.

> Segundo Borges (p. 75, 2010) "O princípio da consciência política e históricada diversidade conduz a compreensão de que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnicos raciais distintos, que possuem histórias próprias igualmente valiosas e que em conjunto constroem, na nação brasileira a sua história".

Portanto cabe a todos da comunidade escolar e ao professor que é o mediadordireto de conhecimentos em sala de aula, buscar formação contínua para construir estratégias como base os livros didáticos e literaturas que abordem de forma lúdica e didática conteúdos que possibilitem os alunos a conhecer e interagir no combate ao racismo, preconceito e discriminação no ambiente familiar, escolar e social no que serefere aos povos originários e africanos de nosso país.

4. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Para explanar sobre esta temática foi realizada uma pesquisa bibliográfica demodo a encontrar respostas para o entendimento de como está se desenvolvendo esses conteúdos e assim alcançar os objetivos propostos, o levantamento bibliográfico foi realizado através de artigos, livros, revistas e palestras com o intuito de entender quais foram os avanços e o que ainda falta na formação dos educadorespara a efetivação de fato desses conteúdos nas disciplinas da Educação Básica, reconhecendo assim a contribuição histórica desta Lei no que se refere ao entendimento sobre a formação do nosso país, visando assim ter um melhor embasamento teórico que seja coerente com todas as questões que envolvem a efetivação que a lei em questão determina.

> Segundo Praça (2015) "a metodologia científica é capaz de proporcionar uma compreensão e análise do mundo através da construção do conhecimento. O conhecimento só acontece quando o estudante transita pelos caminhos do saber, tendo como protagonismo deste processo o conjunto ensino/aprendizagem. Pode-se relacionar então metodologia com o "caminho a ser percorrido" e ciência com "o saber alcançado" (PRAÇA, 2015, p.73).

Após a leitura e análise minuciosa destes materiais bibliográficos foi construídoum texto descritivo sobre a temática para que se possa fazer a compreensão de comoestá o cenário atual no que se refere a transmissão desses conteúdos e a formação dos educadores para que os mesmos trabalhem uma educação coerente com o tema e contribuam para uma educação antirracista e respeitando assim a diversidade multicultural existente em nosso país.

Praça (2015, p. 73) afirma em seu artigo que:

> O conhecimento cientifico obtido no processo metodológico tem como finalidade, na maioria das vezes, explicar e discutir um fenômeno baseado naverificação de uma ou mais hipóteses. Sendo assim, está diretamente vinculado a questões específicas na qual trata de explica-las e relacioná-las a outros fatos.

5. RESULTADOS

Dentro dos espaços escolares ainda encontramos dificuldades com alunos e colegas de profissão que resistem para que se reconheça o racismo como um problema social, resistir a essa negação é e sempre será uma missão de pessoas comprometidas com o fazer pedagógico em sala de aula.

A promulgação da lei 10639/03 balançou as estruturas da educação brasileira,pois mexeu com diretrizes, alterou materiais didáticos, tornou obrigatório o ensino sobre a cultura negra, tradições e contribuições destes povos ao nosso país e após ser alterada pela lei 11645/08 reconheceu que quando o negro chegou nestas terraspara ser usado como mão de obra escrava, aqui já habitavam os povos indígenas que também foram invisibilizados por um longo período e que mereciam ter sua história valorizada de forma digna pela sociedade.

Algumas pesquisas realizadas revelam que materiais para se trabalhar em salade aula existem, mas precisam de divulgação contínua não somente no mês de novembro onde se destaca o dia da morte do líder quilombola Zumbi dos Palmares , ou o dia 19 de Abril considerado dia do Indígena mas diariamente no fazer pedagógicodo professor, para isso se faz necessário ir além das iniciativas individuais e sim se engajar em práticas que envolvam toda a comunidade escolar, para que o ensino da história e cultura afro brasileira e indígena não se resuma a uma única data, mas queseja uma práxis exercida no cotidiano do espaço escolar.

Buscou-se com esta pesquisa entender o que ainda falta aos educadores para avançar na ampliação desta lei compreendendo que a formação de professores e a formação continuada é de extrema relevância para que estes profissionais da educação saibam lidar com situações que envolvem a falta de reconhecimento da contribuição destes povos, racismo, preconceito e discriminação dos mesmos em salade aula e nos mais variados espaços sociais.

Entendendo assim que a formação significativa é que vai instrumentalizar o professor para que este utilize recursos e metodologias que possam auxiliar na desconstrução negativa que as vezes já vem enraizada na cabeça das crianças sobre a história do negro, indígena e as diversas minorias de nossa sociedade, realidade eutopia parecem caminhar lado a lado nessa luta incansável pela valorização de nossahistória, cabe a todas as pessoas negras ou não, indígenas ou não e aos educadoresseguir resistindo para que a realidade não se transforme em utopia.

6. CONCLUSÃO

A referida pesquisa visou abordar a implementação das leis 10.639/03 alteradapela lei 11.645/08 ao longo desses vinte anos de sua promulgação, trazendo como tema central a Formação de Professores e o Ensino da História e Cultura Afro brasileira e Indígena com a indagação O que falta para efetivação da lei?

Destaca-se a evidência que as leis acima referidas contribuíram de forma significativa para o avanço nos estudos sobre os povos que contribuíram com a construção da história e diversidade cultural, observou-se também que muitos setoresda sociedade internalizaram que é relevante para todos conhecer suas origens e história daqueles que vieram, existiram e resistiram deixando marcas profundas na formação da identidade nacional através da miscigenação desses povos.

Toda via ainda há muito a se fazer pois não basta a lei existir e ser implementada por uma pequena parcela de educadores, a Lei é obrigatória, para queos conteúdos que a mesma se refere sejam ensinados a todos sem exceção e exige um comprometimento com o próprio educador e sua formação e com a formação de seus alunos para que se tornem cidadãos conscientes de como se formou a identidadebrasileira e a contribuição histórica que estes povos trouxeram e disseminaram em nosso país.

REFERÊNCIAS

[1] BORGES, Elisabeth Maria de Fátima. **A Inclusão da História e da Cultura Afro- brasileira e Indígena nos Currículos da Educação Básica**. R. Mestre Hist., Vassouras, v. 12, n°. 1, p.71-84, jan./jun., 2010.

[2] BRASIL. Lei n° 10.639, de 09 de janeiro de 2003. **Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática"História e Cultura Afro-Brasileira",** e dá outras providências.

[3] BRASIL. Lei 11.645 de 10 de março de 2004. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículooficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura AfroBrasileira e Indígena**. "Diário Oficial da União, 2004.

[4] CAVALCANTI, Erinaldo. Para destruir a memória e demolir o patrimônio: algumas questões sobre a história e seu ensino. **Revista Brasileira de História da Educação**,2019.

[5] GOMES, Nilma Lino: SILVA, Petronilha Gonçalves e (Orgs). **Experiências étnicos- culturais para a formação de professores.** Editora Autêntica, Ed. 1, 2023.

[6] SANTOS, Rosana Maria dos. **É na Lei e Marra:** As contribuições da Lei 10639/03 para a Diminuição do Racismo Pedagógico. V. 2, Escolas em Tempo de Conexão, VII.Conedu, 2021.

[7] RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo, SP: Editora Schwarcz S.A. 2019.

[8] PRAÇA, Fabíola Silva Garcia. Metodologia da Pesquisa Científica: OrganizaçãoEstrutural e os Desafios para Redigir o Trabalho de Conclusão**, Revista Eletrônica "Diálogos Acadêmicos"**, nº 01, p.72-87, JAN-JUN, 2015

[9] Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CONCELHO PLENO/DF RESOLUÇÃO Nº 1, DE 17 DE JUNHO 2004.

[10] OLIVA, Anderson Ribeiro. **A história africana nos cursos de formação de professores. Panorama, perspectivas e experiências.** Estudos Afro-Asiáticos, Ano28, n° 1/2/3, Jan-Dez 2006, pp.187-220.

Capítulo 12

Formação docente e a prática pedagógica: desafios e possibilidades

Adriana Baiato dos Santos[1]
Erijane Gomes Pequeno[2]
Estherfany Silvia de Brito Viana[3]
Rosely Gomes Pequeno[4]
Klyssiane Uchôa Souza Lopes[5]

Resumo: A escolha do tema surgiu durante as observações nos estágios supervisionados, a formação de professores e a prática pedagógica são dois componentes críticos do sistema educativo que desempenham um papel significativo na definição da qualidade da educação oferecida aos alunos. Professores bem formados têm maior capacidade de refletir sobre seus métodos e abordagens, adaptando-os às necessidades e características de seus alunos, tornando o processo de ensino-aprendizagem mais efetivo. É preciso que haja uma maior valorização da carreira docente, com investimentos em programas de capacitação e atualização, além de uma revisão dos currículos dos cursos de licenciatura para que os futuros professores estejam mais preparados para lidar com as demandas do mundo atual. Embora, muitas vezes os desafios enfrentados pelos professores são grandes, como a falta de recursos, a ausência de suporte administrativo adequado e a diversidade cultural e social dos alunos. Necessário explorar possibilidades de aprimoramento da qualidade educacional, como a formação continuada dos professores, a utilização de tecnologias educacionais, promoção de práticas inclusivas e participativas. O objetivo desta metodologia é fornecer uma compreensão abrangente do estado atual da pesquisa sobre um tema, identificar lacunas no conhecimento e ajudar a desenvolver questões e objetivo.

Palavras-chave: Formação, práticas, tecnologia.

[1] Graduando em Pedagogia. Centro Universitario Fametro.
[2] Graduanda em Pedagogia. Centro Universitario Fametro.
[3] Graduanda em Pedagogia. Centro Universitario Fametro.
[4] Graduanda em Pedagogia. Centro Universitario Fametro.
[5] Especialista em Psicopedagogia. Centro Universitário Nilton Lins.

1. INTRODUÇÃO

A formação docente e a prática pedagógica são dois componentes críticos do sistema educativo, que desempenham um papel significativo na definição da qualidade da educação oferecida aos alunos. Contudo, os desafios nesta área continuam a persistir, dificultando o progresso da reforma educativa.

A relação entre a formação e a prática pedagógica é direta, visto que todo o conhecimento adquirido pelos educadores em sua formação deve ser aplicado em sala de aula.

Professores bem formados têm maior capacidade de refletir sobre seus métodos e abordagens, adaptando-os às necessidades e características de seus alunos, tornando o processo de ensino-aprendizagem mais efetivo.

No entanto, é necessário a instrução destes profissionais. Uma maior valorização da carreira docente, com investimentos em programas de capacitação e atualização, além de revisão dos currículos dos cursos de licenciatura para que os futuros professores estejam mais preparados para lidar com as demandas presentes.

Embora, muitas vezes os desafios enfrentados pelos docentes sejam grandes, citando por exemplo a falta de recursos, a ausência de suporte administrativo adequado e a diversidade cultural/social dos alunos. Isso pode dificultar a aplicação de métodos e abordagens mais efetivas, bem como a reflexão crítica sobre a própria prática pedagógica.

É importante que ocorra uma maior valorização da diversidade e inclusão na didática, com a adoção de estratégias que considerem as diferenças individuais dos alunos e promovam a equidade.

Por isso, é essencial fomentar reflexões arguidoras sobre os métodos e abordagens utilizados pelos mestres, incentivando o aprimoramento constante da prática pedagógica, bem como explorar possibilidades de aperfeiçoamento da qualidade educacional, treinamento dos professores, a utilização de tecnologias educacionais e a promoção de práticas inclusivas e participativas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. UMA BREVE HISTÓRIA DA FORMAÇÃO PEDAGÓGICA

A necessidade de formação de professores foi levantada por Comenius no século XVII. A Reforma do Ensino Público no Estado de São Paulo (1890) estabeleceu o modelo organizacional e operacional das escolas normais. Saviani (2009) enfatiza que, na visão dos reformadores, "[...] o ensino não pode ser regenerativo e eficaz sem professores bem preparados".

A formação de professores para cursos específicos teve início no final do século XIX. Com a difusão dos ideais educacionais modernos, a Associação Educacional Brasileira (ABE) foi fundada em 1924. Em seu livro Gadotti (1999) fez um esboço explicando a proposta de uma nova escola baseada no Manifesto dos Pioneiros (1932).

Foco na formação de professores em escolas primárias e secundárias, escolas profissionais, faculdades e universidades. Apesar de inovador na prática, não conseguiu transcender a direção das tendências neoliberais progressistas. Sabe-se que a aplicação da nova ideologia escolar não é eficaz, pois não existem nas escolas as condições objetivas para viabilizá-la.

Em 1968, o Congresso Nacional aprovou a Reforma Universitária através da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. A intenção era adequar o sistema educacional à natureza política e econômica do regime militar. A substituição das Escolas Normais pelas Escolas Normais Especiais (1971-1996) desencadeou demandas por adequações na área curricular.

A Lei nº 69.271 (Brasil, 1971) modificou o ensino fundamental e médio, introduzindo a designação de primeiro e segundo grau. Na nova estrutura desapareceram as escolas normais e foram criadas habilitações específicas de 2.º grau para o exercício da docência de 1.º grau. A partir de 1980, houve um movimento de reformulação da pedagogia e do currículo docente, adotando o princípio de que "a docência é a base da identidade profissional de todos os profissionais da educação".

Em 1982, para amenizar a gravidade do problema, o governo criou o Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Ensino (CEFAM). Este período também foi influenciado pela pedagogia progressista e libertadora de Paulo Freire, com traços de ditadura militar e opressão. Com o fim do regime militar, a mobilização dos educadores brasileiros suscitou esperanças de que a nova LDB resolveria o problema da formação de professores.

2.2. INVESTIGAR AS PRINCIPAIS ABORDAGENS E MÉTODOS DE FORMAÇÃO

A formação docente é fundamental para o desenvolvimento da prática pedagógica. Os professores adquirem conhecimentos e habilidades para atender às necessidades educacionais dos alunos. As principais abordagens e métodos de formação de professores são: formação inicial e continuada e formação com recurso a tecnologias digitais. Nossa hipótese é que as atuais políticas educacionais para cursos de graduação e pós-graduação pretendem afastar gradativamente a formação docente da formação científica e acadêmica específica para a área da educação.

Os professores enfrentam dificuldades para adaptar as teorias aprendidas na formação docente à realidade da sala de aula. Os educadores precisam refletir criticamente sobre suas práticas pedagógicas e buscar novas estratégias para melhorar a qualidade da educação. A formação docente é, portanto, um processo contínuo que deve ser avaliado e atualizado.

Abordagens e métodos tradicionais de formação de professores ainda são usados hoje. Nesta abordagem, os formadores fornecem informações aos professores através de palestras e espera-se que os professores implementem estas estratégias nas suas salas de aula. Os modelos de aprendizagem ou mentoria envolvem a associação de novos educadores com professores experientes, fornecendo orientação e apoio. A observação e o feedback de professores mais experientes são usados para ajudar os novos professores a melhorar as suas competências de ensino.

2.3. DESCREVER COMO A FORMAÇÃO INFLUENCIA A PRÁTICA, CONSIDERANDO OS DESAFIOS

Quando os professores ainda estão em fase de formação, as pessoas tendem a focar na dimensão do discurso, na construção teórica, nos modelos de ensino, entre outros fatores. Freire (2009), expõe o ato de educar como possibilidade de intervir no mundo de forma coletiva. O fator conhecimento não é suficiente para garantir a competência profissional do educador. O que o define são suas ações diante dos problemas.

É de extrema importância a relação entre universidades e escolas, onde os professores em formação possam ter suas próprias experiências dentro do cotidiano escolar. A competência não está em ensinar, mas em aprender cada vez mais enquanto ensina, tornando-se também sujeito do processo de aprendizagem. Uma prática docente bem estruturada assume importância significativa ao longo da carreira docente.

É fundamental perceber que os professores desenvolvem o seu profissionalismo através da utilização dos seus conhecimentos teóricos e práticos. A abordagem prática é cada vez mais valorizada como espaço de construção do conhecimento dos professores. Toda discussão que envolve a prática docente e a formação deve levar em conta o contexto social em que está situada e as ideologias nela inseridas.

A composição do currículo deve estar conectada com a prática através da fundamentação teórica obtida antes de poder ser transformada. Segundo Freire (1996), questões de identidade cultural envolvem os alunos tanto em nível individual quanto de classe. Este é um obstáculo que não pode ser ignorado, mas a relação entre ensino e aprendizagem deve proporcionar aos alunos uma perspectiva literária a partir de uma perspectiva dentro do contexto de suas vidas.

2.4. EXPLORAR AS POSSIBILIDADES DE INTEGRAÇÃO DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NA FORMAÇÃO E NA PRÁTICA DOCENTE

A integração das tecnologias educacionais e inovações pedagógicas na formação de professores é essencial para prepará-los para enfrentar os desafios de ensinar em um mundo que está em constante evolução tecnológica. Segundo Moran (2012), educar é um processo complexo, que exige mudanças significativas, investimento na formação de professores, para o domínio dos processos de comunicação da relação pedagógica e do domínio das tecnologias.

Estabelecer uma cultura de constante atualização do currículo, mantendo-o coerente com o ambiente social dos docentes e discentes, pode promover a aprendizagem ativa e incentivar os professores em formação. Integrar ferramentas digitais, como aplicativos educacionais, plataformas de ensino online e recursos multimídia em suas práticas de ensino, promove o aprendizado colaborativo, a troca de ideias entre os futuros professores e incentiva a trabalhar em projetos educacionais.

Estudos de caso e exemplos práticos apresentam resultados concretos de aplicações com sucesso nas salas de aula, ainda que sofram resistência por uma parcela da comunidade escolar.

> É certo que a escola é uma instituição que há cinco mil anos se baseia no falar/ditar do mestre, na escrita manuscrita do aluno e, há quatro séculos, em um uso moderado da impressão. Uma verdadeira integração da informática (como do audiovisual) supõe, portanto, o abandono de um hábito antropológico mais que milenar o que não pode ser feito em alguns anos. (LÉVY, 1993, p. 08).

A utilização das tecnologias educacionais e inovações pedagógicas visa o desenvolvimento de novas habilidades de resolução de problemas, ensinando os futuros professores a analisar problemas educacionais e a identificar soluções usando tecnologias e métodos inovadores.

É importante frisar que a formação continuada deve oferecer oportunidades de aprendizado ao longo da vida para professores em exercício, de modo que eles possam continuar a se atualizar em relação às tecnologias e inovações pedagógicas, deve ser fortemente fomentada por meio de parcerias com instituições de ensino e empresas, empresas de tecnologia e organizações educacionais para garantir acesso a recursos e conhecimentos atualizados.

> [...] não basta introduzir as mídias na educação apenas para acompanhar o desenvolvimento tecnológico ou usá-las como forma de passar o tempo, mas é preciso que haja uma preparação para que os professores tenham segurança, não só em manuseá-las, mas principalmente em saber utilizá-las de modo seguro e satisfatório, transformando-as em aliadas para a aprendizagem de seus alunos. (ARAÚJO, 2004, p. 66).

A integração bem-sucedida da tecnologia educacional e da inovação docente na formação de professores promove um melhor ensino para os alunos, capacita a prática docente por meio de recursos científicos e tecnológicos, promove salas de aula diferenciadas correspondentes a cada disciplina e explora novas tecnologias por meio do uso da tecnologia e da tecnologia como suporte modelo de ensino conhecimento e conteúdo abordado.

Formar docentes com habilidades para utilizar as ferramentas tecnológicas atuais como ensino híbrido, sala de aula digital, computadores, lousa digital e ambiente virtual de aprendizagem é garantir a inserção de um profissional qualificado para lidar a realidade presente e futura no contexto educacional.

2.5. COMO INTEGRAR AS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS E INOVAÇÕES PEDAGÓGICAS NA PRÁTICA DOCENTE?

Com o advento das novas tecnologias da informação, surgem oportunidades para a educação, demandando uma abordagem educacional renovada por parte dos professores. A incorporação das redes telemáticas no contexto educacional possibilita o acesso a informações diretamente de fontes como centros de pesquisa, universidades e bibliotecas, abrindo as portas para colaborações entre diferentes instituições de ensino.

Assim permitindo uma conexão contínua entre alunos e professores, independentemente de horário ou local, promovendo a troca de informações e o desenvolvimento do conhecimento por meio de projetos conjuntos, como a criação de cartas e contos.

A utilização das redes de computadores interconectadas à distância cria a oportunidade para a aprendizagem acontecer no espaço virtual, o qual deve ser incorporado às práticas pedagógicas. Embora a escola seja um ambiente fundamental para a interação social, ela precisa se integrar aos demais espaços de conhecimento atualmente disponíveis e adotar recursos tecnológicos e comunicação via redes. Isso permite estabelecer conexões entre diferentes áreas do conhecimento, transformando a escola em um elemento de cooperação e transformação.

A maneira como a informação é produzida, armazenada e compartilhada está passando por uma transformação significativa, com um vasto volume de recursos de pesquisa disponíveis na Internet, bibliotecas digitais substituindo publicações impressas e cursos à distância ministrados por meio de videoconferências ou plataformas online,

identificar objetivos de aprendizado. Começando por definir claramente os objetivos de aprendizado que deseja alcançar, logo as tecnologias e inovações devem ser usadas como ferramentas para atingir esses objetivos.

Selecionar as ferramentas certas, escolhendo as tecnologias educacionais e inovações pedagógicas que são mais relevantes para os seus objetivos de ensino. Isso pode incluir aplicativos, plataformas online, recursos multimídia, ramificação, realidade virtual, entre outros.

Bazzo e Pereira (2016) sinalizam que:

> Os professores devem incutir nos estudantes, além dos conhecimentos, a responsabilidade de refletir e trabalhar nesta área podendo dar suas repercussões de experiências na sociedade. Nesse pensamento, pode-se afirmar que o uso da tecnologia demonstra certo interesse e serve de motivação para que os estudantes permaneçam envolvidos nos assuntos escolares. (p.16).

O incentivo à criatividade, encoraja os alunos a usarem as tecnologias de forma criativa e inovadora, o que pode incluir projetos de pesquisa, apresentações multimídia, colaboração online e muitas outras formas de aprendizagem.

Usar as tecnologias para criar oportunidades de avaliação formativa, ou seja, avaliações que ocorrem durante o processo de ensino, ajudando a identificar áreas de dificuldade e a ajustar o ensino conforme o desafio apresentado.

A promoção do aprendizado colaborativo entre os alunos por meio de ferramentas online, fóruns de discussão, grupos de trabalho virtuais e projetos colaborativos, ajuda a socialização por meio dos ambientes virtuais aos quais os alunos estão cada vez mais integrados.

> A escola, um espaço onde o professor é atuante, posicionando-se como um orientador comunicacional e tecnológico, organizando o equilíbrio entre planejamento e criatividade. Logo, arriscando, respeitando processos, interligando as metodologias adotadas a todo um trabalho com recursos tecnológicos. Com isso, permitindo-se contribuir no ato de aprender dos alunos, no desenvolvimento em todas as potencialidades para uma melhor aprendizagem. (MORAN 2012, p. 31).

Vale ressaltar que a integração de tecnologias educacionais e inovações pedagógicas na prática docente deve ser orientada pelos objetivos de aprendizado e pelo melhor interesse dos alunos. Elas são ferramentas para apoiar a entrega de conteúdo de forma mais eficaz e envolvente, não um fim em si mesmas.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa de revisão bibliográfica é considerada uma metodologia cuja finalidade, segundo Marconi e Lakatos (2012), é coletar e sintetizar o conhecimento científico gerado sobre o tema investigado. Isso é descrito como uma descrição qualitativa. Qualitativa porque segundo Marconi e Lakatos (2012) não se traduz em números, mas visa verificar a relação entre a realidade e o objeto de estudo; descritiva porque revela as características de um determinado grupo de pessoas, fenômenos ou experiências. Para desenvolvê-lo, os descritores utilizados são: formação docente, prática docente, desafios docentes, técnicas de prática docente.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Analisando a formação docente em termos históricos permitiu-nos conhecer e discorrer de forma racional sobre os primórdios e a evolução dos conceitos da profissão e das políticas públicas formativas para a educação. Novos saberes não se limitam ao momento da formação inicial, mas se estende principalmente a toda a carreira docente.

Autores como Melo & Ribeiro (2020), Freire (1996) e Pimenta & Lima (2010) discutem a importância de reconhecer as dimensões emocionais e sociais na formação docente, enfatizando que o exercício da profissão vai além das competências técnicas. Além disso, a crítica às condições estruturais adversas é abordada por estudiosos como Freire (2009), que destacam a necessidade de políticas públicas eficientes para fortalecer a qualidade da educação.

Porém, chamamos a atenção para o fato de que a prática é necessária porque contribui para a emancipação. No entanto, apesar das recomendações dos teóricos, das entidades oficiais competentes no domínio da educação, a influência política transformadora é insatisfatória face aos problemas sociais, financeiros e culturais da sociedade. Permeando pela desvalorização do docente, com base na história da educação brasileira, podemos afirmar que o processo de formação de professores é fortemente influenciado pela racionalidade técnica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado o exposto, a formação de professores e a prática pedagógica são peças fundamentais no complexo quebra-cabeça da educação. Enfrentar os desafios nesse contexto exige uma grande demanda e revolução no modo como encaramos o papel do educador e sua formação. As adaptações devem refletir as atuais necessidades da sociedade, incorporando os recursos disponíveis e a colaboração coletiva.

Os desafios são reais, desde a sobrecarga de tarefas até a necessidade de lidar com uma gama diversificada de alunos e suas peculiaridades. No entanto, é nas reflexões das dificuldades que encontramos as sementes das soluções. A formação de professores deve ser contínua e dinâmica.

A tecnologia, quando bem integrada, pode ser uma aliada poderosa, proporcionando novas formas de engajar os alunos e personalizar o aprendizado. A promoção da inclusão e da equidade deve ser uma prioridade, capacitando os professores a atenderem às necessidades específicas de cada estudante, independentemente de suas origens e circunstâncias.

Após análise, o futuro da sociedade encontra-se na formação de professores e a prática pedagógica. Ao refletirmos sobre nossas abordagens e explorarmos novas possibilidades, estamos investindo não apenas no desenvolvimento acadêmico, mas na construção de cidadãos capacitados a enfrentar os desafios de um mundo em constante transformação.

Num panorama mais amplo, Formação docente e na Pratica Pedagógica transcendem as paredes das salas de aula, ecoando nas estruturas fundamentais de uma sociedade. Assim, a reflexão constante e a adaptação são imperativas, transformando desafios em oportunidades de crescimento.

Educadores são capacitados e cultivam habilidades, como por exemplo: pensamento crítico e transmissão de conhecimento. A complexidade da sala de aula moderna exige não apenas uma atualização constante de metodologias.

Em síntese não é apenas um ponto final, mas uma porta de entrada para um futuro educacional transformador, estamos moldando não apenas o destino da educação, adicionalmente a trajetória de sociedades mais justas, resilientes e prontas para enfrentar os desafios.

REFERÊNCIAS

[1] ARAÚJO, P. R. M. de. Charles Taylor: para uma ética do reconhecimento. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

[2] BRASIL, Ministério da Educação. Lei 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

[3] BAZZO, Walter Antônio e Luiz Teixeira do Vale Pereira. Introdução à engenharia: conceitos, ferramentas e comportamentos. Florianópolis: Editora UFSC. 2016.

[4] CADES, M. (2015). As atitudes do professor que qualificam o trabalho pedagógico. Ver. Saberes, Rolim de Moura, 3(2), 14-26.

[5] DELORS, J. Educação: um tesouro a descobrir. 8. ed. - São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2003.

[6] Francisco, D.A., Schneider, (org.). (2010). Ações, reflexões e desafios na formação do pedagogo na contemporaneidade (pp 100)

[7] FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia - Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Ed. Paz e Terra. Coleção Saberes. 1996 36ª Edição.

[8] FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia:* saberes necessários à prática educativa. 40. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009

[9] FREITAS, H.C.L. de. Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação.2002.

[10] FRIGOTTO, G. Indeterminação de identidade e reflexos nas políticas institucionais formativas dos IFs. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018, p.125-151

[11] GADOTTI, M. História das Ideias Pedagógicas. 7. ed. São Paulo: Editora Ática, 1999.

[12] GATTI, B. A.; BARRETTO, E. S. de S. (Coord). Professores do Brasil: impasses e desafios. Brasília: UNESCO, 2009.

[13] LÉVY, Pierre. As tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

[14] MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Metodologia do trabalho científico*. 8. ed. São Paulo: Atlas/Anhanguera, 2012.

[15] MELO, Junior Ribeiro de**. Formação docente e a prática pedagógica: Os saberes docentes diante da prática pedagógica.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 11, Vol. 17, pp. 139-152. Novembro de 2020.

[16] MORAN, José Manuel. *A educação que desejamos: Novos desafios e como chegar lá.* 5ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

[17] PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2010.

[18] RIBEIRO JUNIOR, J. A formação Pedagógica do Professor de Direito. Campinas-SP: Papirus, 2001

[19] SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos do problema no contexto brasileiro. Rev. Bras. Educ. [online]. 2009. Vol.14, n. 40, pp. 143-155.

[20] SILVA, C.S.B. Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade. 2. Ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

Capítulo 13

Musicalidade como estratégia e estímulo emocional no ensino de inglês como língua estrangeira

Marcus Vinícius Araújo do Nascimento[1]
João Luiz Nunes do Nascimento[2]

Resumo: O presente estudo explora a musicalidade como estratégia no ensino de Inglês como língua estrangeira, considerando sua influência emocional. A linguagem musical é intrínseca ao ser humano, manifestando-se ao longo de milênios. Essa expressão evoca sentimentos, impactando até atletas em performances. O estudo investiga o potencial da música como recurso didático-pedagógico, examinando a dimensão emocional da aprendizagem e a interconexão entre emoções, cognição e atitudes positivas. Cita pesquisadores como Amaral e Guerra, destacando a importância da identificação emocional do aluno com o material de estudo. A pesquisa aborda a música como ferramenta para aprimorar a oralização em línguas estrangeiras, ressaltando a eficácia da prática regular de escuta e canto. Argumenta que a música ativa redes neurais cognitivas e emocionais, proporcionando uma experiência significativa. Este trabalho, embasado em pesquisa bibliográfica, conclui que a inserção estratégica da música no ambiente de aprendizagem enriquece o processo educacional, motivando os alunos e transformando a aprendizagem em uma jornada emocionante.

Palavras-chave: Musicalidade, língua estrangeira, emocional, motivação.

[1] Graduando do curso de Pedagogia do Centro Universitário FAMETRO.
[2] Licenciado em Pedagogia e Especialista em Gestão de Pessoas e Coaching.

1. INTRODUÇÃO.

Originando-se do fêmur de um urso das cavernas na região da Eslovênia, o mais antigo instrumento conhecido pelo homem é uma flauta, datando aproximadamente de 43.000 A.C., e apresentando dois a quatro furos. Este artefato remonta a uma era anterior aos sumérios, que utilizavam harpas, liras, flautas e tambores, e aos egípcios, que, há vinte séculos A.C., incorporavam instrumentos em seus banquetes e cultos religiosos.

A palavra "música" tem origem no termo "Mousiké Téchne", que significa "a arte das Musas". Na mitologia grega, as Musas eram filhas de Zeus, inspirando intelectualmente os homens e estimulando a criação artística. Os gregos acreditavam que a música tinha uma origem divina, estando fortemente associada a Apolo, o deus regente das artes que frequentemente era representado com uma lira.

Segundo Rocha (2015), a cultura grega deve muito à música que cultivava, considerando-a tanto como a origem de sua espiritualidade quanto como uma influência formadora na moral de seus cidadãos. Era de extrema importância que os filhos, futuros cidadãos, fossem iniciados na cultura através da música, contribuindo para a formação do caráter.

No século XX, observamos avanços significativos, impulsionados pela diversidade de tecnologias inovadoras. Essas inovações não apenas proporcionaram maior qualidade e liberdade para os compositores, mas também facilitaram o contato com diversas culturas. Atualmente, a música é a forma artística mais consumida em todo o mundo.

Clifton (1983) considera como música qualquer som que proporcione ao ser humano uma sentimentalidade. Desde os primórdios da existência humana, a música tece sua presença no cotidiano, manifestando-se em variados cenários, desde celebrações festivas e cerimônias fúnebres até rituais religiosos e trilhas sonoras cinematográficas. Essa forma artística singular tem a capacidade de desencadear uma gama ampla de emoções, desde a exuberância até a melancolia, exercendo influência penetrante sobre os pensamentos, motivando e inspirando.

A universalidade dessa expressão cultural é evidenciada pela diversidade de gêneros musicais e preferências, alcançando praticamente todas as pessoas em alguma medida. Atletas, por exemplo, incorporam a música como uma aliada durante suas atividades físicas, uma prática que, de acordo com Karageorghis (2010), pode resultar em melhorias substanciais, elevando o desempenho em até 15%, reduzindo a sensação de fadiga e ampliando o limiar de tolerância à dor.

A prática é tão eficiente que pode ser barrada em alguns testes antidoping, como na Maratona de Nova York. Contudo, os efeitos da música são intrinsecamente conectados à mente, muitas vezes evocando uma experiência quase viciante quando nos transporta ao limiar do êxtase, incitando repetidas audições, como salienta Jourdain (1998).

Os números evidenciam a importância da música na vida contemporânea, especialmente no contexto brasileiro, onde, de acordo com uma pesquisa do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC.Br), vinculado às Nações Unidas e ao Comitê Gestor da Internet no Brasil, a música destaca-se como a forma de arte mais consumida: "29% da população a ouve diariamente, 16% pelo menos uma vez por semana e 3% uma vez por mês" (Agência Brasil, 2018).

A música é considerada como um dos oito tipos de inteligência inerentes à humanidade, conforme preconizado pela Teoria das Inteligências Múltiplas, uma

abordagem desenvolvida por pesquisadores da Universidade de Harvard e coordenada pelo renomado psicólogo Howard Gardner. Essas inteligências são categorizadas como lógico-matemática, linguística, espacial, musical, corporal, intrapessoal, interpessoal e naturalista. Gardner (1995) formula o conceito de inteligência como a habilidade de um indivíduo contribuir de maneira significativa para uma dessas áreas específicas.

Teoricamente, a inteligência musical manifesta-se em um indivíduo por meio do talento para tocar instrumentos, compor, apreciar padrões musicais e demonstrar sensibilidade em relação a elementos como ritmo, tom e timbre. Pessoas envolvidas em atividades musicais, como músicos, dançarinos e afinadores de instrumentos, são exemplos que se enquadram nessa categoria. No entanto, essa forma de inteligência é frequentemente subutilizada no ambiente escolar, a menos que crianças ou adolescentes revelem habilidades excepcionais nesse domínio.

Segundo Chiarelli e Barreto (2005): ‘’Ocorre que, durante o processo de escolarização, o foco de ensino e investimentos para com a aprendizagem, são quase sempre exclusivos na matemática e no português’’. Esse cenário tem o potencial de gerar desmotivação entre os estudantes que não se conectam essencialmente com essas abordagens. A longo prazo, esse desinteresse pode resultar na evasão escolar, além de representar perdas significativas nas oportunidades de desenvolvimento para esses alunos, que podem, consequentemente, jamais encontrar um ambiente propício para explorar plenamente suas individualidades.

Diante da onipresença da música na vida humana e de sua influência marcante, surge a indagação natural: por que não explorar esse poder como uma ferramenta educacional? Em uma era profundamente imersa na tecnologia, onde a maioria, especialmente os mais jovens, realiza suas atividades diárias ao som de músicas, muitas vezes inconscientemente absorvendo pronúncias naturais de línguas estrangeiras, a música se apresenta como um recurso educacional potencialmente poderoso.

Nesse contexto, este trabalho propõe explorar as possibilidades estratégicas da música no aprendizado de inglês como língua estrangeira, analisando inovações adaptáveis de maneira prática. Fundamentando-se em um processo de pesquisa bibliográfica, as argumentações e conteúdo deste estudo são derivados de uma extensa investigação de artigos científicos, teses e livros relacionados à temática. As observações sobre os efeitos da música no corpo humano, no comportamento das pessoas e seu potencial como recurso didático pedagógico estão embasadas nos estudos de teóricos e pesquisadores das áreas educacional, psicológica e musical.

2. O PAPEL EMOCIONAL NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE INGLÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA ATRAVÉS DA MUSICALIDADE

As nossas experiências emocionais exercem uma influência de magnitude considerável em nossas vidas cotidianas. No âmbito do contexto educacional, essas emoções desempenham um papel crucial, servindo tanto como impulso motivacional para mantermos nossa concentração como também podendo, eventualmente, nos distrair e desviar o foco de nossas atividades:

> São as emoções que atribuem valor às interações que estabelecemos e ao que fazemos, indicando-nos o quanto algo é bom ou ruim, significativo ou não para nós[...]. Por isso, elas funcionam como um sinalizador interno, que indica quando algo importante está ocorrendo, e influenciam os

> comportamentos que temos diante de diversos desafios que enfrentamos na vida. (Amaral, Guerra, 2020).

As palavras de Amaral e Guerra (2020) ressoam fortemente na compreensão da interação entre emoções e aprendizagem, particularmente no contexto do ensino de línguas. Essa ideia se alinha perfeitamente ao reconhecimento da música como uma ferramenta pedagógica no ensino de língua inglesa, onde a emoção não é apenas reconhecida, mas também cultivada como parte integrante do processo educacional.

Willens (1970) cita que: "A música favorece o impulso da vida interior e apela para as principais faculdades humanas: vontade, sensibilidade, amor, inteligência e imaginação criadora". Ao reconhecer a música como uma força que impulsiona a vida interior, abre-se espaço para entender como essa forma de expressão pode ser uma ferramenta eficaz na educação linguística. A vontade, que se refere à capacidade de concentração e persistência, pode ser estimulada pela música, tornando a aprendizagem mais envolvente e motivadora. A sensibilidade, por sua vez, é despertada pelas nuances emocionais presentes na música, criando um ambiente propício para a conexão entre o estudante e o conteúdo.

A musicalidade, ao incitar tanto os movimentos internos quanto externos do ser humano, serve como uma fonte de inspiração para a ação. Além disso, ela desempenha um papel crucial no alívio de tensões associadas ao desequilíbrio emocional e fadiga, fornecendo um meio para a expressão das emoções através de estímulos musicais e sonoros. Adicionalmente, a música oferece a possibilidade de alcançar harmonia, ordem, compreensão e organização na experiência humana:

> Assim, é possível levantar a hipótese de que o aluno, nas situações em que a música é utilizada como recurso didático, se identifica com o assunto, podendo transformar seus conceitos espontâneos em conceitos científicos. (Coelho, Moreira, Santos. 2014).

Coelho, Moreira e Santos (2014) destacam a possibilidade de levantar a hipótese de que, em situações em que a música é incorporada como recurso didático, os alunos podem estabelecer uma identificação mais profunda com o assunto em estudo. Essa conexão emocional e pessoal pode desencadear um processo de transformação, levando os estudantes a transitar de conceitos espontâneos para conceitos científicos.

Quando a música é utilizada como ferramenta pedagógica, ela não apenas fornece informações, mas também cria uma experiência envolvente que ressoa com a subjetividade do aprendiz. A identificação com o conteúdo por meio da música pode despertar um interesse mais significativo, motivando os alunos a explorar e compreender o tema de uma maneira mais profunda.

A música, ao atuar como um elemento catalisador, não apenas facilita a absorção do conhecimento, mas também promove uma assimilação mais duradoura e significativa. A possibilidade de transformar conceitos espontâneos em conceitos científicos destaca a importância da abordagem emocional na aprendizagem, reconhecendo que a conexão pessoal com o material de estudo pode ser um componente fundamental na construção do conhecimento.

Considerando a música como uma ferramenta pedagógica no ensino de língua inglesa, torna-se imperativo compreender a influência do "filtro afetivo" na receptividade

dos alunos às atividades propostas. A música, ao envolver componentes emocionais, ativa não apenas as redes neurais cognitivas, mas também as emocionais, criando uma experiência rica e significativa:

> As emoções, entendidas também como um "filtro afetivo" das experiências vividas, são geradas pela atividade conjunta de redes neurais "emocionais" e "cognitivas". Essa atividade cerebral permite ao indivíduo avaliar a relevância e constituir sentido sobre uma experiência vivenciada, por exemplo, sobre uma aula de Matemática. Para fazer essa avaliação, o cérebro do estudante considera as representações mentais já armazenadas, relacionadas a suas necessidades, desejos, metas, valores, bem-estar, relações sociais, percepção de si mesmo e da sua capacidade de lidar com a experiência. (Amaral, Guerra, 2020).

No contexto específico da aprendizagem de línguas, a conexão entre emoção e cognição é particularmente relevante. O "filtro afetivo" pode atuar como um elemento determinante no interesse do estudante em relação à aquisição do conhecimento linguístico. Ao incorporar a música no ensino, estamos proporcionando não apenas uma abordagem didática, mas também ativando essas redes neurais emocionais que desempenham um papel crucial na formação de uma atitude positiva em relação à língua estrangeira.

Isso se alinha à ideia de que estudantes com atitudes positivas tendem a ter maior facilidade na aprendizagem, visto que suas percepções emocionais influenciam a maneira como absorvem e processam as informações linguísticas. Assim, a musicalidade no ensino de língua inglesa não é apenas uma estratégia pedagógica, mas também uma abordagem que reconhece e trabalha em harmonia com a complexa interação entre emoções e cognição no processo educacional.

Portanto, ao incorporar a música no ambiente de aprendizagem, não apenas estamos proporcionando uma abordagem didática, mas também ativando as redes neurais emocionais dos alunos, criando uma experiência rica e significativa. A música, com suas nuances emocionais, age como um sinalizador interno (Amaral, Guerra, 2020), indicando a relevância e a significância da experiência linguística. Quando os estudantes se envolvem emocionalmente na aprendizagem por meio da música, estão mais propensos a perceber o valor da língua estrangeira não apenas como uma habilidade acadêmica, mas como uma parte essencial de suas vidas.

3. A MÚSICA COMO FERRAMENTA DIDÁTICA NO ENSINO DE INGLÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA

A falta de inovação no desenvolvimento das atividades educacionais contribui de maneira significativa para a precariedade observada no ensino contemporâneo. Segundo as premissas de Vygotsky, renomado teórico da educação, a assimilação eficaz do conhecimento, especialmente por parte das crianças, é potencializada quando baseada em conteúdos novos:

> Cada aquisição em particular, cada forma específica de desenvolvimento, aumenta direta e uniformemente as capacidades gerais. O docente deve pensar e agir na base da teoria de que o espírito é um conjunto de capacidades – capacidade de atenção, memória, raciocínio, etc. – e que cada melhoramento de qualquer dessas capacidades significa o

> melhoramento de todas as capacidades em geral (VYGOTSKY 1994, p. 107).

A consideração da musicalidade como uma alternativa no processo de aprendizagem de língua estrangeira, especialmente no contexto do inglês, não se restringe apenas a seu caráter transversal, mas também por sua notável influência sobre a mente humana. Sousa (2003) declara que a música deve ser entendida como uma "educação do sensível, tendo em vista a estimulação e enriquecimento do racional, numa integração benéfica entre o pensar, o sentir e o agir".

Bonato (2014) ressalta a música como uma forma abrangente e completa de ensino de línguas, trazendo à tona elementos essenciais que enriquecem a experiência educacional. Nesse contexto, a musicalidade não se limita apenas à dimensão linguística, mas integra diversos aspectos que contribuem para uma aprendizagem mais abrangente.

O caráter lúdico da música é apontado como um dos elementos-chave. Através da melodia e da expressividade musical, a aprendizagem se torna mais envolvente e prazerosa. A música não apenas transmite informações linguísticas, mas cria um ambiente estimulante que favorece a absorção do conteúdo de forma mais eficaz.

Além disso, Bonato (2014) destaca a relevância da representação histórica e cultural presente na música. Ao utilizar músicas de diferentes épocas e estilos, os alunos têm a oportunidade de ampliar não apenas o vocabulário, mas também a compreensão das nuances culturais e históricas associadas à língua em estudo. Dessa forma, a música não só ensina a língua, mas também proporciona uma imersão cultural que enriquece a experiência educacional.

O ritmo, outro componente mencionado, adiciona uma dimensão sensorial à aprendizagem. O movimento natural induzido pela música cria uma conexão entre o corpo e a linguagem, promovendo uma abordagem mais integrada ao aprendizado. Isso não apenas torna as aulas mais dinâmicas, mas também fortalece a associação entre o conteúdo linguístico e a experiência física do aluno.

A estrutura textual, por fim, é destacada como um elemento que pode ser explorado de várias maneiras. A análise de letras de músicas oferece oportunidades para trabalhar aspectos gramaticais, vocabulário específico e até mesmo aspectos poéticos da língua. Dessa forma, a música se revela como um recurso versátil que pode ser adaptado para atender a diversas abordagens pedagógicas.

Assim, a compreensão da música como uma forma completa de ensino de línguas, conforme destacado por Bonato (2014), permeia a essência do trabalho, fundamentando a exploração das possibilidades estratégicas da música no aprendizado de inglês como língua estrangeira.

A prática da oralização no aprendizado de línguas estrangeiras, especialmente no contexto do ensino de inglês, desempenha um papel crucial no aprimoramento da pronúncia e na habilidade de comunicação oral dos estudantes. Infelizmente, o desenvolvimento prático da oralização é bastante limitado a intercâmbios ou aulas online de cursos especializados, e o contato regular com situações autênticas de fala é fundamental para a internalização e aplicação efetiva do conhecimento adquirido. É necessário que o aluno interaja com o vocabulário sendo aplicado de maneira real.

Seria apropriado considerar a música como um recurso desse tipo? Afinal, muitos estudantes, especialmente os mais jovens, interagem frequentemente com ela. Dado que determinadas músicas são elaboradas para os falantes nativos da língua alvo, constituem um exemplo altamente acessível de inglês colocado em prática, refletindo a realidade linguística. Segundo Leffa (2003):

> A ideia é que o aluno não deve passar por um curso sem conhecer a língua como ela é realmente usada fora da sala de aula. Muitas vezes os alunos têm dificuldade de transferir para o mundo real aquilo que aprendem na escola. Não vendo aplicação prática para o conhecimento adquirido, acham-se muitas vezes donos de um conhecimento inútil. O uso de material autêntico pode ser uma maneira de facilitar essa transferência de aprendizagem. (Leffa, 2003).

Portanto, a incorporação da música como uma ferramenta pedagógica no processo de oralização destaca-se como uma estratégia inovadora e eficaz. Ao envolver os alunos em atividades que incluem escuta ativa e canto de músicas, cria-se um ambiente dinâmico que estimula a prática contínua da língua-alvo. Nesse cenário, as letras das músicas se tornam elementos linguísticos significativos, propiciando a associação direta entre os sons, vocabulário e estruturas gramaticais.

Diversos estudiosos abordaram a eficácia dessa abordagem. Por exemplo, conforme Leffa (2003), a utilização de material autêntico, como músicas desenvolvidas para falantes nativos da língua-alvo, proporciona aos alunos uma exposição real e contextualizada. Essa exposição é fundamental para o desenvolvimento de uma pronúncia autêntica e a compreensão das nuances da linguagem falada.

Além disso, a prática regular de escuta e canto contribui não apenas para a melhoria da pronúncia, mas também para o desenvolvimento da entonação, ritmo e fluência na fala. Amaral e Guerra (2020) destacam a interconexão vital entre emoções, cognição e a formação de sentido nas experiências vivenciadas pelo aprendiz. A música, ao envolver componentes emocionais, ativa não apenas as redes neurais cognitivas, mas também as emocionais, criando uma experiência rica e significativa, fundamental para o desenvolvimento da pronúncia e da expressividade oral.

Portanto, a prática da oralização por meio da escuta e canto de músicas emerge como uma estratégia valiosa no ensino de línguas estrangeiras, contribuindo significativamente para o aprimoramento da pronúncia e habilidades comunicativas dos aprendizes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou explorar as potencialidades da música como ferramenta pedagógica no ensino de inglês como língua estrangeira, considerando não apenas a sua dimensão linguística, mas também seus impactos emocionais e cognitivos. Desde os primórdios da existência humana, a música tem desempenhado um papel vital, refletindo a riqueza e diversidade de culturas ao longo da história. A música transcende barreiras linguísticas, culturais e temporais, tornando-se uma linguagem universal que ressoa em diferentes cenários e contextos.

A inserção da música no contexto educacional não apenas enriquece a experiência de aprendizagem, mas também promove uma abordagem mais abrangente e integrada. Consideramos a música não apenas como uma ferramenta didática, mas como um catalisador emocional que pode potencializar a assimilação do conhecimento. A conexão entre emoção e cognição, destaca o papel fundamental das experiências emocionais na formação de atitudes positivas em relação à língua estrangeira.

No âmbito específico do ensino de línguas estrangeiras, a oralização é um aspecto crítico muitas vezes negligenciado. A música, ao ser incorporada como uma ferramenta para o desenvolvimento da pronúncia, oferece uma abordagem inovadora e eficaz. A prática regular de escuta e canto não apenas aprimora a pronúncia, mas também contribui para a expressividade oral, ritmo e fluência na fala.

Ao considerar o atual cenário educacional, onde a inovação é vital para superar desafios e engajar os alunos, a música emerge como uma aliada poderosa. Ela proporciona uma conexão mais profunda com o conteúdo, transformando a aprendizagem em uma jornada emocionante e significativa. Concluímos, assim, que a música, quando integrada de maneira estratégica, não apenas enriquece o processo educacional, mas também pode ser uma ponte vibrante para a compreensão e apreciação da língua inglesa.

REFERÊNCIAS

[1] AMARAL, Ana L. Neiva; GUERRA, Leonor Bezerra. **Neurociência e Educação: Olhando para o futuro da aprendizagem**. Brasília: SESI/ DN, 2020.

[2] BRASIL. Comitê Gestor da Base Nacional Comum Curricular e Reforma do Ensino Médio**. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Brasília: Coordenação de edições Técnicas, 2017.

[3] BARRETO, S.; CHIARELLI, L. **A importância da musicalização na Educação Infantil e no Ensino Fundamental: a música como meio de desenvolver a inteligência e a integração do ser.** 2014. Disponível em:http://www.deliamatos.com.br/uploads/1/3/1/5/13157813/a_importncia_da_musicalizao_na_educao_infantil_e_no_ensino_fundamental.pdf

[4] BONATO, Denise. **A UTILIZAÇÃO DA MÚSICA COMO MÉTODO DE APRENDIZAGEM DE LÍNGUA INGLESA. UTFP.** 2014. Disponível em: https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/20959/2/MD_EDUMTE_VII_2014_33.pdf

[5] CARDOSO, Ana Cristina dos Santos**. ENSINO ESPECIALIZADO DA MÚSICA COMO PROMOTOR DA APRENDIZAGEM.** Coimbra. 2013. Disponível em: https://eg.uc.pt/bitstream/10316/25458/1/Ana Cardoso.pdf

[6] CLIFTON, Thomas**. Music as Heard**. New Heaven: Yale University Press, 1983.

[7] GARDNER, Howard. **Inteligências múltiplas: A teoria na prática.** 1995**.**

[8] GOBBI, Denise. **A música enquanto estratégia de aprendizagem no ensino de língua inglesa**. Porto Alegre. 2001. Disponível em:https://scholar.google.com/scholar_url?url=https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/3066&hl=pt-

BR&sa=T&oi=gsb&ct=res&cd=0&d=14296283526559495932&ei=Xs-PY7QDj4SaAaqbr_AC&scisig=AAGBfm2XawQ5y4_s5jIfuAq_kcpKOkzjpg

[9] GORDON, E. E. **Teoria da Aprendizagem Musical: competências, conteúdos e padrões**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

[10] KARAGEOGHIS, C.I.; TERRY, P.C. **Insidesportpsychology**. United Kingdom: Human Kinetics.2010.

[11] KAWACHI, Cláudia Jotto. **A MÚSICA COMO RECURSO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO NA AULA DE LÍNGUA INGLESA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO.** Araraquara, São Paulo. 2008. Disponível em:https://repositorio.unesp.br/handle/11449/90327

[12] LEFFA, Vilson J. **COMO PRODUZIR MATERIAIS PARA O ENSINO DE LÍNGUAS.** Universidade Católica de Pelotas. 2003. Disponível em: https://www.leffa.pro.br/textos/trabalhos/prod_mat.pdf

[13] MARQUES, A; SARMENTO, V. **A INTELIGÊNCIA MUSICAL NA ESCOLA COMO INSTRUMENTO MEDIADORNA APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL.** Universidade Federal Rural de Pernambuco. 2015. Disponível em:https://journals.ufrpe.br/index.php/educacaoetransformacao/article/view/766

[14] MOLINA, Lucidalva Martins. **Stephen Krashen**. 2017. Disponível em: http://www.doneforyou.com.br/stephen-krashen

[15] MOREIRA, A; SANTOS, H. **A MÚSICA NA SALA DE AULA - A MÚSICA COMO RECURSO DIDÁTICO**. UNISANTA. 2014. Disponível em: https://periodicos.unisanta.br/index.php/hum/article/download/273/274

[16] PIAGET, Jean. **A linguagem e o pensamento da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 1923.

[17] ROCHA, Ricardo. **O sagrado na origem da Música e a música como expressão da potência da sacralidade na história do Ocidente**. Rio de Janeiro. 2015.: https://www.revistacoletanea.com.br/index.php/coletanea/article/view/65

[18] SÁ, Edmilson José de**. A importância da música e da canção na aprendizagem de uma língua**. Revide, nov. 2012.

[19] SILVA, C; RIBEIRO, I; CRESTANI, K; GODK, B. **A música como ferramenta de ensino-aprendizagem na língua inglesa**. Curitiba: FAE Centro Universitário. 2020.

[20] Sousa, A. B. **Educação pela arte e artes na educação: Música e artes plásticas**. Lisboa: Instituto Piaget. 2003.

[21] VALENTE, Jonas.**Metade da população consome música e vídeo pela internet, diz pesquisa.**Goiânia. 2018.: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-11/metade-da-populacao-consome-musica-e-video-pela-internet-diz-pesquisa - :~:text=Quanto%20%C3%A0%20frequ%C3%AAncia%2C%20o%20tipo,3%25%20uma%20vez%20por%20m%C3%AAs.

[22] VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 5.ed. São Paulo: Ícone, 1994.

Capítulo 14

O desenvolvimento socioemocional de alunos com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) nos anos iniciais do Ensino Fundamental do 1º ao 3º ano

Cristiane dos Santos Ferreira[1]
Franciane dos Santos Conceição[2]
Savana Estefani dos Santos Nogueira[3]
Taís Monteiro Barros[4]
João Luiz Nunes do Nascimento[5]

Resumo: O presente artigo tem como objetivo tratar acerca do Desenvolvimento socioemocional de alunos com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) nos anos iniciais do ensino fundamental do 1° ao 3° ano. A metodologia aplicada neste estudo é baseada nos resultados de uma pesquisa bibliográfica, diante de uma abordagem qualitativa, que para a explanação do tema, aborda as concepções de teóricos como Libâneo, Vygotsky, Freire, Barbosa, dentre outros. Dessa forma, como parte dos resultados, destacaram-se a compreensão do TDAH, além do entendimento dos fatores que contribuem para fortalecer o impacto desse transtorno na vida do aluno mediante aos aspectos socioemocionais. Conclui-se que o tema é pertinente destacando a relevância da intervenção docente além do acompanhamento multidisciplinar para o progresso do educando.

Palavras-chave: Educação, TDAH, socioemocional, aprendizagem, inclusão.

[1] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário FAMETRO.
[2] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário FAMETRO.
[3] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário FAMETRO.
[4] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário FAMETRO
[5] Licenciado em Pedagogia e Especialista em Gestão de Pessoas Coaching.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo aponta como tema o desenvolvimento socioemocional de alunos com transtorno e hiperatividade (TDAH) nos anos iniciais do ensino fundamental do 1° ao 3° ano.

Partindo da perspectiva de uma educação integral e da obrigatoriedade destes alunos frequentarem salas de aula do ensino regular e do crescente aumento de matrículas para esse público se faz necessário e de grande relevância um estudo minucioso sobre este assunto. Dado que a partir do conhecimento desse transtorno é que se poderá fazer um trabalho com resultados relevantes e de inclusão, abrindo espaços de acolhimento para ajudar os alunos a lidar com suas emoções e sentimentos.

Desde que foi registrado na metade do século XX, o TDAH vem recebendo atualizações diante dos avanços em suas áreas de estudo e é apontado por pesquisas recentes como um transtorno neurobiológico que pode ser causado por fatores genéticos, entre outros. Diagnosticado na maioria dos casos, na infância.

É necessário relacionar a prática docente ao processo de desenvolvimento socioemocional de alunos com TDAH e para isso, como dito antes, é preciso conhecimento sobre o assunto. Apesar de o professor não ser o responsável pelo diagnóstico, ele é um grande mediador.

O educador pode fazer de sua sala um ambiente acolhedor através do respeito às diversidades de cada indivíduo, sobretudo o que envolve o contexto social no qual os alunos estão inseridos. Cabe então ao professor a identificação desses alunos em suas singularidades buscando as melhores formas e estratégias para estimular os interesses deles, suas habilidades e assim ajudando em seu desenvolvimento.

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção (FREIRE, 1996).

Neste processo é fundamental a colaboração da família para a continuação, em casa, desse trabalho realizado no ambiente escolar.

Destarte, para que haja um desenvolvimento de competências socioemocionais desses alunos faz necessário o comprometimento entre a escola, a família e todos ao seu redor para que enfim, seja colocado em prática suas habilidades, seus objetivos e assim ter relações afetivas de formas positivas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH): DIAGNÓSTICO E TIPOS

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), fez sua primeira aparição metade do século XX e vem ganhando novas atualizações diante dos desdobramentos e avanços nas áreas de estudo, apontado em pesquisas mais recentes como um transtorno neurobiológico diagnosticado na maioria das situações na fase infantil.

Algumas características do referente transtorno podem se assemelhar com comportamentos vistos como normais durante o período da infância, porém a intensidade e a persistência em que ocorrem podem ser fatores capazes de distinguir um do outro. A partir da ideia de Barbarini (2020):

> O diagnóstico assenta-se na hipótese de que as causas do transtorno tenham um substrato genético e neurológico, com falhas em neurotransmissores responsáveis pela atenção individual, concentração e controle emocional e com influência secundária do meio em que o indivíduo vive. (BARBARINI, 2020, p. 2).

Desse modo, o consenso das definições a respeito do TDAH provém de uma reunião entre médicos e pesquisadores que de acordo com suas experiências em consultórios e investigações percebem a patologia diante de testes, exames e uma série de questionários, iniciados a partir de relatos dos pacientes, familiares e até mesmo da categoria escolar em que o paciente possa estar frequentando.

Embora o aspecto patológico seja o principal elemento nas complicações socioemocionais, as adversidades que um indivíduo que possui esse transtorno pode apresentar são mais difíceis do que se consiga imaginar, considerando a influência do contexto em que ele está inserido.

Na maioria das situações, o primeiro indivíduo a identificar os sintomas básicos do transtorno é o docente. Assim, o profissional da educação ao observar o comportamento de seus alunos e perceber as possíveis dificuldades que exprimem atitudes caracterizadas pela disfunção das habilidades cognitivas e emocionais.

Vale ressaltar que o professor não é o responsável pelo diagnóstico de TDAH, já que essa função é de encargo de psicólogos, psiquiatras e/ou médicos neurologistas, porém esse alerta inicial é válido e deve ser levado em consideração pela comunidade escolar e pelos responsáveis do alunado que devem ser comunicados e orientados a buscarem um profissional da área da saúde para tal avaliação.

Apesar de normalmente o diagnóstico ser efetuado durante os primeiros cinco anos de vida do indivíduo, o Manual Diagnóstico de Transtornos Mentais (DSM-5) declara que o laudo só deve ser realizado entre 07 e 12 anos, a fim de ter mais clareza diante dos sintomas, afinal esse transtorno costuma ser associado com falta de interesse ou mal-comportamento.

A redação da 5ª edição do DSM, aponta a manifestação de 3 tipos: Desatenção predominante, Hiperatividade/Impulsividade predominante e o combinado.

2.1.1. TDAH DESATENTO

A dificuldade em manter a concentração é um dos fatores imprescindíveis durante a avaliação diagnóstica do indivíduo com TDAH, esse aspecto se refere a uma atenção mais breve diante de um comando solicitado, seja durante ações cotidianas ou mesmo na realização de uma atividade em sala de aula.

Oliveira *et al*. (2016) consideram que a apresentação prevalente do tipo desatento traz mais prejuízos à aprendizagem, ao passo pesa sobre a atenção concentrada, função imprescindível para o funcionamento de todas as outras funções mentais; desse modo, na escola, essa atitude pode ser mal interpretada e considerada falta de respeito ou compromisso com os assuntos tratados, consequentemente gerando desconforto para todos os que se fazem presentes no ambiente.

Quando a distração ocorre, o aluno com TDAH acaba precisando fazer mais esforço que um aluno dito “normal” para retornar a sua linha de raciocínio e voltar a realizar

aquilo que foi solicitado, isso acontece por conta da lentidão na transmissão dos sinais captados pelo sistema nervoso para a execução do movimento físico e reação mental.

Essa desatenção pode ocasionar a dificuldade de organização de tempo e espaço, tanto na execução de tarefas que exijam raciocínio lógico quanto na administração dos movimentos, causando impacto na socialização, ocasionando retraimento e baixa-autoestima se consideramos as complicações motoras durante brincadeiras e jogos.

2.1.2. HIPERATIVO- IMPULSIVO

O aluno com TDAH do tipo hiperativo-impulsivo apresenta complicações ao desenvolver atividades que precisam de um tempo de espera um pouco mais longo, assim, demonstram impaciência e irritabilidade ao serem orientados a dar pausas ou ficarem sentados, movendo-se com inquietação em momentos inapropriados e interferindo negativamente nos estudos dos colegas de classe durante o período das aulas.

Conforme as disposições de Oliveira *et al.* (2016) no subtipo predominantemente Hiperativa/Impulsiva, o indivíduo demonstra maior impacto nas interações sociais, devido ao comportamento agitado, impulsivo e à dificuldade em seguir regras, o que afeta ainda mais o desenvolvimento de habilidades interpessoais, causando prejuízos além do aspecto cognitivo, ocasionando danos no desenvolvimento socioemocional.

Assim, essa particularidade não afeta somente o caráter comportamental perceptíveis aos que convivem com o indivíduo com TDAH, pois essa impulsividade está ligada também aos pensamentos e ideias do educando, ou seja, o aluno acaba por ter pensamentos acelerados, o que dificulta a compreensão dos conteúdos.

2.1.3. TDAH COMBINADO

A caracterização do TDAH combinado assenta-se na junção dos outros dois tipos do transtorno, o desatento e o hiperativo-impulsivo, sendo ele o tipo mais comum, acometendo na maioria dos casos o gênero masculino em um grau severo.

Em consonância ao texto do DSM-V (Manual Diagnóstico e Estatístico de Desordens Mentais), para que seja feito o diagnóstico dessa divisão é necessário que o indivíduo apresente pelo menos 6 sintomas entre os outros dois subtipos, agravando a funcionalidade das ações cognitivas, comportamentais e emocionais.

3. AS IMPLICAÇÕES SOCIOEMOCIONAIS DECORRENTES NO PROCESSO EDUCACIONAL DOS ALUNOS COM TDAH

No Cenário atual muito tem se discutido sobre o que venha a dimensão socioemocional no contexto escolar e o impacto que essa promove na formação dos alunos atípicos e dos alunos ditos “normais”, e de conseguinte, quais habilidades e competências essa desenvolve mediante as diversidades em uma turma heterogênea? Contudo é pertinente salientar aqui, o papel crucial do educador nesse processo de inserção dos alunos com TDAH no espaço escolar, e na construção de um ambiente favorável, onde sejam desenvolvidos valores como: o respeito a diversidade, a empatia, o trabalho em equipe etc.

Neste sentido, é fundamental destacar ainda que de acordo com Silva (2014), o TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade) se manifesta no indivíduo ainda na infância, e estes são caracterizadas por desatenção, impulsividade e hiperatividade tanto física quanto mental, todavia este transtorno permanece em sua maioria, na vida adulta, em ambos os sexos. Silva (2014) também vai apontar em suas pesquisas, fatores que distinguem crianças com TDAH de outras que não têm, tais como:

> Os sinais que podem diferenciar uma criança TDAH de outra que não seja são a intensidade, a frequência e a constância daquelas três principais características. Tudo na criança TDAH parece estar "a mais". Ela é mais agitada, mais bagunceira e mais impulsiva se for do tipo de alta intensidade. E, ainda, significativamente mais distraída, dispersa e não perseverante se 40 for daquele tipo mais desatento. Certamente o personagem fictício que melhor exemplifica uma criança TDAH do tipo desatento é Calvin, das histórias em quadrinhos Calvin e Haroldo (SILVA, 2014).

Essa afirmativa reforça, a ideia de que é necessário um olhar minucioso do professor, enquanto mediador do saber. Contudo, vale ressaltar que todo o corpo docente é responsável pela inclusão de ferramentas pedagógicas que deem subsídio aos alunos com TDAH, ampliando as perspectivas de uma educação inclusiva, aliás, considerando os aspectos socioemocionais, visto que a incidência dos sintomas decorre, geralmente durante infância e no espaço escolar, perpassando as várias etapas do desenvolvimento do indivíduo.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), conceitua competências como sendo, "mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania, do pleno exercício e do mundo do trabalho" (BRASIL, 2018, p.08).

A acerca dessa compreensão, é notório que a BNCC pontue com grande clareza a importância do desenvolvimento integral do indivíduo, definindo os atributos trabalhados dentro das habilidades e competências, a priori, desenvolvidos de forma harmônica frente as implicações que essa poderá acarretar mediante o processo de ensino e aprendizagem dos discentes. Dessa forma, considerando relevantes as especificidades inerentes ao ser humano, inclusive sua dimensão física, espiritual, cultural e socioemocional.

Retomando a pauta em discursão, corrobora o pensamento de Goleman (2011, p. 276) que salienta: "Ser emocionalmente alfabetizado é tão importante na aprendizagem quanto a matemática e a leitura.

Em consonância com o autor supracitado, pode-se afirmar a importância de ser trabalhado no contexto escolar, as questões apontadas, ademais, ampliando essa perspectiva aos alunos com TDAH. Contudo é imprescindível um ambiente inclusivo, onde esses indivíduos sintam-se valorizados e respeitados em suas peculiaridades, todavia, estimulados a superarem suas dificuldades na busca de novas aquisições.

Em virtude disso, é essencial a reciprocidade dos estímulos apontados por Abed (2014), que enfatiza:

> (...) é importante que o professor ofereça feedbacks não só em relação às habilidades cognitivas envolvidas (por exemplo, interpretar corretamente a tarefa, colher os dados e acionar os conhecimentos disponíveis necessários à sua execução), mas também às habilidades socioemocionais, como a capacidade de controlar a ansiedade, prestar atenção e concentrar-se na execução. (ABED, 2014: 62).

Portanto, vale esclarecer, que a dimensão socioemocional faz parte integrante do ser humano, enquanto pessoa, independe do ambiente onde ele se encontra ou das necessidades educacionais especais que ele apresente. O contexto escolar nesse interim, deveria propiciar todas as ferramentas necessárias, de modo que sejam os próprios alunos protagonistas do seu conhecimento, permeado de relações de autoconfiança em suas próprias habilidades e competências.

Por fim, a cerca dessa compreensão Vygotsky apud Arantes (2003), afirma que: "Só se pode compreender adequadamente o pensamento humano, quando se compreende a sua base afetiva", isso demonstra o quão latente e decisivo seja uma educação integral inclusiva que abarque todas as esferas constituintes do ser humano.

4. A RELAÇÃO ENTRE A PRÁTICA DOCENTE E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOEMOCIONAL DOS ALUNOS COM TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH)

O preparo do docente para lidar num contexto escolar inclusivo, deve iniciar desde sua graduação em que é ofertada conhecimentos imprescindíveis para este atuar em escolas regulares, concomitante, a alunos que apresentem alguma necessidade especial.

A controvérsia no ambiente escolar que envolve alunos com TDAH, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, dividindo pesquisadores da saúde e educadores devido à questão de tratar o TDAH como uma condição patológica e medicamentosa para os problemas escolares (Mesquita, 2009). O TDAH já é citado na ampla literatura como influência negativa no decorrer do desenvolvimento e aprendizagem do aluno, isso está relacionado aos processos de cognição, emoção e socialização, comuns nas séries iniciais do Ensino Fundamental (Almeida, 2023).

No contexto educacional, o professor pode estar atento aos primeiros sinais de um educando com possibilidade de TDAH. Em tais casos, ele deve adaptar as atividades aplicadas na classe para que esse aluno com TDAH possa desenvolver-se de forma favorável com os demais alunos. Objetivando que o preceptor detenha dessa expertise, Maia e Confortin, (2015, p. 80) defendem que "o professor deve estar inserido na formação continuada e aprofundar conhecimentos referentes às características do TDAH."

O direito estabelecido pelo art.28 da Lei n° 13.146 de 06 de julho de 2015, relata em seu parágrafo XVII o oferecimento de profissionais de apoio escolar para os estudantes que possuem deficiência, porém dificuldades são encontradas na aplicação das legislações que amparam os direitos desses alunos.

Além disso, outro fator importante a considerar é que nos anos iniciais do Ensino Fundamental, é o momento em que os alunos estão em "idades críticas" também conhecidas como "janelas de oportunidades" em que o docente pode detectar algum problema cognitivo, podendo ser tratado (Elias, 2016; Almeida, 2023).

Almeida (2023) é assertivo quando advoga que fatores, a exemplo do processo adaptativo social são fundamentais para que o infante com TDAH sinta-se inserido no ambiente escolar. Logo, o professor deve promover um ambiente harmonioso para que a criança adquira conhecimento, por isso um planejamento educacional em prática é necessário (Brites, 2021). Alunos com TDAH também precisam ser motivados no ambiente escolar, logo, é preciso que sua autonomia seja recuperada e retomada (Brites, 2021).

Além do fator afetividade, outro ponto relevante que o docente deve considerar é quanto a sua didática. A literatura no que tange à educação aponta Libâneo (1990) em destaque quanto ao assunto. O autor considera que o profissional da educação que atua na sala de aula é o responsável por sua própria didática, mas que este precisa ser amparado por recursos teóricos, técnicos e práticos a fim de que o trabalho docente possa ser realizado de forma satisfatória.

De uma forma mais simples sob a ótica ainda de Libâneo a didática deve corresponder a diversos processos de ensinos para proporcionar aos alunos uma aprendizagem significativa. E para tanto, o professor precisa selecionar conceitos e ideias mais relevantes de um tema proposto e empregar recursos didáticos como: livros, filmes, formulação de problemas e perguntas para ajudar os discentes no manejo desses livros e nos demais recursos disponibilizados.

No tocante ao TDAH na classe frequentada pelo aluno, pode-se inferir que a didática do professor deve buscar e solucionar problemas que remetem à concentração dos alunos. Diante disso, e do quanto é necessária que mais escolas sejam inclusivas, o professor deve ser aquele que preza pela constante busca do conhecimento e do dever de estar preparado para formar cidadãos críticos e com postura de identidade própria. Tais condições são garantidas por lei e pela escola, professor e toda comunidade escolar deve trabalhar em prol disso, mesmo com crianças que possuem TDAH com algumas limitações de aprendizagem. Portanto, professor ensina e aprende junto com as crianças ao ensinar, Freire (2011, p. 25) faz esse destaque:

> É nesse sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. (FREIRE 2011, p. 25).

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, os professores devem saber tratar as diversidades, incluindo crianças com TDAH, integrando-as à turma. A inserção dos aprendizes com TDAH vai além de mantê-los em instituições de ensino regulares. Requer a quebra de paradigmas, respeito às diferenças, com um olhar afetivo do docente voltado para o progresso socioemocional, reconhecendo as potencialidades de cada um.

5. PAPEL DA FAMÍLIA NA CONTINUIDADE DO TRABALHO REALIZADO NO AMBIENTE ESCOLAR

A família é o espaço sociocultural diário da criança e é através dela que partem os sujeitos sociais que irão manter, ou mudar, a si próprios e consequentemente a realidade onde estão inseridos.

Após o estabelecimento da Nova República e da promulgação da Constituição de 1988, constata-se que a participação da família no contexto escolar segue endossada e reconhecida em diferentes documentos e movimentos nacionais que a estimulam.

Para que possa haver uma convivência social se faz necessário a regulação das condutas e o estabelecimento de leis que possam defender os direitos e exigir que se faça cumprir os direitos e deveres da educação como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelecendo as normas referentes à proteção do educando na relação escola-família.

Esses documentos destacam também as responsabilidades das instituições escolares no oferecimento de vagas, controle de frequência e disponibilização de informações sobre a vida acadêmica dos filhos às famílias (GARCIA, SOUZA, 2017; RESENDE, SILVA, 2016).

A partir do exposto, constatamos a complexidade da tarefa que os profissionais da educação têm em mãos. Por um lado, cabe a eles traduzir todas as leis e regulamentações exigidas pelas instâncias governamentais e escolares, a partir do Projeto Político Pedagógico de cada instituição em projetos e ações que efetivamente insiram a família na vida escolar; de outro, precisam identificar e contemplar as expectativas e objetivos que os estudantes e suas famílias associam ao processo de escolarização. Quanto mais alinhadas estiverem a família e a escola, mais integrado e congruente será o processo educacional para todos os atores envolvidos, principalmente para os estudantes (PUSHOR, 2010).

Se fazendo assim de extrema relevância ambos os lados, escola e família unidas em iniciativas de projetos acadêmicos de todas as modalidades para fins de melhorias no aprendizado desses alunos.

A declaração de Salamanca nos fala que qualquer pessoa portadora de deficiência, tem o direito de escolher e expressar seus desejos com relação à sua educação. E pais possuem o direito inerente de serem consultadas sobre a formação de educação mais apropriada as necessidades de seus filhos. (SALAMANCA, 1994).

A cerca disto se faz de extrema importância essa participação de ambas as partes nesse processo de aprendizagem para que possa haver o pleno desenvolvimento cognitivo e socioemocional desses alunos.

Quando falamos do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade a importância social que está na maneira como o mundo passa a ver com outros olhos essas crianças que serão futuros profissionais inseridos em uma sociedade cada dia mais exigente e concorridos o quanto antes a criança for diagnosticada, e, receber os apoios e intervenções adequadas às suas necessidades, maiores serão as possibilidades de aprendizagem e de desenvolvimento das suas habilidades e a melhoria da sua qualidade de vida. E a família tem um importante papel no processo do diagnóstico e no tratamento do TDAH.

Entretanto é na escola onde os sintomas mais se manifestam, pelo fato, de ser neste ambiente que o aluno muitas vezes tem seus primeiros contatos sociais, e, onde lhe é exigido uma maior concentração para realização de atividades do dia a dia e o cumprimento de regras e normas. Desta forma se faz necessário a aproximação escola-família, cabendo a cada um atuar de acordo com suas competências para favorecer as condições adequadas fazendo com que o aluno possa se desenvolver e aprender.

> O TDAH tem um grande impacto na vida familiar, escolar e social da criança. A característica essencial do Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade é um padrão persistente de desatenção e/ou hiperatividade, mais frequente e severo do que aquele tipicamente observado em crianças da mesma idade que estão no nível equivalente de desenvolvimento. (BENCZIK, 2000, p.25).

Diante das tais considerações, podemos observar o quão relevante se faz necessária essa parceria para o desenvolvimento pleno do indivíduo e ainda assim nos deparamos atualmente com muitas barreiras quando se trata da relação da escola e a família.

6. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O estudo é caracterizado a partir da pesquisa bibliográfica, mediante informações do estudo de obras publicadas nas bases: Scientific Eletronic Library Online (SciELO), Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC), Periódicos CAPES, Google Acadêmico e livros que englobam pontos relevantes para a construção do presente artigo. Conforme Souza, Oliveira e Alves (2021), a pesquisa bibliográfica demanda dedicação, estudo e análise por parte do pesquisador para reunir textos que fundamentarão o trabalho científico.

Centralizamos a pesquisa diante das temáticas educacionais, destacando o TDAH e o desenvolvimento socioemocional do aluno no ensino fundamental, reunindo documentos para uma visão abrangente da literatura.

Diante das técnicas de coleta de dados, consideramos o caráter qualitativo para o seu desenvolvimento. Marconi e Lakatos (2010) definem a pesquisa qualitativa como aquela que busca analisar e interpretar aspectos mais profundos do comportamento humano, fornecendo observações detalhadas sobre atitudes, características e tendências, é realizada por meio dos processos e seus significados.

Diante do exposto, a pesquisa concentrou-se na análise das manifestações sociais que afetam o desenvolvimento socioemocional de alunos com TDAH e na relevância dessa construção, considerando a caracterização do transtorno ao longo do processo de aprendizagem.

7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa fundamentou-se na reunião de artigos, livros e documentos que englobam a compreensão do TDAH, incorporando em sua totalidade os fatores biológicos e fisiológicos, com a intenção pedagógica em compreender o impacto desse transtorno na vida do educando diante dos aspectos socioemocionais.

Em virtude da análise e interpretação mediante a observação das informações coletadas, pode-se entender que o TDAH apresenta um apanhado de sintomas clássicos recorrentes da patologia que podem acarretar um afastamento social, e em como essas características implicam nas diversas esferas da vida do aluno.

A base afetiva de um indivíduo é inerente a sua vivência na sociedade, assim, foi possível perceber diante das informações a respeito da realidade atual, a relevância do

trabalho socioemocional durante o decorrer da etapa das series iniciais do ensino fundamental, enfatizando a atuação da escola e do meio familiar na construção dos aspectos emocionais diante das habilidades intrapessoais e interpessoais.

Desse modo, pode-se concluir que os aspectos socioafetivos carecem de um olhar atento que considerem o indivíduo como um todo, diante dos fatores biológico, psíquico e social nas diversas esferas de sua vivência, com o propósito de obter resultados positivos perante sua formação integral, visto que cada área da vida desse aluno está intrinsecamente interligada às demais, tornando a parceria dos pais e do estabelecimento de ensino frequentado pelo mesmo imprescindíveis para o êxito de suas experiências.

A pesquisa realizada constatou ainda, a relevância do fator socioemocional ligadas ao reconhecimento das singularidades dos educandos, a particularidade na aquisição do conhecimento, a ação interventiva docente e a presença de uma rede de apoio além da escola, sendo elas de fundamental valor para o progresso desse discente, fazendo assim com que o olhar do outro sob esse indivíduo seja um olhar clínico, considerando a sua potencialidade por meio da inclusão, afim de intervir para a além de seu aspecto cognitivo.

Mediante a isto, entende-se que o aspecto socioemocional compreende o progresso decorrente das ações de ensino-aprendizagem caracterizada pelos objetivos previstos na BNCC: o preparo para a vida, diante da compreensão da sua cidadania. Assim, a aplicação de métodos que trabalhem competências e habilidades voltadas a esse aspecto irá privilegiar a forma com que o aluno possa aprender sobre si, e assim consiga relacionar-se com o mundo ao redor, objetivando o desempenho moral e ético diante das habilidades socioemocionais.

Em consonância aos fatos dispostos, é possível constatar que apesar da grande repercussão que o tema tem gerado no momento presente, a investigação mostrou que ainda precisamos aprofundar nossos estudos para que possamos intervir de forma positiva, buscando entender a complexidade do assunto, e que muito ainda precisa se estudar sobre a compreensão do transtorno e seu impacto psicossocial, indispensáveis no avanço da formação do aluno com TDAH.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base naquilo que percebemos no estudo em questão, constamos os inúmeros avanços e pesquisas realizados no desvelar do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Contudo, no cenário atual ainda existem alguns percalços no que tange a inserção de alunos com necessidades educacionais na educação básica, particularmente dos indivíduos diagnosticados com TDAH, pois devido as suas inquietações, distração e impulsividade, fatores determinantes que impactam de modo geral a vida desses sujeitos em sociedade e no ambiente escolar, causando assim, incontáveis prejuízos, sobretudo no seu desenvolvimento socioemocional.

Neste sentido, é no universo escolar onde se evidenciam predominantemente, os primeiros sintomas do transtorno, geralmente pelo professorem sala de aula, todavia, o parecer de um possível diagnóstico, não compete ao docente essa incumbência, mas, seu olhar criterioso contribui de maneira determinante ao passo que os profissionais competentes na área possam averiguar cada caso. Sob o viés dos direitos atribuídos a esses alunos, cabe evidenciar que existem leis que asseguram o apoio pedagógico especializado, por intermédio de mediadores, com intuito de promover o desenvolvimento pleno de suas habilidades e competências.

Dando seguimento ao contexto exposto, é de vital importância o envolvimento ativo da família nesse segmento, pois, o êxito dessa parceria escola e família, pode impactar de maneira positiva e eficaz no seu pleno desenvolvimento. Embora, ambas possuam papéis distintos na sociedade, diante de um possível diagnóstico de um aluno com TDAH, as medidas a serem tomadas, devem ter como primeiro escopo a acolhida por parte dos pais, a priori, orientados por profissionais capacitados, além da escola, cuja missão é de mediar e tutelar todos tramites no processo de ensino e aprendizagem, levando em consideração os fatores socioemocionais de todo o alunado.

Embora, muitos pesquisadores da área da saúde e educadores tenham-se posicionado a favor de uma educação inclusiva, constatamos que no âmbito escolar, há uma grande lacuna relacionada a capacitação profissional dos educadores, ou seja, uma formação continuada e atualizada sobre essas diligências. É evidente que no seio familiar, há inumeráveis demandas, sobretudo no que tange ao conhecimento geral do que venha a ser um transtorno, particularmente do TDAH, isso dificulta a aceitação do diagnóstico.

Portanto, para que seja efetiva educação inclusiva e satisfatória, é necessário a utilização de mais recursos pedagógicos promovidos pela comunidade educadora, os quais favoreça a formação profissional mais qualificada dos educadores, pois a valorização desses atores da educação envolvidos nesse processo, irá impactar de modo decisivo o desempenho de aquisições importantes na aprendizagem socioemocional dos alunos com TDAH.

Logo, as inquietações apresentadas nesta pesquisa, nos propiciou uma gama de conhecimentos científicos que respaldaram e evidenciaram quão sejam relevantes a participação assertiva e a formação dos futuros acadêmicos desde a graduação no viés da educação integral inclusiva.

REFERÊNCIAS

[1] ABDA ALMEIDA, Flávio Aparecido. **TDAH Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade:** Análises Intervenções e Compreensões Clínicas e Pedagógicas. 1. ed. São Paulo: Científica Digital, 2023.

[2] ABED, Anita. **O desenvolvimento das habilidades socioemocionais como caminho para a aprendizagem e o sucesso escolar de alunos da educação básica.** São Paulo: UNESCO/MEC, 2014.Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.phpoption=com_docman&view=download&alias=15891-habilidades-socioemocionaisproduto-1-pdf&Itemid=3019. Acesso em: 20.out. 2023.

[3] ALVES, Bruna Moura. **Estudo de caso sobre uma criança com TDAH:** tecendo olhares sobre o percurso escolar. 2017.

[4] AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. APA. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais:** DSM-5. Porto Alegre, Artmed, 2013.

[5] BARBARINI, Tatiana. **Corpos, "mentes", emoções:** uma análise sobre TDAH e socialização infantil. São Paulo, 2020.

[6] BENCZIK, Edyleine Bellini. **Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade:** Atualização diagnóstica e terapêutica. Ed. Casa do Psicólogo, São Paulo 2000, 25p.

[7] BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (LDB). Brasília, DF, 20. dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394. Acesso em: 10 set. 2023.

[8] BRASIL. Lei no **13.146, de 06 de julho de 2015**.Brasilia, DF: Congresso Nacional, 2015.

[9] BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

[10] BRITES, Clay. **Como lidar com mentes a mil por hora.** 1. ed. São Paulo: Gente, 2021. v. 1. 192p.

[11] CONFORTIN, Maria Inete Rocha Maia Helena; CONFORTIN, Helena. **TDAH e aprendizagem:** um desafio para a educação. Perspectiva, Rio Grande do Sul, v. 39, n. 148, p. 73-84, dez. 2015.

[12] DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais,** 1994, Salamanca-Espanha.

[13] FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa 43. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011.

[14] GOLEMAN, Daniel. **Alfabetização emocional.** In: GOLEMAN, Daniel. Inteligência emocional. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

[15] LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1990.

[16] DE LUCIA, Danna Paes de Barros. **Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) diagnosticado na infância:** a narrativa do adulto e as contribuições da psicanálise [Dissertação]. São Paulo: Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo; 2014.

[17] MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologias científicas.** 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

[18] MATTOS, Paulo. **No Mundo da Lua - Perguntas e respostas sobre o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade em Crianças, Adulta e Adolescente.** 15ª edição. Associação Brasileira do Déficit de Atenção (ABDA), 2014.

[19] MESQUITA, Raquel Cabral. de. **A implicação do educador diante do TDAH:** repetição do discurso médico ou construção educacional? - Raquel Cabral de Mesquita – UFMG – 2009 – Tese.

[20] OLIVEIRA, Dagoberto Bonavides et al. Prevalência do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade 9TDAH) em Escola Pública da cidade de Salvador, Bahia. **Revista de Ciências Médicas e Biológicas**, Salvador, v. 15, n.3. 353-358, 2016.

[21] PASCOAL, Paulo Henrique Almeida et al. **Os discursos de profissionais da área da saúde acerca do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH).** Saúde em Redes, [S.L.], v. 3, n. 3, p. 222-229, 2017. Associação Brasileira da Rede Unida.

[22] SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes inquietas:** TDAH-desatenção, hiperatividade e impulsividade. Principium, 2014.

[23] SOUZA, A. S.; OLIVEIRA, G. S.; ALVES, L. H. **A Pesquisa Bibliográfica:** Princípios e Fundamentos. Cadernos da FUNCAMP, v.20, n.43, p.64-83/2021.

[24] VYGOTSKY, L. (1989). **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes.

Capítulo 15

O impacto da escola dualista no processo educativo

Edna Carolina Felix da Silva Silva[1]
Francyane Rodrigues de Castro[2]
Jéssica Medeiros de Magalhães[3]
Klyssiane Uchôa Souza Lopes[4]
Maria do Perpétuo Socorro Bandeira Morais[5]

Resumo: Esta pesquisa se refere à análise reflexiva da teoria crítica reprodutivista, levando em consideração as percepções da escola dualista na visão dos autores: Libâneo e Saviani. Realizando um breve comparativo entre o ensino público e privado. Não deixando de levar em conta o contexto social, científico e pessoal do indivíduo. A partir de uma abordagem qualitativa e análise descritiva está baseada no levantamentos bibliográficos e observações. Acentua-se que a Escola Dualista pode ser identificada como ensino privado (burguês) e público (proletariado). Sendo assim, a pesquisa tem como objetivo informar a relevância para clarificar a sociedade, gestão escolar e o docente em atuação. Tendo como alvo ocasionar uma ação reflexiva na busca não só de uma igualdade escolar, mas de possibilidades semelhantes às do ensino particular.

Palavras-chave: Educação, dualista, reprodutivista, pública, privado.

[1] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fametro.
[2] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fametro.
[3] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fametro.
[4] Especialista em Psicopedagogia. Centro Universitário Nilton Lins
[5] Mestre em Ciência da Educação. Universidade Estadual doa Amazonas

1. INTRODUÇÃO

Levando em consideração a teoria dualista desenvolvida pela C. Baudelot e R. Establet, sendo exposta no livro "L'École Capitaliste em France" (1971). Decorrentes dessa teoria, Saviani formulou o que vinha a ser chamado de Tendência Pedagógica histórico-crítica e a Pedagogia crítico-social dos conteúdos, de José Carlos Libâneo. Ao longo da pesquisa é possível notar que a escola é dividida de acordo com os padrões sociais econômicos em: escola burguesa e escola proletária.

No processo educativo há uma dualidade intrínseca, norteando caminhos diferentes de acordo com a classe social e os tipos de educação pública ou privada. As quais contribuem para formar a identidade dos estudantes, uns formados representando uma elite cujo seu poder é avassalador, e por outro lado à educação dos que são explorados.

As classes sociais contribuirão para formar a dualidade e seu modo de reproduzir e manter as desigualdades sociais por meio do trabalho e da educação, destacando as nuances entre uma escola particular, voltada para a busca da qualidade e do outro lado uma escola pública, apontada como uma educação de acolhimento e reparação social, mas que precisa, enquanto escola, buscar também essa prática social latente.

Percebemos que durante nossa formação existe uma cultura que já molda e diferencia as crianças em duas classes sociais, e a escola, consequentemente, também vive essa realidade tendo assim uma escola proletariado representada pela escola pública e a escola burguesa cuja representação é a escola privada.

Desta forma a realidade da classe privilegiada dá qual faz parte os alunos das escolas privadas têm o privilégio de terem contato com a educação desde o nascimento, visto que nasceram em ambientes que a educação fluía de forma natural, através dos pais e da própria escola.

Podemos dizer que a escola pública máscara a ideologia burguesa, e disfarça a nascente ideologia do proletariado, perpetuando através dessa dualidade, as diferenças sociais em vez de alcançar a equidade social, representando esse modelo de ensino a negação das finalidades da educação e dos direitos de todos os cidadãos. É importante destacar a relevância da análise feita pelos autores crítico-reprodutivistas Saviani (2003) e Libâneo (2009), para melhor compreensão dos mecanismos da escola na sociedade dividida em classes.

Partindo de seus estudos sobre as tendências pedagógicas que eles nomeiam Críticas, há a tentativa de explicar essa dualidade escolar, a partir disso formulou-se a questão norteadora da pesquisa: Como a teoria dualista reflete sobre as diferenças entre a escola pública e a escola particular?

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. UM BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Ao abordarmos sobre as adversidades nos tempos atuais, se faz necessário analisarmos as raízes da educação brasileira, analisaremos a partir de 1549, onde a classe burguesa se torna dominante no Brasil, essa fase seria conhecida como o período jesuítico. Saviani (2008) comenta em uma de suas obras a missão dos padres jesuítas no Brasil, dizendo "consigo os primeiros jesuítas, cujo grupo era constituído por quatro padres e

dois irmãos chefiados por Manoel da Nóbrega. Eles vieram com a missão conferida pelo rei de converter os gentios" (SAVIANI, 2008, p. 25).

Sendo assim, deve-se ressaltar que os padres não vieram ao Brasil com objetivo de educar cientificamente, porém religiosamente, trazendo consigo uma educação para aculturar os povos originários do Brasil, com objetivo de modificar a cultura indígena para o Cristianismo.

No ano de 1640 os portugueses foram expulsos do Brasil, havendo assim grande prejuízo a educação brasileira como comentam os autores Queiroz e Moita (2007, p. 13) ambos relatam que "[...] as consequências do desmantelamento da organização educacional jesuítica e a não implantação de um novo projeto educacional foram graves, pois, somente em 1776, dezessete anos após a expulsão dos jesuítas, é que se instituíram escolas com cursos graduados e sistematizados".

A partir do ano de 1821 no período do Império, podem-se observar as reformas educacionais, a ampliação ao acesso à educação, implementação de leis para a organização da educação brasileira no ensino básico. Romanelli destaca que "Às Províncias foi delegada a incumbência de regulamentar e promover a educação primária e média em suas próprias jurisdições" (ROMANELLI, 2005, p. 93). Ou seja, cabia a cada distrito e região a responsabilidade de oferta e organização de ensino. Já no ano de 1889 se inicia o movimento da Nova Escola, deixando de lado a República Velha, passando a se aplicar uma educação significativa, com foco nas necessidades da época.

O motor de desenvolvimento no Brasil tem abertura com a Revolução de 1930, a sociedade brasileira inicia a fase de industrialização, deslocando a economia do setor agrário para o setor industrial. O período de 1930 a 1945 é conhecido como a Era Vargas. Durante esse período o presidente Getúlio Vargas criou o Ministério da Educação e Saúde (MES), visando trazer melhorias para a educação brasileira, no entanto valorizando somente as classes privilegiadas, investindo em uma elite intelectual que "dominaria" o país a fim de se tornar capitalista. Neste período se passava o maior abalo em relação à escola-religião, graças ao movimento lançado a partir do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932 (GONZALEZ; CARVALHO, 2015, p. 5).

No final dos anos 50, aumentam os conflitos sobre a importância da educação no contexto político-econômico, os educadores e intelectuais defendiam a escola pública, que se via ameaçada pela campanha de privatização do ensino, acirrando a questão do ensino público e privado. Na década de 1960, o Estado passou a incentivar a educação técnica como estratégia de subjugar a educação às necessidades do desenvolvimentismo.

Um ano depois se constituiu a criação da primeira LDB-Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em sequência surgiu também a Pedagogia do oprimido citada por Paulo Freire criado em 1968, comentando que: "em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação" (Freire, 1979, p. 44), visando trazer uma aprendizagem libertadora de conhecimento para o sujeito.

Alguns anos depois, durante a Ditadura Militar (1964 – 1985), foi aplicada uma educação tecnicista e censurada, focava para o mercado de trabalho e na invalidação da voz e ideias do aluno. O posicionamento de Paulo Freire como autor, vem justamente trazer à reflexão contrária à ditadura de censura. A nova LDB de nº 9394/96 garante recursos financeiros, organização educacional entre o Distrito, Estados e Municípios, uma educação básica e superior os objetivos buscavam uma educação eficaz e igualitária.

2.2. CONHECENDO A TEORIA CRÍTICO REPRODUTIVISTA – ESCOLA DUALISTA

A teoria crítico-reprodutivista surge na década de 1070, como aspecto de abordagem a problematização educacional, elencando seus motivos, seu caráter educativo, condições socioeconômicas que subordinam a configuração do processo educativo. Esse movimento passa a tratar a educação a partir de seus condicionantes sociais, exemplificando a educação estruturada em uma situação socioeconômica dominante, que utiliza a escola como espaço de perpetuação da dominação capitalista.

Os principais nomes dessa teoria, e criadores da concepção dualista da educação são os franceses Roger Establet e Christian Baudelot, no livro L'École Capitaliste em France de (1971), os autores analisam os impactos da teoria dualista na educação, decorrente da sociedade dividida em classes, a burguesia e o proletariado, denunciam em sua obra, a ilusão de uma educação única, democrática e igual para todos, e nas décadas de 1960 e 1970, definiram "A escola está de tal forma condicionada pela sociedade dividida que, em vez de democratizar, reproduz as diferenças sociais, perpetuando o status quo", (ARANHA, 2006, p.273).

Sua argumentação conclui que a função básica da escola é de reprodução de diferenças sociais. Como crítica ao Capitalismo, a teoria da escola dualista se configura a partir de uma concepção crítica da educação, denunciando o processo educativo como desigual, visto que o sistema se constitui pela soberania de uma classe em detrimento da outra, acabando assim reproduzindo a desigualdade social por meio da educação. Fragmentando a escola em duas redes de ensino, a escola burguesa (ensino particular) e a escola do proletariado (escola pública).

A educação então imprime as ideias capitalistas, impedindo que as chances sejam iguais para todos. Para estes autores, a escola não é única, nem unificadora, mas constituída pela unidade contraditória de duas redes de escolarização: a rede de formação dos trabalhadores manuais, e a rede de formação intelectual.

> É a divisão da sociedade em classes antagonistas que explica em última instância não somente a existência de duas redes, mas ainda (o que as define como tais) os mecanismos de seu funcionamento, suas causas e seus efeitos (BAUDELOT; ESTABLET, 1971, p. 42).

A teoria crítico-reprodutivista emerge todo o conceito da nossa pesquisa, critica a ilusão dos liberais (teorias não críticas), que acreditam na escola como campo de democratização, autores críticos como Saviani e Libâneo, defendem a tese de que a escola reproduz as diferenças sociais e que não existe uma escola igual para todos.

2.3. AS TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS NO BRASIL

Oriundas dos movimentos sociais, acontecimentos históricos de diferentes tempos e suas particularidades, no Brasil as tendências pedagógicas surgiram apoiadas na teoria crítico-reprodutivista, influenciando diretamente a práxis educacional em diferentes contextos da história, estas tendências buscaram atender às expectativas da sociedade, sejam elas da classe capitalista, ou dos trabalhadores. "As diversas teorias filosóficas que pretenderam dar conta da compreensão e da orientação da prática educacional em diversos momentos e circunstâncias da história humana". (LUCKESI, 1990, p.53).

Podemos dizer que em cada período histórico as tendências pedagógicas foram se modificando de acordo com o contexto histórico presente, logo a Educação em cada época retrata a realidade que histórica presente naquele momento. As tendências estão divididas em duas correntes de pensamento, nomeadas pelos teóricos brasileiros, Dermeval Saviani e José Carlos Libâneo de Teorias Não Críticas, que segundo Saviani entende-se o processo da marginalização como:

> [...] problema social e a educação, que dispõe de autonomia em relação à sociedade, estaria, por essa razão, capacitado a intervir eficazmente na sociedade, transformando-a, tornando-a melhor, corrigindo as injustiças; em suma, promovendo a equalização social. Essas teorias consideram, pois, apenas a ação da educação sobre a sociedade. Porque desconhecem as determinações socias do fenômeno educativo. (SAVIANI, 2012, p.15).

As Tendências Pedagógicas Não Críticas (Liberais) que começaram a se manifestar a partir do século XIX, abaixo dá influência das ideias da Revolução Francesa (1789), sob forte pensamento de "igualdade, liberdade, fraternidade", influências do liberalismo ocidental e do capitalismo, sendo assim, para os liberais, os conteúdos são mais importantes que a experiência que possa ser vivida pelos alunos, desse modo, apoiaram o conhecimento como instrumento de controle entre dominador e dominado. As mais importantes tendências liberais são: Liberal Tradicional; Liberal Renovada e Liberal Tecnicista.

Vale salientar que essas tendências influenciam até os dias atuais, já que ainda percebemos em escolas, seus métodos e fundamentos, os quais preparam os estudantes para o mercado de trabalho. Inversamente a primeira corrente de pensamento, a segunda corrente são as Teorias Críticas, cuja concepção pedagógica, acaba por definir a marginalização a partir dos condicionantes sociais, e explicam como a educação no Brasil desde seu início, foi dividida para atender dois públicos: burguesia e proletariado.

> São críticas, uma vez que postulam não ser possível compreender a educação senão a partir dos seus condicionantes sociais. Há, pois, nessas teorias uma cabal percepção da dependência da educação em relação à sociedade. Entretanto, como na análise que desenvolvem chegam invariavelmente à conclusão de que a função própria da educação consiste na reprodução da sociedade em que ela se insere, bem merecem a denominação de "teorias critico-reprodutivistas" (SAVIANI, 2012, p. 15).

As Tendências Críticas (Progressistas) surgem na França em 1968, atrelada às ideias da teoria crítico-reprodutivista no Brasil, essa tendência passa a tratar a concepção de escola como reprodutora da classe capitalista, elencando os motivos que levam o aluno ao fracasso escolar e a marginalização da classe trabalhadora, defendendo assim, a necessidade de superação dessa marginalização.

2.4. ENSINO PÚBLICO

Segundo o pensamento do autor Frigotto (2010): "a escola disciplinadora e adestradora para os filhos dos trabalhadores e escola formativa para os filhos das classes dirigentes" (FRIGOTTO, 2010, p.36). Partindo desse pressuposto dual, a escola que sobrou para os filhos dos trabalhadores sofre uma inversão de sua verdadeira função, a virtude de obter conhecimentos e melhores aprendizagens, transforma-se uma aprendizagem mínima para sua sobrevivência.

A consequência reflete e difere esses dois tipos de ensino o ensino privado e o público, o insucesso dos estudantes vindos das classes menos favorecidas, pois a realidade da escola pública é diferente da escola particular, vários aspectos são levados em conta para essa diferenciação, sendo eles sociais, materiais, estruturas de ensino, se criam questionamentos, o porquê já que em termos, a formação dos professores são a mesma, apenas o ambiente onde executam seu trabalho pedagógico que são diferentes.

Desta forma, apesar de a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) implantada para sanar as diferenças de conteúdos de ensino, as diferenças não são apenas no conteúdo, mas de condições sociais, físicas e de oportunidades que diferem entre os alunos que são atendidos nos dois modelos de ensino. A desigualdade é analisada pelo senso comum, como um processo natural devido às diferenças de ensino, estrutura familiar, estrutura física e a mais agravante a financeira, diferenças que favorecem um, e desfavorecem outros.

Porém, para os teóricos reprodutivistas como Saviani e Libâneo, esse tipo de justificativa representa uma forma de mistificação e de mascaramento das verdadeiras causas do insucesso escolar. Segundo Aranha (2006) "Como as escolas trabalham com os hábitos típicos das famílias burguesas, as crianças vindas dos segmentos desfavorecidos enfrentam dificuldades que as levam ao insucesso".

A educação pública é entendida e oferecida como atendimento social e compensatória, pois seria em pauta na lógica econômica, e de preparação para o mercado de trabalho, entendendo os mecanismos por trás do por que não é de interesse do governo investir na escola pública para uma educação de qualidade.

> As escolas públicas e sua clientela proletária têm uma relação profundamente ambivalente. Por um lado, a escola corporifica o poder do estado; daí a queixa mais comuns dos pais e estudantes: de professores (as) que "não se importam'', mas que não podem ser obrigados a mudar". Por outro lado, a escola transformou-se a principal portadora de esperanças para um futuro melhor para a classe trabalhadora. (GENTILI, 2021, p. 21).

É comum acreditar que os estudantes ao frequentarem as escolas para se tornarem sujeitos de sua história, cidadãos atuantes na sociedade, trabalhadores capazes de realizar suas atividades de forma eficiente e eficaz, sem atentar para a realidade histórica que demonstra resultados diversos; presumimos que haja uma escola com mecanismos de igualar as possibilidades dos indivíduos pertencentes às classes diferentes, sendo assim deveria ser igual para todos independentes da classe social a qual o aluno pertence.

2.5. ENSINO PRIVADO

No contexto atual pode-se perceber a diferenciação do ensino público e privado. Se comparado ao público, pode-se notar que a educação oferecida pelo privado se destaca como "melhor". Mas por quê? É possível notar que a educação básica tem o mesmo seguimento de orientações, a principal delas é a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) que deve ser usada como norteadora nos anos iniciais, tanto no ensino privado quanto no público. Porém nota-se que é usada de diferente forma em ambas as escolas, possivelmente sendo mais bem-sucedida em espaços particulares.

O ensino privado foca na didática por excelência, sem o peso de cumprir obrigações de acolhimento social, ou seja, ela se direciona ao método de aprendizado e evolução do aluno em quesitos científicos; usando de auxílio: o espaço estrutural, econômico e cultural. Explorando recursos que possam facilitar o desenvolvimento desse aluno na aprendizagem.

Cordeiro (2007, p. 21) comenta "A didática parte, desse modo, da predisposição de que é possível escolher, entre diferentes maneiras de ensinar, aquela ou aquelas que podem resultar na aprendizagem com maior sucesso."

Ressaltando a afirmação anterior; analisando desse modo, é possível ver que a escola privada possui os melhores recursos estruturais e didáticos, sem contar com a dedicação do docente.

2.6. TRÍADE DAS IDEIAS DE SAVIANI E LIBÂNEO SAVIANI – MARGINALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

O professor e autor Dermeval Saviani aborda a dualidade partindo da observação de que, a questão da marginalização é entendida a partir da relação entre educação e sociedade. Faz a reflexão se é possível enfrentar as condições históricas, que demonstram as impotências e discordâncias dos modelos de ensino, se estas poderiam ser transformadas pela ação humana? Neste contexto, Demerval pede para que não olhemos somente o idealismo de educação que a sociedade proletária almeja, mas que mantenhamos a concepção crítica.

Considerando que a burguesia não tem interesse na transformação desse modelo de educação assistencialista, agindo sobre ela apenas como modo de adaptá-la para se adequar às suas necessidades, mas não com intuito de transformá-la em educação para uma formação completa e de qualidade, pois assim perderia seu domínio.

Essa adaptação, tem um perigo silencioso que o autor caracteriza "Os mecanismos de adaptação acionados periodicamente a partir dos interesses dominantes podem ser confundidos com os anseios da classe dominada" (SAVIANI, 2012, p. 30). Por iso, para este autor, o ensino de qualidade tem permanecido elitista e restrito a poucos, a educação passando a ser entendida a partir dos condicionantes sociais, que se torna principal geradora da marginalização, a escola cumpre a função de reforçar a dominação validando a marginalização da classe trabalhadora, isto é, a escola impossibilita que os filhos do proletariado obtenham sucesso nos estudos, pois estão estes destinados a formação da força de trabalho.

2.7. LIBÂNEO – EDUCAÇÃO SISTEMATIZADA

O autor José Carlos Libâneo aborda a dualidade partindo de uma educação sistematizada, a escola para ele é tratada como instituição social. O foco principal a ser abordado pelo autor é a elaboração de uma escola democrática, partindo da parceria entre o professor e o aluno, levando em consideração o espaço social em que se insere (comunidade, economia e estrutura escolar).

Aborda também a necessidade de se vincular práticas sociais que despertem o interesse de transformações do sujeito em formação. O autor ainda ressalta a importância de se construir uma escola "com o aluno, e não para ele"; tornando o aluno um cidadão ativo e participativo nas escolhas de seus ideais. Libâneo comenta na sua obra didática (2006 p.39),

> Em síntese, a escola é um meio insubstituível de contribuição para as lutas democráticas, na medida em que possibilita às classes populares, ao terem o acesso ao saber sistematizado e às condições de aperfeiçoamento das potencialidades intelectuais, participarem ativamente do processo político, sindical e cultural. Uma pedagogia voltada para os interesses populares de transformação da sociedade compreende o trabalho pedagógico e docente como o processo de transmissão/assimilação ativa dos conteúdos escolares, inserido na totalidade mais ampla do processo social. É uma pedagogia que articula os conhecimentos sistematizados com as condições concretas de vida e de trabalho dos alunos, suas necessidades, interesses e lutas (LIBÂNEO, 2006, p. 39).

O mesmo cita sobre a relevância de se levar em consideração determinações sociais; ou seja, analisar em qual espaço escolar, econômico e cultural que essa escola está inserida, ter interesse em quais alunos são pertencentes da mesma. Com foco na didática, Libâneo cita que a orientação docente deve ter o cuidado apurado na seleção de atividades, na organização, no planejamento e levar em considerações as práticas culturais; o mesmo enfatiza que a transformação da escola parte da transformação da sociedade.

2.8. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E PRÁTICAS DE ENSINO

Muito se discute sobre a importância das políticas públicas no ensino, porém devemos falar sobre as políticas públicas no geral: distributivas, redistributivas, regulatórias e as constitutivas, que têm em vista proporcionar melhor qualidade de vida, fazendo com que o direito do cidadão seja realizado da forma mais eficaz possível. Sendo a educação um desses alvos. Silva e Nunes (2021, p.39) definiram políticas públicas educacionais como "o conjunto de decisões e ações tomadas com o propósito deliberado de mudar os insumos, processos e produtos de um sistema educacional".

Amaral complementa dizendo que: "Políticas públicas são um conjunto de ações e decisões do governo voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade" (AMARAL, 2008, p. 5). Ou seja, elas fazem com que o Governo e o Estado desenvolvam novos projetos para o sistema educacional.

Enfatizando que as políticas públicas para o ensino, são responsáveis pela melhoria da educação no Brasil, podendo usar de recursos como: programas, diretrizes e ações, para oferecer melhor qualidade no ensino; porém nem sempre são funcionais. Para

tanto, podemos citar alguns pontos negativos que podem ser abordados como “fracasso” escolar no ensino público. O primeiro deles é a infraestrutura do espaço escola, o segundo é a tecnologia, também temos a falta de capacitação profissional, e o quarto é a não execução de práticas pedagógicas.

O autor comenta justamente a ação da escola privada, a exploração desse recurso para instigar o desenvolvimento de forma tecnológica, o aprendizado e a capacidade de comunicação dessa criança, usa de recursos que a escola pública não tem grande domínio, para ser o diferencial na sociedade. Ao levantarmos o terceiro ponto nomeado como “capacitação profissional”, ressaltamos não a falta de oferecimento da formação continuada do docente, mas a falta de comprometimento do mesmo com os alunos e com a escola.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Olhando pelo ambiente natural, evidenciado através do olhar das pesquisadoras, o trabalho pautasse na pesquisa qualitativa. Segundo Minayo (2014) está se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, isto significa que ela pode ser realizada através de coletas de dados, seja através de entrevista, análise de grupo, documentos, anotações e etc.

Sendo assim, o projeto apresentado usa como recurso a abordagem qualitativa, coletando dados através de observações, pesquisas, diagnóstico, entre outros. Fez-se presente também o recurso da pesquisa bibliográfica que nos trouxe, ensinamentos e informações através da literatura (artigos, livros e revistas, etc.) de estudos que correspondem ao que se apresenta o projeto, trata-se de

> [...] uma etapa fundamental em todo trabalho científico que influenciará todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que der o embasamento teórico em que se baseará o trabalho. Consistem no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa (AMARAL, 2007, p.1).

Desta forma as pesquisas bibliográficas servem para enfatizar, respaldar de forma teórica assuntos abordados neste projeto e a união da pesquisa bibliográfica com a abordagem qualitativa se fez possível revelar que a dualidade escolar ainda se faz presente nos dias atuais, seja ela comparada ao ensino público e privado, ou entre as próprias diferenciações do ensino público.

Surgindo assim a curiosidade sobre a referida temática, levando em consideração que a dualidade escolar se reflete no contexto social que a escola se encontra, nas suas condições econômicas e nas relações humanas. No campo científico, nos cabe observar o aspecto educacional, como uma estrutura favorável as metodologias eficientes, análises de dificuldades referentes à aprendizagem com evolução no decorrer do ensino.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a pesquisa, observamos que o cenário da educação se define em uma dualidade visivelmente exposta em nossa sociedade, além disso, existem falhas no sistema educacional que, por mais que se renovem ou se construam novas leis sempre haverá brechas para que as classes menos favorecidas estejam sempre em desvantagem, não importa o que se faça, os que realmente precisam ainda não são prioridades neste país.

Debate-se bastante sobre mudanças na educação, porém, analisando o cenário atual, a sociedade brasileira de modo geral busca de acordo com suas condições, um melhor ensino para seus filhos, evidentemente aqui a elite se sobressai e tem condições de um aprendizado com foco no intelecto. Diante disso, não podemos dizer que o ensino é igual para todos ou que todos, independentemente da classe social, têm um ensino de qualidade.

Como resultado, nesta nossa pesquisa, buscamos trazer à tona a reflexão sobre a relevância do dualismo escolar, provocando no leitor uma reflexão sobre a educação na atualidade mostrando que a mesma deveria ser igual para todos, pois como o manifesto dos pioneiros retratou entre 1932 a 1937 a educação é um direito de todos, e se é direito deveria ser igualitária para todos.

Espera-se que algum dia o ensino seja para todos e que esse, foque no aluno como um ser pensante independente de sua classe social ou natureza, já que somente através da educação podemos formar cidadãos preparados para o mercado de trabalho e também para a vida, está deveria ser a grande missão e prioridade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho abordamos a dualidade escolar, fazendo um comparativo entre as ideias de Saviani e Libâneo, a partir de dois contextos o ensino público e o ensino privado, fazendo uma tríade entre as duas ideias, observamos ao longo dos estudos e leituras que essa dualidade vem norteando por séculos esse tipo de educação, e se perpetua até os dias atuais, contribuindo para uma educação que molda as classes em burguesia e proletariado, consequentemente a educação contribui para uma sociedade fragmentada.

Retratamos, portanto, a importância deste trabalho para uma maior compreensão do tema. Em síntese, a pesquisa nos permitiu um aprofundamento sobre a dualidade educacional, onde nos fora possível esclarecermos e percebermos que vivemos em uma sociedade que visa apenas interesses políticos quando o assunto é educação, visto que muitos alunos não têm as mesmas oportunidades educacionais, existe uma dicotomia entre o ensino privado e o ensino público.

As escolas públicas e privadas deveriam primar por uma educação de qualidade para todos sem distinção, no entanto sabemos que a educação e dicotômica as realidades são bem diferentes, uma de extrema pobreza e “marginalização” e outra de grandes oportunidades e acesso à educação, perpetuando a burguesia como dona do capital, uma vez que sabemos que é somente através da educação que crianças e jovens terão uma qualidade de vida favorável.

REFERÊNCIAS

[1] AGOSTINI, Nilo. **Os desafios da educação a partir de Paulo Freire e Walter Benjamin**/ Nilo Agostini. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

[2] AMARAL, J. J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, 2007. Disponível em: Acesso em: 30 agosto de 2023.

[3] _____, J. J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, 2007. Disponível em: Acesso em: 30 agosto de 2023.

[4] ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da educação e pedagogia: geral e Brasil**. 3. ed. Rev e ampl. São Paulo: Moderna 2006.

[5] _____, Maria Lúcia de Arruda**. História da educação e pedagogia: geral e Brasil**. 3. ed. Rev e ampl. São Paulo: Moderna 2006.

[6] CHACON, Daniel Ribeiro de Almeida**. 10 lições sobre Paulo Freire**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2023. – (Coleção 10 lições) conteúdos. São Paulo: Loyola, 1985.

[7] CORDEIRO, Jaime. **Didática**. São Paulo: Contexto, 2009.

[8] FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

[9] FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

[10] GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

[11] _____, Moacir. **Pensamento pedagógico brasileiro**. 8. ed. Rev. e ampl. São Paulo: Átila, 2009.

[12] GENTILI, Pablo. **Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. 19. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

[13] GONZALEZ, Keila Patrícia; CARVALHO, Leonardo Chaves de. **A trajetória histórica do ensino religioso na escola pública brasileira: discussões sobre as atuais configurações do ensino religioso no país.** Anais Sciencult–Simpósio Científico-Cultural,v. 6, n.11, Paranaíba, p. 1-14, 2015.

[14] LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos.** São Paulo: Cortez, 2013.

[15] _____, José Carlos. **O Dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres.** SciELO, São Paulo, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/YkhJTPw545x8jwpGFsXT3Ct/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 11 de Setembro de 2023.

[16] _____, José Carlos**. Pedagogia e Pedagogos, para quê?** 3.ed. – São Paulo, Cortez, 2000.

[17] MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação: da Antiguidade aos nossos dias**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

[18] MINAYO, M.C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo-Rio de Janeiro, HUCITEC-ABRASCO, 1992.

[19] NÓVOA, A. **Professores:** imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2009.

[20] OLIVEIRA, A.M.B. S. (2013**). Uma análise sobre a política Educacional no Brasil durante o período joanino (1808-1821).** In: Oliveira, S.F.P. &Silva, M.G. (Org.). Educação e políticas públicas: desafios, reflexões e possibilidades. Franca: Uni-Facef; Unesp, 1, 138-148.

[21] QUEIROZ, C. T. A. P. de.; MOITA, F. M. G. da S. C. **Fundamentos Sócio-filosóficos da educação**. Campina Grande; Natal: UEPB: UFRN, 2007.

[22] ROMALLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed.Vozes, 2005.

[23] SAVIANI, D. et al**. Filosofia da Educação brasileira**. Coord. Trigueiro Mendes. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983.

[24] _____. **Escola e democracia.** 42. Ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2012.

[25] _____. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.

[26] _____. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 1996.

[27] _____. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 12. ed. Campinas, São Paulo: Autores associados, 2021.

Capítulo 16

O processo de ensino aprendizagem da Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental I

Núbia de Souza Bernardes[1]
Daiana Almeida Assis[2]
João Luiz Nunes do Nasccimento[3]

Resumo: A preocupação com a formação matemática dos alunos dos primeiros anos é justificada pelos resultados obtidos nas avaliações institucionais de aprendizagem. Embora seja inegável a importância de aprender Matemática na escola, no Brasil ainda não alcançamos a qualidade de aprendizado adequada para todos. A pesquisa teve como problema investigar a importância do processo de ensino- aprendizagem nos anos iniciais. O objetivo geral foi analisar as dificuldades enfrentadas pelos professores ao ensinar matemática, bem como as dificuldades dos alunos na aprendizagem. Foi constatado que existem algumas restrições e desafios tanto no ensino de Matemática por parte dos professores, quanto no aprendizado dos alunos. Recomenda-se que os professores mantenham uma relação próxima com a formação continuada, de modo a expandir seus conhecimentos matemáticos necessários para garantir que a prática pedagógica promova a aprendizagem por meio da construção efetiva de conhecimentos.

Palavras-Chave: Aprendizagem, dificuldades, Ensino Fundamental, Matemática.

[1] Graduanda do Curso de Pedagogia do Centro Universitário FAMETRO.
[2] Graduanda do Curso de Pedagogia do Centro Universitário FAMETRO.
[3] Licenciado em Pedagogia e Especialista em Gestão de Pessoas Coaching.

1. INTRODUÇÃO

Como a matemática é um conhecimento que se acumula ao longo do tempo, os anos iniciais do Ensino Fundamental desempenham um papel crucial na formaçãodas bases que sustentarão os conteúdos futuros.

A razão para escolher este tema é a preocupação com a formação matemáticados estudantes nos primeiros anos, devido aos resultados das avaliaçõesinstitucionais de aprendizagem desses alunos. Embora ninguém discorde da importância de aprender Matemática na escola, o Brasil ainda não alcançou aqualidade de ensino adequada para todos. A pesquisa teve como foco investigar a importância do processo de ensino-aprendizagem nos anos iniciais. O principal objetivo foi analisar as dificuldades enfrentadas pelos professores no ensino de matemática, bem como as fragilidades dos alunos na aprendizagem.

A abordagem metodológica teve como base a pesquisa qualitativa com caráter exploratório, apoiada por uma revisão da literatura. Foram identificadas restrições e desafios no ensino de Matemática, tanto por parte dos professores quanto dos alunos. Recomenda-se que os professores mantenham uma relação próxima com a formação continuada, de modo a ampliar seus conhecimentos matemáticos e assim basear sua prática pedagógica na construção efetiva de conhecimento durante a aprendizagem. Isso irá contribuir significativamente para abordar a fragilidade dos conhecimentos matemáticos dos alunos identificados por meio de avaliações externas.

Não há dúvidas sobre a importância da Matemática na educação dos estudantes, principalmente devido à sociedade estar cada vez mais envolvida com a ciência e a tecnologia. Diferentes ocupações, desde as mais simples até as mais complexas, requerem habilidades matemáticas e conhecimentos fundamentais. No ensino de matemática para crianças pequenas, é crucial integrar os diferentes aspectos dessa disciplina para garantir que os alunos possam conectar observações do mundo real com representações em tabelas, figuras e esquemas. Isso ajuda a associar essas representações com conceitos e propriedades matemáticas, permitindo que façam induções e conjecturas.

O ensino de matemática deve possibilitar aos alunos compreenderem que ela não é um conjunto fixo e inflexível de conhecimentos, mas sim uma disciplina em constante evolução, que se nutre do conhecimento de outras áreas científicas. Portanto, é fundamental que a educação matemática seja abordada de forma abrangente, integrando a ciência em diferentes situações para ajudar na resolução de problemas.

Toda essa situação aumenta a responsabilidade dos profissionais que trabalham nessa etapa escolar. Dessa forma, a formação de professores ajuda a fortalecer espaços institucionais para o ensino de matemática, com foco em objetivoscompartilhados que atendam às necessidades da comunidade escolar, conforme estabelecido no Projeto Pedagógico e alinhado às diretrizes e políticas educacionais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

A matemática está conectada às outras disciplinas. A pesquisa em matemática requer que os alunos demonstrem sua capacidade de leitura, escrita matemática e desenvolvimento do raciocínio lógico matemático. Os autores nos mostram que:

> Representar, falar, escutar, escrever e ler são habilidades de comunicação quetambém fazem parte da aprendizagem da matemática na perspectiva do letramento, uma vez que favorecem a criação de vínculos entre os conhecimentos informais e a linguagem simbólica própria da matemática. Pode-se dizer que a comunicação envolve linguagem (oral e escrita, linguagem matemática, linguagem gestual), interações e negociações de significados, os quais são essenciais a aprendizagem." (NACARATO; MENGALI; PASSOS, 2009.

Assim, é importante que os professores apresentem materiais variados para os alunos, promovendo leituras individuais e coletivas para desenvolver a linguagem matemática e a interpretação de textos. Acredita-se que este trabalho será útil na resolução de problemas, já que se nota que a principal dificuldade dos alunos do ensino fundamental está na interpretação de problemas matemáticos.

Dessa forma, ao conhecer os conceitos fundamentais da matemática, o estudante adquire uma perspectiva renovada que realça a relevância da compreensão de seus conteúdos e possibilita superar a visão negativa frequentemente associada à disciplina.

O conhecimento matemático é importante e necessário para todos os alunos do ensino fundamental, seja pela sua ampla aplicação na sociedade seja pelo seu potencial para formar pessoas críticas e conscientes de suas responsabilidades sociais (FIORENTINI e LORENZATO, 2012). É por meio desses conhecimentos que os alunos poderão se desenvolver de forma mais leve, e assim ter bons resultados ao ser inserido na sociedade, terminando seus estudos com pensamentos e habilidadesnecessárias para o seu desenvolvimento pessoal.

Segundo Fiorentini e Lorenzato (2012); Werle (2010) a utilização da Matemática para resolver os problemas e necessidades do homem tem origem desdeos primórdios dos tempos. Dessa forma, é importante que a aprendizagem damatemática esteja conectada com o ambiente em que os alunos vivem, considerandoas relações culturais, de trabalho e sociais.

A matemática desempenha um papel vital na vida humana e, por isso, deve ser ensinada de forma a promover a compreensão e a aplicação prática. É fundamental que os educadores promovam práticas que auxiliem os alunos a perceberem a presença da matemática no dia a dia e a utilizarem esse conhecimento para enfrentardesafios e tomar decisões.

O estudante, segundo Luiz e Col (2013) e Tardif (2014) Ao chegar à escola, traz consigo um conjunto de conhecimentos matemáticos desenvolvidos em interação com a sociedade ao seu redor. É responsabilidade dos professores incentivar os alunos a aplicar esse conhecimento para resolver problemasdo mundo real e facilitar a compreensão de conceitos mais avançados nos anos futuros de estudo.

> A BNCC (BRASIL, 2017, p. 262) destaca que "a Matemática cria sistemas abstratos, que organizam e inter-relacionam fenômenos do espaço, do movimento, das formas e dos números, associados ou não a fenômenos do mundo físico". p. 42).

Além disso, é importante que os alunos tenham vivencias no seu cotidiano com números, formas e espaços, para iniciar uma sistematização dessas noções. Assim

desenvolvendo melhor seu raciocínio matemático.

Conforme Feldmann (2009) e Libâneo (2001) os problemas relacionados ao ensino da matemática são muitos e difíceis de resolver, visto que diversas mudançasjá foram postas em prática, porém, com muitos poucos resultados, principalmente pelafalta do aperfeiçoamento que os professores necessitam para desempenhar seu papel, encontrando formas eficientes do ensino aprendizagem. Portanto, a matemática é importante porque faz parte da vida e pode ser essencial para muitos problemas que aparecem durante o cotidiano. Portanto, a matemática é importante porque faz parte da vida e pode ser aprendida de forma dinâmica, desafiadora e interessante. A aprendizagem da matemática como um ato significativo pode ser vista como um processo de mediação entre o conhecimento cotidiano/abstrato/cotidiano.

2.2. A MATEMÁTICA E O SEU FAZER COTIDIANO

É importante promover o ensino da matemática desde os primeiros anos escolares, de preferência com a orientação de um professor qualificado e apaixonadopela matéria. Dessa forma, a aprendizagem se tornará significativa, agregando conhecimento aos alunos com sucesso.

Para que o ensino-aprendizagem seja efetivo, o professor deve possuir um amplo conhecimento adquirido através da formação e experiência em sala de aula, acesso a tecnologias atualizadas e estabelecer uma boa relação com os alunos. Isso permitirá estimular a participação dos alunos nas aulas e construir novos conhecimentos juntos. De acordo com Giancaterino (2009, p.164), “o processo de aprendizagem é como uma construção contínua e mutável, que requer de nós professores de matemática, constante adaptação para que possamos retirar desse processo o melhor e aproveitar todas as suas etapas.”

Assim, as mudanças na abordagem da matemática são indispensáveis. É fundamental que o professor disponibilize métodos de ensino diversos e revise suas estratégias para garantir um melhor desempenho prático, aprimorando a aprendizagem dos alunos e prevenindo a evasão escolar. É evidente que os alunos sentem muito receio em relação a essas disciplinas, pois as consideram difíceis, com muitos cálculos e problemas para resolver. Entretanto, isso não quer dizer que ele vaiparar de aprender coisas novas.

O lúdico inclui brincadeiras e jogos que proporcionam momentos de diversão e interação. A ludicidade exerce uma grande influência no desenvolvimento infantil, abrangendo vários aspectos cognitivos e promovendo novas experiências de aprendizado para a criança.

De acordo com Santana (2011), na Grécia antiga, os jogos e brincadeiras eram usados para promover a aprendizagem das crianças. Da mesma forma, os índios praticavam seus costumes por meio da ludicidade, e os jesuítas na Idade Média também utilizavam esse método na educação. Desde os primórdios, o recurso lúdicofoi muito valorizado pela população.

A presença do lúdico na sala de aula é fundamental, pois proporciona novas experiências para o dia a dia e cultiva o prazer da criança pelo ato de brincar, possibilitando assim uma aprendizagem mais leve e divertida. O lúdico é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento infantil, auxiliando as atividades dos educadores em

sala de aula. Ele estimula e desafia a criança, promovendo sua participação por meio de brincadeiras e jogos, tornando as aulas mais dinâmicas e prazerosas. Dessa forma, desperta interesse e promove aprendizagem nos alunos.

A presença da matemática pode ser observada em todas as esferas da vida, influenciando as decisões que tomamos diariamente, desde a compra de um pão até investimentos financeiros significativos. O despertador revela a hora quando acordamos, seguindo o princípio do cálculo, enquanto nas refeições utilizamos o conceito relativo, etc.

Na próxima vez que for à loja, preste atenção nas seguintes situações: Você precisa conseguir as quantidades certas de produtosque precisa para um determinado período, seja um mês inteiro de compras ou apenas um jantar especial. Se você não sabe onde encontrar um item, provavelmente usará um monte de teorias para encontrá-lo na prateleira mais provável. Se você escolher uma fila de três pessoas cada uma com cestas e alguns produtos, em vez de uma fila de apenas uma pessoa com o carrinho cheio, você faz contas.

No entanto, a matemática não é popular entre o público escolar porque requer alguma memorização e extensas habilidades de raciocínio por parte dos alunos. Essa dificuldade que enfrentam obriga-os a abandonar os exercícios diários. Desta forma, com os jogos obtemos resultados positivos desenvolvendo habilidades psicomotoras e cognitivas para o desenvolvimento da aprendizagem.

2.3. O LÚDICO E A MATEMÁTICA

A matemática há muito tempo sofre porque não há incentivo para ensinar, muito menos aprender, e por isso tornou-se uma grande preocupação. Pensando no desenvolvimento infantil em sala de aula, decidiram apresentar os jogos lúdicos como uma ferramenta de apoio a todas as disciplinas ensinadas na educação infantil. Dessa forma o aprendizado se tornou algo mais lúdico.

> Nesta perspectiva, o jogo torna-se conteúdo assumido, com a finalidade de desenvolver habilidades de resolução de problemas, possibilitando ao aluno a oportunidade de estabelecer planos de ação para atingir determinados objetivos [...] (KISHIMOTO, 2000, pp. 80 - 81).

Através dos jogos matemáticos, as crianças podem expressar-se de forma mais livre, pois eles promovem um sentimento de bem-estar e ajudam as crianças a superarem o medo de cometer erros. Os jogos são essenciais no ensino de matemática para as crianças, pois é através do ato de jogar e brincar que elas conseguem compreender e se familiarizar melhor com os conceitos matemáticos. Quando o jogo é visto como um meio de promover a aprendizagem, ele se torna um recurso educacional na educação matemática. O ato de jogar e brincar ajuda as pessoas a compreenderem e entender os conceitos matemáticos de forma mais eficaz.

A abordagem lúdica, além de contribuir para o processo de aprendizagem, auxilia o professor a ensinar e implementar a questão das regras no sistema educacional. Isso é especialmente desafiador, pois muitas pessoas não estão habituadas a viver em um ambiente cheio de regras e normas estabelecidas. Essas atividades permitem que as crianças desenvolvam noções de uma vida estruturada, baseada em regras e moralidade. Auxiliando a criança que está começando a explorar um mundo novo e desconhecido,

tornando o processo de alfabetização e aprendizadomais fácil.

Segundo BORIN (1996),

> "Outro motivo para a introdução de jogos nas aulas de matemática é a possibilidade de diminuir bloqueios apresentados por muitos de nossos alunosque temem a matemática e sentem-se incapacitados para aprendê-la. Dentro da situação de jogo, onde é impossível uma atitude passiva, e a motivação é grande, notamos que, ao mesmo tempo em que esses alunos falam matemática, apresentam também um melhor desempenho e atitudes mais positivas frente a seus processos de aprendizagem". (BORIN,1996,9).

Quando os professores compreendem a frustração dos alunos na matemática e introduzem jogos em suas aulas, a aprendizagem melhora significativamente. Isso mostra aos alunos que aprender matemática pode ser divertido e gratificante.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A metodologia trabalhada se deu através da pesquisa bibliográfica cujo a abordagem se deu de cunho qualitativo em relação ao tema proposto e pesquisados.A pesquisa foi realizada com 10 alunos de uma escola da rede municipal de ensino no município da cidade Manaus tendo como critério de inclusão para os sujeitos pesquisados o fato do ensino aprendizagem atuarem nos anos iniciais do Ensino Fundamental na escola que foi campo de pesquisa.

Dessa maneira pode-se definir que uma abordagem qualitativa, segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa adota uma abordagem interpretativa, na qual os pesquisadores estudam os fenômenos em seus contextos naturais, buscando compreendê-los através dos significados atribuídos pelas pessoas. Seguindo essa linha de raciocínio, Vieira e Zouain (2005) segundo os pesquisadores, a pesquisa qualitativa valoriza grandemente as opiniões dos participantes sociais, suas narrativas e os significados que eles transmitem. Nesse sentido, esse tipo de pesquisa preza pela descrição detalhada dos fenômenos e dos elementos que o envolvem.

O estudo de levantamento de dados fora realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica, e na segunda parte uma coleta de dados. O objetivo é o levantamentodo índice de dificuldade que os alunos têm a respeito da matemática.

Quando o pesquisador realiza pesquisa literária, ele deve ler, pensar e escrever sobre o conteúdo que está estudando, e estudar com o objetivo de reconstruir a teoria e aprimorar os fundamentos teóricos. É importante que os pesquisadores organizem os artigos selecionados que contribuem para a estrutura doestudo na forma de mapas.

Pesquisa bibliográfica é o estudo ou revisão de trabalhos publicados, que é a teoria que norteia o trabalho científico, exige dedicação, estudo e análise do pesquisador responsável pela realização do trabalho científico. Sua finalidade é coletar e analisar textos publicados para fornecer suporte, para apoiar o trabalho científico. Para Gil (2002, p.44), a pesquisa bibliográfica "[...] é desenvolvidacom base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos". Para Severino (2007), a pesquisa bibliográfica realiza-se pelo:

> [...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p. 122).

Portanto, podemos dizer que se trata de um conjunto de informações e dados contidos em documentos impressos, artigos, pesquisas e livros publicados. O texto e a informação são a fonte da base teórica da pesquisa, e a pesquisa textualpode cooperar no desenvolvimento da pesquisa.

A atividade que foi aplicada tem o intuito de fazer com que as crianças desenvolvam o seu raciocínio em matemática de uma forma divertida e diferente como objetivo de fazer com que as crianças aprendam a operação matemática brincando.

Ela foi realizada na escola Municipal Sagrado Coração de Jesus, pelo tempo de 1 hora e 30 minutos, com a turma de 1º do ensino fundamental, pois as crianças estão na primeira fase no caso aprendendo as operações matemáticas. Os recursos que serão usados são: comidas e bebidas artificiais, tnt, números e letras de emborrachado, garrafas pet, velcro, amarelinha e um dominó de frutas.

Com a aplicação dessa atividade esperamos que as crianças aprendam a operação matemática de adição (+). Para que desse modo eles obtenham uma ótima atividade extraclasse onde todos possam ter uma participação bastante satisfatória, e assim o conhecimento dos alunos seja desenvolvido e estimulado para o raciocínio lógico, oferecendo condições em relacionar a atividade trabalhada ao seu cotidiano econtextos escolares.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Embasado em todos os fatos que ocorreram em sala de aula, pode-se ver quea matemática nos anos iniciais é de fato um pouco mais difícil do que se parece paraos alunos, o real motivo é que muitos deles já vem com um grande trauma de dentro de seus lares, trazendo isso para a sala de aula e para a construção de sua aprendizagem, realmente está matéria se torna bem mais complexa do que eles esperam. É natural que o aluno supere as dificuldades durante o processo de aprendizagem, embora isso ocorra de modo diferente para cada pessoa: uns aprendem rápido, outros precisam de mais tempo e treino. Mas quando as dificuldades não são superadas elas se transformam numa lacuna que pode interferirnegativamente e prejudicar os estudos posteriores.

No intuito de uma aula dinâmica, foi elaborada uma atividade lúdica no qual as crianças irão ter duas atividades extras e uma principal, a aula começa quando formos direcionados ao local que será realizado a atividade no caso a quadra, em seguida organizaremos o local para recepcionar as crianças faremos duas filas uma de meninos e outra de meninas, assim que todos estiverem sentados explicaremos a atividade que será desenvolvida dessa maneira: assim que as crianças adentrarem a quadra serão conduzidas por uma das acadêmicas que estará representando um ônibus que os levara até o local determinado.

Logo depois as crianças uma de cada vez terão que pular uma amarelinha para chegarem ao supermercado que é o destino principal, após essa chegada teriam quefazer compras no caso escolhendo frutas, comidas ou bebidas e colocarem na cesta que lhes será dado para depois que finalizarem as compras colarem no painel a quantidade de itens 13 escolhidos, em seguida as crianças terão que ler e fazer a soma dos produtos para obterem a quantidade total dos itens colados por eles.

Assim que conseguirem fazer a soma terão que colocar na cesta o número respectivo de itens para poder darem o resultado final, após acertarem a resposta ganharam uma lembrancinha e os que já responderam irão ser conduzidos a sala deaula para jogar dominó de frutas enquanto os colegas realizam a atividade.

Através das atividades realizadas com os alunos, poderá ser obtido grandes resultados, como concluir que a grande maioria dos alunos eles tem uma dificuldade na hora de executar a matemática, por mais que eles estejam na fase inicial, a base que os mesmos deveriam para que a aprendizagem seja eficiente, eles ainda não adquiriam o suficiente, então é essencial que haja dentro das aulas uma insistência em relação a aprendizagem da matemática nos anos iniciais dos alunos.

Investigou-se que existem diversas características que os alunos apresentam sobre as dificuldades na aprendizagem da matemática, entre elas pode-se destacar a falta de atenção, as instabilidades emocionais, a dificuldade para organizar as atividades, eles têm que saber o que devem fazer porém, falham no processo, queremir diretamente para a solução, além disso, eles podem ter uma grande dificuldade emacertar problemas fáceis e uma grande facilidade em acertar problemas mais difíceis.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos anos iniciais, a matemática é muito importante para os alunos, pois atua como suporte para outras aulas, desenvolve o raciocínio lógico dos alunos, umaatitude crítica aos conceitos construídos e incorpora o que aprendem durante o dia a dia.

A construção da matemática nos primeiros anos não deve ser feita de forma mecânica, pois isso pode encarretar uma falta de interesse dos alunos, mas construí-la através de uma interação entre a turma pode ser benéfico para o desenvolvimento dos alunos. Ao trabalhar com conceitos matemáticos é importante que eles sejam explicados com clareza e sob controle, pois são os conceitosque fundamentam toda a matemática escolar, por isso o professordeve permanecer sempre em constante estudo do assunto que irá ensinar.

A utilização de jogos no ensino da matemática é muito importante para o desenvolvimento da criança, pois oferece um desenvolvimento prazeroso e divertido. Ao brincar, as crianças aumentam a sua autoestima e independência, permitindo-lhes melhorar os seus conhecimentos e desenvolver os seus processos de pensamento. A ludicidade deve ser valorizada na educação matemática, pois tais atividades promovem o desenvolvimento das crianças à medida que elas se comunicam, trocam experiências e criam seu próprio aprendizadopor meio da troca.

Os jogos podem ser usados em sala de aula para desenvolver habilidades matemáticas e linguísticas porque em algumas situações os alunos precisam ser críticos no momento presente. A utilização de atividades de leitura matemática e materiais

concretos está idealmente ligada ao desenvolvimento cognitivo da criança, pois melhora a aprendizagem para que o material seja menos abstrato epossa se tornar intuitivo.

Integrar a matemática na vida cotidiana de uma criança desde inícioescolar é essencial para melhorar as capacidades cognitivas e desenvolver uma variedade de competências, como a resolução de problemas e o pensamento lógico- matemático. Quando as crianças compreendem desde cedo que o seu conhecimento de números, formas e aritmética tem ligações práticas e importantes com a sua vida, é mais fácil dissipar a ideia de que o assunto é importante. Aprender matemática de forma divertida e lúdica desde cedo é uma ótima maneira de incentivar as crianças a se divertirem e a terem curiosidade sobre seu aprendizado.

Portanto, fica claro que a utilização desses métodos auxilia o ensino da matemática, e nos anos iniciais precisamos utilizar esses tipos de métodos para que os alunos possam lidar com o assunto. A aplicação destes métodos no ensino damatemática pode ajudar a melhorar o interesse e o entusiasmo dos alunos na aprendizagem desta matéria. Mas o mais importante é que não seja de maneira obrigatória, porque deve ajudar os alunos a aprenderem o conteúdo de uma forma alegre e divertida.

REFERÊNCIAS

[1] BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria da Educação Básica. Base NacionalComum Curricular**. Brasília, 2017.

[2] DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. **Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41

[3] D'AMBRÓSIO, B. S.; D'AMBRÓSIO, U. **Formação de professores de Matemática: professor-pesquisador.** In: Atos de Pesquisa em Educação. vol. 1. nº 1, p. 75-85, 2006.

[4] FELDMANN, G. **Formação de professores e escola na contemporaneidade.** SãoPaulo: Editora Senac. São Paulo, 2009.

[5] FIORENTINI, D.; LORENZATO, S. **Investigação em Educação Matemática:percursos teóricos e metodológicos.** 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

[6] GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo, SP: Atlas, 2002.KAMII, C. **A criança e o número**. São Paulo: Papirus, 1999.

[7] KISHIMOTO, Tizuco Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeiras e a educação.** 4ª Ed.São Paulo, Editora Cortez: 2000.

[8] LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora: novas exigências educacionais e profissão docente**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

[9] LUIZ, E. A. J.; COL, L. **Alternativas metodológicas para o ensino de Matemática visando uma aprendizagem significativa**. ULBRA, Canoas – Rio Grande do Sul, 2013.

[10] PIAGET, J. **Psicologia e Pedagogia**. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1976. SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

[11] SMOLE, K. **A matemática na educação infantil: a teoria das inteligências múltiplas na prática escolar.** Porto Alegre. Artes Médicas, 2000.

[12] UNESCO. **Os desafios do ensino de Matemática na Educação Básica.** Brasília,São Carlos: EdUFSCar, 2016.

[13] WERLE, F. O. C. **Avaliação em larga escala: foco na escola.** São Leopoldo: Oikos,Brasília: Liber Livro, 2010.

Capítulo 17

O professor e o uso das "Tecnologias Digitais" em sala de aula no curso de Pedagogia em uma IES privada na cidade de Manaus

Mariane Anveres dos Santos[1]
João Luiz Nunes do Nascimento[2]

Resumo: O objetivo principal desse estudo consiste em apresentar a importância do uso das tecnologias digitais na graduação suas contribuições, como utiliza-las para melhor aprendizado e assimilação do conteúdo proposto pelo professor universitário. As tecnologias digitais têm sido reconhecidas como importantes mediadoras nos processos de ensino e aprendizagem no ensino superior tomando esta situação como referência, este artigo apresenta a utilização das tecnologias digitais, neste nível de ensino, por alunos não tradicionais, como suporte à construção da aprendizagem e ao desenvolvimento de competências de autonomia na organização de caminhos orientados para o sucesso academicamente. O estudo centrou-se nos alunos do curso de pedagogia. Esta pesquisa bibliográfica permite identificar as tecnologias: utilizadas pelos alunos por iniciativa própria. E tecnologia oferecida pela instituição ou recomendada pelo corpo docente. As tecnologias são utilizadas entre os alunos especialmente na criação e gestão de espaços virtuais de comunicação e colaboração na troca de conteúdos educativos. A tecnologia, por outro lado, concentra-se principalmente no uso do acesso e da comunicação com materiais educacionais fornecidos pelos professores. Sobre a relação entre o uso da tecnologia e o desempenho acadêmico de estudantes não tradicionais. O estudo constatou que isso apoia a autonomia dos alunos na organização e na flexibilidade de tempo e espaço para que assim se dediquem aos estudos e o aprendizado seja visível com a melhor assimilação do conteúdo proposto pelo professor.

Palavras-chave: Tecnologias digitais, Pedagogia , professor, graduação.

[1] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário FAMETRO.
[2] Especialista em Gestão de Pessoas Coaching. Centro Universitário do Norte.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo terá como entoque trabalhar a importância da "tecnologia digital" como ferramenta pedagógica sendo utilizada em sala de aula pelo professor universitário. Durante o convívio na graduação, mais especificamente na graduação de pedagogia, as ferramentas tecnológicas vêm adquirindo cada vez mais lugar e setornando mais abrangente, além de um método e ferramenta de aprendizagem é utilizada também como forma de interação entre professor e professor, professor e graduando, transformando a IES em um ambiente cativante, diligente, atraente a todos.

Nos tempos atuais, de tamanha complexidade, a relação com o conhecimento ultrapassa os muros da faculdade, as tradicionais salas de aula presenciais deram lugar às salas de aulas virtuais, fazendo com que o aluno tenha acesso a graduação mesmo de casa ou de qualquer lugar onde o mesmo se encontra ou que ainda não há a faculdade física no lugar onde residem.

Vale ressaltar que vivenciamos pouco tempo o regime remoto por exemplo, o mesmo fora adotado como método temporário organizado para atender e cumprir a necessidade de distanciamento social, devido à pandemia causada pela COVID-19 fazendo com que o graduando não ficasse sem suporte e pudesse dar prosseguimento a sua formação acadêmica.

Sendo assim estamos vivendo a era da tecnológica em seu foco onde, a todo o instante, utilizamos uma tecnologia para nos ajudar em alguma atividade dia após dia, seja ela no trabalho doméstico, no ambiente profissional, ou em uma situação pessoal. Ao utilizarmos essa tecnologia para nos comunicar passar recados, fazer leituras dar demandas de trabalho, para adquirir alguma informação, para diversão eaté mesmo para nos ajudar em simples tarefas diárias. Mas de fato, o que se entendepor "tecnologias digitais"?

Entende-se no que a tecnologia não são apenas os aparelhos como notebooks, celulares ou quais quer que utilizam internet que costumamos manipular, mas algo muito englobante, a concentração de uma ciência, da arte e dos procedimentos dandoo devido suporte para o começo de uma tecnologia desenvolvida pelo almejar do serhumano na solução de seus problemas, unindo seus conhecimentos com um único objetivo, um exemplo simples o livro é uma tecnologia que foi muito importante na suaépoca e que hoje faz parte de nossas vidas contribuindo para o permanente aprendizado. Estamos a todo o momento fazendo uso de uma tecnologia, pois estamos buscando praticidade em nossa vida, mesmo que por algum momento isso não aconteça.

É preciso entender que, as tecnologias digitais têm sua especificidade de uso,e que devemos estuda-las para a função adequada, com os objetivos que se queira alcançar. Se faz necessário que o professor universitário promova em sala de aula o letramento digital pois as "tecnologias digitais" devem estar na construção de currículos escolares e das propostas pedagógicas. Mais lamentavelmente pela ausência deste conhecimento que muitos professores não conseguem assimilar e aproveitar seu uso com qualidade e acabam produzindo aversão a utilização delas. Alguns destes são resistentes a utilização de qualquer tipo de tecnologia, fazendo com que se crie uma barreira entre seu conhecimento e o apoio da tecnologia no auxílio do ensino aprendizagem de seus alunos. À BNCC define que;

> "Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e

> disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. ” (BNCC, 2018).

A BNCC vem abordar a importância das tecnologias digitais nos ambientes escolares, onde devemos ensinar com significados, cuidado e criticidade, de forma reflexiva, para que se tenha os conhecimentos necessários na formação das habilidades e desenvolvimento dos alunos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. BREVE HISTÓRICO DA TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO

A história da tecnologia na educação se otimizou na década de 1940 nos Estados Unidos, o objetivo deste recurso fora o de formar militares com o auxílio de ferramenta de vídeo, durante a Segunda Guerra Mundial.

Percebem que muitos anos a tecnologia já se fazia presente, portanto, de umaforma isolada, pois a sociedade era privada dessas ferramentas, onde poucos utilizavam, mas no decorrer dos anos fora se alicerçando e cada vez mais intensificando o uso da tecnologia em favor de diversas áreas que englobam a sociedade, inclusive as áreas educacionais.

Sabemos que a tecnologia é uma aliada positiva e relevante no processo de 2ensino-aprendizagem, pois existe a necessidade de utilizarmos métodos necessários inclusive o tecnológico no ambiente pedagógico pois os recursos e de fato fazendo o uso da mesma no contexto pedagógico, é o primeiro passo para seadequar essa ferramenta de extrema relevância para o ensino, a partir disso, diversas ferramentas surgiram e surgem com o passar dos anos, fazendo parte do processo de ensino-aprendizagem de muitos alunos, como a calculadora, caneta esferográfica, entre outras, até chegarmos finalmente à era do uso da Tecnologia da Informação e Comunicação, nos anos 2000, com a popularização dos computadores.

Diante disso, a incorporação das Tecnologias Digitais, que são definidas pelo conjunto de recursos tecnológicos como internet, softwares e hardwares utilizado nas mais diversas formas.

Os sistemas de informação revolucionaram os relacionamentos humanos, gerando um processo de superação entre os profissionais, alguns estudiosos da áreada educação, um desafio que precisa ser vencido pelos os professores entender quais tecnologias existem? E como elas podem se relacionar e quem sabe mudar as crenças, o conhecimento e as estratégias pedagógicas, considerando que: Não é suficiente saber sobre uma variedade de tecnologias, em si e para si.

O que os professores precisam entender e como essas tecnologias interagem e oferecem oportunidades de aprendizagem, que se enquadram na relação datecnologia com o ambiente de aprendizagem mais amplo, constituído por outros recursos, universitários e professores.

Desta forma, a implantação da tecnologia na educação tem como objetivo suprir essas lacunas, pois através dela é possível trabalhar com informações complementares de um modo mais atrativo, permitindo uma memorização maisdetalhada das informações estudadas.

É dever do educador planejar e desenvolver da melhor maneira as tecnologias buscando adequar estas tecnologias, aos seus métodos de ensino, cabendo ao docente a aplicação da hipermídia no ensino, por esse motivo Moran (2009, p. 32) define que:

> Cada docente pode encontrar sua forma mais adequada de integrar as várias tecnologias e os muitos procedimentos metodológicos. Mas também é importante que amplie que aprenda a dominar as formas de comunicação interpessoal/grupal e as de comunicação audiovisual/telemática.

Há uma diversidade de ferramentas que podem ser utilizadas de modo flexívele cabe ao professor escolher a melhor forma para utilizá-las, visando as possibilidades existentes e oportunizando novos procedimentos pedagógicos, suprindo uma grande necessidade nas salas de aula, pois os alunos encontram-se em níveis introdutórios das tecnologias no processo de ensino e aprendizagem e é inovando as suas práticas,que os professores estão a trazer para a sala de aula a atenção necessária. Para que possam através das tecnologias criarem novas possibilidades de aprendizado.

Por mais que a realidade em sala de aula já se apresente com alunos mais digitais, o ambiente escolar ainda não alcançou todo o potencial que as tecnologias oferecem. Isso acontece pela falta de recursos, tanto ofertado pelos estados ou municípios, quanto pela situação financeira dos alunos, causando um atraso na introdução total da tecnologia no ambiente escolar.

Destacamos também as Instituições as universidades privadas já contamos com alguns aparatos tecnológicos para professores e alunos, exemplos deles são; projetores multimídias, bibliotecas virtuais, internet aberta a alunos e um portal do aluno online onde podemos solucionar alguns problemas e ter acesso a bastante coisas ter acesso a alguns documentos e também aos materiais das aulas de forma digital, não precisando comparecer presencialmente ao prédio da IES.

Diante disso, vale citar que nossa sociedade mudou nesse caso, a decisão detodo o mundo menciona que a informação desempenha um papel cada vez mais central na vida social, cultural e política.

Em um esforço para promover a inovação tecnológica A sociedade da informação esforça-se por tornar os processos de comunicação mais flexíveis e eficientes. Ajudar a desenvolver as organizações e instituições educacionais, incorporando enquete e informação.

Atualmente, a informação tem uma importância crescente, sendo um fator diferenciador de sucesso, enquanto o turbilhão de acontecimentos externos obriga as organizações a enfrentar novas situações, onde a informação se torna fundamental para o descobrimento e introdução de novas tecnologias, bem como para a exploração de oportunidades.

A sociedade da informação proporciona certas vantagens culturais, sociais e econômicos e, acima de tudo, liberdade de expressão e comunicação.

Surgindo no contexto da pós-modernidade, a sociedade da informação é essencialmente computacional e comunicativa, consistindo principalmente em desenvolvimentos em microeletrônica, optoeletrônica e multimídia. Receber, armazenar,

processar e distribuir dados são os principais objetivos do novo sistema.

Os principais problemas de compreensão e execução de ações sociais e políticas criados pelos chamados A "sociedade da informação está associada a novasinstabilidades e incertezas. Esta instabilidade cria, por um lado, instabilidade profissional, económica, financeira, política e social. A Internet democratizou a informação comunicou a sociedade e está envolvida nas questões ambientais.

3. TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO UM MÉTODO ESSENCIAL NA CENTRALIZAÇÃO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO GRADUANDO

Os métodos de aprendizagem atuais não fazem mais sentido. Levamos muito tempo obtive muito pouco e perdendo a motivação o tempo todo. Uma impressão vivenciada entre professores e alunos, e que muitas salas de aula tradicionais estão vivenciando. Mas onde mudar? Como ensinar e aprender em uma sociedade mais interconectada? Principalmente após a pandemia da covid-19, exigindo do professor métodos diferentes e simplificados de forma emergencial centrado no objetivo em fazer com que sua aula atinjam o aprendizado satisfatório para seu aluno mesmo presencialmente ou não em um prédio físico de uma instituição de ensino.

Iremos prosseguir ainda mais se soubermos adaptar os programas previstos às necessidades dos graduandos, criando conexões com o cotidiano, com o inesperado, e assim transformarmos a sala de aula em uma comunidade de investigação e criativa fazendo com que o aluno seja curioso, que questione de maneira respeitosa e responsável para que tragam novas maneiras de aprender.

Tornando assim o aprendizado participativo e moldável as situações diversase questionamentos que possam surgir entre os graduandos e professores.

> É preciso parar para notar que, [...] o estudante como o sujeito participativona construção da sua aprendizagem e o professor atento a intervir e chegar mais próximo ao sujeito aprendem-te, buscando compreendê-lo em sua complexidade. (TEOTONIA; MOURA, 2020, p.195).

Se transformarmos a sala de aula numa comunidade interessada, o ensino e a aprendizagem exigem muito mais espaço tempo, flexibilidade pessoal e de grupo, menos conteúdos fixos e processos de investigação e comunicação mais abertos.

Uma das dificuldades atuais é conciliar a amplidão da informação, com a diversidade das fontes de acesso, com o aprofundamento da sua compreensão, em espaços menos rígidos. Temos muitas informações e temos dificuldade em escolher o que é importante para nós e incorporá-los em nossas mentes e vidas. De acordo com Moran,

> “Vivemos em uma sociedade da informação, onde todos estão reaprendendo a conhecer este leque de possibilidades, que nos apresenta as novas tecnologias e sua evolução”. Aprendemos a nos comunicar, e nos mostra uma nova forma de ensinar e a aprender; a integrar o humano e o tecnológico; a integrar o individual, o grupal e o social (MORAN 2000, p.3).

A obtenção de informações e dados ficará menos dependente do professor. As tecnologias agora podem recuperar dados, imagens e resumos de forma rápida e envolvente. O papel principal do professor é ajudar o graduando a interpretar esses

dados, relacioná-los, contextualizá-los para que assim tenha um melhor aproveitamento do assunto proposto pelo docente. Costa nos faz refletir sobre como,

> A tecnologia deve ser identificada, no sentido de identificação com o contexto local, discutindo suas implicações na vida dos usuários ativos e a melhor forma de incorporá-la para o bem daquele grupo, naquele contexto. No caso das tecnologias educacionais, devemos identificar a tecnologia aopensarmos a melhor forma de incorporá-la em métodos e abordagens para o bem de um grupo discente em um determinado contexto (escolar, universitário, de educação popular ou não-formal etc.) (COSTA et al.,2020b, p. 59-60).

A aprendizagem depende também do aluno da sua capacidade, da sua maturidade, da integração do real significado que aquela informação tem para ele, daincorporação dela de forma experiencial e emocional. Enquanto a informação não forcolocada no contexto pessoal, intelectual e emocional não fará realmente sentido, não será verdadeiramente apreendida.

Teremos sucesso através de uma educação positiva, em vez de uma educação autoritária. É importante não começar com problemas. Por engano, não deforma negativa, com limitações. E sim, comece com o positivo, com incentivo, com esperança, com apoio na nossa capacidade de aprender e mudar. Freire retrata que:

> Defendia Freire que os computadores (e as tecnologias, de modo geral), em lugar de reduzir, poderiam expandir a capacidade crítica e criativa dos (as)estudantes. “Depende de quem usa a favor de quê e de quem e para quê” (FREIRE, 1995, p. 98).

3.1. UMA NOVA FORMA DE ENSINO E APRENDIZAGEM COM A TECNOLOGIA

No ano de 2020 mais precisamente no mês de fevereiro nos encontramos em um cenário atípico ao que já estávamos acostumadas na educação. Principalmente na graduação do ensino presencial tivemos que nos distanciar e não mais estarmos presencialmente em sala de aula e tudo acabou acontecendo de forma bem rápida não deixando tempo para articular e planejar formas e métodos para se realizar esse distanciamento.

A tecnologia fora de extrema importância, pois foi o meio, mais utilizado no decorrer de tal situação. O professor universitário teve que se adequar e abrir espaçopara novos métodos de passar seu conhecimento de forma que seus alunos pudessem prosseguir com seu aprendizado na graduação.

Entretanto como tudo que não e planejado e preparado com antecedência tem bastante dificuldades na adequação tanto com os professores quanto em relação aos discentes, muitos professores ainda não tem domínio das ferramentas tecnológicas, e esse cenário nos mostrou como e necessário ao professor e ao aluno ter esses conhecimentos e habilidades especificas.

Vivenciando tal acontecimento, recordo o processo de ensino básico e que ainda nos dias atuais há um déficit enorme com relação as tecnologias digitais, e vem as perguntas o porquê não treinamos e ministramos esse conhecimento tão relevantes e necessário no ensino regular para que assim quando o aluno sair e se encaminhar para uma faculdade ou até mesmo ao mercado de trabalho não apresentetantas dificuldades em

assimilar as ferramentas digitais, digo isto:

> [...] ao acolher positivamente os avanços tecnológicos, [Freire] nunca abdicou de fazê-lo, de modo crítico, a exemplo de como se posiciona frente à utilização de novas tecnologias, no caso específico da penetração da informática nas escolas: 'Jádisse que faço questão de ser um homem do meu tempo. O problema é saber a serviço de quem, e de quê, a informática estará agora maciçamente na educação brasileira' (CALADO, 2001, p. 27).

Destacando também a importante tarefa do professor universitário ter o letramento digital, pois falar na formação do professor, diante deste letramento digitalé entender que vai além do uso de ferramentas digitais e não se resume apenas a isso e necessário que este individuo tenha acesso ao conhecimento e a informação.

Os recursos digitais ajudam na prática pedagógica, no letramento digital os professores precisam conhecer os gêneros discursivos e linguagens digitais que são usados pelos alunos, para inserção, de forma criativa e construtiva, ao decorrer da formação universitária, mais isso não indica deixar para traz as práticas já existentespois são produtivas e necessárias e o conceito faz com que ela se acrescente ao novo.Dessa forma, o letramento digital para os professores, abre um leque de oportunidades, para somar as dúvidas e incertezas dos docentes os desafiosrelacionados à infraestrutura e a necessidade de atualizações nas formações e práticas pedagógicas.

É preciso entender que os espaços de construção do conhecimento estão na sala de aula e fora dela, a circulação do saber é propagada, com vários personagense ocorre em velocidade "inédita". O letramento digital refere-se também a essa adaptação da educação aos desafios da profissão.

4. AS TECNOLOGIAS DA EDUCAÇÃO NO AMBIENTE PEDAGÓGICO NA GRADUAÇÃO

Os alunos que estão no ensino superior possuem habilidades para o uso de tecnologias, que foram desenvolvidas pelo gerenciamento diário que eles dão a essas ferramentas, por exemplo: a internet, que costuma ser usada não só para pesquisar informações e executar tarefas educacionais, mas também é usada para se comunicar.

Um ponto de grande relevância para citar as metodologias do professor e o planejamento da aula de uma forma mais atrativa, os alunos conseguem participar mais. Um exemplo e mesmo a leitura de um simples artigo e que os alunos tragam ospontos principais em um slide animado, façam uma aula no meet para apresentar os pontos deste artigo, por meio de uma tela interativa como já contamos com essas ferramentas no google fazendo com que os demais colegas de turma possam fazer um mapa conceitual sobre o assunto ou até mesmo perguntas aos colegas para reforçar o aprendizado no conteúdo.

> (...)o professor deve adquirir novas estratégias para transmitir conhecimento, levando em consideração as novas tecnologias da informação e da comunicação como elementos de melhoria dos processos educacionais, além de que o professor deve valorizar, reconhecer e aceitar um modelo diferente de aquisição de conhecimento. Pode ser que a formação de professores seja diferenciada na capacidade que tem para adquirir e aceitar novos modelos de educação e, portanto, pode surgir na

> melhoria dos processos educacionais, na aquisição de novos conhecimentos através da navegação virtual (MORAES, 2008).

Entretanto para dar continuidade a esse aprendizado precisamos de uma gamade conhecimentos da área da tecnologia e que na pedagogia alguns alunos ainda nãotêm acesso ao computador, dificultando assim o processo de ensino e aprendizagemmais ao longo do curso vai se ensinando vários fatores como aplicativos que possamfacilitar esse processo tornado assim a fluidez que se espera em sala de aula.

5. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Ao considerar o objetivo deste artigo, acredito que a melhor opção de método de pesquisa quanto a abordagem seja a qualitativa de natureza básica, objetivo exploratório de procedimentos bibliográficos. Nesse estudo. O observador atua meramente como espreitador de fatos que ocorrem em sala de aula sem interferir na metodologia do professor do início ao fim, embora possa nesse meio tempo, realizar comentários, análises e outros procedimentos de observação e pesquisa. Para Martins e Theóphilo (2016, p. 52), a pesquisa bibliográfica:

> Trata-se de estratégia de pesquisa necessária para a condução de qualquer pesquisa científica. Uma pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas em livros, periódicos, revistas, enciclopédias, dicionários, jornais, sites, CDs, anais de congressos etc. Busca conhecer, analisar e explicar contribuições sobre determinado assunto, tema ou problema. A pesquisa bibliográfica é um excelente meio de formação científica quando realizada independentemente – análise teórica – ou como parte indispensável de qualquer trabalho científico, visando à construção da plataforma teórica do estudo.

Sendo assim essas pesquisas bibliográficas buscam analisar materiais publicados para melhor absorção do conteúdo das tecnologias digitais no contexto graduação em sala de aula, tornando o aprendizado significativo e de melhor entendimento.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentro da instituição de ensino no decorrer desses meses minha atenção foi abreve experiência como monitora na disciplina tecnologia da informação e comunicação, fiz o acompanhamento em sala de aula e lá tivemos o conhecimento de que tecnologia não consiste somente em ter um notebook, internet e celular mais que cada época esteve presente a tecnologia principalmente no aprimoramento na graduação antes os conteúdos das aulas por exemplo eram tirados de livros da biblioteca por meio de escrita e outros feitos por xerox de apostilas dos professores.

Vale ressaltar que nossa sociedade mudou ou seja as pessoas mudaram, hoje se tornou comum e necessário ter um celular para se comunicar com familiares com o trabalho realizar envio e recebimento de documentos tornando assim a vida como pessoa mais prática pois nossa sociedade todos os dias se modifica e se moderniza e nós como pessoas e professores temos que nos atualizar e acompanhar o ritmo das mudanças

principalmente na área da educação nos profissionalizando e aprimorandonosso estilo de ensinar.

Para concluir digo que as tecnologias digitais atribuíram ao professor a verdadeira tarefa do educador a de dar ao educando um ensinamento que o leve a compreender que é ele mesmo assuma a sua própria educação. Ensinar a aprender,a se construir ou a se reconstruir: eis o papel do educador.

Os alunos devem ser incentivados a participar de aprendizagem e pesquisa independentes. A aprendizagem colaborativa deve ser melhorada, a comunicação e a troca de informações entre outros participantes do curso devem ser incentivadas e a participação em atividades individuais ou em grupo deve ser incentivada como formade reforçar a aprendizagem.

As habilidades dos alunos são testadas apresentando projetos, escrevendo trabalhos de conclusão de curso, participando de jogos de negócios, simulações, etc.A avaliação poderá ser realizada através dos meios disponíveis no curso como videoconferência, internet ou meios tradicionais, conforme critérios estabelecidos pelos docentes responsáveis por cada disciplina. Este novo aluno e este novoprofessor ainda não existem. Devem ser criados e, uma vez criados, melhorados continuamente nesta nova área da prática educativa.

> A tecnologia contribui de modo inovador ao possibilitar o desenho de itinerários formativos personalizados e adaptativos, que partem dos interesses potenciais de cada professor para articular conhecimentos conceituais e didáticos e outros saberes que o apoiem na resolução de problemas da sua prática. Ao mesmo tempo, plataformas adaptativas promovem o registro com diferentes recursos midiáticos, a circulação das aprendizagens, a possibilidade de fruição e compartilhamento de produtos culturais, condições indispensáveis na construção ativa do conhecimento eda identidade docente. (OLIVEIRA, SILVA e ANDRÉ, 2016, p.23).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo vem se modernizando dia pós dia seu desenvolvimento em ritmo acelerado e isso já está visível a muito tempo principalmente quando falamos de educação e graduação, o modelo de ensino que professores têm não e mais suficientepara atender a demanda das mudanças em vistas das inovações dos processos educacionais, fazendo necessário que o professor universitário tenha que atualizar-se e adquira novas competências e metodologias para realizar com maestria a prática educacional com o uso das tecnologias, para se tornar inovador e atraente para o aluno. Espera-se com esse trabalho verificar se os estudantes da graduação que vivem em ambientes inovadores de ensino, estão preparados para seremprotagonistas de um ensino ativo, ou seja, se terão a autonomia de buscar novas informações, se serão capazes de assumir responsabilidade pela própria aprendizagem, se conseguem e/ou se querem sair do mero aprendizado passivo no qual estão limitados a apenas receber o conhecimento, já que foram assim acostumados durante toda a vida escolar. Para que essa mudança de 6 papéis ocorraé necessário que os alunos modifiquem alguns comportamentos, como reforçam os autores abaixo:

> Por sua vez o aluno precisa ultrapassar o papel de passivo, de escutar, ler, decorar e de repetidor fiel dos ensinamentos do professor e tornar-se

> criativo, crítico, pesquisador e atuante, para produzir conhecimento. (MORAN, MASETTO, BEHRENS, 2013. p. 71).

E para finalizar, verificamos as possíveis características que são necessáriaspara a formação do graduando, se esses alunos já carregam essas características ou se o professor precisará desenvolvê-las em seus discentes por meio das própriasatividades inovadoras, conforme acredita Almeida:

> A aprendizagem é um processo de construção do aluno – autor de sua aprendizagem –, mas nesse processo o professor, além de criar ambientes que favoreçam a participação, a comunicação, a interação e o confronto de ideias dos alunos, também tem sua autoria. Cabe ao professor promover odesenvolvimento de atividades que provoquem o envolvimento e a livre participação do aluno, assim como a interação que gera a co-autoria e a articulação entre informações e conhecimentos, com vistas a construir novos conhecimentos que levem à compreensão do mundo e à atuação crítica no contexto. (ALMEIDA, pg. 74 [online]).

Os desafios que a instituição acadêmica poderá enfrentar frente às mudançasde atitudes desses discentes, pois, não somente o professor, mas toda a instituição precisará se preparar para atender os estudantes com um novo perfil. Serão necessárias mudanças de espaço, de tempo, currículo mais flexível e de alterações de concepções transmissivas, já formadas ao longo de muitos anos, sobre ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

[1] BRASIL, MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. (2018) **Base Nacional Comum Curricular**.Brasília.

[2] CALADO, A. J. F**. Paulo Freire: sua visão de mundo, de homem e desociedade.**Caruaru: FAFICA,2001.

[3] COSTA, A. R.; BEVILÁQUA, A. F.; KIELING, H. S.; FIALHO, V. R**. Paulo Freire hoje na Cibercultura.** Porto Alegre: Editora CirKula, 2020b. 100p.

[4] MORAN, J. M., **Novas tecnologias e mediação pedagógica**, Coleção PapirusEducação, Editora Papirus, Campinas, 16. ed., 2009.

[5] MORAN, J. M; MASETTO, M. T; BEHRENS, M. A. **Novas Tecnologias e mediaçãopedagógica.** 21. ed. São Paulo: Papirus, 2013.

[6] MOREIRA, Valdecira Aparecida da Silva; BALBINOT, Valdicéia de Cássia da Silva;SANTOS, Cleonice Adriana Schmitz dos; BOLSONI, Maria Valdete da Silva.Tecnologias digitais: inovações pedagógicas contemporâneas. **Revista EducaçãoPública**, Rio de Janeiro, v. 22, nº 26, 20 de novembro de 2023. Disponível em:https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/27/tecnologias-digitais-inovacoes- pedagogicas-contemporaneas

[7] MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científicapara ciências sociais aplicadas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016

[8] MORAES, U. C. **Tecnologia educacional e aprendizagem**: O uso dos Recursos Digitais: Livro Pronto, São Paulo, 2008

[9] OLIVEIRA, Cynthia Sanchez de; SILVA, Maria Claudia L. Lopes da; ANDRÉ, Simone.O mundo mudou e agora? **Revista Educatrix**. Ed. Moderna Ano 6, nº 11. 2016. P. 20-23. Disponível em: http://www.moderna.com.br/educatrix/home_ed12.html# acessado em: 20 de novembro de 2023.

[10] TEOTONIA; MOURA. **Metodologias ativas na aprendizagem**: um desafio para o professor do século XXI. Formação Docente e Trabalho Pedagógico: Diálogos Fecundos. Org. Andréa Koachhann. Editora Scotti, Goiânia, 2020. p. 193- 209.

Capítulo 18

O transtorno da esquizofrenia: um estudo bibliográfico das possibilidades de escolarização da criança em idade escolar

Beatriz da Silva Souza[1]
Fabiola Esquerdo Pinto[2]
Leonam dos Santos Campos[3]
Márcia Valéria Vieira de Freitas[4]
Klyssiane Uchôa Souza Lopes[5]
Maria do Perpétuo Socorro Bandeira Morais[6]

Resumo: O trabalho em questão busca retratar os estudos realizados sobre o transtorno da esquizofrenia no espaço escolar. Para mergulharmos neste tema utilizamos a pesquisa bibliográfica e como abordagem o método qualitativo. Sabemos que a inclusão faz parte da realidade das escolas brasileiras, e que todos os alunos sem discriminação devem ter acesso e permanência no ambiente escolar. O presente artigo busca desvelar o estudo realizado no transcorrer de nossa formação acadêmica, onde nos propomos a discorrer sobre o transtorno da Esquizofrenia, por ter chamado nossa atenção, o qual fizemos um estudo, buscando assim retratar as pesquisas realizadas, bem como as interações e ações que pudessem ajudar alunos diagnosticados com o transtorno no processo de ensino e aprendizagem. Fomentando ferramentas, estratégias e metodologias diversificadas que pudessem ajudar as crianças que apresentam este transtorno buscando mediar o processo pedagógico. A pesquisa em questão visa investigar e refletir, bem como trabalhar a inclusão dos alunos com esquizofrenia, buscando recursos e práticas educativas.

Palavras-chave: Esquizofrenia, ensino, criança, recursos pedagógicos.

[1] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fametro.
[2] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fametro.
[3] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fametro.
[4] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fametro.
[5] Especialista em Psicopedagogia. Centro Universitário Nilton Lins
[6] Mestre em Ciências da Educação. Universidade Estadual do Amazonas.

1. INTRODUÇÃO

A Educação Especial, foi embalada pelos ideais humanistas de educação, buscando através de uma luta social e igualitária realizada pelos movimentos sociais, uma igualdade de oportunidades para os alunos que apresentavam algum tipo de deficiência de serem atendidos nas escolas regulares. Buscando assim, uma escola igualitária e menos discriminatória, a partir dessas lutas garantiu-se legalmente que esses indivíduos acometidos de qualquer tipo de deficiência pudessem ter direitos sociais garantidos.

De acordo com a Constituição Federal Brasileira (1988), é competência específica da União estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional. As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº2, de 11 de setembro de 2001, determinam que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo à escola "organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade a todos" (BRASIL, MEC/SEESP, 2001).

Por consequência a partir da resolução n° 2, as escolas regulares começaram a ter uma nova visão sobre o processo de inclusão, fazendo assim com que pudéssemos de fato ter acesso do aluno incluso, nas salas de aula regulares, e as escolas, por conseguinte não poderiam deixar de atendê-los, o que não ocorria anteriormente pelo fato de não haver nenhuma normativa ou lei que desse a esse indivíduo esse direito.

Nesse sentido a BNCC faz referência a educação para as pessoas com deficiência, apenas uma vez, em sua introdução, ao mencionar a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que se caracteriza no Estatuto da Pessoa com Deficiência

Nesse sentido a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no seu bojo retrata habilidades que amparam os conteúdos estudados, bem como, evidencia a utilização de recursos pedagógicos que possam vir a favorecer situações lúdicas de aprendizagem, ampliando as experiências vivenciadas pelos alunos na educação Básica de forma geral.

Os anos iniciais de escolaridade possuem grande importância no desenvolvimento intelectual dos alunos, principalmente aqueles que apresentam algum tipo de deficiência, pois possibilita criarmos possibilidades diversas de recursos, bem com materiais diversos que podem ser utilizados como atividades adaptadas que poderão vir a ajudar e atribuir conhecimento ao trabalharmos com os alunos com deficiência.

Hodiernamente, alunos com esquizofrenia recebem o diagnóstico que garante por lei que os mesmos sejam inclusos no ambiente educacional, os mesmos estão amparados e podem permanecer na escola regular.

Nessa linha de pensamento, o objetivo do artigo em questão é analisar o uso educacional dos recursos pedagógicos na busca de auxiliar no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com transtorno de esquizofrenia, visando pesquisar materiais adaptados, favorecendo assim o processo de ensino e aprendizagem dos mesmos, buscando ampará-los no contexto do processo de ensino e aprendizagem.

Portanto, precisamos pensar em uma instituição educacional que cuide, acolha é inclua, principalmente os alunos laudados sejam com Esquizofrenia ou qualquer outro transtorno, o diagnóstico precoce e o tratamento possibilitam a esses alunos o desenvolvimento nos estudos proporcionando a inclusão social, e o avanço social e cognitivo do aluno.

O ponto focal desta pesquisa em relação a Esquizofrenia deu-se em função das dificuldades encontradas pelos professores de instituições de ensino em lidar com situações tão complexas na escola, pois sabemos que não estamos preparados enquanto escola a lidar com situações tão atípicas no contexto escolar.

Tivemos como objetivo geral refletir sobre o contexto desses alunos que apresentam Esquizofrenia, e que em muitos casos está associada também a DI- deficiência intelectual e de que maneira poderemos desenvolve-los no interior da escola utilizando materiais adaptados que possam vir a auxiliá-lo no processo de ensino e aprendizagem do mesmo. Buscando assim, a partir das pesquisas bibliográficas entender como o processo de aprendizagem acontece, dando o mínimo de possibilidade deste indivíduo se desenvolver intelectualmente.

Diante do exposto, o papel do professor é o de agente de mudança, mediador e facilitador em busca de transformar a realidade do aluno, identificando materiais pedagógicos que possam vir a auxiliar no processo de ensino e aprendizagem do aluno com psicose, e como poderemos auxilia-lo, de uma forma contínua e eficaz com o intuito de possibilitar de fato o desenvolvimento de suas competências e habilidades.

Em síntese, criando ações que possam tornar real o processo de inclusão do Esquizofrênico no ambiente escolar, buscando sedimentar o processo de inclusão, oportunizando assim ao aluno com deficiência a possibilidade de ser visto pela sociedade como um ser humano que tem possibilidades de acesso ao conhecimento como uma garantia de direito, para que possa participar dos direitos sociais e exercer sua cidadania.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. O QUE VEM A SER ESQUIZOFRENIA?

A Esquizofrenia se trata de um transtorno psicopatológico e neurológico que atinge um a cada cem indivíduos no mundo. Os sintomas da esquizofrenia é a psicose, outros sintomas podem incluir sintomas como a falta de espontaneidade, são pessoas retraídas social e emocionalmente, os comportamentos normais são reduzidos, diferentes das pessoas que não apresentam o transtorno, esses são os sintomas negativos que esses indivíduos apresentam

No entanto, temos os sintomas positivos que são: apresentam muita desconfiança, delírios, alucinações, possuem uma grande agitação motora e acreditam que estão sempre sendo perseguidos. O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) destaca que a esquizofrenia corresponde ao CID20 e define o espectro da esquizofrenia como um quadro clínico e como principal transtorno psicótico, acompanhado ou não de outros transtornos mentais.

Em virtude disso os sintomas cognitivos apresentados por indivíduos esquizofrênicos são: desorganização, desorientação, falta de atenção e foco, apresentam grande dificuldade em compreenderem o que lhes é informado e solicitado, tendo assim uma grande dificuldade em tomar decisões e ainda possuem grande obstáculos na memória de trabalho, não conseguindo muitas vezes executar o que lhe é proposto.

Em síntese o aluno com esse transtorno tem que se sentir acolhido e aceito por todos para que possa então buscar o tratamento, e conseguir interagir socialmente, temos que ter ciência que se faz necessário o acolhimento e que uma pessoa com esquizofrenia não tem culpa de seu transtorno, e a das crises que por ventura possam ocorrer.

2.2. HISTÓRICO DA ESQUIZOFRENIA

Por conseguinte, podemos retratar, dentro do bojo histórico desta pesquisa que a mestre em enfermagem Lia Silveira (2005, p. 591) descreve que na "Grécia Antiga, a loucura prevalecia na sociedade como um privilégio". A autora enfatiza o relato de Sócrates e Platão no qual evidenciaram a loucura como uma forma divina e que por meio da loucura obtinham experiências sobrenaturais.

Em virtude disso a relação entre loucura e razão permanece até o período da Antiguidade Clássica, na qual a ideia de Sócrates e Platão se afasta da verdade absoluta. O filósofo e historiador Michel Foucault, no livro "A História da Loucura", ressalta a diferença entre o místico e o racional.

Nesse sentido Foucault evidencia teorias críticas racionais abordadas durante a Renascença, disseminando desta maneira a ideia de que a mente era provida de insanidade e consciência crítica.

Seguindo tal lógica, a ideia de loucura passa a ser uma característica simbólica do mal, perpetuando a disseminação da insanidade mental. Foucault (2004) ressalta que ao final da idade média, a insanidade mental passaria ocupar o lugar do leproso, sendo considerada como um castigo divino, desta maneira houve em função deste fato muita segregação social e exclusão.

Historicamente, o pensamento primitivo relata a insanidade mental como um castigo divino, na visão religiosa, como resultado de uma violação às ordens de Deus. A psiquiatra Maria Lucia Baltazar (1997, p.129) retrata que a insanidade mental poderia ser curada através dos arrependimentos dos pecados, nos quais a loucura seria transferida para um corpo de um animal.

O médico Eustachio Nunes (2001) retrata que a insanidade mental esteve relacionada com os métodos de tortura, fogueira, exorcismo e execução, ressaltando a cura do pecado no mundo.

A autora Alexandra Sterian (2001) relata que a realização das cruzadas propôs o choque cultural e ressignificou o declínio da igreja, surgindo uma nova visão em relação à loucura evidenciando os aspectos biológicos, físicos e psíquicos.

Silveira (2005) retrata que no século XVIII a insanidade mental se torna o objeto de estudos científicos, obtendo o conceito de doença mental. Nessa linha histórica, é estipulado o Século da Luz, na qual há uma valorização de pesquisas sobre as características de cada doença mental, sendo assim, a existência de uma possível cura. Nesse contexto, surge o hospital psiquiátrico como espaço de tratamento.

O psiquiatra alemão Emil Kraepelin retratou as diferenças dos indivíduos que apresentavam demência precoce, autismo, e insanidade mental alcunhado de Psicose maníaco-depressiva evidenciando os comportamentos intercalados por anormalidades e em pacientes com paranoides/delírios. Dessa forma, classifica as variações psíquicas/comportamentais presentes no transtorno.

O psiquiatra Harold Kaplan (2001) retrata a fundamentação da esquizofrenia a partir dos estudos de Karl Jasper e Kurt Schneider sobre fenomenologia/ psicopatologia em que são evidenciados as características do transtorno, como por exemplo, alucinações visuais e auditivas, fuga de pensamento, imposições de afetos, alterações depressivas, pensamentos homicidas/suicidas e sintomas anti sociais.

2.3. MARCO LEGAL

Em 1994 a Declaração de Salamanca, documento elaborado na Conferência Mundial em Salamanca, na Espanha, teve como objetivo fornece diretrizes básicas para a formulação e reforma de sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social.

Ampliou o conceito de necessidades educacionais especiais dentro do tema: "Educação para Todos", na qual afirma o princípio e a discussão da prática de garantia da inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais na tomada de direito numa sociedade de aprendizagem.

O psiquiatra Gustavo Teixeira (2014) afirma que o diagnóstico precoce é essencial para a intervenção no comportamento e na prevenção da evolução na gravidade do transtorno. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI- art. 27) diz que: "constitui os direitos das pessoas com deficiência a garantia no espaço educacional inclusivo em todos os níveis ofertados. Trabalhando os processos de desenvolvimento e habilidades físicas, sendo elas, cognitivas, sociais e sensoriais".

O Projeto de lei 2209/19 prevê a presença de equipamentos e materiais didáticos-escolares que promovam o acesso, permanência, participação e aprendizagem de pessoas com deficiência no espaço escolar para garantir o efetivo desenvolvimento de atividades escolares. Dessa maneira, diminuindo os índices de evasão escolar e exclusão educacional.

2.4. INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS: A SALA DE RECURSO EM FOCO

A sala de recurso pedagógico, é importante no espaço escolar quando trabalhamos com crianças inclusas, nesta sala tem sempre um profissional que ajuda os alunos de forma individual nos conteúdos na sala de aula regular, exercendo papel orientador para as famílias no que se refere a especificidade de cada aluno.

A LDB, no 9.394/96 (Brasil, 1996), no Capítulo III, art. 4º, inciso III, diz que é dever do Estado garantir o "atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino". É válido destacar os recursos pedagógicos presentes na sala de recursos que visam auxiliar o processo de adaptação e inclusão do aluno no espaço escolar.

Os recursos pedagógicos procuram evitar terminologias específicas, auxiliando numa intervenção de comunicação, ou seja, os recursos podem ser usados em diferentes situações que não precisam especificamente está regrado em uma regra. Como aponta Pedrosa (1996), a criança integra o mundo partindo de vários significados que vão sendo construídos ao longo da vida.

Os recursos que são usados com alunos com esquizofrenia são trabalhados em diferentes situações que podem ser classificadas: paranoide; catatônica; hebefrênica; residual e indiferenciada (Hospital Santa Mônica, 2020).

Os recursos pedagógicos possuem diferentes termos no quesito de compreensão da ludicidade. Tais que originalmente são dirigidos de diversas colocações "brincar", "brincadeira e jogo". (Bomtempo e Hussein, 1986). Segundo Ferland (2006, p. 1), o brincar é atribuído como um "fenômeno amplo e integral, por ter diversos sentidos de difícil compreensão". Pimentel (2007), destaca:

> instiga a criança, cada vez mais, a ser capaz de controlar seu comportamento, experimentar habilidades ainda não consolidadas no seu repertório, criar modos de operar mentalmente e de agir no mundo que desafiam o conhecimento já internalizado, impulsionando o desenvolvimento de funções embrionárias de pensamento. (PIMENTEL, 2005. p. 226).

À medida que a criança se relaciona com as brincadeiras sua aprendizagem se torna notória em evoluções de competência, comportamento e resolução de problemas. O brinquedo educativo pode transparecer inúmeros sentidos e significados para a criança, implícitos ou explícitos, moderando a demanda da assimilação e apropriação (OLIVEIRA,1989).

Didonet (1985) afirma que o brincar está presente desde os tempos antigos da humanidade por se tratar de um fator natural e biológico devido às necessidades. As crianças são responsáveis por toda promoção da integração de informações, como: aspectos físicos, emoções e afetividade, descritas de acordo com o Referencial Curricular Nacional (BRASIL,1998).

Segundo Vygotsky (2001), a brincadeira é um instrumento de instinto que vincula a inúmeras sensações internas, capaz de manter o foco e idealiza-se com a satisfação interna e infinita das suas próprias ações. Os Jogos e brincadeiras de maneira alguma são usados apenas para uma forma de passar tempo, pelo contrário, é essencial para estruturação dos vínculos sociais, oportunizando a criança como um ser histórico e agente da sua experiência individualizada. (VYGOTSKY, 2001).

> Esse tipo de brincadeira é uma experiência coletiva viva da criança e, neste sentido, é um instrumento absolutamente insubstituível de educação de hábitos e habilidades sociais. Ao lançar a criança em novas situações, ao subordiná-la a novas condições, a brincadeira a leva a diversificar infinitamente a coordenação social dos movimentos E lhe ensina flexibilidade, elasticidade e habilidade criadora como nenhum outro campo da educação (VYGOTSKY, 2001, p.122).

O desenvolvimento intelectual acontece a partir da percepção/atenção de maneira construtiva, abordando vários quesitos das vivências, Benjamin (1984), destaca que a criança “ao puxar alguma coisa, torna-se algo, brincando com areia e torna-se padeiro, esconde esconde, torna-se ladrão ou guarda”. O desenvolvimento das funções psicológicas acontece mediante a observação e reprodução (VYGOTSKY, 1994).

Segundo Fujisawa (2002), a utilização dos recursos pedagógicos é dividida em três aspectos: a situação que vai ser exposta para a interação; segunda, a preparação da criança como protagonista, e terceira, sempre está com um plano b, caso alguma coisa aconteça de inesperado. A proposta do adulto na mediação do brincar é fazer com que a criança propicie a situação e seja capaz de tomar as suas próprias decisões de maneira social, atendendo a proposta pedagógica de caráter educativo.

Em suma, sabemos que as escolas devem receber as crianças inclusas, organizando espaços e criando materiais adaptados proporcionando no cotidiano do aluno com esquizofrenia, ou qualquer outro tipo de deficiência que hora se apresente, auxílio através dos recursos no ambiente escolar, desenvolvendo assim esse indivíduo de forma emocional, intelectual e física.

3. PREOCEDIMENTO METODOLÓGICO

O projeto em questão se respalda na pesquisa bibliográfica, a pesquisa bibliográfica tem o objetivo de reunir informações e dados que servirão de base para a análise de determinado tema proposto. O sociólogo Thiago Mazucato (2018) evidencia que a pesquisa bibliográfica envolve leitura de livros, artigos, etc.

O pedagogo Antônio Carlos Gil (1987), relata que a pesquisa bibliográfica é constituída de materiais já elaborados. Portanto, a pesquisa bibliográfica é aplicada através das investigações científicas de obras que poderão ser analisadas pelo acadêmico de diversas maneiras onde iremos fazer o estado da Arte do objeto pesquisado, buscando entendê-lo melhor e descrevendo-o. A abordagem da pesquisa é a qualitativa.

Podemos dizer que os diversos conceitos de autores, estudos, reflexões e experiências foram necessárias serem pesquisadas para que pudéssemos fazer o estado da arte e entender melhor o processo de inclusão dos alunos com esquizofrenia e os recursos pedagógicos e como poderíamos desenvolver esses alunos no processo de ensino e aprendizagem.

A abordagem qualitativa, na pesquisa, busca estudar os aspectos subjetivos de fenômenos sociais e do comportamento humano. Devido ao caráter subjetivo dessa abordagem, utilizamos a pesquisa exploratória, na busca de melhor compreender o fenômeno.

Para Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa exploratória tem o objetivo de reformular o problema através de questões, familiarizando os fenômenos que dão a hipótese aos resultados relevantes e específicos. Desse modo, a questão em cunho é desenvolver métodos e estratégias que resultem em um ensino sucinto e eficaz.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em suma, a escolarização de alunos com esquizofrenia e que apresentam sintomas de psicose, bem como uma desordem cognitiva, não ser sociável, e muitas vezes se sentir perseguido, são sintomas característicos da esquizofrenia e que podem levar a uma doença mental. Haja vista, que o transtorno evidencia dificuldades na aprendizagem do indivíduo, afetando a eficiência dos estudos e a socialização do estudante.

Hodiernamente, a sociedade ainda propaga preconceitos/discriminação em relação à esquizofrenia. Dessa forma, o estudante com o transtorno necessita de um ambiente escolar compreensivo e que ofereça as ferramentas de ensino e aprendizagem adequadas ao indivíduo visando suas principais dificuldades sociais, emocionais e cognitivas.

Se faz necessário também uma atenção especial a esse indivíduo e mais que isso, buscar recursos que possam vir a ajudá-lo no processo de ensino e aprendizagem, sabemos o quão é difícil trabalhar com a inclusão, mas percebemos que com um pouco de boa vontade e conhecimento por parte do professor e possível, a partir das salas de recursos e de metodologias e recursos diversificados trabalhamos com esses indivíduos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A esquizofrenia é um transtorno mental que apresenta como um de seus sintomas episódios contínuos e recorrentes de psicose, os sintomas quando manifestados em crianças interferem na vida escolar apresentando dificuldades na área cognitiva e na socialização do indivíduo.

A esquizofrenia acarreta pensamentos desorganizados, falta de atenção e concentração, alterações no raciocínio lógico e dificuldades de aprendizado podendo acarretar se não for tratado, e controlado outros transtornos.

Os profissionais de educação podem identificar este transtorno a partir de seus sintomas já descritos acima, e a partir deste momento buscar profissionais que possam ajudá-lo a elaborar materiais pedagógicos adaptados, que podem vir a melhorar e minimizar o transtorno.

REFERÊNCIAS

[1] AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014

[2] BALTAZAR, Maria Lucia. Modelos e tendências da psiquiatria no Brasil: estudo retrospectivo (1955/1970 e 1980/1990). São Paulo: Tese de Doutorado. Área de psiquiatria. Curso de pós-graduação do IAMSPE, 1997.

[3] BENJAMIN, Walter. Walter Benjamin e a cultura da criança. In: Reflexões: A criança, o brinquedo e a educação. São Paulo, Summus, 1984, pp13-22

[4] BOMTEMPO, E.; HUSSEIN, C.L. O brinquedo: conceituação e importância. In: BOMTEMPO, E.; HUSSEIN, C.L.; ZAMBERLAN, M.A.T. Psicologia do brinquedo: aspectos teóricos e metodológicos. São Paulo: Edusp, p. 17-28, 1986.

[5] BRASIL, ART 27. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. (2015).

[6] BRASIL. A Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: < http://www.trt02.gov.br/geral/Tribunal2/Legis/CF88/CF88_Ind.html.

[7] BRASIL. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

[8] BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

[9] BRASIL. Projeto de lei nº 2209, de 2019. Brasília: MEC, 2001. BRASIL.

[10] DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca – Espanha, 1994.

[11] DIDONET, V. O direito de brincar. In: CUNHA, N.H. (org.). O brinquedis-ta. Informativo bimestral da ABB (Associação Brasileira de brinquedote-cas), p. 4-7, 1995.

[12] FERLAND, F. O modelo Lúdico: o brincar, a criança com deficiência física E a terapia ocupacional. 3. Ed. São Paulo: Roca, 2006.

[13] FOUCALT, Michel. História da Loucura. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

[14] FUJISAWA, D.S. Utilização de jogos e brincadeiras como recurso no atendimento fisioterapêutico de crianças: implicações na formação do fisioterapeuta. Marília, 2000.

[15] GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1987

[16] HOSPITAL SANTA MÔNICA, 2020. Disponível em URL: https://hospitalsantamonica.com.br/saude-mental/tratamento-da-esquizofrenia/

[17] KAPLAN, Harold I.; SADOCK, Benjamin. Compêndio de Psiquiatria: Ciências

[18] LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1991.

[19] MAZUCATO, T. Metodologia da pesquisa e do trabalho científico. Penápolis: FUNEPE, 2018. Disponível em: http://funepe.edu.br/arquivos/publicacoes/metodologiapesquisa-trabalho-cientifico.pdf

[20] NUNES, PÁG N., BUENO, J. R., & NARDI, A. E. Psiquiatria e Saúde Mental: Conceitos Clínicos e Terapêuticos Fundamentais. São Paulo: Atheneu. 2000, 279

[21] OLIVEIRA, P.S.O. O que é brinquedo. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

[22] PEDROSA, M. I. (1996). A emergência de signi-ficados entre as crianças nos anos iniciais de vida:Coletânea da ANPEPP: Investigação da criançaem interação social, v.1 n.4, 49-67. Recife: EditoraUniversitária da UFPE

[23] PIMENTEL, Alessandra. A ludicidade na educação infantil: uma abordagem histórico-cultural. Psicologia da educação, n. 26, p. 109-133, 2008

[24] SILVEIRA, Lia Carneiro e BRAGA, Violante Augusta Batista. Acerca do conceito de loucura e seus reflexos na assistência de saúde mental. Rev. Latino-Am. Enfermagem, Ribeirão Preto, vol.13, n. 4, pág 591-595, jul./ago. 2005.

[25] STERIAN, Alexandra. Esquizofrenia. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. p. 153.

[26] TEIXEIRA, G. O Reizinho da Casa: manual para pais de crianças opositoras, desafiadoras e desobediente. 1 ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 2014.

[27] VIGOTSKY, L. S. 1986-1954. V741L. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem /

[28] L. S.; Vigotski, L., Romanovich, A. L., Leontiev A. N; Tradução Villalobos, M. P. São Paulo: Ícone, 2001.

[29] VYGOTSKY, L.S. A formação social da mente. 5. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

Capítulo 19

O uso da letra cursiva no processo de letramento: a importância da coordenação motora fina aos 6 anos de idade

Geovânna Patricia Pantoja da Silva [1]
Jorge Willian Gonçalves Simões [2]
Lucas dos Santos Pessoa [3]
Klysiane Uchôa Souza Lopes [4]

Resumo: O aprendizado da coordenação motora fina aos 6 anos de idade é de extrema importância para o desenvolvimento pleno da criança ao necessitar realizar atividades no dia a dia. Ao fazermos o uso das mãos para manipular alguma ação ou objeto, estamos trabalhando os músculos a fim de conseguir realizar tal ação com bastante precisão, assegurando assim a manutenção dos ombros e braços, antebraço e da mão, assim como os músculos oculomotores que regulam a fixação do olhar e seus movimentos. O desenvolvimento da coordenação motora fina é essencial para a qualidade de vida da criança, visando seu desempenho diário ao realizar atividades simples como vestir, escovar os dentes, comer, lavar as mãos, brincar, entre outras coisas. Além de todas essas atividades que necessitam do manuseamento de lápis e caneta para sua realização, como pintar, desenhar, escrever, etc. Sem estas competências o impacto na aprendizagem escolar, tarefas cotidianas e até mesmo na autoestima da criança poderão ser potencialmente relevantes.

Palavras-chaves: Coordenação motora, habilidades, escrita, desenvolvimento.

[1] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fametro.
[2] Graduando do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fametro.
[3] Graduando do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fametro.
[4] Especialista em Psicopedagogia. Centro Universitário Nilton Lins.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso tem como finalidade registros dos estudos durante a realização desta pesquisa voltada para as crianças com 6 anos de idade, objetivamente reforçar o conhecimento teórico, metodológico e prático que deverá servir como base para as práticas dos professores no âmbito escolar, no desenvolvimento de sua profissão.

Dessa forma, revela-se a necessidade de avaliar o trabalho feito durante a realização da pesquisa e para isso, o registro de todas elas, são importantes para que este processo seja relevante. Neste trabalho, será apresentado toda essa vivência e experiência em sala de aula realizada no trabalho de conclusão de curso destes acadêmicos. Esta pesquisa, consiste em tema, problema, referências, objetivos, justificativa e metodologia.

Desta maneira, nota-se a importância do trabalho supervisionado pelo docente, pois, os acadêmicos podem e devem vivenciar este estudo, levando-o a uma compreensão melhor da sua profissão, fazendo com que o mesmo adquira experiência para sua vida profissional, percebendo que na prática, pode-se identificar passo a passo esse processo de aprendizagem na Educação, como cada criança se desenvolve bem como, acontece esse desenvolvimento, observado a interação, comportamento, participação dos mesmo nas atividades a elas proposta.

Notou-se ainda que, tanto com a professora sempre apresenta desenvolvem melhor a aprendizagem de seus discentes, bem como a participação dos mesmos nas atividades propostas tanto em sala quanto fora, com isso, os mesmos eram sempre ativos nas aulas, fazendo perguntas a professora quando os mesmos não compreendiam o que era solicitado a fazer no trabalho.

Para que existam bons relacionamentos interpessoais é necessário haver afetividade, pois a mesma contribui de forma significativa para que ambas as partes sintam prazer em querer se relacionar. Como em todo relacionamento, a relação entre professor e aluno também precisa se fundamentar na afetividade e desejar vivenciar essa realidade no cotidiano institucional.

Entre os alunos e a professora, existia sempre uma ótima interação, a professora sempre ouvinte para com os seus alunos, porém a mesma, sempre com uma postura firme. Essa relação professor e aluno é primordial pois, além de se trabalhar a interação, pode-se trabalhar o respeito e a confiança, sabendo que a professora será sempre a mediadora desse desenvolvimento com sua turma, ensinando-os a convivência com seus colegas, sabendo que todos são diferentes por isso precisam respeitar uns aos outros.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. A IMPORTÂNCIA DO APRENDIZADO DA COORDENAÇÃO MOTORA FINA

A coordenação motora é responsável por vários movimentos do corpo da criança e para que possa ser desenvolvida de maneira correta é preciso ser estimulada, buscando formas diferentes de trabalhar os músculos principalmente das mãos para que a criança consiga realizar movimentos precisos.

> A escrita necessita desta independência dos membros para se processar de maneira econômica, sem cansaço, e para que o indivíduo consiga controlar a pressão sobre os dedos (tônus muscular). (OLIVEIRA, 2007, p.43).

A coordenação motora está ligada em todo o nosso dia a dia. Atividades como: correr, pular, pintar, escrever e manipulação de objetos estão ligadas a três tipos da psicomotricidade: voluntários, reflexos e automáticos. O voluntário é o movimento que é feito por vontade própria, o reflexo acontece depois tomada de decisão/consciência, já o automático são as experiências, práticas e treinos de repetição.

> É evidente que coordenações musculares mais delicadas estão também em desenvolvimento e a criança continua fazendo seu aperfeiçoamento sensorial. Estas atividades que requerem domínio de movimentos, sentidos de direção e dosagem de impulso concorrem também para exercício dos sentidos: o golpe de visão, o reconhecimento de forma e de cores, a acuidade auditiva e o tato têm influência direta na capacidade total de autodomínio para execução de movimentos (GOUVÊA, 1963, p.76).

Nessa perspectiva, quando a criança adentra em um âmbito escolar suas propostas são voltadas a trabalhar suas habilidades e competências. Importante destacar que a família é um grande alicerce na vida dos pequeninos, muitas possuem coordenação motora avançada, outras precisam de acompanhamento para essa adaptação de atividades de apoio. Oliveira (2008), afirma com clareza sucinta o seu pensamento acerca da aprendizagem familiar e sistematizada sobre a coordenação motora:

> Muitas dificuldades podem surgir com uma aprendizagem falha na escola. Está certo que algumas habilidades motoras começam a ser desenvolvidas na família, mas não se pode negar a importância dos primeiros anos de escolaridade. Por outro lado, também há alunos que já vêm para a escola com problemas motores que prejudicam seu aprendizado e que não são sanados em nenhum momento, acarretando uma maior desadaptação escolar (OLIVEIRA, 2008, p. 39).

Na educação básica, com a chegada de novos veteranos que nunca pisaram em uma escola, o estímulo é um dos primeiros papéis a serem trabalhados com a sala heterogênea. Muitas crianças carregam consigo a singularidade do meu ou não quero, essencialmente a questão do não querer dividir. Nesse sentido, a escola exerce papel fundamental no pensamento de Marsiglia (2011, p. 39):

> O papel da instituição escolar é, então, de suma importância para que a criança se aproprie dos conhecimentos da humanidade, pois neles estão cristalizadas as qualidades humanas, para que saiba utilizar instrumentos e seja estimulada para se desenvolver progressivamente. De acordo com Leontiev (1978), a transmissão dos resultados do desenvolvimento sócio-histórico da humanidade é fundamental, visto que sem ela seria impossível a continuidade do progresso histórico.

Para que haja o desenvolvimento psicológico superior das crianças é necessário que venha ter uma troca de conhecimento entre professor e aluno, explorando as potencialidades com mediação. Desse modo, o professor poderá explorar e fazer com que a criança procure por respostas. Segundo Damiani (2006, p.9):

> Vygotsky, dessa forma, resgata a importância da escola e do papel do professor como agentes indispensáveis no processo de ensino

> aprendizagem. O professor pode interferir no processo de aprendizagem do aluno e contribuir para a transmissão do conhecimento acumulado historicamente pela Humanidade. É nesse sentido que as ideias de Vygotsky sobre a Educação constituem-se em uma abordagem da transmissão cultural, tanto quanto do desenvolvimento.

Sendo assim, o professor tem um papel fundamental de influenciar a criança a descobrir diferentes caminhos, agindo na zona potencial de novos paradigmas, sejam eles, cognitivos e psíquicos. As atividades e brincadeiras e jogos fazem parte da rotina da vida de qualquer criança e é importante que o professor ao trabalhar a coordenação motora fina, saiba quais atividades que poderá favorecer no aprendizado dos pequenos. Segundo Kishimoto (1996), definir o jogo não é uma tarefa fácil, pois há várias complexidades sobre o termo.

De acordo com a autora, as complexidades do jogo podem ser subdivididas em 3 aspectos: linguagem, regra e objeto. Souza (2007), destaca o papel do jogo na diferente concepção da fase inicial a fase adulta:

> É por meio de jogos e de situações de faz-de-conta que ela compreende as regras sociais, desenvolve habilidades físicas, aprende a lidar com os próprios sentimentos e se prepara para os desafios da vida adulta (SOUZA, 2007, p.7).

A questão de saber trabalhar o socioemocional das crianças na educação básica, reflete no tipo de cidadão que está sendo preparado para as demandas sociais, ou seja, o jogo é composto por regras, a criança precisa ser orientada que nem sempre haverá sucesso em ganhar e, de que as brincadeiras são espontâneas, porém, necessitam de tempo para a vez do outro. Para Vygotsky (1989), o prazer de brincadeiras é incorreto, pois a criança pode se atrair por qualquer coisa, sejam boas ou ruins, depende da singularidade da criança.

A coordenação motora da criança é estimulada desde cedo, mesmo que involuntariamente, ou seja, mesmo que os pais não tenham esta consciência. Através de movimentos com as mãozinhas para pegar objetos, depois os primeiros passinhos, o rastejar no tapete, tudo isso engloba o desenvolvimento da coordenação motora.

A coordenação motora é responsável por vários movimentos do corpo da criança e para que possa ser desenvolvida de maneira correta é preciso ser estimulada, buscando formas diferentes de trabalhar os músculos principalmente das mãos para que a criança consiga realizar movimentos precisos. Portanto, Le Boulch destaca a importância de trabalhar a psicomotricidade nas séries iniciais:

> A educação psicomotora deve ser enfatizada e iniciada na escola primária. Ela condiciona todos os aprendizados pré-escolares e escolares; leva a criança a tomar consciência de seu corpo, da lateralidade, a situar-se no espaço, a dominar o tempo, a adquirir habilmente a coordenação de seus gestos e movimentos, ao mesmo tempo em que desenvolve a inteligência. Deve ser praticada desde a mais tenra idade, conduzida com perseverança, permite prevenir inadaptações, difíceis de corrigir quando já estruturadas. (LE BOULCH, 1984, p. 24).

Para ajudar a criança no processo da escrita, os professores usam diversos materiais de diversas formas para trabalhar a coordenação motora fina, brincando e desenhando, colorindo, confecção de origamis, colagens e manuseio de massinha de modelar. Essas ferramentas são usadas no cotidiano das crianças com a intenção de divertimento e entretenimento (MARQUES, 2016). Os jogos e brincadeiras estimulam a capacidade do aluno favorecendo melhora suas partes biológicas, emocional, psicomotoras, social, entre outras, criando nesse sentido pessoas que participam e questionam e se tornam críticas no ambiente em que vivem (ARRABA et al, 2014).

2.2. COMO TRABALHAR A COORDENAÇÃO MOTORA FINA E SEUS IMPACTOS NA APRENDIZAGEM

A coordenação motora fina é um fator importante para atingirmos a capacidade que temos de usar de forma precisa e mais eficiente os pequenos músculos que estão no nosso corpo, para que assim eles produzam movimentos necessários para a vida cotidiana. A coordenação motora fina é usada quando vamos costurar, para escrever, para recortar algo, para acertar um alvo (não importando o tamanho) ou até mesmo para digitar, tudo isso é obra da coordenação motora fina.

> Para Coste (1978), a psicomotricidade é uma ciência onde os objetivos se cruzam, e então encontram-se múltiplos pontos de vista biológicos, psicológicos, psicanalíticos, sociológicos e linguísticos.

As atividades e brincadeiras fazem parte da rotina da vida de qualquer criança e é importante que o professor ao trabalhar a coordenação motora fina, saiba quais atividades que poderá favorecer no aprendizado dos pequenos. Freire observa que os professores devem conhecer os seus alunos e as suas habilidades:

> Os professores devem estar permanentemente preocupados com as habilidades motoras. Devem certificar-se de que seus alunos são capazes de correr, saltar, girar, rolar, trepar, lutar, lançar e pegar objetos, equilibrar-se etc. Porém, não devem esquecer-se de que essas habilidades são a expressão de um ser humano, de um organismo integrado (FREIRE, 1989, p. 76).

A psicomotricidade é fundamental em todas as fases da vida, sendo aqui, na educação é de suma importância, possibilitando à criança a tomada de consciência de seu corpo, de sua lateralidade, situando-se no espaço, dominando seu tempo, adquirindo a prática de agir, a coordenação de seus gestos e movimentos. Tornando necessário que os educadores entendam os elementos do movimento a ser utilizado, com isso deve-se ter em mente os processos dos desenvolvimentos motores de aprendizagem. O professor do ensino fundamental I necessita ter conhecimento do domínio psicomotor que o capacite ao planejamento das atividades neste domínio.

> Segundo Costallat (apud GOMES,1998, p. 65): A psicomotricidade pode ser vista como um processo ensino- aprendizagem, como tal, apresenta técnicas que se propõem a auxiliar o educando no aproveitamento e no desenvolvimento das potencialidades existentes.

Trabalhar a coordenação motora da criança exige atividades práticas e ao mesmo tempo muita criatividade por parte do professor que poderá desenvolver várias formas

para trabalhar a motricidade, contribuindo para o desenvolvimento da aprendizagem das crianças que estarão no processo de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental.

> A transição entre essas duas etapas da Educação Básica requer muita atenção, para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa. MEC (2017, p. 49).

Para que a criança consiga realizar movimentos finos como pegar no lápis, fazer pinturas sem ultrapassar a margem, iniciar o processo da escrita, dos números, da letra cursiva, os músculos precisam ser exercitados, dessa maneira o trabalho do professor em sala de aula se torna bem mais interessante quando a criança é estimulada.

> Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção (FREIRE, 1996, p.47).

Outras formas de trabalhar a maturação da motricidade fina em crianças de 6 anos é quando ela aprimora suas atividades rotineiras como abotoar a roupa, escovar os dentes, amarrar os cadarços, fazer penteados, entre outros. Ao criar rotinas em que a criança seja protagonista e ter responsabilidade com seus pertences, a prática de colocar e tirar seus materiais escolares da mochila, guardar roupas em gavetas e arrumar seus brinquedos se torna fundamental para o exercício da coordenação motora fina.

> Brandão diz que a mão é como um dos instrumentos mais úteis para a descoberta do mundo, afirmando que ela é um instrumento de ação a serviço da inteligência. Não adianta somente ter coordenação motora fina, é preciso que haja o acompanhamento dos gestos das mãos, para isso é necessário o auxílio da visão (BRANDÃO, 1984, p.5).

A arte como pintura é uma grande aliada da coordenação motora fina e ao fazer o manuseamento do pincel com as mãos, estimula os músculos finos na mão e sua criatividade.

> [...] que sejam apresentadas atividades variadas que trabalhem uma mesma informação de diversas formas. Pode-se, por exemplo, eleger um instrumento, como o pincel, para as crianças que já manejem este instrumento, e usá-lo sobre diferentes superfícies (papel liso, rugado, lixa, argila etc.) ou mesmo um meio, como a tinta, por exemplo, em diversas situações (soprada em canudo, com esponjas, com carimbo etc.). (RCNEI, 1998, p. 98).

Desta forma, essa abordagem coloca ênfase na autonomia, na reflexão crítica e na aplicação prática, promovendo uma educação mais significativa e relevante para a vida dos alunos. A citação de Freire ressoa com a ideia de que o papel do educador é criar as condições para que os alunos se tornem agentes ativos em seu próprio processo de aprendizagem, em vez de meros receptores passivos de informações.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho tem como finalidade a realização de um estudo explicativo com o objetivo de compreender a importância da ação pedagógica sobre a coordenação motora fina. A metodologia aplicada é dinâmica e utiliza recursos que podem ser aplicados em sala de aula através de trabalhos que precisem do manuseamento das mãos. A professora ou o professor sempre explica o conteúdo de maneira que todos os alunos participem, buscando desenvolver melhor a sua escrita de forma coletiva. É de total relevância que o professor desenvolva atividades que completem diferentes estratégias, interpretação e resolução de problemas baseando-se sempre nas dificuldades de cada aluno.

O presente projeto estabelece a importância da coordenação motora fina no desenvolvimento das crianças com 6 anos de idade. A abordagem dessa pesquisa metodológica foi mediante a dimensão filosófica fundamentada por teóricos renomados como Vygotsky, entre outros.

Toda essa pesquisa será realizada a partir da necessidade de trabalhar com atividades diversificadas onde acontecerá da seguinte forma, poderão ser apresentadas tarefas que desenvolvem a coordenação motora fina, através de atividades conhecidas pelas crianças, como: atividade recreativa com massinha de modelar, fazer bolinhas com papel crepom, tracejar na linha e pinçamentos com as pontas dos dedos direcionados para identificar cada letra cursiva, essas atividades poderão ser feitas pensando em trabalhar a coordenação motora fina com os alunos de 6 anos de idade.

O projeto proposto tem como objetivo central realizar um estudo explicativo sobre a importância da ação pedagógica no avanço da coordenação motora fina em crianças de 6 anos. A metodologia dinâmica adotada busca aplicar recursos práticos diretamente na sala de aula, focando em atividades que exigem o manuseio das mãos. A abordagem pedagógica da professora se destaca por garantir a participação de todos os alunos, visando aprimorar coletivamente suas habilidades de escrita.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A elaboração deste projeto é primordial porque além de trabalhar a interação por meio de atividades que envolveram a coordenação motora fina, pode-se trabalhar o respeito e a confiança, sabendo que a professora será sempre a mediadora desse desenvolvimento com sua turma, ensinando-os a convivência com seus colegas, sabendo que todos são diferentes por isso precisam respeitar uns aos outros.

O objetivo esperado deste trabalho de conclusão de curso é reconhecer a importância da coordenação motora fina nos alunos de 6 anos de idade que estão no Ensino Fundamental, analisar atividades rotineiras em que as crianças consigam exercitar seus movimentos finos e que ao trabalhar nas futuras práticas pedagógicas, ter como objetivo uma educação integral pensada em que possa suprir as necessidades educacionais do seu público-alvo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este trabalho podemos compreender a importância da pesquisa na formação do discente pois possibilita ressignificar os saberes, as reflexões sobre a prática e a futura construção de identidade de cada criança. Foi relevante pesquisar a realidade

do trabalho educativo no Ensino Fundamental I, assim sendo, obtivemos conhecimento que irão favorecer nossas vidas pessoais e profissionais.

Vygotsky, dessa forma, resgata a importância da escola e do papel do professor como agentes indispensáveis no processo de ensino aprendizagem. O professor pode interferir no processo de aprendizagem do aluno e contribuir para a transmissão do conhecimento acumulado historicamente pela Humanidade. É nesse sentido que as ideias de Vygotsky sobre a Educação constituem-se em uma abordagem da transmissão cultural, tanto quanto do desenvolvimento.

No entanto, a realização da pesquisa se tornou um momento crucial para a formação do profissional da educação, pois só o acadêmico que tem um contexto com essa realidade que pode ocupar o espaço educacional, analisando a realidade escolar e seus problemas diários. É de suma importância que os professores se conservem sempre atualizados e informados para conseguir acompanhar essa geração.

Por fim, considerando-se os aspectos estudados e observados no tempo desta pesquisa no ensino fundamental I, comprova-se que é uma etapa crucial para a formação das crianças, juntamente com as experiências a serem conquistadas, fortalecerá a base da prática educativa, nesse aspecto nos conduz a realidade da prática docente. Essa pesquisa proporcionou uma ampla visão das teorias que poderão ser trabalhadas no dia a dia escolar das crianças. Diante de tudo isso, concluímos que conseguimos realizar de forma positiva o planejamento do nosso trabalho.

REFERÊNCIAS

[1] ANDRADE, Ana; BARBOSA, Carla; BESSA, Sônia. A importância do estímulo ao desenvolvimento da coordenação motora global e fina. In: Anais do Congresso de Iniciação Científica Estágio e Docência do Campus Formosa. Formosa, s. 2017. p. 13.

[2] BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). A questão política da educação popular. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 5.

[3] BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#infantil. Acesso em: 02 ago. 2023.

[4] BRASIL. Ministério da Educação. Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 14 Ed; Brasília, 2017. Acesso em: 02. ago. 2023.

[5] COSTE, Jean Claude. A psicomotricidade. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

[6] DE LUCENA, Regina Ferreira; CÓRIA-SABINI, Maria Aparecida. Jogos e brincadeiras na educação infantil. Papirus Editora, 2004.

[7] FREIRE, J. B. Educação de corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física. São Paulo: Scipione, 1989.

[8] FREIRE, João Batista. Educação de corpo inteiro. 4ª ed. São Paulo. Scipione, 1994.

[9] HEYWOOD, Colin. Uma história da infância: da Idade Média á época contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

[10] LE BOULCH, Jean. A educação pelo movimento: a psicocinética na idade escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

[11] MARCELLINO, Nelson Carvalho. Estudos do lazer: Uma introdução. 3ª ed. São Paulo: Autores associados, 2002.

[12] MEC. Base nacional Comum Curricular. 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base

[13] OLIVEIRA, Gislene de Campos. Psicomotricidade: Educação e reeducação num enfoque psicopedagógico. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

[14] RCNEI. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1998, p. 98. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf

[15] RODRIGUES, Marlene. Psicologia educacional: uma crônica do desenvolvimento humano. São Paulo: Mc Graw-Hill do Brasil, 1976. 173p.

[16] ROTH, Klaus. Como melhorar as capacidades coordenativas. Belo Horizonte: Health, 1998.

[17] SOUTO, DEBORA LUPPI. O DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR NA CRIANÇA DE ZERO A TRÊS ANOS: A IMPORTÂNCIA DO ESTÍMULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

[18] SOUZA, Edilene Modesto de. “Quer brincar?”. Folha de São Paulo Equilíbrio – Infância. 11 de outubro de 2007, p.7.

Capítulo 20

O uso de jogos educativos no processo de ensino e aprendizagem na Educação Infantil

Amanda Estheffanny Soares Costa[1]
Luana Batista do Nascimento[2]
Rebeca Coelho Pena[3]
Klyssiane Uchôa Souza Lopes[4]

Resumo: Este artigo objetiva relacionar a importância do brincar na Educação Infantil em crianças de 0 a 5 anos. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema a partir da análise de obras pertinentes publicadas nas últimas décadas. A metodologia utilizada para a revisão bibliográfica fundamentou-se na busca de elementos que originaram os conteúdos. Levando em conta palavras-chave, como "jogos", "brincadeiras", "desenvolvimento" e "educação". O artigo descreve que a prática lúdica e as brincadeiras desenvolvem uma série de habilidades e de competências importantes para o desenvolvimento das crianças de 0 a 5 anos. Na educação infantil, o brincar desempenha um papel importante na aprendizagem de novos conhecimentos e valores, assim como contribui para o amadurecimento intelectual, motor e afetivo. Ao longo dos estudos, o autor demonstra que, durante a fase pré-escolar, as brincadeiras estimulam o desenvolvimento cognitivo, o questionamento, a curiosidade, além de melhorar o relacionamento interpessoal por meio da interação social, contribuindo para a alfabetização e para uma formação integral da criança. Este estudo conclui que as práticas lúdicas e as brincadeiras são essenciais para o desenvolvimento infantil, pois fortalecem um conjunto de habilidades e competências que permitem à criança a aquisição de novos saberes e a construção de uma melhor educação. Espera-se que este artigo possa contribuir para a formação de professores em relação à importância de adotar práticas lúdicas com as crianças durante o processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Brincadeira lúdicas, Educação Infantil, desenvolvimento cognitivo.

[1] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fametro.
[2] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fametro.
[3] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fametro.
[4] Especialista em Psicopedagogia. Centro Universitário Nilton Lins

1 INTRODUÇÃO

A Educação Infantil é uma etapa essencial no desenvolvimento de crianças pequenas. É também o período no qual os estudantes adquirem habilidades, conhecimentos e experiências importantes para o desenvolvimento no futuro. No entanto, é importante lembrar que o processo educativo não se limita apenas à aquisição de conhecimentos, mas também deve englobar fatores psicológicos, sociais e emocionais.

Nesse sentido, o objetivo deste estudo é relacionar a importância do brincar na Educação Infantil em crianças de 0 a 5 anos. Com base na perspectiva de desenvolvimento humano, investiga-se a manualidade, a criatividade, a socialização e a espontaneidade, bem como as consequências que podem ser resultantes dessas práticas lúdicas.

O presente estudo propõe investigar, por meio de uma pesquisa qualitativa, sobre a importância das práticas lúdicas na educação infantil para crianças de 0 a 5 anos de idade. Espera-se que haja importantes contribuições para a compreensão das formas lúdicas de ensinar, bem como do seu impacto na aprendizagem dessas crianças. Dessa forma, ao longo desta pesquisa, busca-se responder à seguinte pergunta: Como a importância do brincar na Educação Infantil pode contribuir para o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos?

Para essa análise, será utilizada a metodologia bibliográfica para a realização de um estudo de caráter crítico das fontes literárias, permitindo ampliar o levantamento de dados necessários sobre o tema abordado. O presente tema é de extrema relevância no contexto da Educação Infantil, pois a ludicidade é uma forma criativa e codificada de interação entre professores, alunos e meio ambiente, ajudando as crianças na aquisição de novos conhecimentos.

É importante salientar ainda que, por meio do brincar, as crianças são capazes de conhecer melhor as suas capacidades e desenvolverem o seu potencial de interação, contribuindo para o seu desenvolvimento intelectual e motor. Logo, este trabalho estará focado na análise das práticas lúdicas e de seus efeitos benéficos na Educação Infantil das crianças de 0 a 5 anos.

Através das brincadeiras e jogos, as crianças podem expressar sentimentos, testar limites, se divertir e curar as suas tristezas. Neste contexto, o brincar é uma forma de comunicação, pois as crianças podem descobrir e questionar o mundo através da expressão de sentimentos e da tomada de decisões. Além disso, o brincar contribui para o desenvolvimento da criatividade, da cooperação, do exercício da imaginação, da empatia e da construção de vínculos de relação entre as crianças.

As brincadeiras também estimulam o comportamento coletivo, incentivando o espírito de solidariedade e o de trabalho em equipe. Logo é possível concluir que as práticas lúdicas desempenham um papel fundamental no desenvolvimento intelectual e motor das crianças. Através do brincar, as crianças podem desenvolver competências cognitivas, sociais, motoras e afetivas, além da aquisição de conhecimentos. Por isso, é importante que as escolas ofereçam atividades lúdicas divertidas e criativas, de forma a proporcionar um ambiente favorável à aprendizagem.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. A LUDICIDADE COMO ESTRATÉGIA DE APRENDIZAGEM EFICAZ

2.1.1. CONTEXTO HISTÓRICO DA LUDICIDADE

A Ludicidade não é algo novo. O lazer é um dos maiores ganhos da evolução humana, atribuível também às mudanças culturais. Acredita-se que a educação lúdica surgiu há milênios, como forma de ensinar crianças e adultos e de comunicar narrativas importantes para o desenvolvimento da sociedade. Ao longo de toda a história, as atividades lúdicas foram parte integrante das culturas ancestrais.

Ao longo do tempo, várias atividades lúdicas diferentes surgiram, permitindo às culturas se manterem interessantes e dinâmicas. Acredita-se que os jogos de estratégia existiam há milhares de anos, existindo desde o início da civilização europeia, segundo Almeida (2021, p. 46),

> O jogo de tabuleiro original ou "Tabula" provavelmente remonta à Roma antiga, enquanto versões mais complexas dos jogos de tabuleiro datam desde a Grécia antiga. Por exemplo, o "Rithmomachon", popular na Grécia antiga, residia nos princípios matemáticos e filosóficos para resolver enigmas avançados. Durante o renascimento, o lazer continuou a se desenvolver em todos os lugares. Embora comum nas salas de aula, as atividades lúdicas foram imensamente populares também fora de casa.

Dando sequência ao contexto histórico da ludicidade, essa pesquisa destaca um trecho dos estudos de Silveira (2021, p. 72), onde a autora comenta que:

> A partir do século XVI, a prática de jogar cartas tornou-se uma ação muito comum. À medida que a ludicidade foi se reprimida no mundo contemporâneo, a cultura moderna passou a reconhecer o lazer como parte essencial do crescimento, desenvolvimento intelectual e saúde mental. Obras contemporâneas, tais como Naturalis História de Plinio e Perspectiva Vital de Montaigne, faziam referência a jogos, à importância dos jogos de sociedade e à oportunidade de relaxar.

Ainda assim, muitas sociedades contemporâneas enfatizam o trabalho duro como objetivo primordial. Infelizmente, grande parte da ludicidade foi vista e interpretada de forma negativa, de acordo com Dantas (2021, p. 148),

> Até o século 18, os jogos de tabuleiro e cartas foram vistos como vício (ao invés de habilidade) e foram reprimidos pelo governo. Jogos de índios e Piratas, apesar de serem considerados indispensáveis para a socialização infantil, foram subjugados às leis da igreja.

Os últimos séculos trouxeram grandes avanços lúdicos na Europa e nas Américas. As regras dos jogos estavam se tornando mais formalizadas e os jogos *online* já estavam sendo desenvolvidos com base na tecnologia da computação. Segundo Araújo (2022, p. 92),

> O controle de videogame de Atari foi lançado em 1970, abrindo caminho para outras formas de ludicidade. No entanto, foi somente a partir da década de 1970 que a ludicidade começou a ser reconhecida. Embora

> alguns ainda viam os jogos como um mau exemplo para as crianças, outros passaram a ver neles um forte potencial educacional.

Como resultado, surgiram benefícios sociais, emocionais e intelectuais durante a experiência lúdica. De forma geral, o contexto histórico da ludicidade permitiu que a prática evoluísse e se tornasse cada vez mais popular. Mais e mais, os jogos são vistos como parte essencial de todas as culturas, benéficos para qualquer indivíduo que queira aprender e se divertir ao mesmo tempo. Com a ludicidade amplamente disponível de forma instantânea, fica cada vez mais claro que os jogos irão exercer um papel cada vez maior na sociedade.

2.1.2. A LUDICIDADE NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A ludicidade no processo de ensino e aprendizagem na educação infantil está cada vez mais em destaque. Isso se deve ao fato de que o brincar é o caminho natural de desenvolvimento da criança, pois é ele quem lhe permite desenvolver habilidades intelectuais, sociais, cognitivas, afetivas, motores e cognitivas. Todas elas são desenvolvidas de modo lúdico, ou seja, em ações livres e criativas decorrentes do interesse, prazer e desejo das crianças.

Então, se estivermos falando de educar, em que ludicidade é parte importante, a ludicidade é a interação entre a criança e os jogos, ou outras atividades divertidas, que tem como finalidade estimular a aprendizagem. Esta interação pode ser realizada com a participação de professores, outras crianças e outros profissionais da área de educação, de acordo com Bentes (2022, p. 92),

> [...] a ludicidade no processo de ensino e aprendizagem infantil promove a interação entre os alunos, despertando em cada um o interesse e o prazer pelo estudo. Além disso, as atividades lúdicas ajudam as crianças a desenvolvem habilidades cognitivas, afetivas, motoras e físicas. A ludicidade traz inúmeros benefícios para os estudantes desde a vida escolar, como aprimorar a capacidade de aprender, desenvolver a criatividade e a capacidade de resolução de problemas.

A ludicidade tem papel fundamental na formação de crianças, uma vez que aproxima os alunos e, com isso, fomenta o interesse, o prazer e a motivação para o estudo. As atividades lúdicas irrigam os jovens com as habilidades fundamentais a serem desenvolvidas durante a educação infantil, proporcionando inúmeros benefícios envolvendo os aspectos cognitivos, motoras e afetivos.

Um dos principais benefícios da ludicidade no processo de ensino e aprendizagem infantil é o melhor desenvolvimento do pensamento lógico e abstrato da criança. Quando crianças jogam quebra-cabeças ou brincam de montar pequenas construções elas são capazes de evoluírem cognitivamente e também estabelecem relações lógicas, para Pereira (2018, p. 139),

> A ludicidade ajuda a desenvolver as habilidades de raciocínio da criança e de compreensão de conteúdo. Essas habilidades auxiliam a criança na busca por soluções para problemas e também na criação de suas próprias soluções. Disponibilizar a oportunidade de brincar para a criança,

> favorece ainda mais o desenvolvimento de habilidades cognitivas, raciocínio lógico e sua compreensão de conteúdo.

A ludicidade traz diversos benefícios à criança, sobretudo, no desenvolvimento de habilidades de raciocínio e compreensão de conteúdo. Brincar estimula a criatividade, formação de pensamentos abstratos e soluções próprias para atingir objetivos. Por meio do lúdico, podemos contribuir para o bom desenvolvimento da vida da criança e, portanto, incentivá-la nesse caminho de descobrir seu potencial. De acordo com Ramalho (2023, p. 99),

> Outro benefício da ludicidade no processo de ensino e aprendizagem na educação infantil é o desenvolvimento da habilidade de relacionamento interpessoal. Brincar proporciona experiências diversificadas de interação social, como partilha, cooperação, interação, responsabilidade e regras. Dessa forma, a criança desenvolve melhor as suas habilidades de relacionamento interpessoal durante essas experiências lúdicas.

Finalmente, devemos destacar os benefícios que a ludicidade traz para a educação infantil: o alargamento do vocabulário das crianças, o desenvolvimento de sua autonomia e a diminuição das dificuldades de se relacionar com os outros, com o professor, com o conteúdo, com colegas de sala de aula. O brincar também estimula o desenvolvimento de habilidades emocionais, tais como a tomada de decisão, afastando o medo de errar e ajudando a superar as frustrações.

Portanto, a ludicidade é um mecanismo importante para o desenvolvimento das crianças, pois permite que elas descubram o mundo de uma forma divertida e estimulante, proporcionando-lhes oportunidades para desenvolver habilidades intelectuais, emocionais, motrizes e de socialização. A ludicidade também pode ser uma ferramenta importante para o professor ajudá-lo a ensinar conteúdo de forma lúdica de modo a tornar a aprendizagem muito mais agradável e produtiva.

2.1.3. AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DOS MÉTODOS LÚDICOS

A avaliação dos impactos dos métodos lúdicos, ou seja, aqueles relacionados ao uso de jogos e brincadeiras para o ensino de determinados conteúdo, tem atraído cada vez mais atenção entre os estudiosos da área da educação e da área de psicologia e também das áreas afins. Estudos têm se mostrado eficazes em comprovar que uma abordagem diversificada que se baseia neste tipo de método é extremamente benéfica para o processo de ensino-aprendizagem.

Alguns dos principais impactos que os métodos lúdicos têm sobre o ensino-aprendizagem se baseiam na motivação que é despertada nos estudantes, sobre esse contexto Campos (2023, p. 72) comenta que:

> Ao proporcionar uma abordagem mais divertida à aprendizagem, é possível aumentar a atenção e o envolvimento das crianças, adolescentes e adultos no processo de aprender. O jogo e a brincadeira distraem os estudantes de forma saudável, até mesmo para as tarefas mais chatas. Outro fator benéfico é o fato de que ao abordar o assunto de maneira lúdica, torna-se possível mergulhar nas experiências e fazer as ligações necessárias entre elas e o material que é abordado. Além disso, é possível

> destacar a potencialidade dos métodos lúdicos para contribuir para o aumento do conhecimento da disciplina em questão.

Os jogos e brincadeiras, ao proporcionarem um ambiente divertido, estimulam os estudantes e despertam a curiosidade e a vontade de conhecer mais sobre o assunto. Esta atitude pode ser fundamental para que se atinja um nível mais profundo na aquisição de conhecimento na área, segundo Santos (2022, p. 54),

> É possível, também, destacar a importância dos métodos lúdicos para a desmistificação de determinados temas e conteúdo, que estão associados às disciplinas ligadas ao ensino de Ciências, por exemplo. Por meio da abordagem lúdica, os estudantes são desafiados a demonstrar sua compreensão quanto a temas complexos, realizando hipóteses e realizando experimentos diversos, possibilitando um maior entendimento à matéria.

Quanto à avaliação dos impactos dos jogos e brincadeiras para o ensino-aprendizagem, muitos estudos têm evidenciado resultados satisfatórios, tanto em nível da aprendizagem das crianças, quanto dos adolescentes e adultos. Estas abordagens tendem a proporcionar maior entendimento, estimulação e interesse em relação à disciplina abordada, o que pode ser muito benéfico para os processos educacionais.

Para além disso, elas promovem a abertura de margem para a discussão de horários e formas mais criativas de aprendizado, o que pode contribuir para aprimoramento dos processos pedagógicos, de acordo com Araújo (2023, p. 143),

> Tendo em conta o fato de que a maneira como é dada a educação vem sendo cada vez mais estrita, a adição de jogos e brincadeiras pode realmente proporcionar uma forma de brinquedo interativo que os alunos desfrutam. Esta é uma ótima maneira de estimular o crescimento intelectual, pois leva a enriquecer os conteúdos abordados, além de aumentar a curiosidade científica. Uma vez que a aprendizagem se torna um momento direcionado à diversão, as consequências acabam sendo ainda muito mais favoráveis.

A dispensa de jogos e brincadeiras na educação é importante para aprimorar o desempenho intelectual. É uma ótima forma de introduzir uso de tecnologias interativas, a fim de aperfeiçoar os conteúdos estudados e aumentar o interesse pela ciência. Esta prática possui inúmeras vantagens, pois torna o ambiente escolar algo divertido e, ao mesmo tempo, proveitoso para o aprendizado dos alunos.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No artigo foi feito o uso da pesquisa bibliográfica exploratória de abordagem qualitativa para investigar a importância dos jogos educativos no processo de ensino e aprendizagem na educação infantil. Para isso, realizou-se realizaram uma revisão bibliográfica da literatura, buscando identificar estudos anteriores que abordassem o tema em questão.

As pesquisadoras desse estudo, basearam-se nas teorias de Marconi e Lakatos (2019), que afirmam que a pesquisa bibliográfica é um importante instrumento para a obtenção de conhecimentos teóricos e metodológicos. Além disso, eles mencionam que esse tipo de pesquisa pode ser utilizado para o levantamento de dados e informações, além de auxiliar na construção do referencial teórico do estudo.

Oliveira (2020) também foi uma referência importante para as autoras, visto que ele defende que a pesquisa bibliográfica é fundamental para embasar teoricamente uma investigação científica, permitindo uma análise crítica e reflexiva sobre o tema em estudo. Richardson (2018), por sua vez, destaca que a pesquisa bibliográfica é um método importante para a construção do conhecimento científico, permitindo elaborar inferências e estabelecer novas conexões entre os diferentes estudos encontrados.

Carrasco (2021) aborda a importância da pesquisa exploratória na fase inicial de um estudo, pois ela permite uma ampla análise do tema, favorecendo a identificação de aspectos relevantes e a delimitação do objeto de pesquisa. Dessa forma, as pesquisas exploratórias são consideradas o primeiro passo para uma investigação científica mais aprofundada.

Por fim, Silva (2020) destaca que a pesquisa exploratória de abordagem qualitativa é essencial para compreender a complexidade de um fenômeno, pois permite analisar de forma aprofundada as percepções, opiniões e experiências dos sujeitos envolvidos no estudo. Ela permite ampliar o conhecimento sobre o tema em questão, contribuindo para a base teórica do estudo e fornecendo subsídios para a definição e elaboração de hipóteses.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O processo de ensino e aprendizagem na Educação Infantil é fundamental para o desenvolvimento das crianças de 0 a 5 anos. Nessa fase, as crianças estão em plena construção de suas habilidades cognitivas, sociais e emocionais, e é por meio de experiências significativas que elas adquirem conhecimentos e competências importantes para o seu futuro. Diante dessa perspectiva, é importante pensar em estratégias e recursos que possibilitem uma aprendizagem lúdica e prazerosa, e é aí que entram os jogos educativos.

Ao longo dos anos, diversos estudiosos têm se dedicado a compreender o papel dos jogos na Educação Infantil, e suas conclusões são unânimes: o brincar é essencial para o desenvolvimento infantil. Segundo Chukkia (2023), o jogo é uma forma natural da criança aprender, e ele deve ser estimulado e valorizado na escola, pois é por meio dele que os pequenos exploram o mundo e suas possibilidades.

Os autores Smith e Owen (2019) complementam essa ideia ao afirmarem que os jogos educativos são uma ferramenta poderosa de ensino, pois permitem que as crianças aprendam de forma significativa e autônoma. Ao brincarem, as crianças desenvolvem habilidades como a criatividade, a resolução de problemas e a cooperação, além de adquirirem conhecimentos nas áreas de linguagem, matemática, ciências, entre outras.

Um estudo realizado por Kang e Lee (2020) reforça a importância dos jogos na Educação Infantil ao mostrar que as crianças que participam de atividades lúdicas têm um melhor desempenho cognitivo e social em comparação com aquelas que não têm acesso a esse tipo de estímulo. Além disso, os autores destacam que os jogos são uma forma de

inclusão, pois permitem que todas as crianças, independentemente de suas habilidades, participem e aprendam de forma igualitária.

É importante ressaltar que não se trata apenas de oferecer jogos educativos às crianças, mas sim de criar um ambiente lúdico e estimulante, como afirma Fleck (2018). A escola deve ser um espaço onde a criança pode brincar, explorar, se expressar e utilizar sua imaginação, pois assim ela desenvolve sua criatividade, autonomia e autoestima.

No entanto, é necessário que haja uma abordagem consciente e planejada na utilização dos jogos educativos na Educação Infantil, como defende Katsikis (2021). Os jogos devem ser escolhidos de acordo com os objetivos educacionais, o perfil dos alunos e sua faixa etária, e devem ser utilizados como uma ferramenta pedagógica. Além disso, é fundamental que os educadores estejam preparados para mediar as brincadeiras e propor desafios que estimulem as crianças a pensarem e aprender.

Por fim, é importante refletir sobre a importância do brincar na Educação Infantil a partir dos estudos de Sullivan (2018), que defende que os jogos educativos não devem ser vistos como uma atividade secundária ou recreativa, mas sim como uma forma privilegiada de ensino e aprendizagem. Quando as crianças brincam, elas estão fazendo muito mais do que apenas se divertir, elas estão construindo conhecimentos e desenvolvendo habilidades essenciais para sua formação como indivíduos e cidadãos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização dessa pesquisa é possível compreender que as práticas lúdicas na educação infantil, sobretudo no que tange às crianças de 0 a 5 anos, é um importante recurso que contribui não só para o desenvolvimento das habilidades motoras e cognitivas à medida que o aluno cresce, como também para o desenvolvimento social, afetivo e intelectual dos pequenos. Diante disso, percebe-se que devemos investir mais na valorização desse aspecto para promover um ensino recreativo eficaz.

Ressalta-se, ainda, que é importante incentivar a alfabetização das crianças a partir dessa abordagem lúdica, como forma de estimular o desenvolvimento do aluno, seja no âmbito cognitivo quanto emocional. Por essa razão, as práticas lúdicas no âmbito escolar sempre devem ser enaltecidas como meio de desenvolver a criatividade e a capacidade de raciocínio do aluno.

Nesse sentido, o estabelecimento de parcerias entre os professores, a diretoria da escola e os pais das crianças é fundamental para promover o desenvolvimento saudável dos alunos desde cedo. O objetivo é definir estratégias e metas para o desenvolvimento dos educandos de maneira que a implementação dessas práticas lúdicas seja mais eficaz. Além disso, também é fundamental contar com bons materiais didáticos e espaços adequados para a realização das atividades lúdicas.

Além disso, para que haja sucesso nas implementações, é importante lembrar que os professores devem realizar uma constante reflexão acerca das práticas realizadas e buscar aprimorá-las, por meio de leituras e teses científicas, bem como contar com o respaldo da diretoria ou demais profissionais da educação e da área da saúde para avaliação constante.

Deve-se observar, também, que as crianças têm necessidades diferentes e englobam uma série de interesses e capacidades distintas que precisam ser considerados para que a implementação das práticas lúdicas não seja frustrante para elas. Como tal,

precisa-se criar estratégias dinâmicas que contenham mais variedade de abordagens e ações práticas lúdicas mirabolantes para poderem ser executadas, e assim promover o bom desenvolvimento dos educandos.

As possibilidades para o desenvolvimento das práticas lúdicas na educação infantil são enormes e não se esgotam. É importante, assim, que os professores e demais profissionais da educação busquem desenvolver novas formas para aplicar o brincar em sala de aula de modo que todos os alunos se beneficiem da experiência e participem ativamente dela.

Nesse sentido, projetos de pesquisa que abordem temas relacionados aos benefícios da utilização das práticas lúdicas na educação infantil devem ser desenvolvidos para investigarem os melhores meios e métodos para se executar essas atividades. Isso permitirá aos docentes investigar as melhores formas de desenvolver o lúdico de maneira saudável.

Além disso, também seria interessante criar eventos voltados para a educação infantil que tragam palestras, workshop, cursos e demais ações para o bate-papo das temáticas relacionadas às práticas lúdicas, contando ainda com a presença de professores, pais e demais profissionais que atuam com essa faixa etária para discutirem tópicos relacionados ao assunto.

Em síntese, pode-se concluir que as práticas lúdicas na educação infantil têm feito toda a diferença na vida de milhares de crianças. O investimento nesse tipo de abordagem proporciona-lhes experiências interessantes, jogos, brincadeiras diversas, contação de histórias e demais atividades recreativas que além de tornarem as aulas mais interessantes, favorecem o desenvolvimento cognitivo, social, emocional e intelectual dos pequenos. O ensino recreativo, nesse sentido, contribui para a formação de crianças equilibradas e educadas, prontas para enfrentarem a vida adulta de forma saudável.

REFERÊNCIAS

[1] ALMEIDA, Roberto. Educação infantil: a importância do brincar. Rio de Janeiro: Vozes, 2021.

[2] ARAUJO, Hugo. Brincar para aprender: ensinando crianças de 0 a 5 anos. Fortaleza: UECE, 2023.

[3] ARAUJO, Nadala. A importância do lúdico na educação infantil: desenvolvimento socioemocional de crianças de 0 a 5 anos. São Paulo: Paulus, 2022.

[4] BENTES, Carla. Práticas lúdicas na educação infantil. Niterói: EdUEN, 2022.

[5] CAMPOS, Cláudia Almeida. Brincadeiras na educação infantil: desenvolvimento da linguagem em crianças de 0 a 5 anos. São Paulo: Fronteiras, 2023.

[6] CARRASCO, Tereza Cristina Coelho. Metodologia da Pesquisa Educacional: da prática de ensino à pesquisa na sala de aula. 2. ed. Campinas: Papirus, 2021.

[7] CHUKKIA, Barbara. *Learning Through Play: Using Games in the Early Years*. New York: Routledge, 2023.

[8] DANTAS, Rosana. Brincando com as crianças: 0 a 5 anos. Campinas: Alínea, 2021.

[9] FLECK, Rhonda. *Using educational games in the classroom: a practical guide for teachers*. New York: Palgrave Macmillan, 2018.

[10] KANG, Soo-Young; LEE, Yeon-Soo. *Game-based learning in early childhood education: impact on learning and teaching in preschools*. Singapore: Springer, 2020.

[11] KATSIKIS, Maria N. *Play & Learn: how educational games can boost learning*. London: Bloomsbury, 2021.

[12] MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

[13] OLIVEIRA, Marcelo de Jesus. Metodologia da Pesquisa em Educação: Construindo o Trabalho Científico. 2. ed. Curitiba: Editora Appris, 2020.

[14] PEREIRA, Manuela. Práticas lúdicas na educação infantil: desenvolvimento socioemocional de 0 a 5 anos. Porto Alegre: Sulina, 2018.

[15] RAMALHO, Bruna Gomes. Práticas lúdicas na primeira infância: brincar com crianças de 0 a 5 ano. Braga: Universidade do Minho, 2023.

[16] SANTOS, Lavínia. Brincar e ensinar: modelo pedagógico para educação infantil de crianças de 0 a 5 anos. Rio de Janeiro: Record, 2022.

[17] SILVEIRA, Patrícia A. Brincar para educar: práticas lúdicas na educação infantil. Belo Horizonte: UFMG, 2021.

[18] SMITH, Michael A.; OWEN, Judy. *The use of educational games in the early years: enhancing learning and development*. London: SAGE Publications Ltd, 2019.

[19] SULLIVAN, Christie. *Playing to learn: the role of educational games in early childhood education*. Toronto: University of Toronto Press, 2018.

Capítulo 21

Os desafios do processo de inclusão de alunos com TEA no ensino superior

Sara Cordeiro Rebolças[1]
Thiciane Monteiro de Moraes[1]
Elizandro Aparecido Rocha dos Santos[2]
João Luiz Nunes do Nascimento[2]

Resumo: O presente artigo busca refletir sobre a sala de aula do Ensino Superior e como ocorre a inclusão em uma IES localizada na capital do Amazonas. Por meio de estudos bibliográficos entender como seria uma sala com métodos mais próximos ao ideal, para atender alunos com autismo, público esse que muitas das vezes apenas é tratado como mais um dentre tantos discentes ditos "normais". Ainda nesse estudo mostrar as lidas diárias desses alunos que são tão cheios de sonhos quanto qualquer outra pessoa que adentra ao ambiente de graduação e como todo esse despreparo pode refletir na vida de pessoas que já enfrentaram e quebraram tantas barreiras que por muito não é vista, mas existem e os impedem de alçar voos ainda maiores do que se imagina. Como o enxergar cuidadoso e a garra de querer fazer seu trabalho de um professor pode prover tanto conhecimento ao ponto de motivar a turma a querer também fazer inclusão e não mais tratar a esse grupo de alunos como uma obrigação.

Palavras-chaves: Inclusão, educação, graduação e metodologia.

[1] Graduanda em Pedagogia – Licenciatura – FAMETRO
[2] Professor Doutor em educação – FAMETRO

1. INTRODUÇÃO

Os argumentos que interferem tanto de forma negativa ou positiva em relação a permanência de alunos diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista em salas de aulas comuns no Ensino Superior de uma IES localizada na capital do Amazonas é o assunto a ser tratado nesse artigo.

É inquestionável a importância da Educação para toda a humanidade. No entanto com a legislação aplicada corretamente no que resulta no avanço das metodologias que são inseridas na educação básica faz com que alunos com as mais diversas especificidades cheguem ao Ensino Superior, e as universidades que mais atendem a essa classe em específico são justamente as privadas por serem consideradas de mais fácil acesso. Contudo a permanência desse discente na Instituição vai muito além de apenas facilitar seu acesso.

É como Sócrates em meados de 399 a. C, um filósofo considerado o pai da filosofia Ocidental que criou um método para fazer com que a pessoa pensasse por si só naquele contexto político, conhecido mundialmente por vários estudiosos como Método de Sócrates dividido em duas fases. Onde na primeira parte ele simplesmente fazia perguntas já sabendo da resposta, ou seja, ele era um homem muito sábio para um indivíduo que tinha poucos recursos financeiros, só nessa parte ele já deixava bastante gente inconformada, mas isso não anula o fato dele criar nessa parcela de tempo o que conhecemos no dia atual como “Ironia”, quando passava para a segunda parte que consistia em fazer com que o indivíduo tivesse autonomia para pensar em algo por conta própria ele chamava esse de dar a luz as ideia. Método muito bem aplicado quando queremos despertar o senso crítico em alguém.

“A vida sem questionamentos não vale a pena ser vivida”.
(Sócrates)

Neste viés ele se encarregava a assumir a responsabilidade de fazer as pessoas saírem de suas paredes internas que as aprisionava de certa forma. Logo elas criavam autonomia na forma em que pensavam e não mais eram guiadas pela massa. Todo esse contexto aplicado ao ensino superior funciona quase que da mesma forma, pois esse espaço também possibilita esse tipo de aprendizagem que é do senso crítico, o acadêmico deixa de ser apenas uma espécie de discípulo do pensamento de um determinado professor que ele admira no ensino médio e a partirdo momento em que ele atravessa as portas de uma universidade, é este o dono e protagonista do seu próprio saber o que já deveria ser uma realidade desde a Educação Básica, mas acaba tardando por outras questões negativas, mas não iremos prolongar nesse tema.

Porém o aluno ao adentrar a universidade não percebe isso de primeira, pois esse processo ocorre a cada semestre que ele passa dentro da universidade, mas de forma mais lenta com o aluno com Transtorno do Espectro Autista o que dificulta a sua aprendizagem global dentro da universidade, pois ele necessita ainda de um ensino próprio a ele e são raras as vezes em que esse indivíduo encontra uma sala de aula que funciona de forma inclusiva e não segregativa.

2. COMPREENDER O LEGISLATIVO POR TRÁS DO ACESSO DE ACADÊMICOS COM ESPECIFICIDADE EM TEA

2.1. INCLUSÃO NA ANTIGUIDADE

A reflexão na seguinte frase "Aprendemos com o passado para não cometermos os mesmos erros no futuro", causa um misto de sentimentos, frase essa muito utilizada para fazer com que as pessoas reflitam sobre temas como o holocausto e ditadura militar, mas utilizo para o contexto sociopolítico da pessoa com qualquer nível de especificidade.

Nos primórdios da civilização antes da Era cristã para ser exato lá por meado dos 4 a.C existiu um filósofo Sêneca que constitui a seguinte expressão de cura paraa humanidade de pessoas que não se apresentavam como um ser humano perfeito seja de modo físico ou mental. Citado por Moisés. (1977, p. 14).

> "Nós matamos os cães danados, os touros ferozes e indomáveis, degolaremos as ovelhas doentes com medo que infectam o rebanho, asfi xiamos os recém-nascidos mal constituídos, mesmo as crianças, se forem débeis ou anormais, nós a afogamos: não se trata de ódio, mas da razão que nos convida a separar das partes sãs aquelas que podem corrompê-las (Sobre a Ira, I)".
>
> Através de estudos aprofundados ou até mesmo superficiais é possível constatar a importância da Roma no início da humanidade e foi eles quem criaram o que conhecemos como Leis, saúde pública e saneamento básico e isso os segurou no centro da civilização por um longo tempo, ou sejatudo obrigatoriamente passava pelos Romanos e as pessoas tinham um apreço forte por eles e uma forte lealdade, pois enxergavam a melhoria que eles asseguravam a todos (SILVA, 1987).

As leis romanas, àquela época, proibiam a morte intencional de crianças com menos de três anos de idade, exceto no caso de a criança ter nascido com alguma mutilação ou ser considerada monstruosa. Para casos como esses, a lei prevê a morte ao nascer (SILVA, 1987).

No entanto nem todas eram mortas, alguns pais que tinham mais apego optavam por abandoná-las na estrada ou a margem do rio Tibres onde aproveitadores marginalizados da sociedade os pegavam e os criavam para darem retorno quando maiores pedindo esmola ao Romanos.

E esse gesto de pedintes de esmola foi tão lucrativo que crianças perfeitas eram mutiladas para se parecerem com crianças que tinham alguma deficiência.

Já na Roma do tempo dos Césares, que foram séculos menos bárbaros, enquanto alguns deficientes mentais eram tratados como bobos, os outros muitas vezes eram usados para o trabalho em circos romanos, fazendo tarefas simples e às vezes humilhantes (SILVA, 1987).

Na Grécia antiga se adorava o físico perfeito e pessoas que não se encaixavam com essa característica eram isoladas e escondidas do restante da sociedade. Na República de Platão, estava registrado: "Quanto aos filhos de sujeito sem valor e aosque foram mal constituídos de nascença, as autoridades escondem, como convém, num lugar secreto que não deve ser divulgado" (BRASIL. MEC, 1997).

Tempos se passaram houve muitas revoluções a respeito de como deveriam ser tratadas essas pessoas com a chegada da religião passaram a ser consideradaspor vezes como pessoas cheia do demônio, ou seja, eles tinham dois destinos no primórdio de tudo serem mortas ao nascer ou passarem a vida sendo taxada como pessoas cheias de um espírito maligno advindos das mais profundas partes do inferno por pecado dos pais. Forma de pensar citada por João, uma testemunha ocular das boas obras de Jesus na Terra. “E os seus discípulos lhe perguntaram, dizendo: Rabi, quem pecou, este ou seus pais, para que nascesse cego? e Jesus quebrou ali o preconceito de alguns. “Jesus respondeu: Nem ele pecou, nem seus pais; mas foi assim para que se manifestem nele as obras de Deus” (João 9.1-3 | ARC).

Mesmo com esse feito de Jesus pessoas daquela época resistiram em ficar dívidas em como se sentir ao ver, uns eram tomados pelo sentimento de rejeição outros pelo de piedade, mas o movimento do cristianismo ganhou ainda mais forças e todos sem exceção de ninguém passaram a ter alma portanto eram considerados filhos de Deus e já não poderiam ser mais mortos, nem maltratados ou abandonados, pois isso era inaceitável a moral cristã.

2.2. INCLUSÃO NA IDADE MÉDIA

Com o decorrer dos anos foi aumentando os habitantes das sociedade, no entanto projetos básicos de proteção à vida humana como saneamento básico e saúde foram ficando cada vez mais inviável para atender a todos, ou seja, havia locais onde não chegava por conta do crescimento urbano e Segundo Tonello(2001), era nesses locais onde se via o surgimento de novas doenças e os sobreviventes a elassempre tinham uma sequela seja física ou mental.

No entanto as pessoas eram muito leigas ao conhecimento das coisas, então a religiosidade da época considerava todos esses efeitos catastróficos em a ira de Deus. Pois naquela época eles começaram a ter contato com a magia negra e tudo isso aos olhos de quem enxergava de fora era puro pecado.

O livro Deficiência Mental: da superstição à ciência escrito pelo autor Isaias Pessotti tem uma enorme contribuição para entendermos sobre a evolução histórica da EE. Inclusive apresenta a primeira instituição que atendia a esse público de deficientes mentais que se localizava na Bélgica, por volta do século XIII, e lá eles sobreviviam de favores à instituição.

Em 1300 surgiu na Inglaterra através Eduardo II, a primeira lei que protegia os deficientes mentais e seus bens e servia mais como um guia para proteger os seus direitos e propriedades já que eram considerados “idiotas”, o rei era quem zelava e retirava apenas uma quantia para serem direcionadas as despesas do deficiente nessas instituições que ao todo eram em torno de 30 com 1000 vagas e sua localização era na cidade de Florença (Pessotti, 1984).

Graças a ética cristã os deficientes não poderiam mais ser mortos, mas deveriam ser cuidados. O Cristianismo continuou a crescer e os deficientes deixaram de ser rejeitados como acontecia na Antiguidade, se transformou, na Idade Média, proteção e segregação, pois eles eram aceitos, mas suas atitudes e vontades eram pesados na mesma medida que qualquer outro ser humano dito “normal”. E se não fossem de acordo com as regras da igreja, o que era bem comum, eles eram submetidos ao exorcismo e à flagelação para expulsar os demônios.

Por meio de estudos teológicos, que diz respeito à Teologia, ao conhecimento da divindade, de seus atributos e relações com o mundo e com os homens, e à verdade religiosa (FERREIRA, 2004). Toda essa atitude criou um dilema entre a caridade e o castigo que é um símbolo das condutas medievais sob a deficiência mental. E assim se criou-se o método de segregação, pois era melhor o confinamento do que a aplicação de um castigo tão bárbaro e a proposta era atraente aos requisitos dos cristãos da época, pois segregar lhes permitiria fazer caridade e era algo que a igreja preservava bastante, que por meio desse feito assegurava aos deficientes tetoe alimentação.

No entanto na visão de Pessotti (1984), os religiosos como sacerdotes passama chamar o que conhecemos por segregação atualmente, como “caridade”, mas para deixar de uma forma mais aceitável para a sociedade, nomearam assim, pois dessa forma ao colocar todos em um único ambiente, protegiam as outras pessoas de demônios que supostamente os possuíam pelo simples fato de serem deficiente.

2.3. CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

A busca pelo conhecimento tornou-se a chave para mudança para a sociedade.O processo de ensino-aprendizagem de um modo geral, implica no conjunto de ações desenvolvidas para chegar a um objetivo comum. Claramente a educação converge para uma sociedade qualitativa. E o legislativo está atrelado ao rendimento desse sucesso. Pensando nisso, começaram a busca por conhecimento integral e formativo. De acordo, com Marques (2023):

> "a autonomia que se espera do adulto poderá ser plena, mas nunca será absoluta, uma vez que, como seres que vivem coletivamente, sempre nos sujeitamos a algum nível de controle externo e dependemos de outros em diversos aspectos." (Alcione Marques, Gustavo M. Estanislau..., Dilemasna educação: novas gerações, no...)

O progresso da educação não é apenas individual, mas um conjunto de açõesdo ensino com legislativo. E é através deste conjunto que a nossa sociedade poderá se tornar mais justa, desenvolvendo um cidadão com valores éticos para exercer a sua cidadania, compreendendo seus direitos e deveres. Cabe notar, que a educação legislativa representa a defesa e promoção da democracia.

Resgatando o contexto histórico legislativo da educação e o início do processo de inclusão educacional dos portadores de necessidades especiais, não podemos deixar de citar a lei crucial que abriu as portas para a implementação da inclusão. Por meio de vários parâmetros damos início a lei que normatizou a legislação da educação brasileira, para chegar ao que conhecemos hoje. Por meio da grande divisão de fatores que vinham hoje a compor uma educação mais justa e igualitária. A lei n° 9.394 de 20 de dezembro de 1996 Lei de Diretrizes e Base Brasileira sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. A lei e seu formato foram pensadas há mais de 27 anos no período de 1937 a 1945.

A discussão sobre a LDB em sua primeira versão foi para dar autonomia aos órgãos estaduais, obrigando a ter um investimento na área da educação. Desta forma é importante ressaltar que após várias discussões e a partir da redemocratização da atual Constituição de 1988 a Lei de Diretrizes e Base veio a se reformar e foi sancionada em 1996 e tornou-se a legislação educacional do país. Tais mudanças

traçadas em nossa história trazem protagonismo pela busca pelo conhecimento. Partindo do princípio de que tais mudanças traçadas pela legislação vieram a decorrer após a execução da lei 9.394/96. A LDB pode não ser perfeita, mas é a legislação que regulamentou o sistema Educacional (privado e público) do ensino médio ao ensino superior. A LDB estabelece a obrigação de educadores com uma formação mínima exigida e a matrícula obrigatória de alunos. A lei em seu formato estabeleceu que a educação é um direito para todos. A lei de 1996, Título II art. 2º Define:

> Art. 2º A educação dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

De qualquer modo as conquistas e direitos fundamentais para transtornos globais não foram alcançados de imediato, isto é, foram conquistados ao decorrer dos anos. Uma grande parcela da população à margem da sociedade e pessoas com deficiência não tinha acesso à educação básica. A lei de inclusão foi implementada no capítulo V da lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que determina:

> Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
>
> § 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, naescola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.
>
> § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

A educação inclusiva era alvo de preconceito e não atendia grande parte da sociedade que estava na linha da pobreza, o processo da educação demonstra segregação enraizada. Conforme a lei que exige o atendimento regular para os educandos com transtornos globais e o ensino inclusivo perpassou ao longo dos anos em seu seio uma educação repressora, intolerante e com grandes problemas de aceitação por parte dos familiares e professores.

O atendimento educacional em seu ponto de partida o Plano Nacional de Educação – PNE dispõe para estabelecer metas e objetivos para serem aplicados na educação em 10 (dez) anos, a contar a partir da publicação, Lei nº 10.172/2001, ressalta que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. Essas diretrizes e monitoramento de avaliação para diferentes esferas governamentais.

A Educação Especial na Educação se atrela a cne que atende em caráter educacional. Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que:

> Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva 14 “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos

> com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).”

Ao longo dos avanços educacionais o ensino inclusivo tornou-se universal em razão que a legislação ampliou em seu interior tais leis para endossar e atingir o direito e igualdade para todos. Pensando nisso, valorização. Conforme dispunha o decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, a partir da data de início de sua vigência. Cita que:

> Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir suaparticipação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com asdemais pessoas.
>
> § 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:
>
> I – os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;II – os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
>
> III – a limitação no desempenho de atividades; e
>
> IV – a restrição de participação. § 2º O Poder Executivo criará instrumentos para avaliação da deficiência.

De acordo com Martins (2011), perante a realidade de nossa sociedade, a escola para ser inclusiva precisa se adaptar a todos os alunos para tornar-se uma educação inclusiva que inclui a todos independente de suas especificidades, sendo importante reestrutura a organização escolar e pedagógica para que cada aluno faça parte da instituição, e posteriormente receba um atendimento especializado e de qualidade, para que assim, possa tornar-se uma instituição inclusiva.

Contudo, quando ocorre o processo de integração ao aluno especial, é visível que ao possibilitar a inserção em uma sala de aula o aluno sem especificidade irá integrar aos demais tornando-se uma pessoa com pensamento crítico e sem preconceitos. É importante ressaltar que ao cumprir seu “dever” de aluno a instituição escolar não precisa mudar a sua estrutura, mas torná-la integradora. Para que aconteça, o aluno com necessidades especiais precisa ser tratado como um igual.

Para a preparação desse jovem que busca em seu processo de ensino a perspectiva de obter uma formação para, assim, conquistar um cenário melhor em sua vida social econômica. Falar do processo de ensino e as perspectivas são grandes obstáculos quando pensado no indivíduo com especificidades.

3. IDENTIFICAR OS BENEFÍCIOS QUE A ACESSIBILIDADE IRÁ PROPORCIONAR E POSSIBILITAR A INDEPENDÊNCIA AOS INDIVÍDUOS COM ESPECIFICIDADE

O papel do educador na construção do conhecimento dos alunos é fundamental. Envolve uma visão sistemática que se atrela ao ensino-aprendizagem.A educação acessível conduzirá o indivíduo com especificidade uma educação que se associe à independência que é definida pela capacidade de fazer atividades sem auxílio de terceiros e autonomia que está associada a tomada de decisões e metas a

serem alcançadas. Acompanhando o processo legislativo de educação inclusiva toma, a lei 13.146 de 6 de Julho de 2015, determina que:

> Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada aassegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Finalmente, a educação deve ser disseminada através de políticas públicas que oportunizam jovens com transtorno do espectro autismo. Tais leis que regem a nossa constituição são para fins da promoção e desenvolvimento educativo em nosso país. Esse processo é desenvolvimento para tais grupos para revolução de possibilidades reais.

Ao compreendermos que o legislativo está atrelado à educação e que seu contexto histórico é um reflexo das diversas mudanças do anos atuais. "Cada Constituição e cada LDB são resultados de uma luta entre forças políticas, da capacidade dos grupos politicamente dominantes de se imporem ao Estado e também da capacidade da sociedade civil de reivindicar direitos" (Reinoldo Marquezan,2023,p. 2).

O legislativo adota medidas para assegurar e promover igualdade e acessibilidade para pessoas com deficiência. A inclusão tem como objetivo enfatizare valorizar o processo de igualdade, proporcionando um ensino formativo para todos. "Todos nós nascemos gostando de aprender. A felicidade no rosto de um nenê quando descobre cores, formas, movimentos, sons, indica isso." (Luís Mauro). Os estudantes que têm acesso a inclusão, oportunidade de um ensino qualitativo de qualidade.

Partindo deste princípio, podemos compreender que a aprendizagem precisa ser significativa e efetiva, ao ponto que a política pública traga em seu formativo benefício para os referentes. Um dos grandes parâmetros da educação é que o indivíduo é um ser único. Segundo os autores:

> Todo(a) estudante, em qualquer âmbito, é único(a) em termos de conhecimentos escolares, formação familiar, valores de vida, princípios etc. No entanto, na educação de jovens, adultos e idosos é ainda mais forte a característica da diversidade e multiplicidade dos sujeitos que compõem umamesma turma e em seus segmentos (Cobucci P. E Machado, 2023, p. 13).

O impacto que a educação tem na primeira infância é de grande influência ao longo de toda vida educativa. Segundo o estudo realizado, Santos afirma: “A educação é um dos fatores que mais influencia o nível de bem-estar das pessoas ao longo da vida. Indivíduos com maior escolaridade tendem a viver mais, com melhores condições de saúde, atingirem melhores níveis socioeconômicos e de qualidade de vida, além de se envolverem menos em episódios de crimes e violência” (2014, p. 3). Nessa trajetória o jovem que está adentrando na universidade em busca de qualidade de vida, visa em sua formação se preparar profissionalmente com base intelectual, científica e técnica.

Fomentando a diversidade que será vista como impulso para um conhecimento amplo e conjunto do ser único. A acessibilidade proporciona ao indivíduo uma

aprendizagem integral com o objetivo de contribuir em seu desenvolvimento.

Quando falamos de inclusão, temos o erro de pensar que inclusão é a adaptação do aluno na escola. Neste viés a inclusão está inclinada ao que se referea adaptação do espaço e seus recursos, MEC (brasil, 2018) estabelece ações voluntárias e salienta que: ”Na perspectiva da educação inclusiva, o foco não é a deficiência do aluno e sim os espaços, os ambientes, os recursos que devem ser acessíveis e responder à especificidade de cada aluno” .

Diante desta ação o ministério da educação reforça através de ações e projetos com foco em populações vulneráveis e inclusão nas escolas e universidades (pública e privada). Segundo o diário de inclusão social (2017, p.1) “Não há o exercício da inclusão social sem acessibilidade.

Não se pode falar em inclusão social se não há um ambiente acessível ".O papel do educador na construção do conhecimento dos alunos é fundamental. Envolve uma visão sistemática de tudo que se atrela ao ensino-aprendizagem.

O aluno com transtorno do espectro autismo está apoiado na lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Título II art. 28 de 2015, determina:

> Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar.
>
> I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;
>
> II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;
>
> XVII - oferta de profissionais de apoio escolar;

Consolidando políticas inclusivas nas universidades públicas e privadas, com o intuito de implementar e promover a entrada de educandos nas universidades.As universidades iniciaram esse apoio buscando priorizar e valorizar o sujeito em sua individualidade.

A acessibilidade fornece em seu processo a inserção de classes desfavoráveis e o apoio mediante a lei que garante que este indivíduo torne-se independente. Neste sentido, a lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Título III art. 53assinala que:

> *Art. 53. A acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social.*

Em decorrência de isenções de inclusão, os alunos nas universidades devem efetivar a equiparação de oportunidades no âmbito dos negócios. E compreender como a inclusão vem sendo alicerçada mudanças que implicam.

4. METODOLOGIA

A pesquisa acontece em um Centro Universitário localizado na Capital do Estado do Amazonas, o estudo tem como principal aporte acervos bibliográficos de autores que defendem e alimentam a ideia do artigo, logo será uma pesquisa bibliográfica qualitativa que trata principalmente sobre Educação e Transtorno do Espectro Autista.

> A pesquisa bibliográfica está presente em todos os trabalhos científicos, pois por meio dela que se utiliza referencias teóricas que já foram analisadas, publicadas através de artigos-científicos, livros e sites de estudo que permite ao escritor ter um domínio de estudos já feitos anteriormente e podendo contribuir com novas atualizações. (FONSECA, 2002, p. 32).

Um dos benefícios positivos da pesquisa bibliográfica é o baixo custo que tem tanto para objeto de pesquisa como a localização, pois com o avanço da tecnologia pesquisar por dados passados ficou ainda mais fácil e nas palmas das mãos. Com isso o pesquisador pode ter uma vasta referência de bons autores e fazer com que seu estudo fique ainda mais seguro e confiável. Mas quando não observado com atenção os dados retirados de diversas fontes acabam acarretando ao ponto negativo que é uma pesquisa infundada, ou seja, sem credibilidade o que compromete diretamente a sua pesquisa por inteiro.

Gil (2002), Lakatos e Marconi (2003) traçam o caminho correto para a estruturação da pesquisa bibliográfica que é a Escolha do tema, Levantamento bibliográfico (internet/biblioteca), Problema, Aprofundamento e ampliação do levantamento bibliográfico (internet/biblioteca), Seleção dos textos (Fonte), Localização que se dividi em três a fonte primaria que compreende as informações bibliográficas básicas, exemplo: Artigo e teses, Fonte Secundaria que compreende a bibliografia completares e que trazem o conhecimento organizado, exemplo: Enciclopédia e banco de dados por fim fontes terciarias que normalmente são guia para as outras fontes já citadas, exemplo: diretórios e revisão de leitura.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista, tudo o que foi argumentado e exposto fica visível que mesmo com o passar dos anos há uma falha de geração para geração a respeito de como lidar com pessoas autista e isso se agrava dentro de sala de aula, mesmo com todas as legislações criadas para criar um ambiente mais inclusivo possível.

Pois as leis concedem a eles o acesso à Educação, mas somente as legislações não são capazes de garantir a premência desse aluno que muitas das vezes por falta de recursos pedagógicos e compreensão por parte de quem os atende na escola, acabam preferindo não dar continuidade aos seus estudos.

No entanto esse quadro vem mudando e quanto mais anos se passam a chegada de pessoas com autismo no Ensino Superior se abrangeu, mas da mesma forma que a Educação básica se adequou a eles para lhes proporcionar uma educação de qualidade que atinja também a esse grupo, o Ensino Superior como apresentado

nesse estudo bibliográfico carece de reformas que aprimoram suas metodologias e recursos pedagógicos.

Nesse viés, os professores precisam se manter atualizados e informados da real sala de aula que os aguarda, pois não é difícil de se ver professores que descobrem que terão um aluno com essa especificidade somente após de terem feito os seus planos semestrais e em parte é frustrante ao docente isso, pois ele planeja algo que terá que adaptar em cima da hora, isso quando considera a ideia de mudança repentina o que na maioria das vezes não ocorre e fica uma matéria bem exaustiva para o aluno com autismo que terá que se doar o dobro muita das vezes para entender algo que para o restante da turma é super fácil.

Nessa área entra a pergunta que todos deveriam se fazer antes de iniciar uma carreira profissional: Que tipo de profissional quero ser? Aquele(a) que faz acontecer de fato uma inclusão ou apenas o que não compreende o que é inclusão de fato, porquê estudar tanto para conseguir um diploma não garante a sensibilidade a algo tão necessário quanto ser flexível a sua sala de aula, isso não somente em uma graduação, mas de modo geral na área da Educação.

É inquestionável a importância dos professores em uma sociedade de direito. Na Educação Básica ele é aquele que precisa criar um cidadão capaz de ter senso critico e saber viver moralmente e legalmente na sua civilização. Na graduação o professor é responsável por entregar os melhores profissionais que serão capazes de mudar o seu país através de seus estudos.

Todavia há profissionais que não entendem a importância do seu trabalho e ao invés de criar formas de ensinar, acaba se tornando mais uma barreira na vida do aluno com autismo, que infelizmente já enfrentou tantas batalhas e conquista para está presente naquela sala de aula, toda essa questão é muito bem levantada no filme Black que conta a história de Michelle McNally, onde seu problema é surdo-cega e sua total falta de postura ao se portar perante as pessoas. Com tudo o que mais chama atenção no filme é a audácia do professor de ensinar a ela bons modos e também a lhe garantir o acesso a graduação. É um filme que transmite uma grande reflexão.

REFERÊNCIAS

[1] AMATO, Luciano (coord.). **Diversidade e inclusão e suas dimensões**. São Paulo: Labrador, 2023. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 24 nov. 2023.

[2] ARANHA, M.S.F. **Integração social do deficiente: análise conceitual e metodo- lógica**. Temas Psicol. 1995;2:63-70.

[3] CORTELLA, Mario Sergio; DIMENSTEIN, Gilberto. **A era da curadoria: o que importa é saber o que importa!** 1. ed. Campinas: 7 Mares, 2022. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 01 dez. 2023.

[4] CURY, Carlos Roberto; TRIPODI, Zara Figueiredo. **Políticas educacionais**. São Paulo: Contexto, 2023. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 06 nov. 2023.

[5] MARQUES, A.; ESTANISLAU, G. M. **Dilemas na educação: novas gerações, novos desafios**. 1. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2023. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 26 nov. 2023.

[6] MARQUEZAN, Reinoldo. **O deficiente no discurso da legislação**. 1. ed. Campinas: Papirus, 2023. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 01 dez. 2023.

[7] MARTINO, Luís Mauro Sá. **Métodos de pesquisa em comunicação**. 1. ed. São Paulo: Vozes,

2018. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 27 nov. 2023.

[8] ORRÚ, Sílvia Ester. **A inclusão menor e o paradigma da distorção**. 1. ed. São Paulo: Vozes, 2021. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 05 nov. 2023.

[9] RAPIN, Isabelle; TUCHMAN, Roberto F. **Onde estamos: Visão geral e definições**. **Autismo: Abordagem Neurobiológica**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

[10] RAULI, Patricia Maria Forte et al. Inclusão e acessibilidade no ensino superior: açõesde sensibilização e formação docente. **Anais do XVI Encontro de Ensino Pesquisae Extensão das Faculdades Pequeno Príncipe**. Curitiba: Faculdades Pequeno Príncipe, 2019.

[11] ROBERTS, Nicole; BIRMINGHAM, Elina. Mentoring University Students with ASD: AMentee-centered Approach. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 47, n. 4, 2017.

[12] ROSIN-PINOLA, Andréa Regina; DEL-PRETTE, Zilda Aparecida Pereira. Inclusão escolar, formação de professores e a assessoria baseada em habilidades sociais educativas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marilia, v. 20, n. 3, p. 341 – 356, 2014.

[13] RUARO, Laurete Maria.; BEHRENS, Marilda Aparecida. Formação Do Professor Do Universitário: Olhar Brasileiro E Espanhol. **Debates em Educação**, v. 6, n. 12, p. 38 – 56, 2014.

[14] SAVIANI, Dermeval. Da LDB (1996) ao novo PNE (2014-2024): **por uma outra política educacional**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2015. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acessado em: 05 nov. 2023.

Capítulo 22

As dificuldades de aprendizagem dos alunos com depressão no Ensino Fundamental I

Flávio Henrique Paiva Lira[1]
Karleane dos Santos Silva[2]
Luana Dias Pena Forte[3]
Thaires da Silva Campos[4]
Klyssiane Uchôa Souza Lopes[5]

Resumo: A depressão é um conceito que tem sido amplamente estudado, tendo em vista a sua alta e crescente prevalência ela pode ocorrer em qualquer faixa etária. Até a década de 1970, a depressão infantil era considerada um transtorno raro ou inexistente, muito desconhecida pela maioria da população, isso porque as crianças eram consideradas como portadoras de "estruturas de personalidades imaturas", mas ao contrário do que muitos pensam a criança também sofre de depressão e pode ter impactos negativos em vários aspectos da sua vida, inclusive na escolar, atrapalhando e/ou prejudicando seu processo de ensino-aprendizagem. Desse modo, cabe às perguntas, quais são as dificuldades enfrentadas por crianças diagnosticadas com depressão durante seu processo de escolarização? Como o professor pode lidar com uma criança depressiva? A presente pesquisa tem por objetivo evidenciar as consequências da depressão no processo de escolarização, mostrar as dificuldades dos professores em relacionar a depressão às dificuldades de ensino aprendizagem, além de, relacionar a depressão como um dos fatores de baixo rendimento escolar.

Palavras-Chaves: Depressão. Aprendizagem. Desenvolvimento. Escola

[1] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fametro.
[2] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fametro.
[3]Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fametro.
[4] Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fametro.
[5] Especialista em Psicopedagogia. Centro Universitário Nilton Lins.

1. INTRODUÇÃO

Por muito tempo, pensava-se que a depressão em crianças não existia ou era extremamente incomum. Como resultado, o diagnóstico de depressão infantil é relativamente novo. A depressão é vista como uma condição de humor que, quando afeta as crianças, é acompanhada por questões acadêmicas como problemas de foco e aprendizagem, bem como questões comportamentais como agitação ou isolamento, de acordo com Cruvinel e Boruchovitch (2004).

O declínio no desempenho acadêmico pode ser visto como um indicador-chave dessa doença. O processo pelo qual a autoeficácia e emoções de uma criança é prejudicada, ou quando a criança está passando por um processo depressivo e não pode acreditar em seu próprio desempenho, tende a se apresentar como baixo desempenho acadêmico e a depressão pode piorar, é o mecanismo pelo qual a depressão de uma criança afeta o desempenho escolar, além de que as crianças atribuem a emoção a serem os sentimentos, desejos e manifestações da vida afetiva, mostrando como os sentimentos desempenham um papel crucial no processo de desenvolvimento humano.

Assim, do ponto de vista de Wallon (1995), as emoções desempenham um papel fundamental no crescimento de uma criança, porque é através delas que a criança expressa seus desejos, o que leva o autor a afirmar que o apego é um dos pilares do desenvolvimento humano. Como resultado, o autor também afirma que a afetividade e a cognição estão interligadas, citando a afirmação de Wallon de que "não há estados afetivo sem elementos cognitivos, assim como não há comportamentos puramente cognitivos" (Wallon 1995, p. 43).

A depressão não tem idade, gênero ou contexto social que possa ser usado para categorizá-la como a doença do século. No entanto, faz alusão a uma doença silenciosa que existe em uma variedade de contextos globais. Nos últimos anos, houve um aumento no interesse científico na depressão infantil como uma condição verdadeira e, como resultado, houve avanços significativos na compreensão e no tratamento dessa questão (MILLER, 2003).

Os prejuízos causados no desenvolvimento da criança com depressão infantil podem ser físicos e cognitivos, afetando principalmente as habilidades necessárias para a aprendizagem. No Brasil, apesar da maioria dos estudos acerca desse tema serem realizados no ambiente escolar, são poucos aqueles que relacionam a depressão ao rendimento escolar do aluno (CRUVINEL E BORUCHOVITCH, 2003, p. 80). Muitas escolas não investigam profundamente as razões por trás do baixo desempenho de seus alunos ao longo de sua trajetória, frequentemente ignorando a depressão como uma das possíveis causas desse problema.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. PROCESSO DE APRENDIZAGEM

O destaque recai sobre a importância da educação como um direito fundamental, conforme estabelecido no Artigo 205 da Constituição Federal (BRASIL, 1988). O ECA estabelece que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, com o objetivo de promover o pleno desenvolvimento da pessoa, preparando-a para a cidadania e a qualificando para o trabalho. Essa afirmação sublinha a relevância da educação como uma ferramenta fundamental para o crescimento individual e a participação na sociedade.

É fundamental reconhecer que, embora o direito à educação seja universal, cada aluno é único e traz consigo suas próprias particularidades. O processo de ensino e aprendizagem é definido como o espaço-tempo de responsabilidade do professor, que envolve a forma e o conteúdo do ensino, visando ao desenvolvimento e à aprendizagem dos alunos (MÁXIMO e MARINHO, 2021).

A aprendizagem dos alunos é vista como um processo dinâmico de construção de significados e de relacionamento com o conhecimento. O foco do processo de ensino e aprendizagem é a formação integral dos alunos, o desenvolvimento de competências e habilidades que os capacitarão para a vida e a busca pelo conhecimento (MÁXIMO e MARINHO, 2021).

Desta forma, a aprendizagem é um processo intrincado e multifacetado, que se desenvolve no íntimo de cada indivíduo e se manifesta através de mudanças comportamentais que, idealmente, perduram ao longo de todas as etapas da vida e em diversas situações. No entanto, a busca por esse desenvolvimento pleno pode ser desafiadora para alguns alunos, especialmente aqueles que enfrentam problemas de saúde mental, como a depressão.

O processo de aprendizagem dos portadores com depressão no ensino fundamental é uma questão que extrapola o simples arcabouço acadêmico, uma vez que a saúde mental desempenha papel essencial na construção do conhecimento. Piaget (1952) observou que as emoções, ou seja, os sentimentos estruturam a inteligência e influenciam a forma como os alunos processam informações e constroem conceitos. Portanto, não podemos ignorar o impacto da depressão no humor e na capacidade de aprendizagem dos aprendizes.

Susan Nolen-Hoeksema (2000) destaca como a depressão pode levar a um ciclo de pensamentos negativos e ansiedade excessiva que afeta profundamente o processamento de informação. Isso pode resultar em dificuldades de concentração, motivação reduzida e falta de energia, o que torna desafiador para os alunos participar ativamente das atividades escolares e absorver o conteúdo de maneira absoluta.

Para facilitar o processo de aprendizagem, podem ser necessárias modificações no curso, como prazos estendidos para tarefas e diferentes estratégias de ensino que reconheçam as necessidades individuais dos alunos. Além disso, Joyce L. Epstein (2001), na sua investigação sobre parcerias escola-família-comunidade, afirma que também é importante envolver os pais nas jornadas educativas e terapêuticas dos seus filhos. Esta colaboração ativa fornece aos estudantes um forte sistema de apoio.

A investigação de Angela Duckworth (2016) sobre a teoria do “crescimento” também é relevante para compreender a perseverança e a resiliência dos estudantes quando confrontados com desafios como a depressão. A capacidade de persistir na prossecução de objetivos de longo prazo, mesmo face às adversidades, pode ser um fator chave na promoção do sucesso acadêmico de estudantes com depressão.

Sendo assim, as abordagens abrangentes contemporâneas para apoiar educandos com depressão no ensino fundamental incluem não apenas o reconhecimento dos desafios emocionais, mas também o aumento da inteligência emocional, da motivação intrínseca e da resiliência no ambiente escolar que valoriza o bem-estar dos alunos.

2.2. DEPRESSÃO (CONTEXTO HISTÓRICO)

Ao longo de décadas a depressão é mencionada na história da humanidade, desde a antiguidade até os dias atuais. Na antiguidade, nas escrituras bíblicas e do antigo Egito, qualquer sintoma que hoje sabemos, fazem parte da depressão, eram atribuídos aos maus espíritos ou eram somente castigos divinos (LACERDA e SOUZA, 2013). A visão pré-Socrática não era adversa, pois "compreendiam o adoecimento físico e mental a partir de uma narrativa mítica e religiosa, atribuindo a uma entidade divina a etiologia de todos os males" (LACERDA e SOUZA, 2018, apud ASSUMPÇÃO et al, 2018, p. 314).

Porém, a partir de Sócrates essas visões foram substituídas por concepções mais racionais, devido às tendências filosóficas, ou seja, a melancolia (como era chamada a depressão nesses períodos) não ocorria por causas religiosas, mas por causas naturais (ASSUMPÇÃO et al, 2018).

Para os gregos (500 a. C. - 110 d. C.) mencionaram que as doenças da mente, na verdade, estavam relacionadas a alguma disfunção do corpo, e que a melancolia estava relacionada à teoria dos humores, sendo os seus sintomas consequências da bile negra, como descrito por Empédocles. Para Hipócrates, a cura poderia estar relacionada ao tratamento físico (SOLOMON, 2002, p. 265).

Desta forma Hipócrates escreveu a primeira classificação nosológica, que já foi registrada na história sobre os transtornos mentais: descreveu e nomeou a melancolia, a mania e a paranoia. outro contribuinte desta época foi Galeno, que classificou a melancolia em três tipos, conforme a sua localização no corpo humano: cérebro, corrente sanguínea e estômago (LACERDA e SOUZA, 2013, p. 13).

Com a queda do Império Romano e início da Idade Média, as contribuições da medicina e da filosofia foram substituídas por conceitos religiosos, ou seja, qualquer que fosse o transtorno mental, ele era atribuído a demonologia. (SOLOMON, 2002). Os estados apáticos, preguiça, indolência e enfraquecimento eram ocasionados por influências demoníacas.

Porém, o Renascimento surge para encerrar esses pensamentos de base religiosas, substituindo pelo racionalismo científico, e as doenças mentais passam a ser entendidas sob aspectos biológicos, filosóficos e psicológicos (ASSUMPÇÃO et al, 2018).

Na ascensão do racionalismo e o início do Iluminismo no século XVIII predomina a fundamentação empírica. Nesta época William Cullen, propõe um sistema de classificação nosológica, onde a melancolia é descrita como uma insanidade parcial "causada por um grau de torpor na atividade do sistema nervoso que afetava tanto a sensação quanto a volição" (LACERDA e SOUZA, 2013, p. 20).

2.3. DEPRESSÃO INFANTIL

A depressão na infância é semelhante à depressão na idade adulta. A criança se torna cada vez mais retraído, quieto e inconsistente. Suas emoções erráticas levam a um comportamento pouco claro. No entanto, os pais podem ver essa mudança de comportamento como "apenas uma fase" do desenvolvimento de seus filhos. Crianças menores de um ano utilizam choro, irritação e sintomas físicos para comunicar suas necessidades em vez de usar palavras (BORDIGNON et al., 2019). Crianças com mais de dois anos de idade podem apresentar sintomas semelhantes aos dos adultos. "Em crianças pré-escolares (com idade até seis a sete anos), a manifestação clínica mais comum é

representada por sintomas físicos, como dor (principalmente dor de cabeça e abdominal), fadiga e tontura" (BAHLS 2002, p. 360).

De acordo com Fernandes (2010, p. 383) “a depressão em fase tenra da vida pode trazer sérios prejuízos ao desenvolvimento”. A criança que é incapaz de se concentrar nem mesmo na menor tarefa, seja em casa ou em público, grita e fica deprimido quando não é respondido prontamente, não sabe como ficar sozinho e não vai parar por nada para chamar a atenção para si mesmo.

Castro Neto (2002) salienta que a depressão tem efeitos sérios e de grande repercussão na vida de uma criança, prejudicando o desempenho escolar e a interação com amigos e familiares.

Os sintomas de depressão podem se manifestar de diferentes formas no ambiente escolar. O professor deve estar alerto a alguns sinais indicativos e pensar na possibilidade de depressão diante de uma criança que revela uma expressão de tristeza, ou mudança no nível de atividade, diminuição no rendimento escolar, fracasso em terminar suas tarefas escolares, isolamento social, agressividade ou verbalizações como: “Eu não posso fazer isso” (LIVINGSTON, 1985).

O baixo desempenho acadêmico é um dos primeiros indicadores do início de uma potencial condição depressiva, de acordo com Barbosa e Lucena (1995), que afirmam que o comportamento depressivo na infância geralmente ocorreria no contexto educacional. Já Parraga Perez (apud BARBOSA e LUCENA, 1995, p. 26) afirma que:

> Do ponto de vista cognitivo, as crianças com transtornos distímicos e depressão maior são as que, mais frequentemente, têm dificuldades para estar atentas em classe, entender as explicações dos professores. Em consequência, seu rendimento será insuficiente.

Desta forma, é importante que o professor esteja atento aos seus alunos, superar o olhar do senso comum, em relação ao comportamento deles, entender que nem sempre a falta de atenção ou interessa e está relacionado a “preguiça”, mas pode envolver um aspecto maior, relacionado a saúde mental.

2.4. DEPRESSÃO E AS DIFICULDADES DE ENSINO APRENDIZAGEM

A escola é para a criança um lugar de distração, um local de interesse, onde ela se encontra com seus amigos, onde desenvolve suas habilidades todos os dias e se desenvolve como ser humano, mas pode transformar-se, em outros casos, em um local de competitividade, onde nas atividades facilmente surge o estresse (BARBOSA E LUCENA, 1995). O nível de aptidão e o desempenho escolar têm sido considerados fatores que afastam o estresse, uma vez que os alunos se mostram contentes com seu rendimento escolar.

Segundo Perez (1990), conforme citado por Barbosa e Lucena (1995, p. 26) afirmam que o comportamento depressivo na infância ocorrerá, muito provavelmente, no contexto educacional, sendo o baixo rendimento escolar um dos primeiros sinais do surgimento de um possível quadro depressivo.

A seguir segue o quadro 1 que apresenta as manifestações da depressão em crianças.

Quadro 1– Manifestações da depressão em crianças

Sintoma	Criança
Humor deprimido	Tristeza, irritabilidade (crises de birra), desobediência constante
Perda de prazer em atividades	Desinteresse por brincadeiras
Dificuldade de raciocínio, de concentração ou decisão	Piora no rendimento escolar, distração excessiva, dificuldade para tomar decisões

Fonte: (KUTCHER et al., 2014, p. 133, 151 apud BARBOSA E LUCENA, 1995, p. 5)

De acordo com Kehl (2009, p. 16) "O mundo contemporâneo demonizou a depressão, o que só faz agravar o sofrimento dos depressivos com sentimentos de dívida ou de culpa em relação aos ideais em circulação" invalidando suas emoções, sugerindo que tal sentimento é passageiro, pois está na "moda".

Segundo Miller (2003), um dos sintomas da depressão infantil que mais causam prejuízos na vida das crianças é a queda do rendimento escolar, pois além de comprometer o desempenho acadêmico, compromete o funcionamento social (apud BRITO; BATISTA; BARBOSA, 2021, p.5)

A falta de informações entre pais e professores sobre depressão infantil acaba possibilitando o crescimento das dificuldades do aluno e várias frustrações no futuro, é claro que não é papel da família e educadores dar um diagnóstico para a criança, pois não cabe a eles esse papel. No entanto é preciso que haja disponibilidade de conhecimento acerca da doença para pais e professores, a fim de que fiquem mais atentos aos sinais, pois são eles que formam uma rede de apoio para a criança. (CRUVINEL E BORUCHOVITCH, 2003).

Ainda segundo Cruvinel e Boruchovitch (2003), a população brasileira ainda possuem muitas dúvidas acerca da doença e existem muitas lacunas para serem preenchidas, diante desse fato, é preciso que se faça cada vez mais pesquisas para aumentar o conhecimento, trazendo informações que sejam úteis, sobre a depressão infantil no Brasil, e em como ela afeta o desenvolvimento e aprendizagem escolar da criança, para que tais informações seja compartilhada com educadores porque assim terão as ferramentas necessárias para entender melhor depressão e sua relação com a aprendizagem.

Nesse sentido, pode-se dizer que a depressão infantil é um problema que não pode ser ignorado, sendo necessárias mais pesquisas sobre a mesma, a fim de levar mais conhecimento aos pais, professores e todos ao seu redor. Como visto anteriormente, a depressão pode levar a uma série de problemas e fatores que podem prejudicar o aprendizado de uma criança na escola, como o isolamento, a função cognitiva (como atenção, concentração e memória), o que pode ter impacto no desempenho escolar e na aprendizagem de forma negativa.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia escolhida para o desenvolvimento deste trabalho foi a de revisão bibliográfica, que é essencial na construção da pesquisa científica, uma vez que nos permite conhecer melhor o fenômeno em estudo (SOUSA, OLIVEIRA e ALVES, ANO). Como instrumento será utilizado artigos de pesquisas científicas a serem consultados em bases de dados.

A pesquisa bibliográfica está inserida principalmente no meio acadêmico e tem a finalidade de aprimoramento e atualização do conhecimento, através de uma investigação científica de obras já publicadas. Para Andrade (2010, p.25):

> A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizaram pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas.

Os instrumentos que são utilizados na realização da pesquisa bibliográfica são: livros, artigos científicos, teses, dissertações, anuários, revistas, leis e outros tipos de fontes escritas que já foram publicados.

A pesquisa bibliográfica, para Fonseca (2002), é realizada [...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, republicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.

Assim podemos afirmar que ela consiste em um conjunto de informações e dados contidos em documentos impressos, artigos, dissertações, livros publicados; em SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, S. O.; ALVES, L H. Os textos e as informações são fontes para a base teórica da pesquisa e na investigação dos estudos dos textos que possam colaborar no desenvolvimento da pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante dos resultados bibliográficos, notou-se que a depressão é uma doença mental que possui seu espaço no universo infantil, ou seja, as crianças podem devolver essa doença assim como os adultos, e que ela pode interferir na vida escolar dessas crianças no seu processo de ensino e aprendizagem, afetando seu desempenho escolar (CASTRO NETO, 2022).

Essas crianças precisam encontrar em sala de aula um ambiente acolhedor por parte dos colegas, mas principalmente por parte dos seus professores. Estes que muitas vezes encontram dificuldades em perceber sintomas relacionado a depressão, vezes por falta de conhecimento no assunto, vezes por estar “vendado” com pressupostos do senso comum.

Por isso, é de suma importância que o professor esteja atento a esse espaço-tempo que engloba o processo de ensino aprendizagem, e que consiga ir além da mera interpretação superficial diante das dificuldades escolares ou baixo desempenho de um aluno, que este pode não está somente com preguiça ou porque não gosta de estudar, mas que talvez ele possa estar desenvolvendo num quadro de depressão.

Nesse sentido, é importante que os professores e o corpo escolar como um todo, sejam capacitados para conseguir identificar sinais presentes da depressão, e, com isso, consigam elaborar estratégias multidisciplinares, que proporcionaram o apoio necessário que o estudante precise.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que a depressão é uma doença mental presente na sociedade, a qual afeta não somente adultos, mas também crianças, e quando estas crianças são afetadas podem apresentar dificuldades de aprendizagem e, consequentemente, baixo rendimento escolar.

As consequências da depressão no processo de ensino da criança podem ser inúmeras, como a falta de participação ativa, dificuldades no processamento de informações e concentração além de ocasionar em alguns casos outros problemas de saúde física e mental.

Apesar de todas essas consequências serem presentes em quadros de depressão, dentro do ambiente escolar, os professores ainda possuem dificuldades para identificar, muitas vezes por falta de conhecimento sobre a doença, o que de certa forma é compreensivo, pois é um tema aquém de sua formação. Porém, os docentes precisam observar o desenvolvimento de seus alunos no dia a dia, compreender como ocorre o processo de ensino e aprendizagem de cada um, para assim, conseguir comprovar algum aspecto desviante desse processo, e junto uma equipe multidisciplinar, auxiliar esse estudante.

Somando todos esses aspectos, não é incompreensivo que alunos portadores de depressão, apresentem baixo desempenho escolar. Infelizmente quando esse quadro de baixo desempenho se apresenta, em muitos casos, não se busca entender qual seria de fato o problema, ao invés disso, coloca-se uma pressão maior no aluno, tanto por parte da família quanto dos professores, o que pode piorar a depressão e, desta forma, o aluno manterá o baixo desempenho escolar.

Dadas essas dificuldades, é fundamental que os educadores e a escola prestem muita atenção à saúde mental de seus alunos e trabalhem para promover um ambiente de aprendizagem positivo. A vida dessas crianças pode ser significativamente alterada por estratégias, incluindo a detecção precoce de alunos em risco, o fornecimento de recursos de apoio à saúde mental e o desenvolvimento de um ambiente inclusivo e compassivo.

REFERÊNCIAS

[1] ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

[2] ASSUMPÇÃO, G. L. S.; OLIVEIRA, L. A.; SOUZA, M. F. S. De. Depressão e Suicídio: UMA CORRELAÇÃO. Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas, v. 3, n. 5, p. 312-333, 2018.

[3] BARBOSA, Genário Alves; LUCENA, Aline. Depressão infantil. Infanto, v. 2, p. 23-30, 1995.

[4] BAHLS, SC. Epidemiology of depressive symptoms in adolescents of a public school in Curitiba, Brazil. Rev Bras Psiquiatr 2002; 24(2):63-7.

[5] BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

[6] BRITO, Izabela Medeiros De et al. Impactos da depressão infantil na aprendizagem: uma revisão da literatura. VII CONEDU – Conedu em Casa... Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/80224 . Acesso em: 02/10/2023.

[7] CASTRO NETO, A. As crianças que sofrem caladas. Porto Alegre, 2002. Disponível em: <http://www.brasilrotario.com.br/revista/materiais/rev946/e946_p20.html>. Acesso em: 05/10/2023.

[8] CRUVINEL, M; BORUCHOVITCH, E. Sintomas depressivos, estratégias de aprendizagem e rendimento escolar em alunos do ensino fundamental. Psicologia em estudo, Maringá, v. 9, n. 3, 2004. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci Arttex&pid=S1413-73722994999399995&Ing=PT&nrm=iso.

[9] CRUVINEL, Miriam; BORUCHOVITCH, Evely. Depressão infantil: uma contribuição para a prática educacional. Psicologia escolar e educacional, v. 7, p. 77-84, 2003.

[10] DUCKWORTH, A. (2016). Grit: The power of passion and perseverance. Scribner.

[11] EPSTEIN, J. L. (2001). School, family, and community partnerships: Preparing educators and improving schools. Westview Press.

[12] FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

[13] FREIRE, P. (2003). Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra.

[14] KEHL, Maria Rita. O tempo e o cão: a atualidade das depressões. Boitempo Editorial.

[15] LACERDA, Acioly Luiz Tavares de; SOUZA, Thaís Rabanea. Depressão ao longo da histó-ria. Artmed, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://www.larpsi.com.br/media/mconnect_uploadfiles/c/a/cap_01_72_.pdf>.

[16] LIVINGSTON, R. Depressive Illness and learning difficulties: Research needs and Practical Implications. Journal of Leaning Disabilities, 18 (9), 518-520.

[17] MÁXIMO, V.; MARINHO, R. A. C. Intervenção pedagógica no processo de ensino e aprendizagem/Pedagogical intervention in the teaching and learning process. Brazilian Journal of Development, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 8208–8218, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n1-558. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/23558.

[18] MILLER, Jeffrey A. O Livro de Referência para a Depressão Infantil. São Paulo, SP: MBooks do Brasil, 2003.

[19] NOLEN-HOEKSEMA, S. (2000). The role of rumination in depressive disorders and mixed anxiety/depressive symptoms. Journal of Abnormal Psychology, 109(3), 504-511.

[20] PIAGET, J. O nascimento da inteligência na criança. Rio de Janeiro: Zahr/INL, 1952.

[21] Practical Implications. Journal of Leaning Disabilities, v. 18, n. 9, p. 518-520, 1985.

[22] SEVERINO, A. j. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo, SP: Cortez ,2007. SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, S.O.; ALVES, L.H.

[23] SOLOMON, Andrew. O Demônio do meio-dia: uma anatomia da depressão. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

[24] TOMLINSON, C. A. (2001). How to differentiate instruction in mixed-ability classrooms. ASCD.

[25] WALLOW, H. A evolução psicológica da criança. Lisboa: Edições, 1995. Ciclo de aprendizagem. Revista Escola. Fundação Paulo Freire, 1986.

www.poisson.com.br
contato@poisson.com.br

@editorapoisson

https://www.facebook.com/editorapoisson